

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE
MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE
LINGUAGEM**

ADRIANA MARIA CUNHA

**TRANSGENERIDADE E ESCRITA DE SI:
TRAJETÓRIAS DISCURSIVAS E CONSTRUÇÃO DE
SUBJETIVIDADES**

BELO HORIZONTE, 2023

ADRIANA MARIA CUNHA

**TRANSGENERIDADE E ESCRITA DE SI:
TRAJETÓRIAS DISCURSIVAS E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem do CEFET-MG como requisito parcial para obtenção do título de doutora

Área de concentração: Tecnologia e Processos Discursivos

Linha de Pesquisa II: Discurso, Mídia e Tecnologia

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Lessa

BELO HORIZONTE, 2023

Cunha, Adriana Maria.

C972t Transgeneridade e escrita em si : trajetórias discursivas e construção de subjetividades / Adriana Maria Cunha. – 2023. 226 f. : il. Orientador: Cláudio Humberto Lessa.

Tese (doutorado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2023.

Bibliografia.

1. Pessoas transgênero. 2. Mulheres transgênero. 3. Teoria queer. 4. Narrativas pessoais. 5. Análise do discurso. I. Lessa, Cláudio Humberto. II. Título.

CDD: 306.768



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE TESE PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

No dia 28 de agosto de 2023, às 14h30, em ambiente virtual, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, constituída pelos membros: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa (Orientador) (CEFET-MG), Prof.^a Dr.^a Tamires Ferreira Coêlho (UFMT), Prof.^a Dr.^a Mariana Ramalho Procópio Xavier (UFV), Prof.^a Dr.^a Luciana Aparecida Silva de Azeredo (CEFET-MG), Prof.^a Dr.^a Giani David Silva (CEFET-MG), para examinar o trabalho da doutoranda **ADRIANA MARIA CUNHA**, sob o título: *TRANSGENERIDADE E ESCRITA DE SI: Trajetórias discursivas e construção de subjetividades*. O Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa, Presidente da sessão pública de apresentação e defesa de tese de doutorado, declarou aberta a sessão, passando a palavra à doutoranda **ADRIANA MARIA CUNHA**, para que expusesse sua tese. Terminada a exposição, o Presidente passou a palavra para a Banca Examinadora, que iniciou a arguição. Em seguida, reuniu-se a Banca Examinadora para deliberação. Ao retornar, o Presidente deu conhecimento à candidata de que sua tese foi aprovada e que, no prazo de 60 dias, deverá incluir as sugestões da Banca. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada esta ata, que será assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa (Orientador)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Tamires Ferreira Coêlho
Universidade Federal do Mato Grosso

Prof.^a Dr.^a Mariana Ramalho Procópio Xavier
Universidade Federal de Viçosa

Prof.^a Dr.^a Luciana Aparecida Silva de Azeredo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Giani David Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais



Emitido em 30/08/2023

ATA DE DEFESA DE TESE N° 55/2023 - POSLING (11.52.09)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/08/2023 12:06)

CLAUDIO HUMBERTO LESSA

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

DELTEC (11.55.08)

Matricula: ###890#4

(Assinado digitalmente em 30/08/2023 15:52)

GIANI DAVID SILVA

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

DIRGRAD (11.51)

Matricula: ###343#1

(Assinado digitalmente em 30/08/2023 10:52)

LUCIANA APARECIDA SILVA DE AZEREDO

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

DELTEC (11.55.08)

Matricula: ###592#5

(Assinado digitalmente em 30/08/2023 10:31)

MARIANA RAMALHO PROCOPIO XAVIER

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.776-##

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/documentos/> informando seu número: 55, ano: 2023, tipo: ATA DE DEFESA DE TESE, data de emissão: 30/08/2023 e o código de verificação: b79ec619b6

RESUMO: Esta pesquisa se baseia na análise da escrita de si de sujeitos transexuais, compreendida enquanto tecnologia de resistência em relação à ordem cisheteronormativa, que incide sobre corpos e subjetividades. Analisamos a escrita de si empreendida por quatro sujeitos transexuais no livro *Vidas Trans: a coragem de existir*: Amara Moira, Márcia Rocha, João W. Nery e T. Brant. A partir das reflexões de Foucault sobre a escrita de si, governamentalidade, biopolítica, regimes de verdade, objetivação e subjetivação, em diálogo com a Teoria *Queer* e com a Teoria Feminista e Transfeminista, buscamos compreender como esses sujeitos constroem suas subjetividades e afirmam suas identidades transgêneras. Recorremos aos trabalhos de Judith Butler (2010, 2011, 2016, 2017, 2018), Letícia Nascimento (2021), Guacira Lopes Louro (1997, 2020), Jota Mombaça (2017), Beatriz Preciado (2011) e Paul B. Preciado (2022), dentre outros, para pensarmos o fenômeno da transgeneridade e a constituição de sujeitos trans na sociedade. Utilizamos, também, a Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau (2004, 2006, 2008, 2008b, 2017), com os conceitos de situação e contrato comunicacional, modos de organização do discurso (descritivo, narrativo e enunciativo) e imaginários sociodiscursivos, para realizar as análises de temáticas discursivizadas por esses sujeitos, além de operacionalizar interpretações das narrativas baseados nos imaginários sociodiscursivos, na observação de *ethé*, segundo Ruth Amossy (2005), e dimensões patêmicas. Observamos como a escrita de si, ocorrendo a partir de uma situação de comunicação, recorre aos modos de organização do discurso, a partir dos quais percebemos certos imaginários sociodiscursivos relacionados a essas identidades transgêneras. Isso nos leva a compreender que a construção e a afirmação das identidades de gênero não são estáveis, comopropõe a lógica binária. O gênero é constituído, também, por atos performativos, sendo algo que se torna, e não algo com que se nasce. Por outro lado, sendo essa uma identidadecompósita, o gênero é apenas parte da constituição da subjetividade. As narrativas trazem processos de autodescoberta e autoaceitação dos(as) autores(as), configurando, nessa escrita de si, uma parte da subjetivação dos sujeitos, projetando *ethé*, relacionados a um antes e a um depois do processo transicional, e dimensões patêmicas, como o medo, que passa à alegria, à potência de vida e à liberdade com seus processos de transição. Os Modos de Organização do discurso são mobilizados para a realização dos projetos de fala, ressaltando-se o comportamento elocutivo no Modo Enunciativo, que traz os pontos de vista e visões de mundo dos enunciadores. A pesquisa realizada, assim, mostra não apenas questões relacionadas às identidades trans e sua construção no e pelo discurso, mas, também, o debate, hoje visto, sobre a liberdade de gênero enquanto um direito do cidadão, debate para o qual a Análise do Discurso de linha francesa traz a sua contribuição.

PALAVRAS-CHAVE: transgênero, escrita de si, teoria *queer*, transfeminismo, Teoria Semiolinguística.

ABSTRACT: This research is based on the analysis of the self-writing of transsexuals, understood as a technology of resistance in relation to the cisheteronormative order that affects bodies and subjectivities. We analyzed the writing of the self undertaken by four transsexuals in the book “Vidas Trans: the courage to exist”: Amara Moira, Márcia Rocha, João W. Nery and T. Brant. We are based on Foucault’s reflections about self-care and writing; governmentality; biopolitics; truth regimes; objectification and subjectivation, in dialogue with Queer Theory and Feminist and Transfeminist Theory, we seek to understand how these subjects construct their subjectivities and affirm their transgender identities. We resorted to the works of Judith Butler (2010, 2011, 2016, 2017, 2018), Letícia Nascimento (2021), Guacira Lopes Louro (1997, 2020), Jota Mombaça (2017), Beatriz Preciado (2011), and Paul. B. Preciado (2022), among others, to think about the phenomenon of transgendericity and the constitution of trans subjects in society. We also used the Semioliinguistic Theory by Patrick Charaudeau (2004, 2006, 2008, 2008b, 2017), with the concepts of situation and communicational contract, modes of discourse organization (descriptive, narrative and enunciative) and socio-discursive imaginaries, to carry out the analyzes of themes discussed by these subjects, in addition to operationalizing interpretations of the narratives based on socio-discursive imaginaries, on the observation of the *ethé*, according to Ruth Amossy (2005), and pathemic dimensions. We observe how self-writing, occurring from a communication situation, resorts to the modes of discourse organization, from which we perceive certain socio-discursive imaginaries related to these transgender identities. Which leads us to understand that the construction and affirmation of gender identities is not stable, as proposed by a binary logic. The gender is also constituted by performative acts, being something you become and not something you are born with. On the other hand, this being a composite identity, gender is only part of the constitution of the subjectivity. The narratives bring processes of self-discovery and self-acceptance of the authors, configuring, in this self-writing, a part of the subjectivation of the subjects, projecting *ethé*, related to a before and an after of the transitional process, and pathemic dimensions, like fear, which passes to joy, to the power of life and freedom with its transition processes. The Discourse Organization Modes are mobilized to carry out the speech projects, emphasizing the elocutionary behavior, in the Enunciative Mode, which brings the enunciators' points of view and worldviews. The research carried out, thus, shows not only issues related to trans identities and their construction in and through discourse, but also the debate, seen today, about gender freedom as a citizen's right. Debate to which the Discourse Analysis of French line brings its contribution.

KEYWORDS: transgender, self-writing, queer theory, transfeminism, Semioliinguistic Theory.

RÉSUMÉ: Cette recherche s'appuie sur l'analyse de l'écriture de soi des sujets transsexuels, entendue comme technologie de résistance par rapport à l'ordre cishétéronormatif qui affecte des corps et des subjectivités. Nous avons eu analysé l'auto-écriture entreprise par quatre sujets transgenres dans le livre "Vidas Trans: a coragem de existir" (Vidas Trans: le courage d'exister): Amara Moira, Márcia Rocha, João W. Nery et T. Brant. Basé sur les réflexions de Foucault sur l'écriture de soi; gouvernementalité; biopolitique; régimes de vérité; objectivation et subjectivation, en dialogue avec Queer Theory et Feminist and Transfeminist Theory, nous cherchons à comprendre comment ces sujets construisent leurs subjectivités et affirment leurs identités transgenres. Nous avons recours aux travaux de Judith Butler (2010, 2011, 2016, 2017, 2018), Letícia Nascimento (2021), Guacira Lopes Louro (1997, 2020), Jota Mombaça (2017), Beatriz Preciado (2011) et Paul B. Preciado (2022), entre autres, pour réfléchir sur le phénomène du transgendérisme et sur la constitution de sujets trans dans la société. Nous avons également utilisé la théorie sémiolinguistique, élaborée par Patrick Charaudeau (2004, 2006, 2008, 2008b, 2017), avec les notions de situation et de contrat communicationnel, de modes d'organisation du discours (descriptif, narratif et énonciatif) et d'imaginaires socio-discursifs, pour mener les analyses des thèmes abordés par ces sujets, en plus d'opérationnaliser les interprétations des récits basées sur des imaginaires socio-discursifs, sur l'observation de l'éthé, selon Ruth Amossy (2005), et des dimensions pathémiques. Nous observons comment l'écriture de soi, survenant à partir d'une situation de communication, recourt aux modes d'organisation du discours, à partir desquels nous percevons certains imaginaires socio-discursifs liés à ces identités transgenres. Ce qui nous amène à comprendre que la construction et l'affirmation des identités de genre n'est pas stable, comme le propose la logique binaire. Le genre est également constitué d'actes performatifs, étant quelque chose que vous devenez et non quelque chose avec lequel vous êtes né. D'autre part, s'agissant d'une identité composite, le genre n'est qu'une partie de la constitution de la subjectivité. Les récits amènent des processus de découverte de soi et d'acceptation de soi des auteurs, configurant, dans cette écriture de soi, une part de la subjectivation des sujets, projetant de l'éthé, lié à un avant et un après du processus transitionnel, et pathémique dimensions, comme la peur, qui passe à la joie, au pouvoir de la vie et à la liberté avec ses processus de transition. Les Modes d'Organisation du Discours sont mobilisés pour mener à bien les projets de parole, mettant l'accent sur le comportement élocutionnaire, dans le Mode Énonciatif, qui apporte les points de vue et les visions du monde des énonciateurs. Le recherche menée montre, ainsi, non seulement les enjeux liés aux identités trans et leur construction dans et par le discours, mais aussi le débat, observé aujourd'hui, sur la liberté de genre comme droit citoyen. Débat auquel l'Analyse du discours français apporte sa contribution.

MOTS-CLÉS: transgenre, écriture de soi, théorie queer, transfémisme, Théorie Sémiolinguistique.

LISTA DE ESQUEMA, FIGURAS E QUADROS

Esquema 1 – Processo de semiotização do mundo	74
Figura 1 – Quadro enunciativo proposto pela Semiologia	76
Figura 2 – Organização da Lógica Narrativa	87
Figura 3 – Capa e contracapa do livro <i>Vidas Trans</i>	110
Figura 4 – Orelhas esquerda e direita do livro <i>Vidas Trans</i>	111
Quadro 1 – Funções e Princípios dos Modos de Organização do Discurso	80
Quadro 2 – Conceitos apresentados nos elementos paratextuais no interior do livro <i>Vidas Trans</i>	116
Quadro 3 – Papéis actanciais	133

Dedico esta tese à minha mãe Ilda, por ter sido a primeira e mais importante mulher da minha vida. O que sei sobre luta e resistência, aprendi com ela.

AGRADECIMENTOS

Sempre e em primeiro lugar, a Deus, o meu Pai amoroso e cuidadoso, mesmo eu sendo a filha, que tanto deixa a desejar. Ao meu filho Pedro, que me tornou mãe e sempre será a melhor parte de mim. É você quem me motiva a ser melhor. Que, um dia, você possa entender o quão revolucionária e essencial é a luta das minorias neste País. Ao Enzio (*in memoriam*), pai do meu filho, que tanto me ajudou e que partiu enquanto esta tese estava sendo produzida. A saudade continua grande!

Aos meus pais, Ilda e Miguel, pela vida e por estarem sempre ao meu lado. Aos meus irmãos, Daniela, Andréa e Daniel, pela presença fraterna e cheia de amor. Aos amigos e amigas, que a vida me presenteou e tanto me ajudam a tornar a vida mais leve; em especial, ao Miguel, amigo tão amado e responsável pelas artes presentes nesta tese. Um agradecimento especial à Tia Lucy, que me acolheu em sua casa durante os anos, em que cumpri os créditos em Belo Horizonte. Obrigada, pela sua generosidade e por todo carinho.

Agradeço, até o fim dos tempos, ao meu orientador Cláudio Lessa, ser humano dedicado, compreensivo e generoso. Depois de muitas dificuldades enfrentadas durante os anos de doutorado, você me guiou com sensibilidade e extremo cuidado. Academicamente, você faz muita diferença, mas sua humanidade supera os saberes científicos. Minha eterna gratidão! Agradeço, também, à Giani, por ter acolhido minha pesquisa e, embora não tenhamos seguido juntas, sei que posso contar sempre com sua parceria e apoio. Certamente, uma amiga, por quem cultivo grande admiração e estima.

Aos amigos e amigas, que fiz no CEFET-MG, professores e alunos, os quais levarei para sempre no coração.

A jornada foi longa, com incontáveis obstáculos, e esta pesquisa só foi finalizada, porque tive a sorte de ter em meu caminho anjos em forma de gente. Que o Senhor abençoe a vida de cada uma dessas pessoas.

PRÓLOGO

Antes de os leitores se aventurarem pelas páginas a seguir, julgo importante contextualizar o porquê da escolha deste tema de pesquisa. Há alguns anos, quando retornei aos bancos acadêmicos, reiniciei minha jornada pela instituição de minha terra natal, a Universidade Federal de São João del-Rei. Havia se passado, então, quase 20 anos que estava completamente fora do ambiente acadêmico. Lembro-me de como me senti perdida e desafiada. Iniciei com uma disciplina isolada, tentando chegar devagar para entrar novamente no ritmo e descobrir o que me motivaria a dedicar os próximos anos da minha vida à pesquisa científica.

Uma manhã, após já ter passado pela leitura de alguns textos, escrito alguns trabalhos e, ainda, tentando descobrir um objeto de pesquisa, uma cena emergiu em minhas lembranças muito naturalmente: uma entrevista com a principal responsável pela organização da classe de prostitutas no Brasil, Gabriela Leite. Em retrospectiva, penso que foi uma inspiração e um chamamento, porque, até então, não havia sinal algum, nenhuma discussão prévia que me levasse a considerar aquele tema. Lembro-me apenas de o quanto aquela entrevista havia despertado minha admiração. Afinal, uma classe tão estigmatizada, condenada a existir no gueto e em sigilo, estava dialogando abertamente com a sociedade em rede nacional. Falava em direitos, quebrava tabus e colocava o dedo em uma ferida aberta secularmente, porém negada e invisibilizada violentamente.

O tema das minorias vulnerabilizadas entrou, assim, de maneira revolucionária, tanto na minha vida acadêmica quanto na minha constituição como ser humano, de forma potente e decisiva. Um ano após ter defendido minha dissertação, cursei uma disciplina na Universidade Federal de Minas Gerais. Durante esse tempo, comecei a observar o movimento das pessoas transexuais na sociedade. Em 2015, escrevi, em parceria, um artigo sobre narrativas de vidas trans, que foi apresentado em Congresso e, posteriormente, integrou uma publicação da *Revista Passagens*, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

Importante considerar que há uma interseção entre meu antigo tema de pesquisa e o atual: a maioria dos transexuais, sobretudo mulheres trans, encontra-se exercendo a prostituição, sobretudo em função das quase inexistentes opções no mercado formal de trabalho. Uma perspectiva abordada, inclusive, por Amara Moira – umas das mulheres trans presentes nesta pesquisa.

Após mais de 10 anos pesquisando narrativas de minorias, meu sentimento é realmente de gratidão. Se pude contribuir, em alguma medida, com minhas pesquisas para que possamos construir um novo mundo, mais inclusivo e empático, tanto melhor! Seguramente, o que posso dizer é que, nestes anos, aprendi a exercitar a escuta qualificada, que nos legou Gayatri Spivak, e aprendi a construir meu próprio artesanato intelectual, como nos ensina Charles W. Mills (1969). O aprendizado através dos saberes localizados (HARAWAY, 1995), certamente, é o caminho, que pode sedimentar este novo mundo.

A todas as prostitutas, a cada uma das pessoas, que integram a sigla LGBTQUIAPN+, a todas as mulheres, a todos os excluídos, a todos os marginalizados, alvos da necropolítica mundial, o meu respeito, a minha admiração e o meu MUITO OBRIGADA!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I.....	21
O FENÔMENO DA TRANSGENERIDADE	21
1.1 O Sistema Binário de Sexo-Gênero e a Transgeneridade: correlações e aspectos históricos	21
1.2 Considerações sobre a Teoria <i>Queer</i> e a Categoria Gênero.....	28
1.3 Do Gênero à Ideologia de Gênero.....	33
1.4 Necropolítica, Transnecropolítica e o Objeto Enlouquecedor	40
1.5 Transcidadania: uma cidadania necessária	47
CAPÍTULO II.....	54
FOUCAULT EM DIÁLOGO COM A TEORIA <i>QUEER</i> E A ESCRITA DE SI.....	54
2.1 Governamentalidade, Biopolítica e Regimes de Verdade	55
2.2 Objetivação e Subjetivação.....	60
2.3 Escrita de Si	64
CAPÍTULO III	71
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	71
3.1 Abordagem Teórico-metodológica, Análise do Discurso de Patrick Charaudeau	72
3.2 Os Modos de Organização do Discurso.....	79
3.2.1 Modo Enunciativo	80
3.2.2 Modo Narrativo	85
3.2.2.1 Lógica Narrativa	86
3.2.2.2 Encenação Narrativa	91
3.2.3 Modo Descritivo.....	96
3.3 <i>Ethos</i> e <i>Pathos</i> : breves considerações.....	98
CAPÍTULO IV	103
ANÁLISE DAS NARRATIVAS	103
4.1 O livro <i>Vidas Trans</i> e o Contrato de Comunicação	103
4.1.1 A Situação de Comunicação	104
4.1.2 As Atividades Linguageiras	107
4.1.3 Os Dados Paradiscursivos	109
4.2 As (Trans)narrativas: considerações iniciais	119
4.3 Amara Moira.....	121
4.3.1 Perfil Biográfico	122
4.3.2 Modo de Organização Enunciativo	123
4.3.3 Modo de Organização Narrativo	132
4.3.4 Modo de Organização Descritivo.....	137
4.4 João W. Nery	143
4.4.1 Perfil Biográfico	143
4.4.2 Modo de Organização Enunciativo	144
4.4.3 Modo de Organização Narrativo	154
4.4.4 Modo de Organização Descritivo.....	160
4.5 Márcia Rocha	166
4.5.1 Perfil Biográfico.....	166
4.5.2 Modo Enunciativo	167
4.5.3 Modo Narrativo	175
4.5.4 Modo Descritivo.....	181

4.6 T. Brant	183
4.6.1 Perfil Biográfico	183
4.6.2 Modo Enunciativo	184
4.6.3 Modo Narrativo	193
4.6.4 Modo Descritivo	199
4.7 Pontuações Relacionadas às Narrativas	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
REFERÊNCIAS	217

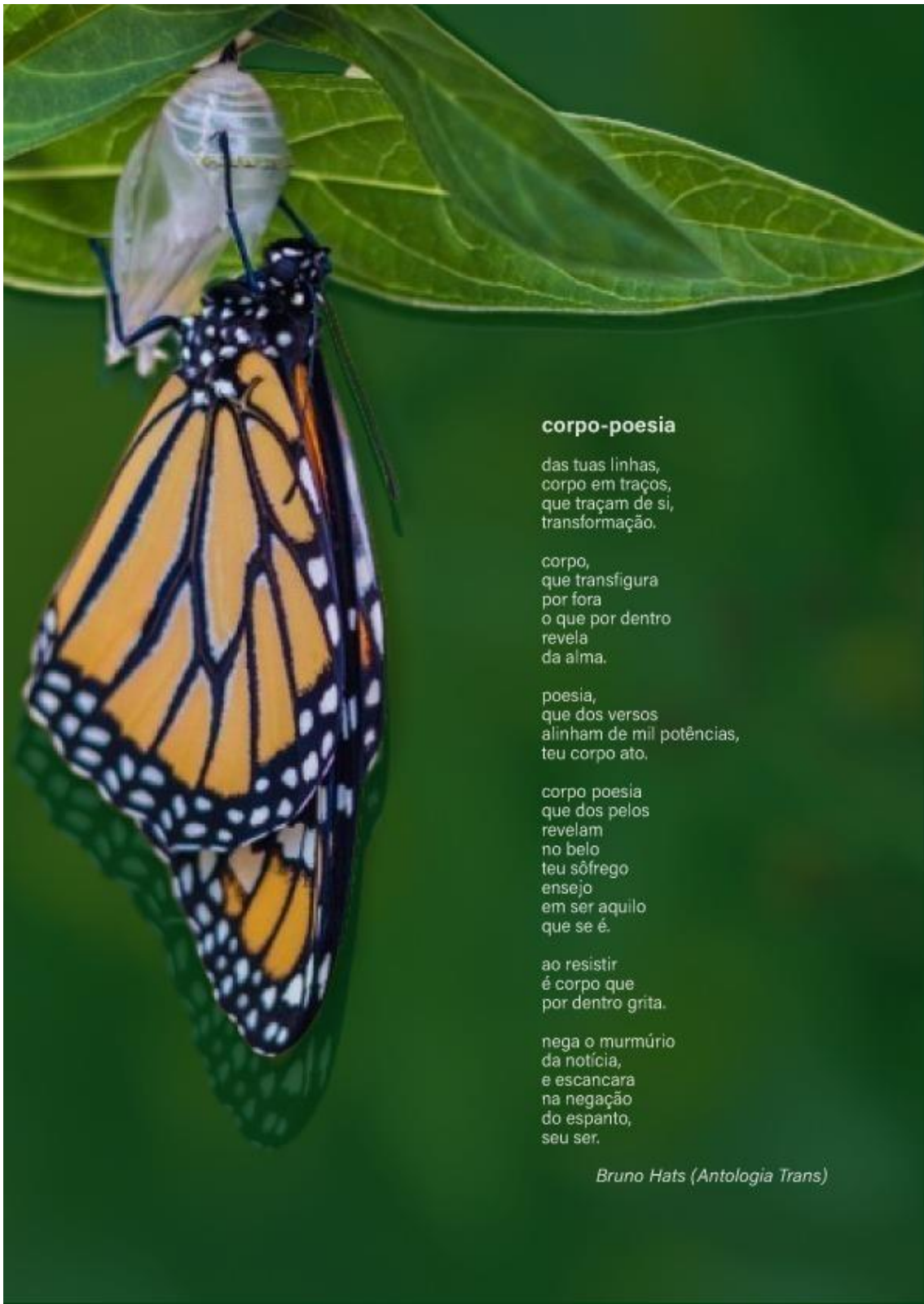


Olhem para mim

Porque tenho que ser Marina?
Ou me conformar em ser Roberto?
Mas se tudo no ser é incerto,
Eu só não posso ser liberto?

Sou, fui.
Serei, seremos.
Será que o mundo todo
Está em dois extremos?

Luc Souto Ferreira (Antologia Trans)



corpo-poesia

das tuas linhas,
corpo em traços,
que traçam de si,
transformação.

corpo,
que transfigura
por fora
o que por dentro
revela
da alma.

poesia,
que dos versos
alinham de mil potências,
teu corpo ato.

corpo poesia
que dos pelos
revelam
no belo
teu sôfrego
ensejo
em ser aquilo
que se é.

ao resistir
é corpo que
por dentro grita.

nega o murmúrio
da notícia,
e escancara
na negação
do espanto,
seu ser.

Bruno Hats (Antologia Trans)

INTRODUÇÃO

Sou homem ou mulher? Esta pergunta
reflete uma obsessão ansiosa do Ocidente.
Qual? A de querer reduzir a verdade do sexo
a um binômio. Eu dedico minha vida a
dinamitar esse binômio. Afirmo a
multiplicidade
infinita do sexo!
(PRECIADO, 2014, p. 223)

O Brasil é o país que mais mata transexuais em todo o mundo. A informação é da Organização Não Governamental (ONG) *Transgender Europe*¹, com sede na Alemanha. A última pesquisa divulgada pela ONG, um relatório de 2021²², registrou que 70% de todos os assassinatos aconteceram nas Américas do Sul e Central. O Brasil foi responsável por 125 mortes; seguido pelo México, com 65; e pelos Estados Unidos, com 53.

Por sua vez, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2022)³ divulgou que, em 2021, foram pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans. Cento e trinta e cincodessas pessoas eram travestis e mulheres transexuais e cinco eram homens trans. Chama atenção a natureza de extrema crueldade de grande parte dos crimes, muitos cometidos apauladas ou facadas, conforme especificado no *site* da Associação. Pesquisas realizadas pela Antra (2022), também, apontam que 99% da população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTQIA+)⁴, não se sentem seguros no Brasil. Pudera, atualmente, a expectativa de vida de pessoas desse grupo no País é de 35 anos, enquanto a média nacional é de 75,5 anos⁵.

O panorama nacional, extremamente hostil às minorias sexuais e de gênero, se faz perceber, também, na falta de dados oficiais sobre essas populações em marcadores, como evasão escolar ou empregabilidade. Se, por um lado, são recorrentes em boletins policiais ou em políticas públicas voltadas para o controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), por outro, faltam espaços de discussão e visibilidade sobre a situação de extrema vulnerabilidade social em que se encontram. Luma Andrade (2012), primeira travesti a se doutorar no País,

¹ Site da ONG: <https://tgeu.org/>

² Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

³ Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁴ Doravante, adotaremos essa sigla objetivando uma representação, a mais completa possível, das identidades sexuais e de gênero. De acordo com a Organização Fundo Brasil, a sigla se refere a um “movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população”. As letras correspondem a: lésbica, *gay*, bissexual, transgênero, queer, intersexo, assexual, pansexual e não binário. “O símbolo de ‘mais’ no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cisheteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo”. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁵ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

afirma que a maioria das políticas públicas direcionadas às populações trans no Brasil tem como foco a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual e que, ainda, não há políticas específicas para inclusão e permanência desse público na escola e no mercado de trabalho. Andrade (2012) se dedicou a desenvolver uma pesquisa em seu doutorado, que tratou, justamente, de apontar a discriminação sofrida por estudantes como ela na rede pública de ensino do Ceará. Entretanto, ela reconhece que, aos poucos, essa realidade está mudando.

Nesse sentido, destacam-se algumas conquistas importantes. A mais recente delas, em 2019, foi a criminalização, pelo Supremo Tribunal Federal, da homofobia e transfobia. O crime foi enquadrado como racismo, com pena de um a três anos e multa. Essa medida valerá até o Congresso Nacional aprovar lei específica sobre o tema. Outra decisão a ser evidenciada veio da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2018, quando a entidade retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais do Catálogo Internacional de Doenças (CID). O que antes era classificado como “transtorno de identidade de gênero”, passa a integrar um novo capítulo na CID-11, intitulado “Condições relacionadas à saúde sexual”, em que figura a expressão “incongruência de gênero”. Em nota, a OMS justifica que as evidências de que a transexualidade não é um transtorno mental são claras, porém “pode causar enorme estigma para as pessoas que são transexuais e, por isso, ainda existem necessidades significativas de cuidados de saúde que podem ser melhor servidos se a condição for codificada sob a CID”⁶.

É importante mencionarmos outro aspecto, que aponta para a relevância da temática. De acordo com Caravaca-Morera e Padilha (2015), a transexualidade mobiliza saberes, que envolvem a medicina e a legislação, por exemplo, precisamente por que questiona o axioma, o qual estabelece que existem somente dois sexos e dois gêneros. Esse questionamento revela o caráter político da resistência das pessoas transexuais em simplesmente existirem da forma como são. Consideradas anormais, doentes ou transgressoras, o fato é que essa existência representa uma cisão profunda na rígida divisão do sistema binário sexo-gênero, abrindo brechas para outras e diversas possibilidades do ser-sujeito.

Assim, destacamos o caráter de atualidade e importância de pesquisas sobre questões, que envolvem gênero, especificamente as que tratam sobre identidade de gênero e populações transgêneras. Isso por que, a despeito de alguns avanços conquistados, trata-se de uma parcela ainda exposta a diversas opressões e violências. Ampliar e abrir espaços de discussão, de conscientização e de disseminação de informações é uma necessidade premente e já se percebem os movimentos nesse sentido. Em 2022, inclusive, houve uma disputa, que envolveu

⁶ Disponível em: <<https://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

a inclusão de questões sobre identidade de gênero no Censo Demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De um lado, a Justiça Federal do Acre decretou uma decisão provisória, motivada pelo Ministério Público Federal, determinando a inclusão da questão identidade de gênero, com o objetivo de facilitar a formulação de políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+. Por outro lado, o IBGE relutou em acatar a decisão e soltou nota oficial afirmando que as questões seriam respondidas nos autos⁷.

Podemos dizer que a Análise do Discurso (AD) é uma disciplina multi, ou pluridisciplinar, interessada em diversas problemáticas, de diversos *corpora*. Especificamente remetendo à Semiologia, teoria de base desta investigação, entendemos que esse interesse se estende às mais diversas situações de linguagem, da qual emergem, continuamente, novos sujeitos, que se constituem na sociedade. Sujeitos, até então, silenciados ou ignorados. Assim sendo, a AD, ao longo das décadas, tem se voltado para outras materialidades linguísticas, dentre as quais as narrativas de vida.

Esse “gênero”, termo que usamos aqui provisoriamente, se mostra bastante relevante, tendo-se em vista as estratégias nele empregadas pelos sujeitos em relação aos seus possíveis interlocutores e à própria forma de constituição desses sujeitos ao falarem de si ou ao fazerem de si o próprio tema de seu discurso. Desse modo, a pesquisa com as narrativas de si possibilita alargar o alcance teórico e metodológico da Semiologia e da própria AD, o que, também, traz a possibilidade de ampliar o diálogo com outras disciplinas ou teorias empregadas nesta abordagem.

Abordar essas narrativas não é apenas um gesto de interpretação, mediada pela Análise do Discurso ou pela teoria Semiológica, mas uma amplificação dessas vozes, para que elas possam ser ouvidas por outros. Vozes que não apenas motivam pesquisas acadêmicas, mas que buscam serem ouvidas e, acima de tudo, dialogarem com outras. Vozes que, pela sua sensibilidade, podem não apenas comover, mas provocar novas reflexões sociais sobre esses grupos, transgêneros, que reivindicam seu direito a serem, efetivamente, sujeitos não apenas no discurso, mas na sociedade.

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar e refletir sobre a escrita de si empreendida por quatro sujeitos transexuais no livro *Vidas Trans: a coragem de existir*, observando os imaginários sociodiscursivos mobilizados por eles. São narrativas autobiográficas, duas de transexuais mulheres: Amara Moira e Márcia Rocha, e duas de transexuais homens: João W. Nery e T. Brant. Como objetivos específicos, propomos: (I) analisar as recorrências nas

⁷ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/33978-ibge-vai-recorrer-da-decisao-da-justica-do-acre.html>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

narrativas, que permitam compreender os sentidos, os quais as pessoas trans atribuem ao processo de transição de gênero; (II) refletir como a escrita de si se configura como parte importante do processo de subjetivação desses sujeitos, observando projeções de *ethé* e dimensões patêmicas, que são encenadas nas narrativas; (III) investigar as formas de resistência no processo de ressignificação das identidades de gênero; (IV) analisar os preconceitos e violências reproduzidas pela sociedade com vistas à conformação de sujeitos desviantes das normas de gênero; e (V) evidenciar os regimes de verdade, que (re)produzem o sistema sexo-gênero na sociedade.

No primeiro capítulo, “O fenômeno da transgeneridade”, contextualizamos sócio-historicamente o sujeito transexual, evidenciando percepções equivocadas sobre a transexualidade e, consequentemente, apontando os preconceitos e estigmas, que marcam a existência transexual. Dialogamos com a Teoria *Queer*, recuperando suas principais formulações e alguns de seus autores basilares, como Judith Butler, Berenice Bento, Paul. B. Preciado e Guacira Lopes Louro dentre outros. Também, focamos a categoria gênero, fundamental para as reflexões sobre transexualidade e sobre o sistema binário de inteligibilidade dos corpos e performances sociais. Problematisamos o deslocamento da categoria gênero para o que foi definido como ideologia de gênero por grupos conservadores, com vistas a dificultar, e mesmo paralisar, as discussões sobre gênero na sociedade. E, por fim, refletimos sobre necropolítica, transnecropolítica e transcidadania, buscando, assim, refletir como essas temáticas afetam sujeitos transexuais e se fazem significativas, já que tratam dos processos de apagamento ou acolhimento dessas vozes e seus sujeitos através de ações sociais claras ou da manutenção de preconceitos, que recaem sobre esses grupos, temas, que, também, podem ser melhor visibilizados por esta pesquisa.

O capítulo dois é dedicado ao filósofo francês Michel Foucault em diálogo com a Teoria *Queer*, considerando que parte de nossas reflexões sobre transexualidade foram desenvolvidas à luz de conceitos desenvolvidos pelo teórico. De forma mais didática, abrimos subdivisões nesse capítulo, para recuperar os conceitos foucaultianos usados nesta pesquisa, que estarão relacionados às problemáticas vivenciadas pelos sujeitos transexuais bem como suas estratégias de resistência. O capítulo ficou assim subdividido: (I) Governamentalidade, Biopolítica e Regimes de Verdade; (II) Objetivação e Subjetivação; e (III) Escrita de Si.

No capítulo três, abordamos a Análise do Discurso (AD), de orientação francesa, desenvolvida pelo linguista Patrick Charaudeau (2008a). A Teoria Semiolinguística, de Charaudeau, constitui o marco teórico-metodológico principal das análises. A partir dos Modos de Organização do Discurso, foi possível propor possíveis interpretativos quanto aos

imaginários sociodiscursivos mobilizados nas narrativas bem como aos processos de projeção de *ethos* e de *pathos*. Tais análises foram realizadas em diálogo com as teorias feminista, transfeminista e *queer*, além das perspectivas foucaultianas mencionadas no capítulo dois.

No capítulo quatro, concentramo-nos nas análises, que foram iniciadas com uma apresentação do livro *Vidas trans* e seu respectivo Contrato de Comunicação, quando abordamos a situação de comunicação, as atividades linguageiras e os dados paradiscursivos. Em seguida, procedemos às análises das narrativas dos quatro sujeitos transexuais, apresentando um perfil biográfico e, respectivamente, as análises referentes aos Modos de Organização Enunciativo, Narrativo e Descritivo. Para o fechamento do capítulo, abrimos uma seção final para recapitular os principais pontos observados nas quatro narrativas. Além de ressaltarmos as recorrências, evidenciamos aspectos discursivizados, que se referem ao corpo, à sexualidade, às subjetividades trans e aos regimes de verdade, que atravessam as narrativas.

CAPÍTULO I

O FENÔMENO DA TRANSGENERIDADE

Neste capítulo, buscamos resgatar algumas questões importantes, que ajudam a pensarmos o fenômeno da transexualidade, o contexto social e os fatores, que concorrem para inserir os sujeitos trans em um espaço de estigmatização e violência. Buscamos, também, resgatar, historicamente, o momento de visibilização social da transexualidade, com vistas a elucidar que o sujeito transexual não é produto de um contexto sociocultural determinado, como é possível percebermos nos discursos conservadores da atualidade.

1.1 O Sistema Binário de Sexo-Genêro e a Transgeneridade: correlações e aspectos históricos

Atualmente, percebemos uma lógica discursiva, que, muitas vezes, parece caminhar para o entendimento de que a população LGBTQIA+ seria a consequência de uma deterioração dos valores morais e da dissolução da família tradicional. São discursos proferidos por uma parcela mais conservadora da sociedade. O ex-presidente Jair Bolsonaro fez diversas declarações sobre o tema, conforme noticiado na imprensa: “De cima do trio elétrico da Marcha para Jesus, realizada em Brasília neste sábado, o presidente defendeu o que chama de ‘família tradicional’ e classificou como ‘coisa do capeta’ o assunto sobre ‘ideologia de gênero’” (CORREIO DO POVO, 2019). Assim sendo, consideramos de suma importância compreendermos como posicionamentos como estes atravessam as discussões sobre gênero na atualidade, representando, dessa maneira, um grande obstáculo a uma abordagem mais racional e realista da questão além dos efeitos negativos de produção de preconceitos e violências, que são gerados por esses discursos e posicionamentos. Consideramos que a problemática de gênero bem como as identitárias são algo muito mais fluido e permeado por nuances diversas do que supõe a chamada sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2013) e o seu sistema binário de sexo-gênero.

Em termos de luta social, os grupos transgêneros têm despontado com mais vigor recentemente na cena pública e atraído mais a atenção social⁸. Eles surgem no contexto de

⁸ Em 2017, no Brasil, por exemplo, a Rede Globo veiculou a novela “A força do Querer”, quando, pela primeira vez, a sociedade acompanhou um enredo, no qual protagonizava um personagem transexual, que viveria, na ficção, todo o processo de descoberta da condição trans e sua efetiva transição de identidade de gênero. O canal por assinatura GNT, também, lançou, em 2016, uma série documental sobre o tema, intitulada “Liberdade de gênero”.

lutas anteriores: dos feminismos, da luta antirracista e dos grupos homossexuais, que já se encontram com suas pautas de reivindicações mais avançadas, embora haja ainda muito por conquistar. É necessário destacarmos que há uma resistência em aceitar que o grupo de mulheres transexuais seja incluído enquanto sujeitas do feminismo, particularmente pelos seus segmentos mais radicais. Nesse aspecto, a transexual Letícia Nascimento (2021) defende o espaço de um transfeminismo, que pode integrar e contribuir com o movimento, a partir de suas particularidades, assim como o feminismo negro representou um avanço na discussão das pautas nesse campo. Para ela, é necessário que o feminismo e a sociedade considerem as experiências das mulheridades e das feminilidades em um contexto de pluralidade. O transfeminismo, assim, “oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas, também oferecem” (NASCIMENTO, 2021, p. 21). A autora entende que as experiências de mulheres transexuais e travestis devem ser entendidas como uma importante contribuição tanto no campo das lutas políticas quanto no campo teórico.

Enquanto grupo organizado, que defende uma agenda, os transexuais entraram na arena pública há poucos anos. Isso não significa que sua existência seja recente. Antes, porém, de abordarmos mais especificamente essa estreia no espaço público, iniciamos as reflexões deste capítulo, apresentando algumas definições e pontos, que nos levam a situar melhor o sujeito transexual no cenário contemporâneo. Berenice Bento (2006) compreende a transexualidade a partir de uma dimensão identitária, que se caracteriza pelo conflito com as normas de gênero, uma vez que os sujeitos trans reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero com o qual se identificam e que contradiz a matriz sexual. Imprescindível acrescentarmos que esse estado identitário independe da realização de cirurgias ou da hormonioterapia. Castel (2001) localiza o fenômeno enquanto um sentimento de não pertencimento ao sexo anatômico, sem, contudo, haver distúrbios delirantes e sem bases orgânicas.

Para refletirmos sobre esse fenômeno, é crucial destacarmos os seguintes pontos: (i) a questão do conflito apontada por Bento (2006) e (ii) e a questão da transexualidade associada a um sentimento, e não a distúrbios mentais ou questões orgânicas. É uma questão, que envolve conflitos, conforme apontado por Bento (2006), posto que há uma tensão entre uma matriz sexual determinada biologicamente e uma sexualidade, que é reivindicada pelo sujeito. A transexualidade, portanto, situa-se em um campo de tensões, que transcende o individual e se torna social: de um lado, ela reflete um sentimento de pertencimento/despertencimento do sujeito a uma identidade sexual determinada socialmente; por outro lado, ela ignora os próprios sentimentos desses sujeitos, que são o centro da questão. Embora a transexualidade esteja

associada a um sentimento, e não a distúrbios mentais ou questões orgânicas, ela foi inserida, pela ciência, dentro de um discurso de patologização, através da Psiquiatria. Por sua vez, essa patologização psiquiátrica da transexualidade é indissociável do tratamento social, permeado por estigmas e preconceitos associados aos sujeitos trans senão no mundo, certamente no Brasil. Desse modo, depreendemos que o modo como os sujeitos trans são considerados pela sociedade, e mesmo pela ciência, ainda é sustentado por imaginários acerca de valores tradicionais, como família e sexualidade hétero.

Castel (2001) afirma que a questão da transexualidade, ou os discursos construídos acerca desse fenômeno, é um indicador das modificações históricas da percepção científica, cultural e política da identidade sexual no século XX. O autor descreve os embates entre diversos campos científicos ao longo dos anos, mas faz duas perguntas fundamentais: “o transexual poderia ser identificado como um delirante que expressa o desejo e a esperança de mudar de sexo? Ou seria uma pessoa que manifesta um desejo não patológico, mas acolhido pela sociedade de modo tal que ele se torna por vezes mentalmente doente?” (CASTEL, 2001, *online*). Conforme citado anteriormente, a OMS retirou, em 2018, a transexualidade da lista de transtornos mentais. Com isso, ocorreu sua subsequente despatologização, pelo menos no campo científico. Ou seja, essa despatologização não ocorre da mesma forma com relação aos imaginários sociais, que permeiam essa visão do sujeito trans. Ainda assim, a OMS inseriu a questão no capítulo referente às condições relacionadas à saúde sexual, pois reconheceu que, em função do estigma sofrido, tais sujeitos apresentam necessidades específicas de cuidados de saúde. Isto é, essa medida da OMS parece confirmar que o questionamento apontado por Castel (2001) é correto com relação à sua segunda pergunta: os sentidos construídos socialmente acerca do indivíduo transexual é que são responsáveis por inseri-lo em um lugar de rejeição, de preconceito e de abjeção? É exatamente esse o ponto, que, ainda, gera a necessidade de cuidados com a saúde desse indivíduo, sobretudo a mental.

A percepção das questões sexuais e de gênero enquanto construtos localizados sócio-historicamente, também, é compartilhada por Caravaca-Morera e Padilha (2015). Eles afirmam que a transexualidade, nesse contexto, não pode ser desvinculada da análise de múltiplas esferas, que tangenciam a vida social, como a jurídica, a política e a espiritual-religiosa dentre outras. São essas instituições sociais, que instauram um discurso atravessado por uma certa ideologia⁹, que constitui e, ao mesmo tempo, emana da sociedade cis heteronormativa¹⁰, que localiza as

⁹ Na sessão 1.3, dedicamos uma reflexão sobre o conceito de ideologia na AD.

¹⁰ Ressaltamos que a heterossexualidade é compreendida como o comportamento afetivo-sexual considerado padrão. Já a partícula “cis” diz respeito a cisgênero, o contrário de transgênero. Ou seja, uma pessoa cisgênera é aquela em que sexo biológico e expressão de gênero estão em consonância com a normatividade padrão.

dissidências nesse campo como irracionais, subversivas e antagônicas à condição humana considerada natural ou normal. No entanto, o fato mesmo de reafirmar uma dada condição, também, abre espaço, paradoxalmente, para dizer da existência de condições adversas. São esses interditos, que revelam a existência de um discurso hegemônico, o qual compreende o ser humano a partir de um pretensão “fluxo transcendental da natureza” (CARAVA-MORERA; PADILHA, 2015, p. 5). Ou seja, é um discurso, o qual endossa que os binarismos de sexo e gênero pertencem a uma inexorável condição humana e que estar de acordo com essa ordem natural das coisas seria integrar, também naturalmente, esse fluxo transcendental. Essa lógica é, na verdade, a representação de um discurso hegemônico, localizado cultural, histórica e socialmente.

A dicotomização, que envolve as percepções de sexo e gênero, nasceria, assim, de um momento histórico, que viria a produzir outros sistemas binários, conforme defendem os autores:

O nascimento do homem racional, produto da modernidade, fez com que surgisse um novo ser, capaz de emitir juízos de valor de ordem política, moral, social, científica, cultural e estética, conduzindo, posteriormente, à implantação de uma coleção de classificações e categorização que iriam se articular no processo de binarização e dicotomização das coisas: bem/mal, belo/feio, homem/mulher, estado/sociedade, razão/paixão (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2001, p. 5).

Cabe destacarmos, aqui, a concepção cartesiana da razão, que marca o pensamento filosófico dos últimos três séculos: a evidência enquanto marca da razão e a centralidade do método analítico com vistas ao conhecimento da “verdade”. Battisti (2010), no mesmo sentido de Caravaca-Morera e Padilha (2001), compreende que a contribuição de Descartes, para além dos seus seguidores ou opositores, não deixa dúvidas quanto a um fato: o de que a deliberação e a argumentação são a marca do ser racional.

Caravaca-Morera e Padilha (2015) comentam que, concomitantemente a esse nascimento do homem racional, elementos disciplinares de silenciamento foram mobilizados através do discurso moderno sobre a sexualidade. Tais elementos foram reforçados por meio das investigações acerca da anatomia dos sexos a partir das quais se chegou às interpretações binarizantes e dicotômicas da biologia dos sexos. Por outro lado, com relação aos dispositivos de silenciamento em torno da sexualidade, Foucault (1988, p. 31)¹¹ aponta a incitação aos discursos sobre o sexo, mas com a finalidade de se exercerem controle e policiamento sobre essa dimensão

¹¹ Dedicaremos o capítulo 2 às reflexões e contribuições de Foucault, que entendemos ser um autor central no desenvolvimento desta pesquisa.

do ser humano: “O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos”.

A normatividade envolvendo o sistema sexo-gênero, e suas condutas punitivas, estabeleceu um princípio de normalidade a partir do qual a virilidade masculina heterossexual foi construída como sendo superior a outras orientações afetivo-sexuais e aos saberes e imaginários sociodiscursivos, que os expressam, tais como a feminilidade, a homossexualidade (mesmo a feminina) e a transexualidade. Conforme Caravaca-Morera e Padilha (2015, p. 2), “é evidente que o homem (hetero/cis) ‘normal’ é uma construção social que somente tem sentido em conexão com o convívio com outros seres considerados como inferiores”. O padrão cisheteronormativo, eurocêntrico e cristão construiu representações, que associaram a mulher (e a percepção de feminilidade) a uma posição de inferioridade e fragilidade. Nomesmo sentido, de acordo com Bourdieu (2009 p. 18), “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” e, nesse contexto, ratificar a subalternidade da mulher e do feminino na hierarquia social. De acordo com Beauvoir (1970), as mulheres são este outro, que não encontra reciprocidade do olhar dos homens. Elas nunca “constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 91). Para a autora, a relação que os homens mantêm com as mulheres é calcada na submissão e na dominação. Assim, elas se constituem na sociedade em relação e através do olhar dos homens.

Na perspectiva de Caravaca-Morera e Padilha (2015), o Iluminismo e as revoluções liberais foram os marcos a partir dos quais se estabeleceram a regulação política, jurídica e formal das identidades e os papéis de gênero além de uma consequente delimitação de fronteiras entre as esferas público-racional (relacionada ao homem) e a privado-passional (creditada à mulher).

Esta divisão entre o público e o privado tem sido alvo de inúmeras teorizações e se constituiu como uma das bases críticas do pensamento feminista. Na visão de Biroli (2014, p. 31), compreender como se constituiu essa fronteira leva a uma compreensão de seu caráter histórico e revela as diferentes implicações políticas, que definiram e continuam a definir a vida de homens e mulheres: “É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares”.

Outras autoras feministas já haviam localizado e problematizado essa questão como um ponto crucial para a emancipação feminina. O pensamento de Hanna Arendt nos ajuda nesta

reflexão ainda que a autora, muitas vezes, não tenha recebido o devido reconhecimento por sua contribuição à Teoria Feminista. Arendt (2007), ao analisar as esferas pública e privada na Grécia antiga, momento histórico quando imperava uma distinção rígida entre esses espaços, apontou a clara valorização da esfera pública enquanto espaço político. Por outro lado, a esfera privada ficava circunscrita ao doméstico, ao lugar que foi definido como o da satisfação das necessidades básicas da vida e onde cabia ao homem lugar de privilégio e de poder sobre mulheres, escravos e crianças.

A autora destaca que, na pólis dos antigos gregos, a liberdade era uma condição exclusiva da esfera política. O que era da ordem da necessidade ficava, pois, circunscrito à organização privada do lar e se constituía enquanto fenômeno pré-político: “a força e aviolência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade – por exemplo, subjugando escravos – e alcançar a liberdade” (ARENDT, 2007, p. 40). Recuperarmos essa problemática é crucial para localizarmos a exclusão histórica praticada contra a mulher e que vai se desdobrar em outras exclusões de grupos subalternizados, perpetuando, assim, a hegemonia do homem cisbranco heterossexual. Retomaremos essa questão durante as análises das narrativas dos autores de *Vidas Trans*.

Caravaca-Morera e Padilha (2015) defendem que a separação entre esses espaços vai se constituir simbolicamente na segregação dos gêneros, não deixando espaço para o questionamento da proeminência do masculino. Esse sistema segregacionista reproduziu uma outra forma de misoginia contra as manifestações sexuais e genéricas dissidentes. Esses autores destacam que, “embora a misoginia, homofobia e transfobia tenham caminhado social e historicamente de mãos dadas, a atitude da sociedade e do Estado para com os transexuais e homossexuais tem sido assimétrica em vários aspectos” (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2015, p. 6). A construção dos discursos sobre os gêneros caminha, então, no sentido de estabelecer a naturalização (e, conseqüentemente, a normatização) da adequação dos corpos, e de toda a simbologia do feminino e do masculino, ao sistema binário da cis heteronormatividade. A partir desse processo, a transexualidade foi considerada uma patologia assim como a homossexualidade, também, o foi no passado. Ou seja, trata-se de um processo de naturalização, que construiu sentidos, os quais associaram a transexualidade a uma patologia.

De acordo com Castel (2001), o termo transexualismo foi utilizado pela primeira vez por Magnus Hirschfeld em seu livro *Die Transvestiten* (As Travestis), em 1910, para se referir ao transexualismo psíquico. Na segunda metade do século XX, começam as primeiras cirurgias de transgenitalização. A transexualidade foi efetivamente reconhecida a partir de uma cirurgia, que aconteceu na Dinamarca, realizada em um ex-soldado do exército americano: George

Jorgensen, que se transformou em Christine Jorgensen. Castel (2001, p. 4) esclarece que “a mediatização do caso Jorgensen, feminizado em 1952, ilumina todo o período fornecendo um cenário padrão inúmeras vezes recopiado e/ou revivido pelos futuros candidatos à mudança de sexo”.

Em 1953, o endocrinologista Harry Benjamin descreveu a transexualidade como a convicção por parte de um indivíduo de pertencer ao sexo oposto (COUTO, 2013). Mediante os estudos de Benjamin, a medicina, nos Estados Unidos, incorporou esse novo diagnóstico bem como o tratamento proposto pelo médico. O John Hopkins Hospital estabeleceu um Comitê Clínico de Identidade de Gênero e, em 1960, realizou uma mamoplastia redutora bilateral em uma mulher, que expressou o desejo de ser homem. Em 1966, Benjamin publicou o livro *The Transsexual Phenomenon*.

É precisamente dentro da medicina e da patologização da transexualidade que serão construídos os discursos, que envolvem essa condição. Couto (2013, p. 19), ao explicar a origem do termo, esclarece a necessidade de “inserir a temática na área da Psiquiatria, de onde ela é proveniente, distinguindo aqui a sua evolução nas duas classificações internacionais de doenças mentais”.

Na visão de Castel (2001), nos anos 1970, teve início o movimento pela despatologização da transexualidade, acompanhado da ideia de que a identidade sexual limita a liberdade individual. Tem-se, a partir de então, uma recusa em se acatar explicações psicológicas, ou psicologizantes, inclusive as da Psicanálise, sobre as causas da transexualidade. O que ocorre por que mesmo as explicações oferecidas pela Psicologia pareciam se basear em valores sociais conservadores, propondo, implicitamente, um tipo de sexualidade ideal. Assim, por exemplo, “a rejeição da psicanálise atinge então um tal grau que mesmo a ideia de uma solução psicoterapêutica do transexualismo não está longe de passar por uma fraude ou por um assassinato da liberdade” (CASTEL, 2001, p. 81). Isto é, teve início uma rejeição aos saberes científicos, que, ainda, poderiam associar a transexualidade a alguma forma de patologia. Desde então, diversos militantes da causa transexual assumiram essa luta.

Destacamos, aqui, a atuação do transexual João Nery, que sempre defendeu que a patologização limitava a discussão e, sobretudo, inviabilizava ou retardava as operações de mudança de sexo e a mudança jurídica da identidade para grande parte de transexuais. Inclusive, em 2013, o então deputado Jean Wyllys apresentou ao Congresso o Projeto de Lei João W. Nery de Identidade de Gênero¹², que, dentre outras demandas, pedia a supressão dos requisitos então

¹² O Projeto de Lei nº 5.002/2013 encontra-se arquivado desde 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acesso em 13 fev. 2022.

exigidos para alteração do prenome, entre eles a intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial, terapias hormonais, qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico e autorização judicial. Somente em junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a permitir que pessoas transgêneras pudessem alterar o prenome e o gênero nos registros civis diretamente em cartórios sem necessidade de decisão judicial ou cirurgia para mudança de sexo.

Nesta seção, enfatizamos o lugar ocupado pelo sujeito transexual na sociedade e como o seu “surgimento” foi inserido, em primeira instância, no campo da medicina. A patologização da condição transexual embasou, e continua a embasar mesmo após diversas mudanças no campo, os discursos, que estigmatizam esse sujeito. É, sobretudo, o tratamento dispensado pela sociedade a esse grupo que provoca seu adoecimento e sofrimento. Nesse cenário sentido, as violências cometidas são tanto simbólicas quanto físicas. Por isso, o movimento de despatologização da transexualidade, iniciado na década de 1970 e concretizado em 2018 no Brasil, é um importante marco de resistência contra os equivocados sentidos construídos e compartilhados socialmente acerca do tema.

1.2 Considerações sobre a Teoria *Queer* e a Categoria Gênero

Faremos, nesta seção, uma recuperação dos principais pontos da Teoria *Queer*¹³ e de como seu escopo teórico está fortemente vinculado à transexualidade. Essa Teoria, que nasceu com grande potencial subversivo, constitui um referencial, que colabora com a desconstrução dos sistemas de pensamento normalizadores e normatizadores. Por sua vez, a categoria gênero é inescapável em nosso contexto de pesquisa, uma vez que o sujeito transexual, antes da sua transição, é um sujeito em conflito com sua identidade de gênero – tantas vezes confundida, inclusive, com orientação sexual.

A Teoria *Queer* remonta ao fim da chamada Revolução Sexual, quando os movimentos feministas e *gays*, das décadas de 1970 e 1980, vieram questionar as ordens hegemônicas ditadoras dos comportamentos sexuais considerados normais e aceitáveis socialmente. De acordo com Miskolci (2016), as origens históricas do *queer* remontam à década de 1980.

¹³ Destacamos que já existem movimentos, que questionam a aplicabilidade da Teoria *Queer* no contexto nacional para o estudo e análise dos movimentos LGBTQIA+. Atualmente, estudos, que envolvem as linguagens pajubeyras, entram em cena e começam a apontar para novas possibilidades nesse sentido. Mas, é preciso destacarmos que tais estudos não prescindem das contribuições da Teoria *Queer*, conforme afirma o autor Carlos Henrique L. Lima (2017, p. 22, autor do livro *Linguagens Pajubeyras*: “Tal campo de estudos e discussões interessa, antes de mais nada, pelo escrutínio minucioso das estruturas de poder [...]”. Assim, nossa opção, no contexto desta pesquisa, será a Teoria *Queer*.

Todavia, o autor destaca que a conjuntura desse surgimento deve ser inserida no contexto dos movimentos sociais surgidos duas décadas antes, a saber: o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e os movimentos feminista e homossexual. São movimentos, que foram adquirindo força e representatividade na época da contracultura e que “costumam ser associados à emergência de novos sujeitos históricos que passam a demandar direitos e também a influenciar na produção do conhecimento” (MISKOLCI, 2016, p. 13).

A partir da segunda metade da década de 1980, começaram a surgir fraturas nesses movimentos. Iniciou-se um processo de reavaliação e contestação por parte de sujeitos, que não se sentiam representados pelas pautas, as quais vigoravam até então. Assim, feministas negras e do chamado Terceiro Mundo apontaram o caráter branco, de classe média e ocidental do feminismo emergente. Por sua vez, tanto o movimento homossexual quanto o feminista, também, se tornaram alvo de críticas por aqueles, que viriam a ser identificados como *queer* (MISKOLCI, 2016).

A questão da essencialização das identidades e, principalmente, dos corpos que as sustentam é radicalmente colocada em xeque pelo pensamento *queer*. Para uma das principais expoentes dessa teoria, Judith Butler (2016), por exemplo, não interessa saber as origens da formação identitária, tampouco essencializá-las, pensar em uma identidade fixa. Para ela, o corpo se constrói a partir do discurso. São atos discursivos reiterados, que servem para ratificar relações de poder e conformar identidades.

No início da década de 1990, os teóricos *queer* localizaram a centralidade dos corpos, enquanto espaços de regulações e, portanto, uma instância em disputa, com evidente potencial político. A partir da indagação, a qual envolve o uso que os indivíduos fazem de seus próprios corpos, a Teoria *Queer* é um campo de saber, que tange muitos outros campos e que se coloca como uma teoria de maior amplitude, porque reflete seu próprio tempo, ao colocar em xeque conceitos derivados de normalizações e normatizações. Dessa forma:

São os estudos *queer* que irão radicalizar o projeto feminista, em um debate interno ao campo, mas que o extrapola. Esses estudos habilitam as travestis, as *drag queens*, os/as transexuais, as lésbicas, os gays, os bissexuais [...] como sujeitos que constituem suas identidades mediante os mesmos processos que os considerados ‘normais’ (BENTO, 2006, p.68).

O caráter subversivo do pensamento *queer*, dessa maneira, permite que seus princípios atinjam áreas, como a educação, a sociologia, as ciências sociais e a antropologia, entre outras, à medida que se coloca como uma teoria, que questiona o inquestionável. Como exemplo dessa possibilidade para além das questões sexuais e de gênero, Guacira Lopes Louro (1997), pioneira

nos estudos *queer* no Brasil, defende sua aplicabilidade na educação ao questionar os currículos, programas e estratégias educacionais, e o que ela chama de identidades escolarizadas. Ela propõe a adoção de uma atitude reflexiva, tendo em vista que “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe” (LOURO, 1997, p. 64). Portanto, são processos constituídos pelas distinções naturalizadas, mas que, também, reproduzem tais naturalizações.

O potencial provocador dessa Teoria começa pelo próprio ato de se autodenominar *queer*, uma reapropriação de um termo pejorativo usado para se referir aos homossexuais como “bichas” ou “viados”. Ao ser ressignificado, o *queer* passa a ser usado para afirmar uma diferença, um lugar de transgressão, que não pretende se integrar à norma: “[...] *queer* adquire todo seu poder precariamente através da evocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 61). Ao questionarem o que é natural, o que é biológico, o que é cultural, esses teóricos propõem um olhar de desconstrução dos lugares estabelecidos e institucionalizados. Um posicionamento, que, em muito, se aproxima das formulações foucaultianas à medida que o teórico francês problematiza a importância das palavras e do poder, que elas têm de instituir as coisas e as pessoas no mundo.

Foucault (1988) analisa a história da sexualidade a partir da Idade Média até o século XX, chamando a atenção para o discurso criado em torno da sexualidade, que encerrava um paradoxo entre proibição, mutismo e discurso. Para ele, “tudo se passaria como se uma resistência fundamental se opusesse à enunciação de um discurso racional sobre o sexo humano, suas correlações e efeitos” (FOUCAULT, 1988, p. 63), o que significava uma espécie de esforço em não somente não dizer a verdade, mas, sobretudo, de impedir que ela se reproduzisse nesse gênero de discurso.

Butler (2002), partindo de uma distinção entre sexo e gênero, questiona as dualidades, que operam em nosso sistema de crenças. O gênero designa um aparelho de produção discursiva (cultural) através do qual o sexo, a matriz sexual, é estabelecido como algo natural, antes do discurso, como construção ideológica. Para ela, também, o sexo não é natural, mas construído discursiva e culturalmente tanto quanto o gênero. Ambos, desse modo, seriam uma estilização corporal, um conjunto de atos reiterados, repetidos de acordo com uma dada lógica e cristalizados. A autora entende que a criação do gênero foi a forma pela qual o poder conseguiu naturalizar o sexo. O conceito de gênero, assim, é um construto analítico, que diz respeito à organização social dos sexos. Por isso, é primordial percebermos que ele (o gênero) não se constitui de forma coerente e consistente em diferentes contextos, mas “estabelece interseções

com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”¹⁴ (BUTLER, 2016, p. 21), que discutiremos na parte analítica desta tese.

O termo “gênero” guarda estreitas relações com o movimento feminista. O sistema sexo-gênero foi proposto, inicialmente, para relacioná-lo aos níveis biológico (sexo) e social (gênero). Foi a forma encontrada por algumas feministas, para defender a ideia de que as diferenças sexuais, e, portanto, biológicas, foram construídas socialmente – e discursivamente –, a fim de justificar as diferenças culturais entre homens e mulheres. Para Scott (1990, *online*), “no seu uso mais recente, o ‘gênero’ parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. A autora destaca, ainda, a necessidade de se pensar o gênero em termos relacionais, ou seja, observando a construção social da feminilidade e da masculinidade, e atentando para o fato de que não existem identidades femininas ou masculinas *per si*, mas que elas emergem a partir da interação social. Contudo, é imprescindível ressaltarmos que o gênero se constrói sobre corpos sexuados. A biologia, nesse contexto, não pode ser negada, porém ela é utilizada social e historicamente para produzir um discurso, que envolve as distinções, as quais operam na sociedade, produzindo violências e assimetrias entre homens e mulheres. Entretanto, a explicação para tais violências não deve ser buscada na biologia, “mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p. 22).

A legitimidade do termo “gênero”, enquanto categoria de análise, e sua utilidade para apontar as construções sociais, que dizem respeito aos papéis desempenhados por homens e mulheres (SCOTT, 1990, 2012; LOURO, 1997; BUTLER, 2016), têm encontrado resistência para ser discutido em diversos ambientes sociais. Cabe pontuarmos o surgimento da expressão “ideologia de gênero”, que, longe de trazer contribuições ao debate, ocasionou ainda mais problemas para uma abordagem séria e responsável da questão. Embora o tema esteja na pauta política do País, também imperam muitas desinformações, resistências e preconceitos. O entrave para que haja uma livre discussão sobre gênero, e temas afins, origina-se de um discurso de setores conservadores da sociedade, sobretudo o religioso, que situam a questão como ideológica, como se ela não resultasse em práticas sociais, que perpetuam um sistema de desigualdades e, por assim dizer, antidemocrático. Como salienta Biroli (2015), são questões bem concretas e, para os segmentos sociais em que o gênero representa um ponto nevrálgico, não é possível a eles que se furtem de denunciar “o fato de que alguns indivíduos, pelas suas características, têm menos chances do que outros de ser respeitados e são alvos de violências e

¹⁴ Esse ponto será discutido durante as análises dos textos.

humilhações cotidianas” (BIROLI, 2015, *online*).

Importante ressaltarmos, ainda, a crítica realizada por Butler (2016) à essencialização das identidades a partir do movimento feminista, que buscava fixar a categoria “mulher” em uma perspectiva oposicional/binária (em relação ao homem) e de caráter universal. Tal visada acabava por reforçar as mesmas questões, que buscava combater. De acordo com Bento (2006), fixar a mulher como uma categoria universal, em um primeiro momento, significava a busca de uma identidade coletiva, que tinha como objetivo o fortalecimento dessa mesma categoria com vistas à conquista de direitos. Todavia, “os perigos ou os limites dessa concepção estão na essencialização das identidades, por um lado, e na vitimização do sujeito mulher, por outro” (BENTO, 2006, p. 73).

Assim, interessa-nos, teoricamente, a perspectiva das multidões *queer*, proposta por Preciado (2011). O autor desenvolve conceitualmente essa noção com vistas à superação da diferença sexual e da política das identidades, considerando-os, pois, elementos legitimadores da ação política. A política da multidão *queer* não se baseia em uma visão binária do mundo, não admite uma identidade natural (homem ou mulher) e nem se norteia pelas práticas sexuais (heterossexual ou homossexual). Preciado (2011) afirma que se trata de uma reviravolta epistemológica, que envolve a reapropriação dos discursos do poder-saber sobre sexo e a rearticulação das tecnologias sexopolíticas, que conferem inteligibilidade aos corpos, segregando-os em normais e anormais. Essa reviravolta epistemológica se constrói, então, à luz de uma multiplicidade de corpos, e entre eles estão os “drag kings, as gouines garous¹⁵, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues. O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas desubjetivação sexopolíticas” (PRECIADO, 2011, p. 16).

Em uma clara referência a Foucault, Preciado (2011, p. 15) enfatiza: “É preciso admitir que os corpos não são mais dóceis”. E, nesse percurso de resistência, o autor defende a necessidade da desidentificação e da desontologização do sujeito da política sexual. No primeiro caso, o autor explica que a “desidentificação surge das ‘sapatas’ que não são mulheres, das bichas que não são homens, das trans que não são homens nem mulheres” (PRECIADO, 2011, p. 15). A desontologização seria uma forma de ratificar a desidentificação, já que não considera uma base natural (mulher, homem, transexual etc.) sobre a qual se possa legitimar a ação política: “o que importa não é a ‘diferença sexual’ ou a ‘diferença dos/as homossexuais’, mas as multidões *queer*” (PRECIADO, 2011, p. 11).

Louro (1997), por sua vez, explica que os sujeitos da sexualidade desviante (todos

¹⁵ Praticante do *gouinage*, termo francês, que se refere ao sexo sem penetração.

aqueles que fogem à heteronormatividade) não desejam integração ou tolerância, mas o direito de assumirem o seu entre-lugar, desafiando e perturbando normas regulatórias, constituídas arbitrariamente. Observamos que este entre-lugar é uma potencialidade política, que vai muito além da conquista de direitos e de reconhecimento para um grupo social específico. Para além disso, propõe uma forma de existência, que não está calcada em uma compreensão binária do mundo. Em síntese, apresentamos, aqui, como a categoria gênero se desdobra em assimetrias e violências sociais e como ela continua central no pensamento feminista e, mais especificamente, no que tem se configurado como o feminismo transexual e a Teoria *Queer*.

Tratar de gênero é tratar de construções sociais, que atravessam e constituem papéis sociais (e se são construções, implica que possa haver desconstruções e reconstruções). É evidenciar que existem códigos, os quais devem ser assimilados e performados. É denunciar que a sociedade estigmatiza e pune violentamente as identidades, que não se conformam a tais códigos. Talvez, por essas razões, gênero continue sendo pronto nevrálgico de debate e encontre grandes obstáculos para ser discutido devidamente. Um desses grandes obstáculos se traduz, atualmente, no equívoco, que veio a ser nomeado como ideologia de gênero, sobre o qual discorreremos mais detalhadamente na próxima seção. Trata-se de uma manobra de setores conservadores da sociedade, que tem por objetivo esvaziar as pautas, as quais tratam de gênero no País.

A Teoria *Queer*, neste contexto, tem por difícil tarefa a condensação de saberes que se apresentam revolucionários nos tempos atuais. Constitui-se como uma teoria que embaralha diversas noções naturalizadas secularmente nas sociedades ocidentais. Esse caráter de contestação, de resistência e até mesmo de rebeldia se traduz logo ao se autodenominar *queer*, afinal, apropria-se de um termo de flagrante caráter humilhante para, assim, reconstruí-lo em outro registro com contornos acadêmicos, científicos, reflexivos e, sobretudo, subversivos. Interessa à Teoria *Queer* a superação dos discursos e práticas de essencialização das identidades e docilização dos corpos. O corpo, para esta teoria, desempenha papel central justamente porque se constitui enquanto instância política, sobre a qual se exerce rígido controle e sistema de normas. Libertar os corpos, questionar os sistemas de saber-poder e não fixar as identidades – a partir destas premissas é que se constitui a agenda da Teoria *Queer*.

1.3 Do Gênero à Ideologia de Gênero

Nesta seção, trouxemos alguns aspectos, os quais resgatam a chamada ideologia de gênero, que tem sido um dos grandes equívocos e barreiras para se criar um cenário onde a

questão possa ser tratada a partir de um ponto de vista caucionado nos estudos de gêneros feitos por disciplinas das Ciências Sociais. Sem a criação desse espaço, grande parte da sociedade permanece ignorando a subjetividade trans e as múltiplas violências à que estão submetidos tais sujeitos. Localizamos, também, o momento quando a problemática ideologia de gênero se intensifica no Brasil.

Nos últimos anos, é possível percebermos um deslocamento da categoria gênero para a expressão “ideologia de gênero”. O termo surgiu a partir de um movimento conservador de origem religiosa¹⁶, que identifica o que seria uma ameaça à família nas discussões sobre gênero e uma pretensa tentativa de doutrinação ideológica pelos movimentos, que incluem gênero em suas pautas.

Antes, porém, de entrar na especificidade do tema, cabe ressaltarmos a complexidade, que envolve o termo ideologia. Eagleton (1997, p. 15) destaca justamente a impossibilidade de procurar reunir em um único postulado os vários fios conceituais de que fazem parte esse texto/trama denominado ideologia: mais importante do que reunir esses fios em uma “Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que poder ser descartado”.

Eagleton (1997) aponta o esvaziamento do termo ideologia no debate intelectual precisamente em um momento intensamente marcado por conflitos ideológicos. Para o autor, a supressão do conceito é uma reciclagem da chamada época do fim da ideologia, no pós-guerra. Mas, enquanto naquele período a explicação para tal fenômeno correspondia a uma reação aos crimes do fascismo e do stalinismo, “nenhuma fundamentação política escora a aversão contemporânea à crítica ideológica” (EAGLETON, 1997, p. 11). Ele procede a uma defesa de que a escola do fim da ideologia foi uma criação da direita política e de que o pensamento pós-modernista considerava toda ideologia como “teleológica, totalitária e fundamentada em argumentos metafísicos” (EAGLETON, 1997, p. 11). Essa deturpação conceitual acaba por invalidar o conceito de ideologia, segundo o autor. Percebemos que essa análise continua mais atual do que nunca e que há um potente avivamento, pelos segmentos mais conservadores, dessa percepção da ideologia na atualidade.

Baseada nos estudos de Eagleton (1997), Biroli (2015) expõe duas importantes abordagens realizadas pelo autor, as quais situam a ideologia entre dois polos – o primeiro a define como uma ilusão, paralela à realidade; e o segundo a compreende como constitutiva da existência humana, manifestada através de um conjunto de valores e de crenças, que permeiam as experiências dos seres no mundo. A autora, porém, insere uma terceira via de compreensão

¹⁶ Conforme noticiado pela Zenit, agência de notícias internacional ligada à religião católica. Disponível em: <<https://pt.zenit.org/articles/o-exemplo-da-suecia-um-pais-totalmente-contaminado-pela-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

do termo, que engloba as já citadas e que ajuda a evidenciar a perniciosidade contida nos discursos sobre ideologia de gênero. Trata-se de um significado do termo ideologia com uma função legitimadora, que buscaria naturalizar a compreensão defendida pelos segmentos religiosos, que opõe ideologia a uma pretensa verdade. Essa perspectiva é uma visão situada e particular, que é apresentada como se fosse universal: “nesse caso, o recurso à ideia de que existe uma natureza/verdade e uma ideologia/falsidade é o dispositivo central para a universalização de uma posição bem situada” (BIROLI, 2015, *online*).

Conforme Althusser (1985), a ideologia não é um conceito teórico e abstrato; ao contrário, possui existência concreta nas práticas sociais, já que ela surge nas práticas das instituições e organizações sociais. Como assevera o autor, todos nós vivemos “espontaneamente e naturalmente na ideologia, no sentido em que dissemos que ‘o homem é por natureza um animal ideológico’” (ALTHUSSER, 1985, p. 94). De acordo com Eagleton (1997), para Althusser (1985), as descrições e representações do mundo podem ser consideradas falsas ou verdadeiras, mas não é disso que se trata a ideologia. Os critérios de verdade e falsidade são irrelevantes nesse contexto: “Para ele, a ideologia de fato representa – mas aquilo que ela representa é o modo como eu vivencio minhas relações com o conjunto da sociedade o que não pode ser considerado uma questão de verdade ou falsidade” (EAGLETON, 1997, p. 43). Eagleton (1997) percebe que, através de sua teoria, Althusser (1985) encerra qualquer percepção puramente racionalista da ideologia contra a noção de que ela seria simplesmente uma coletânea de representações, que distorcem a realidade: “A ideologia para ele refere-se principalmente a nossas relações afetivas e inconscientes com o mundo, aos modos pelos quais, de maneira pré-reflexiva, estamos vinculados à realidade social” (EAGLETON, 1997, p. 43).

Orlandi (2012) localiza a ideologia na materialidade discursiva. Ao retomar as formulações iniciais da Análise do Discurso (AD) na França, relacionando-a ao período da ditadura militar brasileira, a autora teoriza sobre os silenciamentos e sobre os dizeres implícitos. As reflexões sobre os mecanismos de interdição nos discursos, nesse contexto, refletem a emergência, nos estudos da linguagem, de uma abordagem, que visou a analisar os sentidos a partir das relações entre língua e ideologia. O conceito de materialidade, bastante caro à AD, é construído no entremeio entre a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. Esse último tira a ideologia do mundo das ideias e localiza o material “político”¹⁷ como prática discursiva materializada através da linguagem. Dessa forma, o fenômeno ideológico passa a ser entendido como prática discursiva, materializada na e pela linguagem, e não como um conjunto

¹⁷ Para a autora, o político não é restrito à política institucionalizada, mas é integrante de toda relação de poder materializada através da linguagem.

de ideias, paralelo à realidade, como defendem algumas correntes de pensamento evidenciadas por Eagleton (1997). Como afirma Orlandi (2012), a ideologia materializa-se no discurso, resulta de práticas sociais e é utilizada para fins legitimadores ou deslegitimadores de modos de ser, pensar e agir.

No Brasil¹⁸, entre 2014 e 2015, houve uma discussão, que envolvia a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos planos estaduais e municipais em todo o País no que se referia à inclusão dos temas gênero e sexualidade nos textos dos planos. Foram controvérsias surgidas a partir dessa questão que trouxeram à tona os discursos sobre ideologia de gênero e que permitiram a ascensão do “Escola Sem Partido”, nas palavras de seu fundador Miguel Nagib (2016, *online*):

A tentativa do MEC e de grupos ativistas de introduzir a chamada ‘ideologia de gênero’ nos planos nacional, estaduais e municipais de educação – o que ocorreu, principalmente, no primeiro semestre de 2014 e ao longo de 2015 – acabou despertando a atenção e a preocupação de muitos pais para aquilo que está sendo ensinado nas escolas em matéria de valores morais, sobretudo no campo da sexualidade.¹⁹.

Após uma agressiva campanha, a bancada evangélica, católicos e segmentos conservadores da sociedade civil conseguiram vetar o termo gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) como também dos planos estaduais e municipais de educação de todo o País. Muitos políticos, à época, como o deputado Marco Feliciano (PSC), o deputado Jair Bolsonaro (PP) e o senador Magno Malta (PR), empreenderam uma batalha contra o que eles entendiam como uma ideologia de gênero, que seria, em linhas gerais, uma espécie de estratégia orquestrada pelos movimentos feminista e LGBTQIA+, para difundir e incitar a prática da homossexualidade (a “ditadura gay”²⁰, termo comumente utilizado pelos parlamentares citados) e atacar os arranjos tradicionais da família. Entretanto, a expressão não configurava nos planos de educação, nem mesmo nos estudos de gênero. O texto vetado colocava como meta, simplesmente, “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”²¹, e a Meta 3 do referido plano

¹⁸ As discussões em torno do que seria uma ideologia de gênero tem caráter transnacional (MACHADO, M., 2018), mas para os fins deste trabalho, focaremos apenas no âmbito nacional.

¹⁹ Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/escola-sem-partido-caca-bruxas-nas-salas-de-aula/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

²⁰ Um caderno temático do *Uol Notícias* se dedicou a tratar da perseguição aos homossexuais durante o período da ditadura brasileira. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/ditadura-brasileira-contra-os-gays.htm#repressao-alem-da-politica>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

²¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura/466390-texto-base-do-plano-nacional-de-educacao-e-aprovado-em-comissao.html>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

destacava a necessidade de combater a evasão escolar de crianças vítimas de “preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. Biroli (2015, *online*) relacionou a luta contra a tal ideologia a um atentado contra a democracia na medida em que seus porta-vozes se posicionavam contra “o tratamento igual aos indivíduos independentemente do que os singulariza e a promoção, no ambiente escolar, do respeito à pluralidade e diversidade que caracterizam as sociedades contemporâneas”.

De acordo com Maria das Dores Campos Machado (2018), desde a década de 1990, já havia disputas em torno do gênero entre ativistas do feminismo e dos segmentos religiosos. Os primeiros empregavam o termo para evidenciar a situação desprivilegiada das mulheres na sociedade. Já, os segundos se preocupavam com os “desdobramentos e/ou implicações da perspectiva que reconhecia a importância da cultura e separava os papéis sociais e as identidades do sexo biológico” (MACHADO, 2018, p. 2). O antagonismo entre natureza e cultura foi abordado por Butler (2016), que postulou que o dado natural, que envolve o sexo, com sua anatomia e toda sua biologia, tem uma história construída por um discurso científico segundo interesses sociais e políticos. A característica de imutabilidade do sexo em oposição ao gênero, este essencialmente cultural, é colocada em xeque e adquire o *status* de construção cultural. A autora entende que a criação do gênero foi a forma pela qual o poder conseguiu naturalizar o sexo. O conceito de gênero, assim, é um construto analítico, que diz respeito à organização social dos sexos. Trata-se de uma performance, de atos discursivos, que servem para ratificar relações de poder e conformar identidades. Mas, para Butler (2016), não somente o gênero, também o sexo é uma criação, que objetiva regular e normatizar os comportamentos.

Dessa forma, percebemos o quanto as questões de gênero e sexualidade, ainda, suscitam reflexões e disputas. Já na citada década de 1990, a Igreja empreendeu esforços para formular um discurso, a fim de desconstruir a perspectiva de gênero, que vinha sendo construída pelas intelectuais feministas. Seus pensadores e teólogos utilizaram, convenientemente, uma entre várias concepções de ideologia, com vistas ao enfraquecimento do termo gênero e do pensamento, que vinha sendo construído no interior da teoria feminista e que orientava as militâncias (BIROLI, 2015). Foucault (1988, p. 27), também, realizou um estudo sobre os esforços da igreja católica com vistas ao controle da sexualidade humana e apontou os dispositivos usados para fazer emergir o discurso sobre a sexualidade (a confissão seria um deles) e concluiu que “a pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra”.

Articulando um discurso no intuito de construir um sentido negativo e ameaçador em

torno do gênero e sem considerar as diferenças e especificidades teóricas, muitos opositores da pauta feminista e LGBTQIAPN+ e, conseqüentemente, da adoção do conceito “gênero” nas políticas públicas, construíram uma defesa de suas ideias estabelecendo um *continuum* da teoria marxista à contemporânea Judith Butler sem esquecer Simone de Beauvoir²² e Michel Foucault (MACHADO, 2018). De fato, o século 19 testemunhou o surgimento de um feminismo socialista, que, devido à sua radicalidade, ficou à margem das correntes sufragistas (MIGUEL, 2014). Por sua vez, Marx e Engels deixaram uma herança ambígua, pois promoveram a defesa da igualdade entre homens e mulheres, mas, em contrapartida, situaram a dominação masculina como subproduto da dominação burguesa, invisibilizando, dessa maneira, o debate em torno das questões de gênero, tão caro ao feminismo (MIGUEL, 2014). A associação ideologia de gênero e “marxismo cultural” tem sido comum e constitui um equívoco conceitual, conforme expõe North (2014, *online*): “O coração, a mente e a alma do socialismo marxista ortodoxo²³ é um só: o conceito de determinismo econômico”. Nesse sentido, o chamado marxismo cultural seria uma invenção, que não guardaria nenhuma relação com a teoria marxista. A estratégia, todavia, ao associar os dois conceitos, é implantar a ideia de que há uma espécie de ameaça comunista interligada à ameaça da ditadura *gay*. Desse modo, as agendas conservadoras pretendem trabalhar a partir da afirmação de um imaginário sociodiscursivo, que, sobretudo nos dias atuais, ainda percebe um fantasma socialista²⁴ à espreita, que viria acompanhado de uma ameaça contra as heteronormatividades.

É importante destacarmos que as diversidades e diferenças entre os indivíduos, responsáveis pela imposição de hierarquias baseadas no *status quo*, são percepções das identidades e condutas humanas, que se apoiam em naturalizações e normatividades. Ao refletir sobre tal processo, Biroli (2015) estabelece uma ligação entre os discursos (e práticas sociais) sobre ideologia de gênero e ameaça à democracia. A autora ressalta a relação entre o ideal de tolerância e o pensamento liberal moderno, que leva em conta a pluralidade dos modos de existência. Nesse aspecto, “a diversidade permanece mesmo quando não há tolerância: o

²² Cabe ressaltarmos a polêmica em torno de uma questão no Enem em 2015, que citava Simone de Beauvoir. Na internet, é possível encontrarmos vários sites da imprensa, que abordaram a contenda. Ver, por exemplo: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/11/apos-polemica-envolvendo-enem-camara-debate-ideologia-de-genero.html>> e <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028_simone_beaupoir_wikipedia_enem_rb>. Acesso em: 3 dez. 2018.

²³ De acordo com North (2014), no marxismo ortodoxo, a luta de classes se desenrola a partir e, sobretudo, através do modo de produção. As ideias seriam apenas um desdobramento secundário. A cultura, segundo a agenda marxista, deveria ser modificada também, mas em função dessa primeira e fundamental mudança nos modos de produção.

²⁴ Na campanha presidencial de Jair Bolsonaro, ele chegou a declarar: “Não podemos continuar flertando com o socialismo e o comunismo”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P6vIxZJblUY>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

resultado de ações retrógradas como as que estão sendo aquidiscutidas é que os ‘outros’ estarão mais expostos ao sofrimento, à opressão e à violência”(BIROLI, 2015, *online*).

Encerrando as reflexões, que nortearam o desenvolvimento desta seção, evidenciamos o quanto as questões relacionadas ao uso dos corpos, entre as quais figuramos performances de gênero e sexualidade, continuam sendo um terreno violento de disputas na arena social. Nesse contexto, é primordial ressaltarmos que os segmentos conservadores utilizam estratégias variadas para manter a hegemonia das normas de comportamento de lógicas binárias, as quais relacionam gênero e exercício da sexualidade sob a seguinte fórmula: genitália feminina = mulher = padrão feminino de comportamento; genitália masculina = homem = padrão masculino de comportamento. Salientamos que, dentro do padrão de comportamento, inserem-se não somente as performances de gênero e práticas sexuais, mas, principalmente, uma tomada de posição e ação no mundo segundo o padrão sexo-gênero. Isso significa que à mulher compete uma adequação ao mundo dominado pelo homem; ou seja, em posição de inferioridade e de submissão. Ao homem, compete uma ação de domínio, de poder e de subjugação do que lhe é inferior.

Atravessando e constituindo essas visões de mundo e percepções sociais, estão as ideologias. Se o homem é um animal essencialmente ideológico, como postulou Althusser (1985), é necessário aceitarmos que a ideologia (ou ideologias, no plural) se materializa naturalmente nos discursos, evidenciando, assim, essas possíveis inteligibilidades sobre o mundo. As investidas contra o conceito de ideologia (como a criação do discurso sobre ideologia de gênero) devem ser percebidas como estratégias, que visam, em última análise, a fortalecer apenas uma ideologia, que é justamente a que reforça uma visão hegemônica e conservadora de manutenção da ordem cisheteronormativa do mundo.

Por fim, consideramos pertinente, para fechar esta seção, evidenciarmos as reflexões de Butler (2017) sobre o pensamento de Adorno com relação à violência moral. A autora salienta que as questões morais surgem no contexto das relações sociais, mas tais questões mudam de acordo com o contexto. É o aspecto mutável da história, que impõe mudanças no quadro teórico acerca da investigação moral. E as questões morais surgem quando as normas morais de comportamento deixam de ser autoevidentes e indiscutíveis na sociedade. Butler (2017) explica que Adorno, no entanto, recusa-se a lamentar a perda de um *ethos* ético, coletivo e comum. Para Adorno, o *ethos* coletivo é conservador e guarda “uma falsa unidade que tenta suprimir a dificuldade e a descontinuidade próprias de qualquer *ethos* contemporâneo” (BUTLER, 2017, p. 14). A autora destaca que Adorno alertou contra o recurso à ética como forma de repressão e violência: “Ele recusa um tipo de ética ou moral que se cristaliza nas ideias coletivas mesmo

depois que o ‘espírito do mundo’ cessou de nelas residir” (BUTLER, 2017, p. 14).

A questão da violência no campo da moral está relacionada às pretensões de universalidade, e o surgimento da moral implica, conseqüentemente, em formas de inquisições ou questionamentos morais. Baseando-se em Adorno, Butler (2017) explica que a divergência entre interesses universais e particulares conduzem à constituição do problema da moral. Essa divergência se dá quando “o universal deixa de concordar com o individual ou de incluí-lo, e a própria pretensão de universalidade ignora os direitos do indivíduo” (BUTLER, 2017, p. 15).

Essa é uma reflexão crucial para esta pesquisa. À medida que minorias, que não se encaixam nos padrões hegemônicos de classe, raça, gênero e sexualidade, começam a se organizar, iniciam-se as fissuras no sistema social, evidenciam-se as tensões e, principalmente, deflagram-se as lutas por direitos. Certamente, é um processo lento, que demanda constante pressão contra o *status quo*, para que, pouco a pouco, haja mudanças efetivas no sistema de legislação no que se refere à garantia de direitos – de proteção e de inserção social. Tem sido assim no movimento dos negros, das mulheres e dos homossexuais e não será diferente com as minorias de gênero. Entretanto, esse é o único caminho, para que haja o que o filósofo Axel Honneth (2003) chamou de progresso moral da sociedade, que ele relaciona às lutas por reconhecimento. Segundo o autor, essas lutas se constituem em uma força social capaz de impulsionar o progresso moral. Através dos sentimentos de injustiça e de desrespeito, os sujeitos constroem o que o autor denomina de uma semântica coletiva para empreenderem suas lutas por reconhecimento, visando, assim, a provocar mudanças nos padrões culturais e sociais. Essa semântica coletiva é o que une, apesar das diferenças, os grupos sociais com interesses e violações de direitos, que se intersectam. As aspirações por justiça e por reconhecimento precisam ser experienciadas coletivamente, pois é a consciência de um “Nós”, que se constitui como motor da ação coletiva. Maia e Garcêz (2014) entendem que é necessária uma integração ética entre aqueles que se percebem vítimas de injustiça. É por meio dessa integração que é possível a construção da semântica coletiva e, dessa forma, a subsequente luta para a transformação social.

1.4 Necropolítica, Transnecropolítica e o Objeto Enlouquecedor

Já registramos, na introdução desta pesquisa, os números relacionados aos crimes cometidos no País contra as populações trans. A dianteira no *ranking* como país que mais mata pessoas transexuais insere o Brasil em uma problemática apontada e denominada pelo pesquisador Achille Mbembe (2016) de necropolítica. Importante salientarmos que o

extermínio dessas populações não é a única temática a partir da qual é possível refletirmos sobre como esse dispositivo opera no Brasil enquanto prática política. Mas, o extermínio de pessoas trans, sem dúvida alguma, apresenta-se como um dos eixos, que revela potentes possibilidades analíticas acerca da necropolítica brasileira.

Nesse sentido, tem-se construído esforços teóricos e analíticos, para particularizar e refletir sobre a prática específica de uma transnecropolítica, que “seria pensada como um desdobramento do necropoder e endereçada às dissidências sexuais e de gênero que acometem, de forma acentuada, as travestis e mulheres transexuais” (NASCIMENTO; VELÔSO, 2021, p. 300). É preciso assinalarmos esse recorte de gênero na transnecropolítica, já que a maior parte das violências é direcionada ao feminino. O dossiê de 2021 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) corrobora a questão: foram 140 assassinatos de pessoas trans, entre estas 135 foram de travestis e mulheres transexuais, contra cinco casos de homens trans e pessoas transmasculinas (ANTRA, 2022, p. 30). Como observa Ruiz (2019), existe uma diferenciação nos preconceitos relacionados às pessoas trans, que se identificam com o gênero feminino, tradicionalmente marcado pelas violências da sociedade machista patriarcal. A esse respeito, Amara Moira (2016, *online*) comenta: “foi só eu transicionar e passar a ser lida como travesti para viver minha primeira experiência de violência sexual”. Ruiz (2019, p. 106) explica que transmulheres e travestis incorporam “uma feminilidade que, na sociedade brasileira machista, situa sua portadora como inferior, suscetível à dominação masculina”. Portanto, as violências de gênero compartilhadas pelo feminino na sociedade passam a ser endereçadas, até mais severamente, às travestis e mulheres trans, principalmente se considerarmos que grande parte dessas pessoas se encontra na prostituição e é, exatamente, no exercício dessa profissão que acontece a maioria das violências contra esse grupo.

Antes, porém, de tratarmos sobre a especificidade da transnecropolítica, é preciso discutirmos, inicialmente, sobre a necropolítica. O termo foi cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2016), que realiza uma leitura da política como trabalho da morte. Ou seja, trata-se de um movimento, que busca pensar o poder do Estado para além da gestão da vida. O pesquisador reflete sobre o poder do Estado, exercido através de diversos mecanismos, de gerir a população no que se refere às dimensões do viver e do morrer. Mbembe (2016, p. 123) faz uma indagação essencial para se pensar a necropolítica: “Sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte?” De acordo com o filósofo Fábio Luís Franco (2021, p. 34), “a necropolítica mbembiana põe em destaque as tecnologias de governo que atingem o corpo humano, colocando em risco suas condições de existência, cadaverizando-o em vida”. O autor explica que não se trata apenas de fazer morrer, de produzir a morte, mas também

de gerir condições mortíferas, o que envolve processos marcados pelo risco permanente da morte, que atinge determinados grupos ou regiões. Caravaca-Morera e Padilha (2022, p. 2) observam essas condições mortíferas, relacionadas aos grupos trans, que se manifestam através de um profuso campo de exclusão e de extermínio socioeconômico, “nos quais determinados exercícios de necropoder social e federal ‘empurram’ deliberadamente certos grupos humanos (aqui, em questão, a população trans) à morte e à invisibilização”.

A teoria de Mbembe (2016) parte do conceito foucaultiano de biopoder – sobre o qual refletimos no capítulo II, seção 2.1, juntamente com o conceito de biopolítica – e o relaciona com noções de soberania e de estado de exceção, essa última pensada a partir do nazismo. Importante retomarmos o conceito de biopoder e distingui-lo de um outro conceito foucaultiano, também utilizado por Mbembe (2016), que é o de biopolítica. A biopolítica, conforme já mencionado, refere-se às formas de solucionar problemas relacionados à população no exercício da prática governamental (FOUCAULT, 1997). Por sua vez, o biopoder, evidentemente, diz respeito ao poder, que se exerce em relação à vida dessa população. Ambos os conceitos estão, portanto, em uma inter-relação.

Embasando-se no pensamento de Cornelius Castoriadis²⁵, Mbembe (2016) adota a acepção de soberania como “um duplo processo de ‘autoinstituição’ e ‘autolimitação’ (fixando em si os próprios limites para si mesmo)” (MBEMBE, 2016, p. 124). Na soberania, um grupo, ou a própria sociedade, cria normas, que projetam a ideia de terem uma origem em si mesmas, quando, por outro lado, são provenientes de certos imaginários sociais. Para que essas normas tenham legitimidade, elas precisam estar ligadas às instituições. A soberania pode ter como objetivo a autonomia, por exemplo, de um Estado ou nação, mas também pode servir a projetos necro ou biopolíticos.

A soberania, segundo o autor, é produto histórico da modernidade. Ele localiza uma primeira modernidade – relacionada ao período de escravização e colonização –, e uma modernidade tardia – que se refere ao avanço da globalização. Mbembe (2016) defende que a modernidade, então, produziu o imaginário do Outro, aquele que representa perigo e ameaça às bases civilizatórias de um “Ser-conquistador”, que precisa afirmar, constantemente, sua soberania. Assim, justifica-se a eliminação biofísica desse Outro, que ameaça os projetos do sujeito moderno: o homem branco, europeu e colonizador (MBEMBE, 2016). Nesse sentido, o autor relaciona o conceito de soberania ao da necropolítica. Através da primeira é que se exerce o controle sobre a mortalidade, que se define quem deve ou não viver. A partir do exercício da soberania, define-se quem é descartável e quem não o é (MBEMBE, 2016). O autor se preocupa,

²⁵ A instituição imaginária da sociedade.

justamente, com as formas de soberania, “cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2016, p. 125). O que Mbembe (2016) propõe é uma leitura da política, da soberania e do sujeito a partir das categorias de vida (biopolítica) e morte (necropolítica) – que, segundo ele, são categorias menos abstratas e mais táteis.

De acordo com essas reflexões, a soberania tem sua expressão máxima na determinação de matar ou deixar morrer, viver e deixar viver pessoas. No caso, controlar a mortalidade seria o limite e, também, o fundamento da soberania, o que é obtido através da necropolítica (MBEMBE, 2016). A necropolítica estabelece parâmetros pelos quais selegitima a morte em detrimento da vida. Desse modo, pratica-se a necropolítica quando se deixa morrer ou quando se faz morrer, instrumentalizando as vidas ou destruindo os corpos. As práticas de campos de concentração, políticas de extermínio e normatizações, que prejudiquem determinados grupos, são exemplos de necropolítica. Já a biopolítica estabelece controle sobre determinados grupos conforme determinados interesses. Políticas ou reivindicações, que versem sobre sexualidade, higiene e natalidade (como a questão do aborto), são exemplos de biopolítica. Assim sendo, esta se torna uma forma de regulamentação da vida coletiva segundo certos valores ou interesses políticos. No caso, podemos conjugar necro e biopolítica em relação a uma mesma questão, normatizando o controle de uma população ou grupo e, ao mesmo tempo, criando condições para o seu extermínio.

De acordo com Franco (2021), outro aspecto significativo da noção mbembiana de necropolítica é o fato de que a gestão da morte não é exclusividade do Estado. Outros atores, também, participam dessa produção mortífera em larga escala, em conjunto ou não com o Estado, “como Mbembe destaca, cada vez mais frequentemente o direito de matar é alienado do Estado para um conjunto heteróclito de grupos armados locais, milícias, formações paramilitares, empresas privadas de segurança [...]” (FRANCO, 2021, p. 35). No caso das mortes de pessoas trans, como veremos mais adiante, em que pese o fato da omissão do Estado, é preciso destacarmos os atores sociais homens, lidos como heterossexuais pela sociedade, mas que reprimem um desejo pelo corpo transexual, sobretudo pelo corpo trans feminino.

Nesse contexto, ressaltamos o papel de um Estado como o do governo bolsonarista, que representou um avanço do neoconservadorismo de extrema-direita no País. Com isso, observamos, mesmo após a derrota nas eleições de 2022, a proliferação de um discurso político-ideológico violento e contrário às liberdades e direitos individuais, além da atualização de mecanismos de controle e reprodução das desigualdades do Estado neoliberal. Com essa onda neoconservadora, vimos a intensificação de discursos e práticas preconceituosas e opressoras,

que tangenciam questões de classe, raça, gênero e sexualidade. Com relação a esses dois últimos, a reprodução do imaginário, que evoca a “tradicional família brasileira”, coopera para intensificar esse neoconservadorismo, com suas práticas autoritárias e intolerantes. Nessa lógica, os protagonistas da suposta “ditadura *gay*” e todas as suas correlações compreendidas dentro da sigla LGBTQIAPN+, tornam-se, facilmente, alvos preferenciais da necropolítica. Aqui, chamamos atenção para outro aspecto tratado por Mbembe: a questão do inimigo público.

O autor fala sobre a separação, nas democracias, entre os grupos de semelhantes e os não semelhantes; em outras palavras, os grupos considerados hegemônicos e “os outros”. É na divisão dos Estados que tem origem uma “política de Estado que, distinguindo claramente os seus cidadãos (os que pertencem ao círculo dos semelhantes) de outras pessoas, afasta resolutamente todos os não semelhantes” (MBEMBE, 2017, p.71-72). Embora Mbembe (2017) situe esse fenômeno no seio das democracias liberais, ele destaca a particularidade do atual estágio:

Decididamente, a época privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo, e tudo isso é consequência daquilo a que, num vasto processo de inversão, as democracias liberais, já amplamente branqueadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, aspiraram (MBEMBE, 2017, p.72).

Com relação a esses movimentos de ódio, o filósofo afirma que eles possuem uma energia fundamental, que enseja um desejo e que tem como ponto de fixação um objeto ou vários. O autor nomeia os “objetos” de outrora: o negro e o judeu. Atualmente, esses objetos se multiplicaram: “o islão, o muçulmano, o árabe, o estrangeiro, o imigrante, o refugiado, o intruso, para citar apenas alguns” (MBEMBE, 2017, p. 72). Entre estes, encontram-se as multidões *queer*, destacadamente os sujeitos, que subvertem as normas de gênero, e, portanto, subvertem a “natureza”, constituindo-se como ameaças à cultura. Esses grupos apresentam-se, assim, como um tipo de “objeto enlouquecedor”, como define Mbembe (2017). O autor explica que esse objeto surge a partir de uma fantasia do sujeito, que busca garantir sua própria segurança quando se confronta com um suposto perigo exterior. Essa fantasia pode ser “de onipotência, de amputação, de destruição, de perseguição, tanto faz” (MBEMBE, 2017, p. 72). Dessa forma, o sujeito, que se sente ameaçado, se lança à subjugação desse objeto. Entretanto, pontua Mbembe (2017, p. 73), ao passo que o objeto enlouquecedor não existe de fato, ele precisa ser inventado, o que não significa que, com isso, ele se torne real, “exceto como lugar vazio, mas sedutor, círculo alucinatório, simultaneamente encantado e maléfico, que o habita desde então como destino”. Observamos, todavia, que é possível extrairmos outras análises do objeto

enlouquecedor transexual. A ordem compulsória cisheteronormativa é radicalmente embaralhada pelos sujeitos transgêneros. Esse embaralhamento de noções tão arraigadas nos imaginários sociodiscursivos guarda possibilidades reais de enlouquecer a ordem, os imaginários e, principalmente, os desejos.

Entre os objetos mencionados por Mbembe (2017) chama a atenção o significante “estrangeiro”, que pode ser tomado em sentido amplo, podendo, também, ser compreendido como “o de fora”, o não pertencente. Leticia Nascimento (2021, p. 49) recorre ao mesmo termo para se referir ao sujeito transexual: “Em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras dogênero”. Esse outro, situado como inimigo por Mbembe (2017), também foi abordado por Beauvoir (1970) a partir da questão de gênero: “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 10). O outro, a partir dessa perspectiva, é constituído enquanto inimigo, um imaginário, que se encontra fortemente enraizado e que se manifesta concretamente nas violências engendradas contra ele. Seja nas estatísticas de assassinatos de pessoas trans, no feminicídio ou no genocídio negro, essa figura do outro, do inimigo, é recriada e constantemente atualizada. O desejo de que trata Mbembe (2017), relacionado aos movimentos de ódio, aciona uma fantasia, que faz com que o sujeito levante barricadas imaginárias, a fim de garantir sua segurança, ameaçada pelo perigo exterior, o perigo do estrangeiro: “Hoje em dia, o desejo de inimigo, o desejo de *apartheid* (separação e enclave) e a fantasia de extermínio ocupam o lugar deste círculo encantado” (MBEMBE, 2017, p. 73).

Franco (2019) afirma que, no Brasil, o discurso do inimigo interno é muito presente e potente. Ele cita a guerra da contrarrevolução brasileira, deflagrada com o golpe de 1964, e defende que essa guerra não cessou após a redemocratização do País: “Essa guerra continuou, envolveu novos atores, voltou-se para outros alvos, uniu forças com as estruturas administrativas e legais instaladas previamente [...] (FRANCO, 2019, p.40). De acordo com o filósofo, o discurso do inimigo se orienta a partir de uma lógica, que ele denomina de imunológica. Através da metáfora da imunologia, ele explica, uma entidade externa infecta e contamina um corpo. A fim de manter a saúde desse corpo, é preciso eliminar, destruir essa entidade externa, essa entidade estrangeira (FRANCO, 2019).

Contudo, no caso de pessoas trans, o desejo pelo “objeto enlouquecedor” caminha ao lado dessa lógica imunológica. O país que mais mata transexuais é, também, o país que mais consome pornografia trans. Os dados são provenientes dos maiores sites pornôs do mundo, que publicam

relatórios a partir das buscas realizadas pelos usuários em cada país do *top 20*. Em 2016, o *RedTube* identificou o Brasil como o país que mais consome esse tipo de pornografia. Desde então, o País permanece na liderança, demonstrando esse “paradoxo de viver entre o desejo e o ódio em relação às travestis e transexuais” (BENEVIDES, 2020, *online*). Ainda de acordo com a pesquisadora da Antra, Bruna Benevides (2020), no relatório de 2018 do *PornHub*, o Brasil ficou na 11ª posição em acessos à plataforma e apresentou um crescimento de 98% na busca pelo termo *transgender*, o maior percentual em todo o mundo. Conforme a pesquisadora, a hipersexualização e a fetichização dos corpos trans são um processo histórico, que leva à objetificação desses sujeitos. O fato de muitos homens não se relacionarem sexualmente, sobretudo, afetivamente, com mulheres trans implica em duas questões. A primeira é que eles teriam a sua heterossexualidade contestada, um preço alto demais a se pagar para aqueles, que ocupam lugar de privilégio na sociedade cisheteronormativa. Para Benevides (2020), essa ameaça culmina na repressão dos sentimentos e desejos por esse objeto enlouquecedor, percebido como repulsivo, proibido. Negação ambígua geradora de ódio: “esses homens então retrocedem ao ódio pelo objeto de cobiça, com coragem suficiente apenas para consumi-los em larga escala na internet, onde lhes é garantido o anonimato e a segurança de não serem julgados por ideologias religiosas, sociais ou políticas” (BENEVIDES, 2020, *online*).

O conflito interno se intensifica entre muitos dos que cedem ao desejo e consomem o ato sexual com mulheres trans, geralmente através do sexo pago. Encontros que, muitas vezes, terminam em assassinato:

A maioria desses assassinos são homens que buscam sexo pago pelo sigilo que a transação oferece, enquanto as vítimas geralmente vivem em isolamento social compulsório e são presas fáceis a envolvimento casuais. Em muitos casos, o crime não satisfaz apenas a vontade sexual, com atos que eu não ousaria mencionar aqui, mas também gera uma necessidade quase imediata de aniquilar qualquer possibilidade de associação com aquela prática e os sentimentos que ela revela pós-coito (BENEVIDES, 2020, *online*).

Essas reflexões revelam uma das facetas cruéis da necropolítica, que não envolve, diretamente, o Estado, mas, por outro lado, encontra ecos na perspectiva imunológica apontada por Franco (2019). Afinal, o que poderia infectar mais um corpo do que o ato sexual em si? O filósofo situa essa lógica tanto no período da ditadura quanto no momento atual, já que é imperativo que se mate, que se exterminem alguns grupos, a fim de garantir a saúde do País: “Em última instância, o que sustenta a necropolítica é, no fundo, a sua articulação com o discurso da saúde nacional” (FRANCO, 2019, *online*).

Nesse contexto, a transnecropolítica se justifica pelas ameaças, que as populações trans

representariam à saúde nacional. E elas são várias: pessoas trans podem ser consideradas inimigas internas da instituição familiar, da ordem hegemônica da cis-heteronormatividade, das instituições religiosas; enfim, inimigas de uma lógica conservadora, que não pretende questionar os lugares estabelecidos social e culturalmente, mas, antes, defendê-los. E com relação a esse novo inimigo, há uma ausência, um abandono do Estado: “Afinal todos os setores da vida política, econômica e social deveriam se unificar em torno de um mesmo objetivo biopolítico: combater esse inimigo para defender a unidade do corpo social e garantir a sobrevivência da nação” (FRANCO, 2021, p. 105).

É imprescindível percebermos a necropolítica como um todo de forma estrutural. Nesse aspecto, esse “deixar morrer” se opõe à biopolítica, que é definida em termos de um “deixar viver”, fomentando a criação de um espaço de estado de exceção, a partir da visão bembiana. É esse estado de exceção que se configura concretamente na omissão do Estado com relação a todas as formas de exclusão, de violência e de invisibilização dos inimigos da nação. Representa, na prática, a gestão das condições mortíferas, o esforço deliberado para empurrar determinados grupos humanos para a morte, como esclareceram os autores Caravaca-Morera e Padilha (2022). Assim sendo, são definidas novas formas de existência social, “em que vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes confere a denominação de mortos-vivos, cidadãos sem cidadania [...]”. Nomear, assim, essa vertente da necropolítica, possibilita refletir, também, sobre outras tecnobiopolíticas para essas populações, que representem formas concretas de construção de uma nova cosmologia trans. Isso implicaria pensar a construção de um espaço, onde deveria ser garantida não somente a sobrevivência do grupo, mas, sim, uma vivência plena, permeada pelo respeito à diversidade e ao acesso a oportunidades – na escola, no mercado, na sociedade. Trata-se de construir um espaço para a emergência de uma transcidadania, da qual trataremos na seção seguinte.

1.5 Transcidadania: uma cidadania necessária

Muito se fala sobre cidadania, que é um termo, de certa forma, já incorporado ao imaginário coletivo. De acordo com Costa e Ianni (2018), a palavra deriva do latim – *civitas* – e, na civilização grega, assumiu os significados de liberdade, igualdade e virtudes. Na ótica das pesquisadoras, trata-se de um conceito situado e mais complexo, que envolve um “exercício e um *status* construído socialmente e que assume inúmeras formas, a depender dos diferentes contextos sociais. Por ser um conceito historicamente situado, só pode ser compreendido com uma análise do contexto social e político de sua época” (COSTA, IANNI, 2018, p. 43). A partir

dessa perspectiva, destacamos a questão do *status* construído da cidadania, entendido como prática, que envolve instituições e grupos sociais que promove inclusões e exclusões, baseadas em uma hierarquia estabelecida e incorporada pela sociedade. Nesse sentido, entendemos que termos como Transcidadania, Afrocidadania²⁶ e Cidadania para Deficientes, entre outros, buscam denunciar, evidenciar e promover o resgate de direitos para determinado grupo social. Foi nesse contexto que nasceu o Programa Transcidadania.

Em 2015, em uma iniciativa inédita nacional e internacionalmente, foi implantado em São Paulo, durante a gestão do então prefeito Fernando Haddad, o Programa Transcidadania. Em um evento em comemoração aos dois anos de implantação do Projeto, foi lançado o livro *Transcidadania: práticas e trajetórias de um programa transformador*. No prefácio do livro, Haddad (2017, p. 5) afirma que o “ideal é que as pessoas possam assumir sua identidade normalmente, frequentarem a escola, serem atendidas no posto de saúde, serem abraçadas pelas suas famílias, sem a necessidade do Transcidadania”. E acrescenta que, justamente por essa não ser a realidade do País, a iniciativa se justifica.

Em seguida, o livro traz uma seção dedicada à Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como Constituição Cidadã. Pautando-se na lei, é realizada, então, a inserção do Programa Transcidadania como uma iniciativa, que não só atende aos princípios da Constituição, mas que se mostra necessária precisamente pelos preceitos defendidos pela própria:

A construção do Programa Transcidadania está pautada nos fundamentos do Estado Democrático de Direito, expressos pela Constituição Cidadã de 1988, cuja atribuição é assegurar os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e a justiça social, historicamente violados e, portanto, prementes de serem garantidos para mulheres transexuais e travestis e homens trans. (CONSTITUIÇÃO, 2017, p. 12).

Ainda em atividade, o Programa tem como foco a área da educação. São 510 vagas oferecidas aos beneficiários, que têm a oportunidade de concluir os Ensinos Fundamentals Médio. O Programa, com duração de dois anos, destina uma renda mensal para que os alunos tenham condições de concluir a carga horária exigida. Além disso, eles, também, recebem acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico durante a permanência no Programa.

Trata-se de uma iniciativa, que representa uma prática de política transcidadã e atua com vistas a corrigir uma das sequelas sociais mais importantes infligidas contra as pessoas trans e

²⁶ Em Macapá, por exemplo, a Prefeitura tem o projeto “Afrocidadania Itinerante”, uma iniciativa do Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

que atenta contra o usufruto de um direito fundamental para a sua sobrevivência, o direito à educação. Um direito tão fundamental, que, não sendo garantido, leva grande parte de travestis e pessoas trans para a prostituição, uma vez que, ceifadas as oportunidades de escolarização, a maioria termina sem opções no mercado formal de trabalho. De acordo com a Antra (2019), 90% da população trans têm, na prostituição, a única possibilidade de subsistência. Os problemas são retroalimentados pelo próprio sistema, que inter-relaciona situação socioeconômica, dificuldade de permanência na escola e, portanto, baixa escolaridade e, por fim, reduzidas oportunidades de trabalho. A Antra (2019) informa, ainda, que 70% dos assassinatos são justamente direcionados às transexuais e travestis, que exercem a prostituição; destes, 55% são cometidos nas ruas. É neste cenário que está inserida “a maioria esmagadora das vítimas, que foram empurradas para a prostituição, se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência” (ANTRA, 2019, p. 19). Ao chegarem à fase adulta, sem concluir os estudos, as populações trans se encontram em posição de extrema vulnerabilidade social. Portanto, é notável a dificuldade que a sociedade tem de integrá-las e de conferir os mesmos espaços destinados às pessoas cisgêneras.

Adelman (2003), ao comentar a estrutura segmentada do mercado de trabalho definida segundo a dicotomia masculino-feminino, ressalta que muitos valores subjetivos, ainda, estão ancorados sobre um imaginário acerca do que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Assim, pessoas que apresentariam uma ambiguidade de gênero causariam uma confusão no ambiente de trabalho e teriam maiores chances de rejeição, já que não se encaixariam, facilmente, nos nichos do mercado. Essa ambiguidade, também, “pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem” (ADELMAN 2003, p. 84).

Ciente das dificuldades enfrentadas pelas populações trans, um grupo de transexuais em São Paulo, entre eles Márcia Rocha, criou o primeiro *site* para divulgar vagas, através de empresas parceiras, destinadas a esse público: “Não buscamos vagas exclusivas para pessoas trans, mas sim um mundo inclusivo”, conforme especificado no *site* (TRANSEMPREGOS, s/d). Moura e Lopes (2017) realizaram uma pesquisa através de dados coletados do *site* mencionado e concluíram que a criação da ferramenta influenciou o mercado de trabalho e que o segmento trans está ganhando espaço embora ainda muito incipiente. De acordo com a pesquisa, já é possível notar que muitas empresas têm buscado implementar uma cultura mais consoante com a diversidade sexual e de gênero: “Tal atitude vem influenciando as práticas do mercado de trabalho cada vez mais” (MOURA; LOPES, 2017, p. 14).

Almeida e Vasconcellos (2018), também, realizaram uma pesquisa no âmbito da capital

paulista. Os pesquisadores partiram de entrevistas feitas com pessoas trans ligadas a entidades²⁷, que representam seus interesses. A partir de entrevistas semiestruturadas, os pesquisadores buscaram responder às indagações, que envolviam os desafios no acesso ao emprego por pessoas trans em São Paulo e as estratégias das entidades para promover a acessibilidade dessas pessoas ao mercado de trabalho. No que tange às principais barreiras para o acesso ao mercado, chegou-se à conclusão de que os maiores desafios enfrentados pelas pessoas trans são o preconceito e a transfobia; a documentação; o uso de banheiro, vestiário e uniforme; a baixa escolaridade (provocada por evasão escolar involuntária); e as linguagens corporal e verbal. Todavia:

O preconceito foi o principal elemento citado entre as entrevistadas como obstáculo ao acesso da população trans ao emprego. Isso por que as pessoas trans não são vistas como mulheres e homens ‘verdadeiros’, além de serem estigmatizadas e vinculadas a posturas tidas socialmente como reprováveis, como envolvimento com drogas, violência e prostituição. Por isso, encontram resistências para acessar e permanecer no mercado de trabalho (ALMEIDA, VASCONCELLOS, 2018, p. 311).

É exatamente essa situação que faz com que muitas pessoas trans sejam empurradas para o mercado da prostituição, que se apresenta como única alternativa de subsistência nesse cenário. Isso significa aceitar uma vida que envolve diversos riscos, inclusive o de serem assassinadas. Essa cadência, que marca a vida de tantas pessoas trans, representa a manifestação concreta da ação necropolítica, que se pulveriza no decorrer dessas trajetórias humanas. Como assevera Franco (2021, p. 34), “Mbembe percebeu que é próprio das tecnologias necropolíticas gerir o sofrimento dos corpos, fragmentando a morte em uma miríade de pequenas mortes, um morrer a conta-gotas [...]”.

Iniciativas como os projetos Transcidadania e o Transempregos representam esforços para o resgate de uma cidadania perdida. Modificar a posição de destaque do Brasil nos mapas e estatísticas de violências contra pessoas trans passa, necessariamente, pela retomada de uma cidadania inclusiva, que construa, devolva e garanta a essa comunidade os direitos assegurados pela chamada Constituição Cidadã.

Entretanto, Berenice Bento (2014) aponta as brechas do Estado brasileiro no que tange à questão das garantias de direito para as populações transexuais. A pesquisadora defende a tese de que existem certos procedimentos dentro das esferas da representação política no País, que fazem com que a votação/aprovação de leis direcionadas aos grupos excluídos seja feita de forma

²⁷ As entidades foram: Centro de Apoio e Inclusão de Travestis e Transexuais (CAIS), presidente Renata Peron; Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (Ibrat), coordenador nacional Lam Matos; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), secretária geral Fernanda de Moraes; Instituto Aphrodite, presidente Fernanda de Moraes; Instituto Nice, presidente Valéria Rodrigues; e o Cursinho Transformação.

fracionária e lenta, uma forma de garantir “que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos” (BENTO, 2014, p. 166). Assim, a autora trabalha com a noção de cidadania precária, que envolve uma dupla negação: por um lado, nega-se a condição humana e, por outro lado, a condição de cidadão/cidadã. Esse *modus operandi*, de acordo com Bento (2014), está endereçado, historicamente, a determinados corpos: de mulheres, de negros e de minorias LGBTQUIAPN+. Consequentemente, “para adentrar a categoria de humano, de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como ‘corpo político’. No entanto o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo”. (BENTO, 2014, p. 167). Essa observação de uma inclusão que continua a eclipsar a exclusão social, também, foi abordada por Jota Mombaça (2021, p. 18), quando a autora aponta os limites daquilo que o fundamentalismo cisgênero nomeia como inclusão, um problema, que se apresenta como uma “brutalidade da apropriação e do roubo na chave da benevolência; o problema do uso branco e cisgênero das categorias de justiça social para seguir replicando as condições de produção da injustiça sistêmica”.

Só para exemplificar “como setores dominantes (raça/etnia, gênero, classe, sexual) se apoderam do Estado e tentam segurar com mãos de ferro seu lugar hegemônico” (BENTO, 2014, p. 167), podemos observar a conquista de direitos em relação às uniões entre casais homossexuais. Foi em 1995, quando a então deputada federal Marta Suplicy entrou com um projeto de lei regulamentando a união de pessoas do mesmo sexo, após várias ações isoladas nos Estados, no sentido de garantir direitos aos companheiros homossexuais. Somente em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual (BENTO, 2014). Com relação à comunidade trans, já citamos a relutância do Congresso Nacional em aprovar a lei, que criminaliza a homofobia e a transfobia, fazendo com que o STF enquadrasse a matéria como racismo, decisão que valerá até o Congresso Nacional resolver a questão.

O direito ao uso do nome social foi outra luta para as pessoas transexuais. A primeira Portaria que estabeleceu direitos nesse sentido é de 2010. A Portaria nº 233/2010²⁸ assegurava aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal, o uso do nome social adotado por transexuais e travestis. Conforme apontou em seu artigo sobre a questão, em 2014, Berenice Bento comentou sobre as normas regulatórias em relação à identidade de gênero, que figuravam, naquele momento, apenas em esferas micro, como repartições públicas, bancos e algumas universidades. Mas, a autora questionava: “E como podemos explicar a nossa

²⁸ Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:ministerio.planejamento.orcamento.gestao:portaria:2010-05-18;233>. Acesso em: 27 set. 2022.

em:
18;233>.

singularidade? Seria um descasodo Legislativo? Certamente, o vácuo legal pode ser lido por uma ótica conjuntural [...]”(BENTO, 2014, p. 166).

Em 2016, a então presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 8.727²⁹ em abril de 2016, dispondo sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Em 2018, saiu uma nova regulamentação: a Resolução do Conselho Nacional de Justiça CNJ nº 270/2018³⁰, que regulamenta o uso do nome social pelas pessoas trans usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, terceirizados e estagiários no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário. A Resolução, além de assegurar o uso do referido nome, prevê a adequação dos sistemas de processos eletrônicos do Poder Judiciário para a devida execução da norma entre outras providências.

Em termos de legislação, é primordial entendermos que estes mecanismos – Portaria, Decreto e Resolução³¹ – foram usados, na questão do uso do nome social, para garantir esse direito às populações trans. Como não havia, e ainda não há, uma lei específica sobre o tema, os órgãos que os expediram demonstraram um comprometimento com essa temática e recorreram à própria Constituição (como ocorreu no caso do projeto Transcidadania) para se ancorarem, uma vez que ela garante direitos individuais de forma genérica, mas ainda não conta com uma lei específica disciplinando o assunto.

A morosidade do Estado brasileiro na questão da aprovação de leis em benefício de minorias, não é a única omissão a ser apontada. A falta de dados oficiais referentes a esses grupos, também, contribui para deixá-los à própria sorte, configurando-se, claramente, em uma tecnologia necropolítica. No caso de pessoas trans, por exemplo, sabe-se que as estatísticas referentes ao número de assassinatos por ano são realizadas pelas entidades da organização civil, que atuam em defesa dessas pessoas. E, ainda assim, os números são subnotificados, já que eles são quantificados com base no que é divulgado pela imprensa. Outro exemplo foi o Censo Demográfico de 2022, que envolveu disputas referentes à inclusão de questões sobre identidade de gênero, conforme destacamos na introdução desta pesquisa. O silêncio referente a dados como estes citados se traduz na ausência de políticas públicas em âmbito nacional direcionadas às populações transexuais. Assim, essa problemática fica na dependência de iniciativas isoladas,

²⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 27 set. 2022.

³⁰ Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_270_11122018_12122018112523.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

³¹ Não há hierarquia entre Portaria, Decreto e Resolução, já que constituem diferentes competências. Os Decretos, em geral, prestam-se a regular uma lei. As Portarias são atos administrativos, geralmente internos, expedidos pelos chefes de órgãos para disciplinar o funcionamento deles. Já a Resolução é um ato legislativo de efeito interno, que regula matérias privadas da Casa Legislativa.

no âmbito dos Estados e, claro, a depender da vontade dos políticos eleitos, como foi o caso do governo Haddad em São Paulo.

Por fim, destacamos a relação entre necropolítica e negação de cidadania. As tecnologias de gestão da vida, uma vez que promovem um grande contingente de exclusão de grupos diversos, entre eles as populações transgêneras, envolvem uma evidente segregação. De um lado, os grupos de indivíduos, que podem gozar, não sem algum processo de hierarquização, de direitos cidadãos; e, do outro, grupos sociais, que se encontram completamente fora desse círculo. A esses grupos, essa negação cidadã caminha ao lado das tecnologias necropolíticas, porque, se não se trata de grupos humanos dignos dos direitos cidadãos, são deliberadamente expostos pelo Estado aos riscos de morte, seja pela fome, pela bala perdida, pela falta da educação, pelo desemprego ou pelo emprego precário.

Vimos, portanto, a relação entre transnecropolítica e transcidadania e como estas são questões que não dizem respeito somente aos grupos transgêneros. Reiteramos que essas problemáticas afetam a vida em sociedade e apontam para as dificuldades e resistências relacionadas ao convívio com o diferente, com aquele que não se enquadra no padrão. No próximo capítulo, ancoramo-nos em alguns aspectos do pensamento foucaultiano, que, também, apontam para os regimes de verdade, que constroem os padrões e as normalizações em sociedade. É a partir dessas construções que as violências são engendradas.

CAPÍTULO II

FOUCAULT EM DIÁLOGO COM A TEORIA *QUEER* E A ESCRITA DE SI

O pensamento de Foucault, em diálogo com os autores utilizados nesta pesquisa, amplia, sobremaneira, as possibilidades de se pensar a transexualidade. Diversos pontos da teoria foucaultiana, em seus alcances ou limites, serão aqui mobilizados para pensar a subjetividade transexual e os dilemas sociais, que ela tangencia. Discorreremos sobre governamentalidade, biopolítica, regimes de verdade, objetivação e subjetivação, além da escrita de si. Esses conceitos estão imbricados e serão úteis para refletir a questão transexual no que diz respeito, principalmente, à posição desses sujeitos no social. Afinal, o caminho para a autoaceitação e o reconhecimento na esfera social são vias atravessadas por diversas problemáticas, que vêm ao encontro de tais conceitos desenvolvidos por Foucault. Importante acrescentarmos que a subdivisão em seções neste capítulo tem um objetivo pedagógico, cujo objetivo é tentar elucidar, de maneira mais clara, como esses conceitos são compreendidos e estão relacionados no itinerário da epistemologia foucaultiana. Embora cada um desses temas tenha sido tratado, de forma mais contundente ou mais subliminar, em diversas obras do autor e atravessem a construção de sua teoria.

É bastante comum associarmos os estudos de Foucault às pesquisas, que tratam da sexualidade e de seu controle social através da intervenção de instituições, como a igreja, o Estado e a família; ou, em última instância, da relação entre sexualidade e poder nos termos foucaultianos. Afinal, “o ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” (FOUCAULT, 2003, *online*). É justamente em seus embates com o poder, que emana de certos regimes de verdade, e com a sociedade cis heteronormativa que as subjetividades dos sujeitos transexuais são construídas. Esse é um aspecto inescapável em suas trajetórias, como buscamos mostrar por meio de nossas análises.

Louro (2020, p. 84) defende a aproximação da Teoria *Queer* e do pensamento de Michel Foucault: “[...] estou convencida de que o *queer* está enredado com o pensamento de Michel Foucault. As ideias do filósofo se constituem em uma das condições de possibilidade para a construção de um modo *queer* de ser e de pensar”. A afirmação de Louro (2020) pode ser elucidada pelo fato de que o filósofo se deteve na compreensão dos modos de constituição dos sujeitos, nos discursos que circulam no tecido social e nas questões do poder-saber; preocupando-se em esmiuçar essas relações, sem, contudo, pretender encerrar a problemática.

Esse olhar persecutório, a atitude investigativa que não se apressa em determinar verdades, ao contrário, desconfia delas, tem uma associação muito íntima com o modo de pensamento *queer*: “na perspectiva *queer*, as identidades socialmente prescritas são uma forma de disciplinamento social, de controle, de normalização” (MISKOLCI, 2016, p. 18). É uma perspectiva bastante alinhada com o pensamento disruptivo foucaultiano.

Essa associação se mostra fundamental até mesmo quando se trata de apontar os limites do pensamento foucaultiano. Butler (2016), uma das teóricas *queer* mais proeminentes da atualidade, em *Problemas de Gênero*, não deixa de retomar os escritos do autor, seja para mostrar seus alcances ou suas limitações. No primeiro caso, “Foucault entende que a sexualidade é saturada de poder e oferece uma visão crítica das teorias que reivindicam uma sexualidade anterior ou posterior à lei” (BUTLER, 2016, p. 165). Mais adiante, ao comentar como Foucault desenvolveu sua reflexão em relação aos diários da hermafrodita Hermine Joubert, em *História da Sexualidade I*, Butler defende que o filósofo não reconheceu as relações de poder concretas, que tanto construíram quanto condenaram a sexualidade de Hermine. Para Butler (2016, p. 1660), “ele parece romancear o mundo de prazeres de Hermine, que é apresentado como o ‘limbo feliz de uma não identidade’, um mundo que ultrapassa as categorias do sexo e da identidade”. Preciado³² (2011), também, afirma que a história da sexualidade empreendida por Foucault deve, ainda, ser acrescida por outros capítulos. O autor defende que a noção de sexopolítica, uma das vertentes da ação biopolítica, parte de Foucault, mas é insuficiente no sentido de que “o biopoder não faz mais do que produzir as disciplinas de normalização e determinar as formas de subjetivação” (PRECIADO, 2011, p. 12). Preciado (2011) entende que os corpos e as identidades compreendidos como anormais devem ser vislumbrados como potências políticas, não apenas enquanto efeitos discursivos.

De fato, as teorizações de Foucault com relação à identidade e à construção discursiva da sexualidade e suas correlações com o poder tornaram-se uma das fontes essenciais para teóricos *queer*. Assim sendo, acionamos alguns conceitos do teórico, que possibilitam pensar a transexualidade e o discurso construído pelos participantes da pesquisa.

2.1 Governamentalidade, Biopolítica e Regimes de Verdade

Introduziremos cada uma das seguintes seções indicando as principais obras de Foucault utilizadas para expor os conceitos apresentados. Outros autores serão acionados para ampliar a

³² B. Preciado é um filósofo espanhol. Em 2014, o autor iniciou sua transição de gênero e adotou, posteriormente, o nome Paul. Até então, sua produção bibliográfica era assinada como Beatriz Preciado.

compreensão, mas eles serão sempre utilizados a partir e em diálogo com tais conceitos foucaultianos. Aqui, debruçamo-nos sobre as obras *A Hermenêutica do Sujeito* (2010), *Resumos dos Cursos do Collège de France* (1997) e, também, utilizamos, nesta seção, *Segurança, Território e População* (2008), curso ministrado por Michel Foucault no Collège de France entre 1977 e 1978.

Três inquietações estão presentes na teoria de Foucault: a verdade, o poder e o sujeito (AZEREDO, 2018)³³³³. Todas essas instâncias, por assim dizer, perpassam conceitos propostos pelo autor para pensar a formação da subjetividade dentro do sistema social ou, em outras palavras, o sujeito em sociedade. Assim, partimos do conceito de governamentalidade para, em seguida, chegarmos a outros desenvolvidos pelo autor que estão intrinsecamente interligados aos sistemas de produção de verdade em nossa sociedade. São aspectos importantes para se pensar a condição transexual dentro de uma sociedade cisheteronormativa. Foucault define governamentalidade como

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’ creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

A governamentalidade, então, é um conceito, que explica o processo, que possibilitou o surgimento do Estado de governo com suas respectivas práticas governamentais. Refere-se, assim, ao regime de poder e às suas tecnologias direcionadas ao problema da população. De acordo com Foucault (1997), desde o século XVIII, as questões relacionadas à higiene, à natalidade e à saúde em geral da população, entre outras problemáticas, passaram a exigir medidas governamentais específicas e orientadas, além das implicações políticas e econômicas que tais questões suscitam ainda nos dias atuais. Para Foucault (1997), os problemas da população surgem dentro do liberalismo e, portanto, não se pode dissociar tais problemas

³³ Luciana Aparecida Silva de Azeredo é professora no CEFET-MG, doutora em Educação e mestre em Linguística Aplicada.

desse quadro de racionalidade política. Outro conceito que a governamentalidade engendra é o da biopolítica, que seria a forma de equacionar os problemas relacionados à prática governamental no que se refere, então, ao conjunto de seres humanos; ou seja, a população (FOUCAULT, 1997). A descoberta/surgimento da população levou à descoberta do indivíduo inserido na população – como ser vivo, trabalhador e social (FIMYAR, 2009). Esse elo entre a população e o indivíduo introduz uma nova equação, que se refere à vida compreendida como um âmbito autônomo, relacionado ao indivíduo, mas também como objeto de administração sistemática, mais relacionada à população. De acordo com Fimyar (2009, p. 40), essa questão dá origem ao biopoder (poder sobre a vida) e ao exercício desse poder como parte do governo, que seria a biopolítica: “a biopolítica é um amplo terreno da política, acarretando a administração dos processos de vida da população [...]”.

Nesse sentido, a biopolítica atua a partir da classificação e da hierarquização da população em grupos diversos – crianças, trabalhadores, terceira idade, criminosos e doentes, entre outros –, que estarão em consonância ou dissonância com a prosperidade coletiva. Ainda de acordo com Fimyar (2009, p. 40), “as práticas divisoras da biopolítica buscam prevenir, sustentar ou eliminar certos grupos no interior da população”. Primordial destacarmos, aqui, que esse princípio ainda rege os comportamentos – tanto institucionais quanto individuais – nos dias atuais. No Brasil, o termo “genocídio negro”, por exemplo, tem sido usado não só para se referir, mas também para denunciar os altos índices de assassinato da população negra. Da mesma forma, como já citado, o País é o que mais mata pessoas transexuais em todo o mundo.

Retomando essa racionalidade política supracitada – o liberalismo se constitui, a partir do século XVIII, como uma prática orientada para objetivos específicos, que se autorregula através de uma reflexão contínua. Nessa nova racionalidade de governo, a população torna-se uma “realidade muito mais densa, espessa, natural do que aquela série de súditos submetidos à intervenção da polícia e do soberano” (FOUCAULT, 2008, p. 473). Foucault (1997, p. 90), então, analisa o liberalismo, a fim de compreender os mecanismos da biopolítica, ou seja, como se opera a intervenção política sobre a vida e a conduta dos homens: “o liberalismo deve ser analisado, então, como princípio e método de racionalização do exercício de governo – racionalização que obedece, e aí está sua especificidade, à regra interna da economia máxima”. O modo de racionalização liberal não percebe o governo como uma atividade de gestão das condutas humanas voltado para o seu próprio fim. Nesse contexto, conforme a lógica liberal, governa-se sempre em demasia. Precisamente, nesse ponto, o liberalismo é disruptivo em relação a uma “razão de Estado que, desde o final do século XVI, tinha buscado no exercício e no reforço do Estado a finalidade capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de

regular o seu desenvolvimento” (FOCAULT, 1997, p. 90).

A questão do risco de se governar excessivamente se relaciona à problemática da população. É a existência dessa nova instância, que leva à crítica liberal do governo – o porquê da sua necessidade e em quais situações é possível se privar de um governo. Para Foucault (1997), o liberalismo se apresenta como um instrumento crítico da realidade: de uma governamentalidade anterior (em relação à qual procura se diferir), de uma governamentalidade atual (que busca reformar e racionalizar) e de uma governamentalidade por meio da qual se busca limitar os abusos.

Aqui, estabelecemos uma conexão da governamentalidade com os regimes de verdade. A questão da espiritualidade, para Foucault (2010), implica na necessidade de o sujeito transformar-se a si mesmo para atingir a verdade, já que ela não é simplesmente dada a ele. O autor, então, afirma que a história da verdade, na contramão dessa concepção de espiritualidade, entra na Idade Moderna: “no dia em que admitimos que o que dá acesso à verdade, as condições segundo as quais o sujeito pode ter acesso à verdade, é o conhecimento e tão somente o conhecimento” (FOUCAULT, 2010, p. 17-18). Foucault (2010) ressalta que é nesse ponto que deve ser entendido o que ele chamou de momento cartesiano. Nesse período moderno, o sujeito (o filósofo ou todo aquele que busca a verdade) não mais necessita modificar-se a si para chegar à verdade, mas buscá-la através de seus próprios atos de conhecimento.

Entretanto, ainda existem condições nesse percurso, que Foucault (2010) coloca como condições internas (mais formais, objetivas, metodológicas e estruturais, que concernem ao objeto a ser conhecido) – ainda assim, é no interior do conhecimento mesmo que se definem as condições do acesso à verdade. E há, também, condições extrínsecas, portanto, externas ao próprio conhecimento, para que se tenha acesso à verdade. Entre elas, estão as condições culturais, aquelas relacionadas à instrução e à formação educacional/acadêmica, e as condições morais, aquelas acerca do próprio caráter e/ou conduta do sujeito: o esforço próprio, a honestidade com os pares e o interesse menor em riqueza e *status*, por exemplo. Tendo em vista essas condições, Foucault (2010) nos lembra que não é possível ao louco ter acesso à verdade, porque lhe faltariam os meios ou a capacidade de satisfazer as condições citadas, uma conduta consciente e ética e a prática sistematizada do estudo.

Ainda sobre a relação entre governamentalidade e verdade, Fimyar (2009, p. 37) afirma: “a analítica da governamentalidade examina as práticas do governo em suas complexas relações com as várias formas pelas quais a verdade é produzida nas esferas social, cultural e política”. Ou seja, é no exercício do governo que se origina a produção da verdade – sobre diversas temáticas, como a educação, a economia, o gênero, o sexo etc. Tais práticas

organizadas – a partir das quais os sujeitos são governados e governam a outros – são compreendidas como regimes de práticas ou de governo. Estes, por sua vez, envolvem práticas de produção de conhecimento e produção da verdade (FIMYAR, 2009). Uma questão crucial a partir dessa percepção se refere à investigação da realidade tal como ela se apresenta em sua interface com as condições, que possibilitaram a emergência de determinados regimes de verdade em detrimento de outros.

Para finalizar os aspectos conceituais desta seção, consideramos imprescindível vincularmos, agora, a questão da governamentalidade em sua relação com o cuidado de si. De acordo com Azeredo (2018), o conceito de governamentalidade está intrinsecamente relacionado ao do cuidado de si. A pesquisadora salienta que tal conceito é abordado por Foucault em dois eixos:

No primeiro eixo, Foucault analisa as tecnologias da dominação e do eu, ou seja, de governamentalidade, como técnicas usadas para transformar o indivíduo em um elemento de extrema significância para o Estado. Já o segundo eixo de análise da governamentalidade trata da confluência entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si, sendo que o estudo das relações entre o governo dos outros e o governo de si permite também a articulação das estratégias de resistência, brechas pelas quais é possível ao sujeito escapar, fazer e ser diferente (AZEREDO, 2018, p. 92-93).

Fimyar (2009), também, destaca a possibilidade dos estudos sobre governamentalidade em seu potencial de resistência. Na perspectiva da autora, as análises sobre o tema examinam práticas de governo em relação às condições em que a verdade é produzida em complexos contextos sociais, culturais e políticos. Fimyar (2009), assim, chama a atenção para o fato de que os estudos sobre governamentalidade revelam que práticas de governo podem ser realizadas de forma a romper com uma lógica pretensamente natural e inquestionável a respeito de tais práticas. Dessa forma, a governamentalidade, como ferramenta conceitual, “implica problematizar os relatos aceitos normativamente do Estado e desconstruir suas várias práticas e elementos que o constituem e que são inconsistentes” (FIMYAR, 2009, p. 37).

Fica clara, então, a relação dos conceitos foucaultianos de governamentalidade, biopolítica e produção dos regimes de verdade e como eles estão imbricados não só na constituição do sujeito moderno, mas, sobretudo, nas próprias condições de formação da sociedade ocidental. Embora pareça que o sujeito se encontre imobilizado pela rede, a qual envolve a governamentalidade, que afeta amplamente sua liberdade – de ser, de pensar e de existir –, há possibilidades concretas de resistência à sociedade governamentalizada e às suas

tecnologias de governo. Como ressalta Fimyar (2009), há formas de se romper com as lógicas pretensamente universais, os regimes de verdade impostos, problematizando e desconstruindo normatividades, que produzem exclusões e violências. Essa questão nos remete aos próximos conceitos de Foucault utilizados nesta pesquisa: de objetivação e de subjetivação.

2.2 Objetivação e Subjetivação

Para discorrermos sobre os processos de objetivação e subjetivação, dialogamos com quatro obras de Foucault: *Vigiar e Punir* (2013), *A Hermenêutica do Sujeito* (2010), *Resumo dos Cursos do Collège de France* (1997) e o texto *A vida dos homens infames* (2003). Para Foucault (1997, 2003, 2010, 2013), os processos de objetivação consistem no modo como o sujeito se torna objeto para o conhecimento. Já a subjetivação consiste nos processos pelos quais o homem se constitui enquanto sujeito do conhecimento, percebendo a si mesmo em uma relação entre sujeito e objeto.

A questão da constituição do sujeito (que é, também, uma história de forças/instituições, que operam sobre ele) é uma constante na obra foucaultiana. Compreender suas reflexões sobre essa constante ou, ainda, a sua pesquisa sobre as epistemologias do eu, levou o filósofo a fazer alguns questionamentos: como se estabelece o sujeito em diferentes momentos históricos e contextos institucionais como objeto de conhecimento possível? Como as experiências, que envolvem o fazer de si e o saber de si, são organizadas através de determinados esquemas? E como esses esquemas são formados, definidos e impostos ao sujeito? (FOUCAULT, 1997). O autor propõe as técnicas de si como abordagem para tais questões, o que ele identifica como procedimentos presentes em toda a civilização, que são “pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 1997, p. 109). Em linhas gerais, o filósofo, a partir de tais perguntas, propõe um retorno à interpelação socrática “conhecer-se a si mesmo” de uma forma ainda mais ampla: que fazer de si mesmo? Em termos foucaultianos: como se governar? (FOUCAULT, 1997).

Ele recorre a Platão no texto *Alcibíades*, para refletir sobre o cuidado de si, já que esse texto está situado como o quadro mais amplo no interior do qual surge a necessidade do conhecimento de si. A partir dessa obra, Foucault (1997) compreende ser possível construir uma história do cuidado de si, abordada “como experiência e, também, como técnica elaborada e transformando essa experiência”. Essa visada se encontraria no entrecruzamento de dois temas

já tratados pelo autor: uma história da subjetividade e a análise das formas de governamentalidade. A história da subjetividade foi abordada no estudo da loucura, da doença e da delinquência e de seus respectivos efeitos na constituição do sujeito racional e normal. Tal questão, também, se refere aos modos de objetivação do sujeito em saberes relacionados à linguagem, ao trabalho e à vida social.

É em sua busca por compreender os modos pelos quais os seres são constituídos em sujeitos que Foucault identificou os modos de objetivação. De acordo com Benites³⁴ (2006, p. 114) há três formas distintas de objetivação em Foucault:

na primeira, o sujeito se dá a conhecer pela ciência enquanto objeto de estudo, também como um ser que produz economias e é parte de uma história biológica e natural; no segundo processo de objetivação, Foucault observa o sujeito como prática divisória, isto é, como divisão em si mesmo e dos outros, o que resulta em seus estudos sobre a segregação social dos loucos, prisioneiros etc., da parcela dita da sociedade; a última forma caracteriza-se pelo modo como o homem dá a si mesmo o *status* de sujeito, ou seja, o conhecimento de si e as práticas de si levam o homem a constituir-se e a reconhecer-se como sujeito.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2013) constrói uma história da subjetividade que se constitui através das práticas de coerção e, assim, possibilita-nos refletir sobre alguns aspectos dos processos de objetivação. É uma obra que “abre definitivamente o caminho para se pensar em formas objetivantes fundamentais: a disciplina e a norma (ROCHA; ROCHA, 2019, p. 33)³⁵. Foucault (2013) descreve como as relações de poder operam de forma a submeter o indivíduo e a docilizar seus corpos. Já na época clássica, o autor identifica que há uma descoberta do corpo, que é constituído como alvo e objeto do poder. Nesse contexto, o filósofo reflete sobre “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 2013, p. 133). Tais métodos concorrem para a constituição de processos disciplinares facilmente observados nas instituições, como o exército, a escola e o convento, por exemplo. Miskolci (2016, p. 19) localiza a escola como um dos principais instrumentos de normalização, “uma verdadeira tecnologia de criar pessoas ‘normais’, leia-se, disciplinadas, controladas e compulsoriamente levadas a serem como a sociedade as quer”. Assim, a instituição escolar pune e persegue os que não se enquadram, os

³⁴ Flávio Roberto Gomes Benites é professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, mestre em Letras pela UFPB e doutor em Linguística Aplicada pela Unicamp.

³⁵ José Alberto da Costa Rocha é professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Aline Santana dos Santos Rocha é professora da Universidade Salvador (UNIFACS), mestre e licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

que escapam às formas de controle.

Essas disciplinas, que visam ao controle são diferentes da escravidão, da domesticidade, da vassalagem e do ascetismo cristão, têm como objetivo o aumentado domínio de cada sujeito sobre seu próprio corpo (FOUCAULT, 2013). Mas, não apenas isso, objetivam, principalmente, a formação de uma relação, que, à medida que torna útil o corpo, torna-o, também, obediente em um movimento dialético. Forma-se, assim, o que Foucault (2013) denomina de política das coerções, que se trata de um trabalho calculado sobre o corpo – de seus gestos e comportamentos. Nessa política das coerções, inserem-se, claramente, as regulações, que operam sobre as identidades de gênero, as quais acabam por ser internalizadas por grande parte da população. Por sua vez, os que não se enquadram nessas regulações acabam por sofrer, violentamente, a pressão social, acompanhada de suas respectivas punições, rechaços e coerções.

Importante destacarmos as práticas divisórias, que se configuram como um dos principais instrumentos de objetivação. São práticas que, nas palavras (2018, p. 88) de Azeredo, “dividem o sujeito no interior dele mesmo ou em relação aos outros sujeitos para classificá-lo e fazer dele um objeto, por exemplo, são *versus* doentes; normais *versus* loucos; etc.”. Exemplos da força e das consequências dessas práticas são particularmente descritas no texto *A vida dos homens infames*, texto no qual Foucault (2003) se debruça sobre arquivos, datados do período de 1660 a 1760, de internamento do Hospital Geral e da Bastilha, da política, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão. Foucault (2003, p. 5) apresenta uma visão desconcertante sobre o que ele denomina “uma lenda dos homens obscuros, a partir dos discursos que, na desgraça ou na raiva, elestrocam com o poder”. Nesse choque com o poder, essas vidas foram aniquiladas e reduzidas ao que foi dito sobre elas. Nasce, com tais dispositivos, uma infinidade de discursos, que irão atravessar o cotidiano e vão se constituir como um apelo contundente para colocar em discurso as mínimas agitações das vidas sem importância. Para Foucault (2003, p. 11), constitui-se, assim, uma origem de um certo saber do cotidiano, “e com ele, uma grade de inteligibilidade aplicada sobre nossos gestos, sobre nossas maneiras de ser e de fazer, empreendida pelo Ocidente”. Ou seja, são reverberações, que continuam a apartar os indivíduos (e, em sentido amplo, também, povos e nações) ao longo dos séculos, classificando-os em pares opostos de diversas maneiras e que remetem a questões de gênero, de raça, de etnia, de classe, e assim por diante.

É preciso ressaltarmos que os modos de objetivação em Foucault não são dissociados dos modos de subjetivação; ao contrário, estão relacionados e articulados entre si e não podem ser considerados senão em relação. É possível encontrarmos uma explicação dessa relação em

Butler (2017), quando a autora tece comentários sobre a realização ética de si mesmo em Foucault, pela qual o sujeito realiza um trabalho sobre si no contexto de um conjunto de normas, que o precedem e o excedem ao mesmo tempo. Tais normas investidas de poder, segundo a autora, é que estabelecem os limites do que, efetivamente, será considerado uma formação inteligível do sujeito dentro de determinado contexto histórico. Assim, “não há criação de si fora de um modo de subjetivação (*assujettissement*) e, portanto, não criação de si (*poiesis*) fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir” (BUTLER, 2017, p. 29). Fica, portanto, bastante clara essa relação dialética, que o sujeito precisa estabelecer com aspectos exteriores (associados aos modos de objetivação) a si mesmo no percurso de sua constituição/autoconstituição, bem como com aspectos interiores (modos de subjetivação), que dizem respeito aos processos de reflexividade, “essa reflexividade³⁶ é o precipitado do sujeito, entendido como ser reflexivo, um ser que pode tomar e toma a si mesmo como objeto de reflexão” (BUTLER, 2017, p. 26).

Entretanto, apesar dessa estreita relação, é possível identificarmos as especificidades de cada um desses processos. De acordo com Azeredo (2018, p. 88), os processos de objetivação “exercem, dentre outras coisas, um poder sobre os corpos, tornando-os dóceis e permitindo a vida em sociedade. Foucault evidencia tais processos e seus efeitos/consequências em *Vigiar e Punir*”. Para a autora, os modos de subjetivação são processos mais singulares, considerando que cada sujeito se constitui particularmente mediante o poder-saber. Há, pois, brechas no percurso, que, nesse sentido, poderia ser considerado como uma forma de autossubjetivação, já que o sujeito se torna agente no processo.

No que tange aos processos de subjetivação, Foucault (1997, 2010) relaciona-os com a verdade, ou seja, com o que ele denominou de hermenêutica do sujeito. Ao traçar uma história da subjetividade, o autor descreve a cultura de si, que se constitui enquanto conjunto de práticas – a partir das quais se opera o processo de subjetivação. Como já citado na seção sobre o cuidado de si, trata-se de técnicas, que se endereçam ao indivíduo, objetivando “fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 1997, p. 109). Tais técnicas são consideradas por Foucault “como práticas de subjetivação da verdade. Eram procedimentos por meio dos quais o sujeito adquiria o conhecimento verdadeiro e se armava do *logos* (discursos) para controlar a sua conduta [...]” (BENITES, 2006, p. 120).

Para finalizar esta seção, propomos uma reflexão que se insere na dialética objetivação-

³⁶ A reflexividade aqui se relaciona ao pensamento nietzschiano, a respeito da moral. Butler estabelece um paralelo entre Nietzsche e Foucault para desenvolver sua própria reflexão a respeito do que denomina como uma crítica da violência ética.

subjetivação com vistas a pensar em possibilidades de resistência dos sujeitos. Uma vez que não há como se livrar dessa rede sutil de poderes, que atravessam e constituem as subjetividades, interrogamos, então: na prática, como seria possível abriremos lacunas, brechas para a construção de uma liberdade – possível, é bom destacarmos – em queo sujeito poderia escapar, livrar-se de alguns processos de objetivação? Como resposta a esse questionamento, compartilhamos, nesta pesquisa, a seguinte perspectiva, a partir da qual se deve:

Abalar as familiaridades, repensar devidamente as noções filosóficas etornar-se crítico das formas de saber-poder da sociedade, vendo na imanência histórica da sua aparição sua real genealogia: defendemos que esta seria uma chave inicial e intransponível para se fazer frente aos movimentos de objetivação do sujeito. (ROCHA; ROCHA, 2019, p. 34).

Tais empreitadas são aspectos, que emergem dos discursos dos sujeitos transexuais. Ao se chocarem com as normas de gênero e em seus processos de adequação ao gênero com o qual se identificam, diversas estruturas – internas e externas – são abaladas e verdades são contestadas em um movimento de resistência a um modo específico de objetivação violentamente opressor para esses sujeitos. É o que será possível observarmos no próximo capítulo dedicado às análises de tais discursos.

2.3 Escrita de Si

Neste tópico, utilizamos as obras foucaultianas *A Hermenêutica do Sujeito* (2010)³⁷ e o texto *A Escrita de Si*, que compõe a coletânea *O que é um autor?* (1992). Recorremos, também, a autores, que dialogam, direta ou indiretamente, com a perspectivada escrita de si de Foucault e reforçam a compreensão da importância dessa escrita, que se apresenta como estratégia potente de subjetivação, e, ainda, como um possível ato de resistência às cisheteronormatividades. São eles: Daniel Bertaux, Ida Lúcia Machado, Leonor Arfuch³⁸ e Margareth Rago.

Entre as técnicas de si adotadas pelas culturas grega, helenística e romana sobre as quais se debruça Foucault, a leitura e a escrita de si figuram com destacada centralidade. Embora as duas estejam interligadas, constituindo a leitura como um processo eminentemente reflexivo, é na ação da escrita que é possível emergir mais fortemente o exercício da subjetividade. Foucault (2010) percebe essa escrita como um tipo de fenômeno de cultura e de sociedade, assumindo,

³⁷ Mais precisamente, a aula de 3 de março de 1982.

³⁸ Margareth Rago é historiadora e professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ela pesquisatemas relacionados à sexualidade, gênero, subjetividade, feminismo e anarquismo.

assim, relevância para a expressão pessoal e individual. Ele comenta: “É difícil datar precisamente a origem do processo,mas [...] nos séculos I-II, percebemos que a escrita já se tornara, e não cessa de assim afirmar-se cada vez mais, um elemento do exercício de si” (FOUCAULT, 2010, p. 320).O autor a associa a uma etapa essencial no processo de toda *askesis*, que ele identifica como um adestramento de si por si mesmo. Nesse contexto, a escrita envolve muito mais do que um ato mecânico, mas sim a elaboração dos discursos reconhecidos como verdadeiros em princípios de ação: “Como elemento do treino de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função etopoiética: é um operador da transformação da verdade em *ethos*” (FOUCAULT, 1992, p. 134).

Para elucidarmos melhor, a escrita, considerada a partir dessas culturas como um tipo de procedimento filosófico do cuidado de si, dizia respeito a um processo de meditação, mas não a partir do significado, que conferimos ao termo nos dias atuais. Foucault (1992) explica o sentido da meditação a partir dos textos de Epicteto, que associou a escrita à meditação: “A esse exercício do pensamento sobre si mesmo que reativa o que ele sabe, se faz presente um princípio, uma regra ou exemplo, reflete sobre eles, os assimila, e se prepara assim para enfrentar o real” (FOUCAULT, 1992, p. 133). Observamos, então, que, nesse contexto filosófico, recomendava-se um exercício reflexivo sobre a leitura, que permitisse ao sujeito se tornar alguém “que pensa com verdade”, e, assim, tornar-se “um sujeito que age como se deve” (FOUCAULT, 2010, p. 319). Esse é um dos aspectos centrais da leitura no contexto analisado por Foucault. E ele está associado ao processo da escrita, que se configura, na sequência, com o resumo das obras lidas, que conteria uma compilação das proposições e das reflexões de autores diversos sobre determinado assunto ou tema e, por fim, as impressões e reflexões do autor da escrita. Esse processo seria uma forma de guardar os pensamentos para tê-los sempre à mão. Para tanto, “é preciso colocá-los por escrito, é preciso deles fazer a leitura para nós mesmos. É preciso que estes pensamentos sejam o objeto de tuas conversas contigo mesmo ou com outro” (FOUCAULT, 2010, p. 321).

Partindo dos estudos de Foucault, propomos que estas técnicas de si – de leitura e de escrita – assumidas pelos sujeitos transexuais sejam observadas a partir de um processo de depuração e de decantação das experiências vividas. Decantar é uma forma de filtragem das impurezas, de purificação. Na prática, esses sujeitos procedem à leitura retrospectiva da própria vida, assimilam o vivido e o reconfiguram, conferem sentidos outros a essa matéria da vida mesma, que é atravessada sensivelmente pela experiência transexual, no exercício da escrita de si.

Esse exercício constante de reconstrução da subjetividade, que, podemos dizer, é

trabalho de uma vida inteira, é um aspecto flagrante quando analisadas as narrativas de si. A historiadora Margareth Rago³⁹ (2013), no livro *A aventura de contar-se*, parte da escrita de si foucaultiana para refletir sobre narrativas autobiográficas de militantes feministas nos chamados anos de chumbo durante a ditadura brasileira. A autora faz uma análise dessas narrativas e da forma como as militantes conseguiram abrir espaços na esfera pública em um dos períodos mais violentos da história do País, mas, vai além. Rago (2013) percebe que as narrativas refletiam os processos de invenção das subjetividades operadas por tais mulheres, que como esses textos afirmavam novos modos de existência e, portanto, de resistência. As reflexões dessa autora nos permitem inferir que o processo de escrita de si engendra outros processos, que envolvem as reconstruções da subjetividade. De acordo com Rago (2013, p. 35), aquelas mulheres “criticaram e desconstruíram os modos tradicionais de produção da subjetividade e propuseram outros. Contribuíram e contribuem decisivamente para a construção de um pensamento crítico”.

Cabe, aqui, destacarmos o estudo das narrativas de vida⁴⁰ ou *récits de vie* (BERTAUX, 1997), que passaram a constituir uma nova materialidade na AD. No Brasil, Ida Lúcia Machado introduz esse novo objeto de estudos a partir de um diálogo com Salmon e, também, com Bertaux. Ao defender o uso do sintagma em suas pesquisas, Machado (2015) afirma que a visada de Bertaux (1997) se difere dos trabalhos, que se orientam pela filiação a Philippe Lejeune, por exemplo, nos estudos de autobiografias. Essa pesquisadora ressalta, também, que as narrativas de vida são balizadas pela sociologia e pela antropologia e que, ainda que a Semiologia, sua área de pesquisa, pertença à chamada linguística discursiva, também se norteou por conceitos advindos da psicologia social, da sociologia e da antropologia. “Logo, o encontro entre narrativa de vida e Semiologia nos parece natural, se levarmos em conta os pontos em comum presentes nas origens das duas teorias” (MACHADO, 2015, p. 97). Assim, a introdução dessa perspectiva pela AD se justifica pela materialidade discursiva das narrativas e por sua importância, sobretudo, para sujeitos marginalizados, que buscam abrir espaços de discussão, de inserção e de justiça social. Como afirma Machado (2015, p. 97), as narrativas contam histórias, mas fazem mais que isso: “Elas detêm uma maneira de persuasão poderosa e que pode ser mais forte que a de muitas argumentações lógicas”.

O objetivo de Bertaux (1997, p. 7), na pesquisa das narrativas de vida, consiste em

³⁹ Luzia Margareth Rago é historiadora e professora titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

⁴⁰ Os precursores do relato de vida como metodologia foram os sociólogos Willian Thomas e Florian Znaniecki, da Escola de Chicago. Posteriormente, em 1997, o sociólogo Daniel Bertaux introduziu esta metodologia na França, a partir de uma perspectiva etnossociológica.

“estudar um fragmento particular de realidade sócio-histórica, um objeto social”⁴¹. Para ele, esse fragmento corresponde a determinado grupo de pessoas pertencentes a um mesmo universo profissional e que, por essa razão, partilham de situações semelhantes de vida. O autor denomina de mundos sociais esses fragmentos sociais. Em *Récits de vie*, Bertaux (1997) insere o que ele denomina de perspectiva etnossociológica, uma metodologia que o sociólogo entende como uma fértil combinação da etnografia e da sociologia. Em entrevista à revista de sociologia *Tempo Social*, da Universidade de São Paulo (USP), o autor explica o que é essa perspectiva:

É a combinação de uma técnica *de observação empírica*, o relato de vida, emprestada da grande tradição *etnográfica* e, de alguma forma, importada para ser usada na pesquisa *sociológica* (o estudo das sociedades desenvolvidas). A combinação dessa técnica empírica, portanto, com uma vontade determinada e feroz de *compreender sociologicamente ‘objetos sociais’*, isto é, ‘objetos empíricos’ – como os *mundos sociais* [...] (BERTAUX, 2020, p. 325. Grifos do autor).

Em nossa pesquisa, interessa-nos compreender a experiência transexual, através das narrativas analisadas e, sobretudo, o que há de recorrente nestas vivências descritas pelos sujeitos em questão. Assim, os estudos da socióloga argentina Leonor Arfuch (2010) sobre o que ela aponta como espaços biográficos contribuem e enriquecem nossas reflexões sobre essas narrativas de si.

Como nos aponta Arfuch (2010), os anos de 1980 inauguraram junto com a abertura democrática um momento de pluralidade de vozes. A autora defende que uma nova inscrição discursiva se instaurou na esteira de uma pós-modernidade e, com ela, os seus efeitos: uma crise dos grandes relatos legitimadores, a perda de certezas e fundamentos, e o descentramento do sujeito (HALL, 2003). Nesse contexto, assistiu-se a uma valorização dos microrrelatos e da pluralidade de vozes, tanto na esfera de produção midiática quanto nas Ciências Humanas, que passaram a fomentar a singularidade do sujeito a partir de suas narrativas de vida. De acordo com Arfuch (2010), a aparição desse “eu” biográfico é um fenômeno recente, remonta a pouco mais de dois séculos e está estreitamente vinculado à consolidação do capitalismo e do mundo burguês. Inaugurava-se, assim, um momento de ascensão do individualismo, um traço marcante das sociedades ocidentais. Nesses pequenos relatos, não figuram apenas as identidades, histórias locais e regionalismos, mas o mundo da vida, que, também, se refere ao campo da privacidade e dos afetos: “O retorno do sujeito – e não precisamente o da razão – aparecia exaltado, positiva e negativamente, como correlato da morte anunciada dos grandes sujeitos coletivos – o povo, a classe, o partido, a revolução” (ARFUCH, 2010, p. 18).

Trata-se de um espírito de época, que, segundo a autora, configura-se como uma forte

⁴¹ Tradução nossa de: “[...] étudier un fragment particulier de la réalité social-historique, un objet social”.

crítica à doxa, motivada por profundas transformações políticas, econômicas e culturais. Stuart Hall (2003) se debruçou sobre o estudo dessa nova identidade cultural, que emergiu na pós-modernidade. Ele é um dos autores que teoriza sobre o descentramento e a fragmentação do sujeito e localiza esse fenômeno a partir de determinadas rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Entre elas, o autor cita o pensamento marxista, a descoberta do inconsciente por Freud e os trabalhos desenvolvidos por Saussure, que concluíram que falar uma língua “significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 2003, p. 40). Hall (2003), também, destaca os pensamentos foucaultiano e feminista como determinantes desse momento, em que as bases da construção identitária passam por uma verdadeira revolução e, com ela, surgem questionamentos decisivos, que marcarão profundamente o sujeito pós-moderno. Tudo isso, certamente, se refletiu na emergência e na consolidação das narrativas do eu, um eu, que seria desconstruído e reconstruído inúmeras vezes na busca de alguma compreensão possível de seu ser e estar no mundo. Nas palavras de Arfuch (2010, p. 80): “uma necessidade de subjetivação e identificação, uma busca consequente daquilo-outro que permita articular, ainda que temporariamente uma imagem de autorreconhecimento”.

Há um consenso entre pesquisadores de narrativas autobiográficas em considerar o livro *As confissões*, do filósofo Jean-Jacques Rousseau, do século XVIII, como um marco do gênero na literatura, a própria gênese do espaço autobiográfico moderno. Arfuch (2010, p. 48) explica que, na narrativa do filósofo, é possível observarmos como “o relato da própria vida e a revelação do segredo pessoal operam como reação contra o avanço inquietante do público/social, em termos de uma normatividade opressiva das condutas”. Ao recorrer ao sintagma “espaço biográfico”, Arfuch (2010, p. 65) defende a impossibilidade de marcar uma distinção fixa entre os gêneros, que dizem respeito ao “eu”. A partir de suas reflexões sobre gênero discursivo, a autora fala sobre um verdadeiro salto epistemológico:

[...] das velhas concepções normativas e classificatórias dos gêneros, preferencialmente literários, à possibilidade de pensá-los como configurações de enunciados nas quais são tecidos o discurso – todos os discursos – na sociedade e, consequentemente, a ação humana.

As inquietações de Arfuch (2010) recaem, primordialmente, sobre esta “insistência sincrônica” dos relatos, que ocupam o que ela considera espaço biográfico contemporâneo. A autora ressalta que, ainda que não seja possível operar com distinções fixas, é possível identificar diferenças entre os relatos: os canônicos e os valores biográficos (mas, também, estéticos, éticos e literários). Igualmente importante é compreender os usos que se fazem dessas narrativas, o

que separa o “testemunho, das buscas identitárias, do conhecimento – e do cuidado – de si, das histórias pessoais e das memórias coletivas às formas e tons do sensacionalismo e do escândalo” (ARFUCH, 2010, p. 64).

O registro das experiências trans se inscrevem nessa insistência sincrônica de quefala Arfuch (2010) e se constitui como valioso arquivo de histórias pessoais, que compõem, certamente, uma memória coletiva da experiência transexual, que narra trajetórias individuais, mas não somente isso. São narrativas autobiográficas, que assinalam esse momento tão significativo do despontamento social e político do sujeito transexual no horizonte das identidades LGBTQIA+. Juntas, todas elas contam uma grande história, quediz respeito a como a nossa sociedade – cisheteronormativa, fundamental frisar – vem respondendo à presença desses sujeitos, que não mais estão dispostos a direcionar suas expressões (mais íntimas) de seu ser ao âmbito privado. São histórias, que, infelizmente, ainda, revelam intolerância, preconceito, rejeição e abandono. E o lado mais sombrio e perverso da transfobia, é uma história manchada pelo sangue já derramado no solo destapátria nada gentil com essas e outras populações. Só em 2021, o Dossiê de Mortes e Violências contra pessoas LGBTQIAPN+ contabilizou 316 mortes de forma violenta no País. Destas, 285 foram assassinatos, 26 suicídios e cinco outras causas⁴².

Os autores citados nesta seção nos ajudam a compreender a importância da escritade si, da narrativa de si como técnica e como possibilidade de exercício de uma estética de si, que apontam para construções subjetivas. E, ainda mais importante, as narrativas são instrumentos com grande potencial para promover uma mudança do atual estado de coisas na sociedade, no que se refere aos sujeitos transexuais. Aos olhos de quem os lê, abre-se uma possibilidade de maior humanização desses sujeitos, de aproximá-los daqueles que estão conformados aos padrões através, justamente, do sofrimento, que, a despeito de suas diferentes formas, é experienciado por toda a espécie humana. As narrativas apontam para horizontes possíveis, mais humanos e gregários, ao despertarem sentimento de empatia e, com ela, a possibilidade de acolhimento das pessoas não normativas no seio da sociedade. Para a AD, constituem rico material de análise, certamente, mas, também, envolvem um compromisso com as humanidades e a responsabilidade de promover pesquisas, que consideram essa dimensão humana para além da análise pretensamente distante e isenta de dados, que, frequentemente, são associadas à pesquisa científica.

A metodologia da pesquisa, nesse caso, não torna frio esse conhecimento ou sua busca, mas o torna válido e legítimo. Ao se analisarem dados, não se coisificam esses sujeitos,

⁴² De acordo com o site: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

discriminados e criminalizados, mas, pelo contrário, subjetivam-se, identificam-se informações, que vão lhes dando feição e voz. A pesquisa que analisa esses dados não se torna arquivo nem vala comum para essas identidades sociais, e os procedimentos metodológicos, mostrados no capítulo seguinte, constituem o caminho, que nos levará até a voz desses sujeitos para melhor compartilhá-las.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Escolher um percurso metodológico, que seja capaz de responder aos objetivos de pesquisa, é sempre uma tarefa complexa, que, por vezes, exige um posicionamentoflexível. Isso por que, no decorrer da trajetória de desenvolvimento da pesquisa, novas demandas podem se fazer necessárias e, muitas vezes, o próprio objeto de pesquisa apontacaminhos e possibilidades antes não pensadas. Assim sendo, buscamos utilizar uma abordagem, que, por meio da combinação de alguns métodos e procedimentos, fosse capazde nos ajudar a atingir os objetivos, que o projeto apresenta. Entretanto, é crucial destacarmos que as pesquisas em ciências sociais representam um desafio maior. Afinal, lida-se com o material humano e com toda a complexidade e responsabilidade, que daí derivam.

Desse modo, partiremos da perspectiva da Análise de Discurso (doravante AD), de orientação francesa, e de um olhar inspirado nas epistemologias feministas, do transfeminismo, da Teoria *Queer* e do pensamento foucaultiano, que colocam em xeque percepções naturalizadas acerca das construções de gênero na sociedade. Impossível negarmos, dentro dessa perspectiva, o lugar de fala da própria pesquisadora, atravessada pelos constructos sociais e pelos modos de objetivação e subjetivação, que daí derivam, os quais envolvem a categoria gênero. Assumimos o ponto de vista de Saffioti (2015, p. 45), quem defende que todo conhecimento é social e que até mesmo o interesse por determinados objetos de pesquisa já está imbuído de um compromisso político-ideológico, considerando que a história individual de cada pessoa “encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado sincronicidade por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele”.

Assim, direcionamos nosso olhar para uma concepção metodológica, que vai além da aplicação de um método específico. Trata-se de uma construção metodológica, que é atravessada por um “artesanato intelectual” (MILLS, 1969), a partir do qual teoria, método e as experiências da pesquisadora se vinculam em um processo capaz de alargaros ângulos de observação e análise. Dessa forma, optamos por uma combinação metodológica a partir da AD francesa. O principal aparato teórico-metodológico utilizado será a Teoria da Semiologia do Discurso, do pesquisador francês Patrick Charaudeau (2008a), em diálogo com a teoria feminista, transfeminista e *queer*. A partir dos trabalhos de Charaudeau (2005, 2017), foi possível, ainda, compreendermos o papel dos imaginários sociodiscursivos em narrativas, sejam as narrativas de vida ou aquelas presentes no discurso político. Isso por que os imaginários,

também, criam axiologizações e valores, inclusive, no campo ético, trazendo noções de certo e errado, bem e mal (CHARAUDEAU, 2005), as quais podem se manifestar em imaginários, como os de tradição e/ou modernidade (CHARAUDEAU, 2017).

Além desses referenciais, adotamos perspectivas de análises, que consideram que as narrativas de vida possuem uma dimensão argumentativa, conforme postula Amossy (2005). Assim sendo, analisamos como as pessoas trans, em seus relatos, projetam imagens de si e discursivizam as emoções, o que nos levou a considerar as provas retóricas do *ethos* e do *pathos*.

3.1 Abordagem Teórico-metodológica, Análise do Discurso de Patrick Charaudeau

Como uma teoria híbrida e dialógica, a Semiologia, embora tenha seu próprio foco, também dialoga com conceitos, ou mesmo metodologias, de outras áreas. Em se tratando de uma teoria com foco na interação dos sujeitos pela linguagem e nos sentidos possíveis dessas interações, essa abordagem metodológica envolve o conceito de discurso, de situação e de contrato comunicacional além dos de imaginários sociodiscursivos e modos de organização da linguagem.

Metodologicamente, a teoria de Charaudeau parte da linguagem, que é seu material empírico de análise, configurada verbalmente, sendo observadas as relações entre essas formas e as categorias conceituais selecionadas para a análise. Enquanto objetivo, a Semiologia busca verificar os comportamentos linguageiros em relação às condições psicossociais e os tipos de situações de trocas comunicacionais (CHARAUDEAU, 1995). Desse modo, entende-se que uma análise semiológica parte do material da linguagem na sua relação com a situação de troca entre os sujeitos da linguagem, observando-se o dizer em conformidade com os conceitos e/ou categorias selecionados para a análise.

É importante lembrarmos, também, que a Semiologia recorre a uma interdisciplinaridade focalizada por reconhecer que ela aborda fenômenos sociais, que pertencem a outras disciplinas, que não somente aquelas presentes nas ciências da linguagem, e por manter, em seu procedimento de análise, o rigor metodológico, que cabe a uma disciplina. Nisso, podem ser adotados conceitos, métodos e resultados, além de vieses de outras disciplinas, tomados para interpretar o resultado de uma pesquisa (CHARAUDEAU, 2013).

A palavra semiologia decorre de *sémio/semiosis* e *linguística*. Por *sémio/semiosis*, entendemos que essa teoria se volta para a explicação da construção do sentido, que se dá em uma relação forma/sentido, conforme o sistema semiológico, e por linguístico, que essa forma remete ao material das línguas naturais (CHARAUDEAU, 1995).

Desse modo, entendemos que a própria palavra, semiolinguística, remete a um modo de se fazer análise do discurso, na qual o sujeito tem um papel essencial enquanto protagonista do ato de construção de sentidos, já que se trata de um sujeito, que mobiliza a língua, conforme uma intencionalidade, para exercer uma influência sobre seu interlocutor.

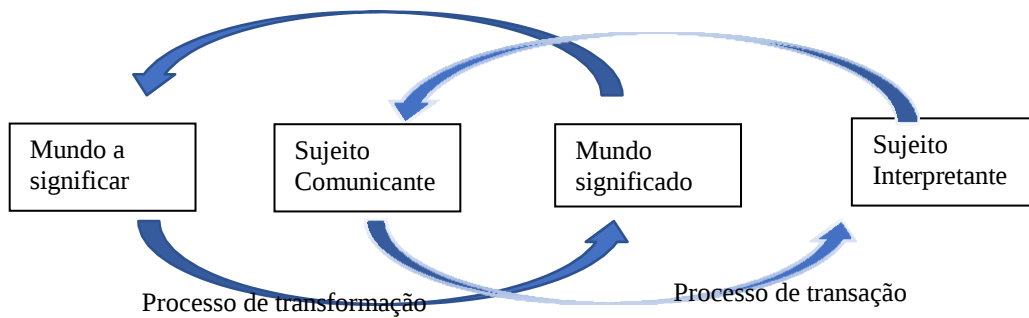
Esse propósito de influenciar o outro ocorre dentro de uma situação dada, uma interação social construída na e pela linguagem. O sentido, então, envolve uma construção psicossociolinguística, em que se mobiliza a dimensão individual (as intencionalidades e expectativas do sujeito), social (as identidades construídas) e linguística (o material linguístico dos enunciados). Isso, por sua vez, também, remete ao problema das identidades, que permitem ao sujeito ser reconhecido como sujeito falante e/ou sujeito competente, sujeito capaz (com direito a) de enunciar e sujeito legitimado para fazê-lo (CHARAUDEAU, 2008b). É, portanto, no e pelo discurso que, também, se constituem essas identidades.

Os processos semiolinguísticos envolvem a semiotização do mundo (CHARAUDEAU, 1995), que, basicamente, consiste em significar, reciprocamente, o mundo na troca linguística operada entre os parceiros da comunicação. Esse processo envolve a transformação e a transação. O processo de transformação consiste na própria conversão de um mundo a significar em um mundo significado e envolve quatro operações:

- identificação: transformação dos seres do mundo em identidades nominais;
- qualificação: descrição dos seres do mundo, dotando-lhes de uma identidade descritiva;
- ação: colocação dos seres do mundo em um esquema de ações interligadas, assumindo uma identidade narrativa; e
- causação (*causation*): colocação dessas ações, os sujeitos e os fatos do mundo em relações de causalidade.

O processo de transação ocorre entre os sujeitos, os quais constroem, conjuntamente, essa significação. A transação, como um processo intersubjetivo, envolve princípios, melhor descritos mais adiante, que governam o próprio ato de linguagem: alteridade, pertinência, influência e regulação (CHARAUDEAU, 1995). Podemos observar que a semiotização do mundo envolve tanto princípios de uso da linguagem, dentro de um determinado propósito, quanto a interação entre os parceiros da linguagem, oferecendo os parâmetros para a construção do contrato comunicacional, conforme podemos observar no Esquema 1:

Esquema 1 – Processo de semiotização do mundo



Fonte: adaptado de Charadeau (1995, p. 98, 101).

A semiotização do mundo, mostrada no Esquema 1, também possibilita compreender melhor a noção de discurso para a Semiologia. Discurso é um termo polissêmico, importando distinguir a acepção feita por Charadeau daquelas mais corriqueiras. Na perspectiva de Charadeau (2008b), o discurso compreenderia a encenação do ato de linguagem, sua *mise-en-scène*, que depende da relação entre um fazer psicossocial, o espaço do fazer e de uma organização do dizer, o que poderia compreender um conjunto de saberes partilhados, ou imaginários sociais, construídos pelos indivíduos de um grupo. O discurso, então, remete à elaboração do material linguageiro em uma dada situação de interação social e mostra “a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto sociocultural” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 18). Essas práticas sociais, ainda, dependem, para seu funcionamento, do reconhecimento das identidades dos sujeitos, identidade(s), que o(s) autoriza(m) a falar com legitimidade.

A Teoria Semiológica, portanto, é, também, “uma teoria dos sujeitos da linguagem” (aspas nossas), como ilustra um dos textos, em que Charadeau expõe suas ideias; Teoria dos sujeitos da linguagem por serem eles a própria origem do sentido, graças ao papel, que exercem na e pela linguagem.

Como o ato de linguagem, na perspectiva da Semiologia, não se dissocia da situação comunicativa que a envolve, Charadeau (2008a) considera que o ato de linguagem envolve uma “Situação de Comunicação”, que possui dois espaços envolvidos no circuito de produção e interpretação. São eles os espaços externo e interno. Em todo ato de linguagem envolvendo dois interlocutores, haverá um desdobramento, que resultará em uma rede imaginária formada, no total, por quatro protagonistas: dois externos (seres reais, mas considerados segundo os papéis sociais, que desempenham no ato de linguagem) e dois imaginários (internos). Os protagonistas externos, enquanto participantes de um circuito do fazer, correspondem a certos papéis sociais, dentro dos quais enunciam com a legitimidade dada a eles enquanto sujeitos. Os participantes internos são seres de existência virtual. São “sujeitos

de fala da encenação do dizer” [...], que “assumem diferentes papéis que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2008b, p. 24).

Os sujeitos localizados no circuito externo são ativos: o EUc (Eu comunicante), o produtor da fala; e o TUi (Sujeito interpretante) – real e localizado fora do ato de enunciação daquele, que produziu o enunciado (Euc). No circuito interno, encontram-se o TUd (Tu destinatário) e o EUe (Eu enunciador). O primeiro, o TUd, está sempre presente, de forma implícita ou explícita – inclusive quando são vários os destinatários –, é um sujeito fabricado pelo Eu comunicante (EUc) e visto por este como um destinatário ideal adequado ao seu ato de enunciação. Entretanto, o EUc idealiza o TUd. Nesse sentido, pode haver ou não coincidência entre TUd e TUi. No mesmo circuito, encontra-se, também, o sujeito enunciador (EUe). Esse sujeito enunciador é uma projeção criada pelo sujeito produtor do discurso e representa o desdobramento da identidade social do sujeito em uma identidade dada na e pela situação de comunicação, na qual eles interagem.

Todavia, no momento em que a mensagem é interpretada pelo TUi (Sujeito interpretante), cria-se, também, uma imagem acerca do EUe (o EU enunciador) – imagem que surge a partir do ato de fala desse último. TUd e EUe, enquanto sujeitos imaginados, também existem dentro do ato de produção e interpretação, possuindo atribuições linguísticas independentemente dos outros dois protagonistas do ato da linguagem – TUi e Euc –, localizados no espaço externo do ato. Para melhor esboçarmos a organização, proposta por Charaudeau (2008a), para a interação sociolinguística entre os sujeitos, reproduzimos o quadro enunciativo proposto pelo autor (Figura 1).

Figura 1 – Quadro enunciativo proposto pela Semiologia



Fonte: Charaudeau (2008a, p. 52).

A ocorrência desse ato de comunicação depende de certos princípios: interação, pertinência, influência e regulação. O princípio de interação estabelece que o ato de linguagem ocorra como uma situação de troca entre dois parceiros, os quais atuam ativamente em produzir e emitir a palavra e/ou receber e/ou interpretá-la, levando o ato de linguagem a ser não construído, mas coconstruído pela interação entre os parceiros.

O princípio de pertinência prevê que haja um conhecimento mínimo de ambos os parceiros sobre o ato de linguagem e suas condições, um conjunto de saberes partilhados sobre o mundo, valores e normas, que regulam essa interação. Esse princípio, também, estabelece que haja uma intenção do locutor em se comunicar, um projeto de fala, que justifique essa interação. Por sua vez, o princípio de influência diz respeito à própria motivação, ou finalidade, do locutor ao entabular uma troca linguageira com seu interlocutor. Essa finalidade levará o locutor a escolher determinadas estratégias para a eficácia do ato de linguagem. Assim, a influência consiste em um agir sobre o outro ao mesmo tempo em que prevê uma contrainfluência, uma vez que o interlocutor, também, age com base em suas próprias expectativas sobre seu par na linguagem.

Por fim, o princípio de regulação estabelece a forma pela qual os parceiros da comunicação se reconhecerão entre si como sujeitos legítimos para o objetivo da troca comunicativa. O princípio de regulação, dessa maneira, permite que se mantenha a continuidade ou, então, conforme o objetivo, a ruptura desse ato de linguagem, o que ocorre rejeitando-se ou aceitando-se a fala do outro, valorizando ou desvalorizando o parceiro,

reivindicando ou afirmando a identidade do(s) sujeito(s) dessa troca (CHARAUDEAU, 2008b).

Charaudeau (2008a) chama a atenção para o aspecto intencional do ato de linguagem, já que ele participa sempre de um projeto global de comunicação concebido pelo Sujeito Comunicante (EUC) com vistas ao sucesso de seu ato a partir das interpretações realizadas pelo sujeito interpretante (TUI). Para tanto, são acionados no ato do discurso contratos e estratégias.

Charaudeau (2008b) afirma que todo ato de linguagem é regido por um contrato de comunicação. Essa noção repousa em uma pressuposição de que “os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2008b, p. 56). Trata-se de uma suposição feita pelo sujeito comunicante de que seu interlocutor possui competência linguageira análoga à sua. Por outro lado, a noção de estratégia diz respeito à hipótese de que as intenções do sujeito comunicante (EUC) são organizadas e encenadas de forma a produzir efeitos de persuasão ou de sedução sobre o sujeito interpretante (TUI) e, assim, torná-lo o sujeito destinatário ideal construído pelo EUC.

Importante destacarmos que o linguista se vale de uma perspectiva de análise, que parte de três problemáticas, considerando que os diferentes *corpora* podem ser analisados segundo uma determinada problemática, que pode ser cognitiva, representacional ou comunicativa (CHARAUDEAU, 2011). A problemática comunicativa (I), que percebe o discurso em função de suas condições situacionais de produção, dimensão na qual Charaudeau (2008, 2011) situa seu contrato de comunicação descrito; a problemática representacional (II), que diz respeito aos sistemas de valores, que são veiculados pelos discursos de representação, e a problemática cognitiva (III), que aborda o funcionamento e a produção do discurso, em sua materialidade linguística, por meio de seus mecanismos de conexão, por exemplo.

A problemática cognitiva se volta, especialmente, para aspectos linguísticos do discurso, levando o sujeito a ser menos considerado nesse tipo de análise. A problemática representacional lida com hipóteses sobre a relação do sujeito com as representações sociais e históricas tidas como vigentes em um dado contexto ou momento histórico. De certo modo, essa problemática envolveria a identificação de imaginários sociodiscursivos em uma dada conjuntura histórica. A problemática comunicativa aborda o *corpus* na perspectiva de uma troca comunicacional, observando os comportamentos linguageiros dos sujeitos e as condições (identidade dos parceiros, finalidade do ato de comunicação, dispositivo, que serve essa troca) dentro das quais esses comportamentos ocorrem (CHARAUDEAU, 2011). Esse tipo de abordagem confere mais ênfase ao sujeito e, também, à própria situação comunicativa, abrindo espaço para a observação das estratégias mobilizadas pelos sujeitos para a troca comunicacional.

As reflexões do autor sobre os imaginários, também, representam imprescindíveis perspectivas para a análise do *corpus* da presente pesquisa. Charaudeau (2017) propõe essa categoria de análise no lugar dos estereótipos por entender que esse último encerra uma contradição. Por um lado, o estereótipo funcionaria como elo social por sua característica de repetição e imutabilidade – uma vez que o que ele designa seria compartilhado socialmente. Por outro, o termo possui uma carga semântica negativa, pois ele “descreve uma caracterização julgada simplificadora e generalizante (simplificação)” (CHARAUDEAU, 2017, p. 572). O autor aponta, assim, que, quando esse termo, ou seus similares, é evocado, ele levanta um traço de suspeita e é justamente esse traço, que impossibilita o uso do termo enquanto categoria para a análise discursiva.

Esse traço de suspeita de que fala Charaudeau (2017) se refere ao fato de que o estereótipo guardaria dúvidas com relação à verdade do que descreve, já que o elo social, que ele cria, reside, justamente, no fato de encerrar as descrições simplificadoras e generalizantes citadas anteriormente. O autor explica: “Esta noção é dependente do julgamento de um sujeito, e que, sendo este julgamento negativo, oculta a possibilidade de que o que é dito contenha uma parte de verdade, a despeito de tudo” (CHARAUDEAU, 2017, p. 572).

O imaginário, então, configura-se como uma forma de apreensão do mundo, que deriva das representações sociais. Tais representações constroem a significação do mundo, transformando a realidade em real significante. Dessa forma, o imaginário resulta de um processo de simbolização do mundo através da intersubjetividade e se deposita na memória coletiva, um processo permeado por uma ordem afetivo-racional. O imaginário, de acordo com o linguista, possui uma dupla função: a de criação de valores e a de justificação da ação (CHARAUDEAU, 2017). Um determinado imaginário pode ser percebido como sociodiscursivo à medida que se cria a hipótese de que o sintoma desse imaginário é a fala. Ao pesquisador, que se situa na tradição de análise proposta por Charaudeau, o desafio é proceder ao exame de signos-sintomas dos imaginários sociodiscursivos.

Interessa-nos saber como os sujeitos analisados organizam seu discurso de modo a denunciar e, ao mesmo tempo, legitimar uma posição, que se choca com as normas de gênero. Nesse processo, buscamos analisar a natureza dos imaginários sociodiscursivos, que são (re)construídos, afirmados ou contestados nas narrativas de si das pessoas trans no livro *A coragem de existir*.

A noção de imaginários sociodiscursivos, trazida por Charaudeau (2006), evidencia que não se pode dissociar as representações do mundo, das coisas, dos eventos, dos fenômenos e das coisas dos próprios sujeitos. Assim como a própria semiotização do mundo existe em

função dos sujeitos, os imaginários, também, decorrem e ocorrem nessa interação comunicacional. A comunicação envolve certas normas e comportamentos além de representações, que devem ser compartilhadas, para que essa interação possa acontecer. Estas podem ser entendidas, também, como conjuntos de saberes, que regulam as trocas comunicacionais, de modo a ajudar a constituir tanto a identidade dos sujeitos, realçando seu papel social com o qual desejam ser representados, quanto as estratégias mais adequadas ao seu dizer, como a mobilização dos modos de organização do discurso. Depreendemos, então, que esses saberes formam sistemas de pensamento, que presidem as práticas sociais e influenciam os efeitos ou os produtos dessas práticas. Essas mesmas práticas encontram sua razão de ser e, ao mesmo tempo, outorgam uma relevância social, um valor dentro de um quadro de julgamentos. Esses saberes formam imaginários, postos em circulação em diferentes grupos sociais, através do discurso. Isso levou o autor a denominar tais imaginários de sociodiscursivos, uma vez que eles se manifestam na e pela linguagem, consistindo, de maneira geral, em “maneiras de dizer” (CHARAUDEAU, 2006, p. 197), que se materializam no discurso.

Há, pelos menos, dois conjuntos de saberes, que formam os imaginários: os saberes de crença e os saberes de conhecimento. Os saberes de crença podem ser entendidos como julgamentos e/ou valores dados aos seres e eventos do mundo e se configuram como um tipo de avaliação do sujeito sobre fatos e seres. Os saberes de conhecimento são aqueles tomados como fatos e/ou verdades externas ao sujeito, oferecendo explicações para as causas dos fenômenos (CHARAUDEAU, 2006). Primordial salientarmos que não há um limite preciso entre esses tipos de saberes, nem há indicadores explícitos deles no discurso. Mas, é possível depreendermos sua ocorrência através do posicionamento do sujeito sobre o objeto desses saberes.

3.2 Os Modos de Organização do Discurso

Em sua Teoria Semiolinguística, Charaudeau (2008) distingue os Modos de Organização do discurso, que se traduzem em formas de utilização de determinadas categorias de língua ordenadas de acordo com as finalidades discursivas no ato de comunicação (CHARAUDEAU, 2008, p. 74). São quatro os Modos de Organização propostos pelo autor: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo, e cada um deles possui uma função de base e um princípio de organização, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Funções e Princípios dos Modos de Organização do Discurso

MODO DE ORGANIZAÇÃO	FUNÇÃO DE BASE	PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO
ENUNCIATIVO	Relação de influência (EU > TU) Ponto de vista do Sujeito (EU > ELE) Retomada do que já foi dito (ELE)	. Posição em relação ao interlocutor . Posição em relação ao mundo . Posição em relação a outros discursos
DESCRITIVO	Identificar e Qualificar Seres de maneira objetiva / subjetiva	. Organização da construção descritiva (Nomear-Localizar-Qualificar) . Encenação Descritiva
NARRATIVO	Construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato	. Organização da lógica narrativa (actantes e processos) . Encenação Narrativa
ARGUMENTATIVO	Expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor	. Organização da lógica argumentativa . Encenação argumentativa

Fonte: Charaudeau (2008, p. 75).

Trataremos mais minuciosamente do Modo Enunciativo pela predominância, que possui sobre os demais, e do Modo Narrativo, que é mais recorrente nos textos produzidos pelos participantes da pesquisa. Como uma narrativa de si, o Modo Enunciativo é usado com mais frequência por marcar a posição do sujeito com o interlocutor e com o mundo. Para tanto, é importante lembrarmos, ainda, que esse sujeito, ao propor um narrar sobre si, também age dentro de um dos princípios fundamentais do ato de linguagem, o princípio de influência. Ao refletir sobre si, esses enunciadore se posicionam em relação aos outros discursos, que os rodeiam, às vezes, de forma repressiva, e, também, em relação a um mundo regido por normatizações e preconceitos, que pode não lhes parecer menos opressivo. Assim, a nosso ver, o Modo Enunciativo se apresenta como um sistema de orientação a partir do qual o sujeito, ao proferir seu discurso, mobiliza os outros modos de organização, sempre atentos às restrições dadas a partir do quadro situacional. Isso justifica a abordagem maior desse modo em nossas análises.

3.2.1 Modo Enunciativo

A predominância do **Modo Enunciativo** se justifica pelo fato de que ele participa na encenação dos outros Modos. Ele tem a função de “dar conta da posição do locutor com

relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo” (CHARADEAU, 2008a, p. 74). Em outras palavras, o enunciador precisa organizar seu discurso de forma que obtenha êxito em seu propósito de comunicação – perante a si mesmo, mas também diante de seu interlocutor direto ou de um público maior. Para construir sua teoria relacionada ao Modo Enunciativo, Charadeau (2008a) se inspirou nos estudos de Benveniste (1989). Em sua Teoria da Enunciação, o autor elabora a seguinte conceituação: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Trata-se do processo, no qual o locutor se apropria da língua (do aparelho formal da língua) enquanto sujeito produtor de um enunciado. Antes da enunciação, a língua se apresenta apenas quanto possibilidade. Após a enunciação, a língua se efetua em discurso (uma forma sonora, que atinge um ouvinte) produzido por um locutor (eu), que chega a um ouvinte (tu), suscitando outra enunciação de retorno. O linguista afirma que, nesse processo, ao se colocar como sujeito do discurso, ao se declarar como locutor, o “eu” implanta o outro diante de si, independentemente do grau de presença desse outro (pode ser um ser real, imaginário, individual ou coletivo). Assim, “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Para cumprir seu propósito, o Modo de Organização Enunciativo intervém na encenação dos demais Modos. Dessa maneira, alguns dos procedimentos do Enunciativo são empregados a serviço dos outros três Modos. Charadeau (2008) enumera três funções do Modo Enunciativo:

(I) Comportamento alocutivo: estabelece relações de influência entre locutor e interlocutor, incitando um comportamento do interlocutor (o locutor age sobre o interlocutor). Essa ação pode levar o locutor a adotar uma posição, ou papel linguageiro, de força ou superioridade de modo a impor/sugerir uma ação ou um dizer. Exemplos desse comportamento são a interpelação, a autorização, a injunção, a sugestão, o julgamento, a proposta e o aviso. Outro tipo de comportamento adotado é o de inferioridade, ou pedido, no qual o locutor se coloca como sujeito, que depende do saber ou do fazer do interlocutor. Nesse caso, a interrogação e a petição são exemplos desse comportamento.

(II) Comportamento elocutivo: revela o ponto de vista do locutor, vindo a fazê-lo sem que o interlocutor se veja implicado nesse posicionamento. O locutor se coloca como alguém, que detém um modo de saber, um modo de avaliação, um modo de motivação, um modo de engajamento e um modo de decisão. O modo de saber mostra como o

sujeito conhece um assunto, podendo ocorrer através da constatação. O modo de avaliação mostra como esse sujeito faz um julgamento sobre um determinado assunto, podendo manifestá-lo através da opinião ou de uma apreciação. A motivação expressa as razões pelas quais o sujeito realiza sua ação ou seu dizer, manifestando esse posicionamento através de uma obrigação, de uma possibilidade e/ou de um querer. O modo de engajamento revela o quanto o sujeito adere a uma questão, o que é expresso através de uma promessa, de uma aceitação ou recusa, de um acordo ou desacordo, ou de uma declaração. O modo de decisão expressa o comportamento do sujeito quanto ao tipo de decisão tomada, podendo ser expresso através de uma proclamação, por exemplo.

(III) Comportamento delocutivo: retoma a fala de um terceiro de modo a criar um efeito de apagamento da voz do locutor frente ao seu interlocutor. O objetivo desse comportamento é criar um efeito de objetividade diante do mundo e dos eventos. Logo, o sujeito expressa um ponto de vista com aparência de um ponto de vista externo e independentemente ao seu pensamento, uma exposição de discursos outros, que não são expressos pelo sujeito, mas que são impostos a ele como um fato objetivo. O discurso do sujeito, assim, teria a aparência de um falar por si só. Nesse comportamento, pode ocorrer o ato de asserção, quando as modalidades se desvinculam do locutor e do interlocutor, colocando-se como um fato em si, que cabe ao locutor apenas dizer. O locutor, também, pode agir apresentando uma evidência, quando o fato ou a questão se coloca por si só, ou agindo como um relator, que apenas remete ao discurso de outro.

Partindo do Modo Enunciativo e buscando indicar como ele se configura nas narrativas dos sujeitos pesquisados, partiremos para a observância de como os procedimentos desse Modo concorrem para uma dimensão argumentativa em seus discursos.

Nas narrativas dos transexuais, certamente, é possível encontrarmos todos os Modos de Organização, dependendo de suas finalidades discursivas. Por exemplo, ao tratarem do processo de hormonização a que se submetem, o Modo Descritivo se sobressai no discurso. No que concerne à questão da dificuldade, que essas mulheres encontram para a inserção no mercado de trabalho, muitas vezes utilizam o Modo Argumentativo. Sobre suas relações familiares, a descoberta e a dificuldade de aceitação dos pais, predomina o Modo Narrativo, que é um dos mais acionados nas narrativas, que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Salientamos que os Modos Narrativo e Descritivo podem apresentar uma dimensão argumentativa, como mostram os trabalhos de Amossy (2007, 2011), Ida Lúcia Machado (2018)

e Lessa (2015, 2018). De acordo com Amossy (2011, p. 130), a argumentação é “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário”. A autora chama a atenção para o fato de que os textos, embora nem todos tenham uma orientação argumentativa clara, sempre exercem alguma influência em seus leitores/ouvintes, orientando maneiras de ver e de pensar (AMOSSY, 2007, 2011). No âmbito da Análise do Discurso, Machado (2018) destaca a impossibilidade de prescindir das contribuições da retórica-argumentativa. A pesquisadora afirma que é justamente através do uso de certas palavras ou expressões, ou através da organização de determinado discurso (falado ou escrito), que o locutor/escritor irá captar a adesão do público a quem se dirige.

Entretanto, Amossy (2007) faz uma diferenciação entre ambos os textos, os que possuem uma estratégia persuasiva programada e o que seria apenas uma tendência a orientar as maneiras de ver do interlocutor. No primeiro caso, a autora defende que o discurso manifesta uma orientação/visada argumentativa (como o discurso eleitoral ou o discurso publicitário, por exemplo). No segundo caso, a autora se refere a uma dimensão argumentativa (uma conversa coloquial ou texto ficcional, por exemplo), que não apresentaria estratégias programadas de argumentação.

Lessa (2018, p. 21), ao pesquisar a dimensão argumentativa em textos narrativos, cita, entre outros autores, os trabalhos de Amossy, evidenciando “a premissa de que todo discurso age sobre o interlocutor, incita-o a pensar de uma certa maneira, convida-o a partilhar de um ponto de vista”. O autor, também, destaca a dimensão argumentativa em textos, que expressam a memória, o que nos remete às narrativas de vida dos sujeitos trans em muitos momentos, sobretudo quando se referem às suas infâncias. Também ancorado nos estudos de Amossy, o citado autor defende que essa dimensão argumentativa é constitutiva do ato de expressão da memória. Para ele, “o objetivo de persuadir não se encontra explicitado, não resulta diretamente da sustentação, pelo autor, de uma tese por meio de justificações” (LESSA, 2015, p. 163).

Os Modos de Organização do discurso, conforme o próprio Charaudeau (2008a), não são indissociáveis, mas são mobilizados conjuntamente, segundo as intenções do sujeito do ato de linguagem. Embora o Modo Enunciativo seja onipresente, não se pode colocá-lo como superior ao Narrativo e ao Descritivo, mesmo por que essa separação, caso abordássemos apenas o Enunciativo, nos levaria a analisar a enunciação em si sem aquelas estratégias essenciais a esse discurso, estratégias realizadas com a mobilização dos modos descritivo e narrativo. Por outro lado, a utilização estratégica desses Modos constitui, a nosso ver, um dos traços da dimensão argumentativa, presente no discurso analisado, já que, ao descrever, narrar e

posicionar-se sobre um discurso acerca de seres, que se transformam e que vivem em uma sociedade pouco capaz de lidar com o outro, como o “diferente” (aspas nossas), proporciona uma outra visão de mundo, pela qual se reflete sobre questões universais sobre identidade ou “trans-identidade” e os feitos dessas construções identitárias na sociedade.

Voltando ao Modo Narrativo, Charaudeau (2008a) especifica as condições de realização de uma narrativa: é necessário que haja um “contador”, que tenha por intenção querer transmitir algo a um destinatário, que é dito de uma maneira específica para dar um sentido particular à sua narrativa. O autor afirma que há três tipos de componentes da lógica na narrativa: os actantes, os processos e as sequências. Os **actantes** “[...] desempenham papéis relacionados à ação da qual dependem” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 160). Importante atentarmos para o fato de que, conforme defende Charaudeau (2008a), o ato de contar é uma atividade, que implica uma série de tensões e contradições e uma delas se manifesta nas narrativas por meio de “procedimentos que realizam efeitos discursivos de realidade e de ficção” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 154). Os **processos** “[...] unem os actantes entre si, dando uma orientação funcional à sua ação” (p. 160). Podemos considerar que os processos são os fatos em si, que se encadeiam na narrativa. Por fim, “as **sequências**, que integram processos e actantes numa finalidade narrativa segundo certos princípios de organização” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 160).

Já destacamos, anteriormente, a importância que Charaudeau confere à intencionalidade nas trocas comunicativas, a qual constitui um princípio orientador dos atos de linguagem. No centro desse processo, encontram-se os sujeitos, que são parceiros nessas trocas e que possuem intencionalidades específicas. O autor identifica, assim, o princípio de influência, que se encontra na origem de certas visadas, “que correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23). Tais visadas, entretanto, devem ser analisadas a partir do ponto de vista da instância de produção, considerando um destinatário ideal, que reconheça estas visadas.

Charaudeau (2004) propõe, então, seis tipos de visadas: a visada de “prescrição”, de “solicitação”, de “incitação”, de “informação”, de “instrução” e de “demonstração”. Na primeira, a **visada de prescrição**, o “eu” quer “mandar fazer” e possui autoridade para tanto, e o “tu” ocupa o papel de “dever fazer”. Na **visada de solicitação**, o “eu” quer “saber” e ocupa, portanto, um papel de inferioridade diante do “tu”, que se encontra em posição de “dever responder”. Com relação à **visada de incitação**, o “eu” quer “mandar fazer”, mas, embora não possua autoridade para incitar o “tu” à ação, ele deve “fazer acreditar”, valendo-se da persuasão ou da sedução; e o “tu” ocupa uma posição de “dever acreditar”. A **visada de informação** coloca

o “eu” na posição de “fazer saber”, que possuias credenciais para colocar o “tu” na posição de “dever saber” algo. Na visada de **instrução**, o “eu” quer “fazer saber-fazer” e se encontra em posição de autoridade para tal; o “tu”, por consequência, deve ocupar a posição de “dever saber-fazer” de acordo como que é proposto pelo “eu”. Por fim, na **visada de demonstração**, o “eu” parte de uma posição de autoridade acerca de um saber para estabelecer a verdade e apresentar as provas ao “tu”, que deverá receber e avaliar essa verdade.

Imprescindível salientarmos a finalidade, e as visadas que ela mobiliza, não representam todo da situação de comunicação, mas é um elemento central, que está combinado a outros componentes, como a identidade dos participantes, o propósito e as circunstâncias (CHARAUDEAU, 2004).

3.2.2 Modo Narrativo

Para introduzir o tema da narração, Charaudeau (2008a) deixa claro que se trata de um mecanismo complexo, que dá margem a uma diversidade de termos técnicos e que comporta diferentes significações de acordo com a abordagem teórica; termos como, por exemplo, narrativa, história, discurso, contador e narrador entre outros. O autor especifica que o ponto de vista adotado por ele não se vincula a nenhuma teoria em particular, nem pretende ser uma síntese teórica. Assim, ele faz uma escolha, que objetiva “apresentar noções de base relativas ao fenômeno da narratividade, noções que necessitam de exame quanto a seu valor operatório, isto é, quanto a sua capacidade de fazer descobrir e explicar os mecanismos que presidem esse modo de organização” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 153). Ele alerta, ainda, para que não se confunda gênero textual e modo de organização de discurso. O que sua teoria propõe não é apresentar uma tipologia de textos narrativos, mas evidenciar componentes e procedimentos de um modo de organização discursiva, “cuja combinação deve permitir compreender melhor as múltiplas significações de um texto particular” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 153). Uma outra diferenciação que o autor, também, faz é entre narrativa e Modo Narrativo:

A narrativa é uma totalidade, o narrativo um de seus componentes. A narrativa corresponde à finalidade do ‘que é contar?’, e para fazê-lo, descreve, ao mesmo tempo, ações e qualificações, isto é, utiliza os modos de organização do discurso que são o Narrativo e o Descritivo. É preciso, então, não confundir narrativa e modo Narrativo (ou Descritivo), a primeira englobando os dois outros (CHARAUDEAU, 2008a, p. 156).

Justamente por isso, **contar** não é somente descrever uma sequência de ações ou de acontecimentos, que compõem o Modo Descritivo e que podem integrar uma narrativa.

Charaudeau (2008a) esclarece, ainda, as “**funções do narrativo**” e seus “**princípios de organização**”.

As “**funções do narrativo**” são duas: descritiva e narrativa, e ambas se distinguem pelo ‘tipo de visão do mundo que constroem e pelos papéis desempenhados pelo sujeito que descreve ou narra’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 157). A função descritiva é acionada no Modo Narrativo ao apresentar um mundo tal qual ele se mostra. Dessa maneira, ele necessita apenas ser reconhecido e mostrado. O sujeito que descreve vai desempenhar os papéis de observador, de sábio, de alguém que descreve – capaz de mostrar ou evocar esse mundo. Por sua vez, a função narrativa apresenta um “mundo que é construído no desenrolar de uma sucessão de ações que se influenciam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 157). O sujeito, que narra, desempenha um papel de testemunha em contato direto com o vivido, ainda que de forma fictícia.

Com relação aos “**princípios de organização**”, ocorre que “o discurso construído pelo Descritivo mantém-se integralmente (esgota-se) na sua manifestação, na sua superfície ‘descritora’” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 157). Por sua vez, o discurso construído no Narrativo acontece em dois níveis: através de uma (I) estrutura lógica, que se constitui como uma espécie de espinha dorsal narrativa; e uma (II) superfície semantizada, que se baseia na estrutura lógica, mas interage com ela a ponto de transformá-la. De acordo com Charaudeau (2008a), o Modo Narrativo se organiza, pois, em uma dupla articulação: por uma (I) **organização da lógica narrativa** que se constitui por uma sucessão de ações segundo uma determinada lógica, que vai se constituir enquanto a trama de uma história. É uma organização, que “está voltada para o mundo referencial, mas é preciso não considerá-la como fonte primeira nem estrutura universal do universo contado” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 158). Em segundo lugar, o Modo Narrativo se articula, também, através de uma (II) **organização da encenação narrativa**, que é a própria realização de uma representação narrativa; ou seja, do que faz com que uma história se torne um universo narrado. Esse universo, por sua vez, é construído “sob a responsabilidade de um sujeito narrante que se acha ligado por um contrato de comunicação ao destinatário da narrativa” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 158). Esta dupla articulação – lógica narrativa e encenação narrativa – se impõe, conforme o linguista, como instrumento de análise dos textos narrativos.

3.2.2.1 Lógica Narrativa

Antes de discorrermos mais detalhadamente sobre a lógica narrativa, construímos um esquema gráfico para facilitar sua compreensão como um todo e como essa lógica se subdivide,

para, em seguida, tratarmos de cada um de seus aspectos. Salientamos que, nas análises, operamos somente com algumas dessas categorias.

Figura 2 – Organização da Lógica Narrativa



Fonte: autoria própria.

Charaudeau (2008a) especifica as condições de realização de uma narrativa: é necessário que haja um “contador”, que tenha por **intenção** querer transmitir algo a um destinatário, que é dito de uma maneira específica, para dar um sentido particular à sua narrativa. Com relação a essa intencionalidade, é primordial observarmos que ela não exclui “as significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 153). O linguista lembra, ainda, que a lógica narrativa é apenas uma das possibilidades de construção da trama de uma história. Há três tipos de componentes da lógica narrativa: os **(I) actantes**, os **(II) processos** e as **(III) sequências**. Discorreremos sobre cada um deles e suas especificações, sendo que, nas análises, serão contemplados, especialmente os actantes, sendo as demais categorias aqui colocadas, para que nossa explicação seja melhor contextualizada.

Os actantes: ao analisar os **actantes** de uma narrativa, é possível identificarmos os **papéis narrativos**, que desempenham, a **hierarquização** construída em torno deles e a **qualificação**, que lhes é atribuída. Explicaremos cada um desses pontos e, em seguida, apresentaremos, sucintamente, o modelo de questionário proposto por Charaudeau (, 2008a) para melhor identificação dos actantes.

Os **actantes** “[...] desempenham papéis relacionados à ação da qual dependem” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 160). Para se conhecer os papéis narrativos dos actantes, é preciso

conhecer o contexto e a finalidade narrativa relacionados a determinado enunciado. É importante atentarmos para o fato de que, conforme defende Charaudeau (2008a, p. 154), o ato de “contar” é uma atividade, que implica uma série de tensões e contradições, e uma delas se manifesta nas narrativas por meio de “procedimentos que realizam efeitos discursivos de realidade e de ficção”.

Com relação à hierarquização, ela pode ocorrer sob dois pontos de vista: o ponto de vista de sua natureza, que concerne, em primeira instância, aos actantes humanos (ou considerados como tais), “o que tem como consequência limitar o seu número, em relação aos actantes de língua: de uma parte há o actante que age, de outro um actante que sofre a ação, e em torno deles gravitam circunstâncias” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 161). O segundo ponto de vista diz respeito à importância dos actantes na trama narrativa, que podem se dividir em actantes principais, secundários e satélites.

Para tratar da qualificação, Charaudeau (2008a) destaca que não há actante em estado puro. Isso significa dizer que, em uma narrativa, ocorre uma semantização das formas; ou seja, a qualificação mesma dos actantes. E essa semantização interfere na determinação do papel narrativo e, conseqüentemente, dos próprios actantes. Convém atentarmos para uma questão que Charaudeau (2008a, p. 161) coloca: “O problema da existência de um princípio que distinguiria uma forma e um papel vazios de qualquer substância semântica, e uma forma e um papel semantizados”. O linguista aconselha que não se considere essa problemática de maneira radical, mas de forma dinâmica e maleável.

É fundamental a distinção entre actante (que corresponde à forma não qualificada) e personagem (forma qualificada). Uma espécie de arquétipo actancial emerge à medida que e quanto mais se define o actante e seus papéis de maneira geral e abstrata. Por outro lado, “quanto mais se define a especificidade qualificativa do actante e de seu papel, mais se está em relação com o que se chama tradicionalmente um personagem” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 162).

Para melhor exemplificar, Charaudeau (2008a) propõe um questionário, que estabelece perguntas para os dois actantes de base (arquétipos), que são o agente, que age, e o paciente, que sofre a ação. No questionário, aparecem especificações dos papéis e algumas qualificações mais usuais. Em linhas gerais, é preciso indagarmos se o actante age ou sofre a ação: “se ele age”, desempenha papel de agressor, benfeitor, aliado, oponente ou retribuidor; e o faz de maneira voluntária, involuntária, direta ou indireta? “Se o actante sofre a ação”, ele é vítima ou beneficiário da ação? Se o actante vítima reage, ele o faz por fuga, resposta ou negociação? Se o actante beneficiário reage, é por retribuição ou recusa? Quanto aos tipos de qualificação, elas podem ser positivas (virtude, força, inteligência etc.) ou negativas (vício,

inabilidade, estupidez etc.).

(I) Os processos: o segundo aspecto da lógica narrativa diz respeito aos **processos**, que “[...] unem os actantes entre si, dando uma orientação funcional à sua ação” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 160). Eles se assemelham aos processos relacionados às categorias de língua, o que entendemos como as ações desenvolvidas pelos sujeitos. Todavia, na análise proposta por Charaudeau (2008a), é crucial lembrarmos que se trata, especificamente, das categorias de organização do discurso, o que pressupõe algumas especificidades na análise. Nesse sentido, “os processos podem ser considerados como a semantização das ações em relação com sua função narrativa” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 163). E as funções narrativas estão, intimamente, ligadas aos papéis narrativos dos actantes. Aqui, a análise dos processos, também, se subdivide em: **função narrativa e ação; hierarquização; e processo e qualificação**. Charaudeau (2008a), também, propõe um modelo de questionário para ajudar o analista de discurso na observação e compreensão dos processos nas narrativas. A seguir, explicaremos cada um dos elementos.

De acordo com Charaudeau (2008a, p. 163), “o processo é uma unidade de ação que, por sua correlação (correlação motivada por uma intencionalidade) com outras ações, se transforma em **função narrativa**”. Aqui, também, o contexto é essencial para se definir essa função. Um processo narrativo pode corresponder a diversas ações assim como uma ação pode corresponder a diversos processos narrativos. Por exemplo, no primeiro caso, o processo de agressão pode ocorrer através de diferentes ações físicas (um soco, um tiro etc.) ou ações simbólicas (um insulto, uma recusa etc.). Por sua vez, uma ação pode corresponder a diferentes processos ou funções narrativas; por exemplo, “a ação *entrega de um embrulho* pode corresponder a um processo de agressão (bomba), de recompensa (presente), de embuste (embrulho vazio) etc.” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 164, grifo do autor).

O segundo aspecto dos processos diz respeito à hierarquização. Nesse ponto, é preciso entendermos que, “na organização geral de uma história, nem todas as funções narrativas estão no mesmo plano, de tal modo que sua hierarquização pode ser bastante complexa” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 164). Essa organização diz respeito à especificidade de cada história. Isto é, mais uma vez, deve-se analisar a totalidade do contexto narrativo. Outro ponto para o qual é preciso se atentar é para o fato de que os processos podem se dividir em dois tipos principais de função narrativa: uma função narrativa principal (determina as grandes articulações da história) e outra secundária, que não é menos importante (completa de diferentes formas os espaços entre as grandes articulações da história). Ambas as funções, principais e secundárias, ordenam-se de acordo com determinados princípios, como coerência,

intencionalidade, encadeamento etc. Esses princípios serão melhor desenvolvidos no capítulo referente às análises das narrativas, quando retornaremos a eles.

Com relação ao **processo e sua qualificação**, assim como acontece com os actantes, é preciso observarmos o grau de semantização atribuído ao processo, porque, como explica Charaudeau (2008a, p. 165), a rigor, “pode-se considerar que falar de agressão já é um modo de qualificar uma relação actancial entre um agente e um paciente, e que falar de uma recompensa é um modo de qualificar uma retribuição [...]”, mas a qualificação do processo pelo analista do discurso precisa ser mais aprofundada, levando em consideração todo o contexto narrativo de uma história.

O questionário proposto pelo linguista para a análise dos Processos Narrativos propõe que se observe se a realização de um ato recai, principalmente, sobre si ou sobre o outro e se o ato tem por função melhorar, conservar ou degradar um determinado estado inicial de coisas. A partir dessas caracterizações, Charaudeau (2008a) propõe as subdivisões: se o ato recai sobre si, ele tem por função o melhoramento, a conservação ou a degradação do estado de coisas. Da mesma forma, deve-se proceder ao observar o impacto do ato que recai sobre o outro. É essencial, também, analisar os atos de fala, que podem exercer influência sobre os atos potenciais do outro: informação/dissimulação; aconselhamento/desaconselhamento; encorajamento/dissuasão; e pedido.

(II) As sequências “[...] integram processos e actantes numa finalidade narrativa segundo certos princípios de organização” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 160). Esses princípios são de: coerência, intencionalidade, encadeamento e localização. Discorreremos, brevemente, sobre cada um deles.

No **princípio de coerência**, é preciso percebermos que uma sucessão de acontecimentos está ligada por uma espécie de relação de solidariedade, em que cada acontecimento pressupõe os outros em uma estrutura, que se deve imaginar intemporal. O sentido da narrativa se constrói a partir de um encadeamento de motivos dirigidos a um fim e, portanto, os acontecimentos são definidos de acordo com um **princípio de intencionalidade** (ou de motivação). Assim, os acontecimentos ou ações se reagrupam em sequências, que se ordenam segundo um **princípio de encadeamento**. Essa sucessão de acontecimentos ocorre de acordo com um **princípio de localização**; ou seja, em um enquadramento espaço-temporal.

Charaudeau (2008a) discorre, ainda, sobre os Procedimentos de Configuração da Lógica Narrativa, que não serão descritos nesta pesquisa, já que tais procedimentos não foram o objetivo em nossas análises.

3.2.2.2 Encenação Narrativa

Os componentes e procedimentos da encenação narrativa são considerados como um instrumento, e não como fim em si mesmo (CHARAUDEAU, 2008a, p. 158). Charaudeau (2008a) propõe uma divisão desse aspecto da Encenação, que se divide em **Componentes da encenação narrativa** e em **Procedimentos de configuração da encenação narrativa**.

Componentes da encenação narrativa

Charaudeau (2008a, p. 183) estabelece uma diferenciação importante para se compreender o dispositivo narrativo, que é a compreensão de que “quem conta (uma história) não é quem escreve (um livro) nem quem é (na vida)”. Essa é uma diferenciação, que remete a diferentes instâncias: o indivíduo (ser psicológico e social), o autor (o ser que escreveu a narrativa) e o narrador (o ser que conta uma história, o “ser de papel” – papel narrativo). O mesmo acontece com o leitor: “Não se pode confundir tal indivíduo com o leitor real em que ele se torna e ao qual é pedido um mínimo de competência de leitura” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 183-184). Esse leitor real, também, não pode ser confundido com o leitor enquanto destinatário de uma história contada por um narrador. Assim, o dispositivo da encenação narrativa envolve quatro diferentes sujeitos.

Charaudeau (2008a) vincula toda narrativa a uma **encenação narrativa**, que, por sua vez, articula dois espaços de significação (como a comunicação em geral), que são um **espaço externo ao texto (extratextual)** e outro **espaço interno ao texto (intratextual)**. No primeiro, o espaço extratextual, encontram-se dois parceiros da troca linguageira: o autor e o leitor “reais”, que se comunicam através do texto (escrito ou falado). “São seres de identidade social. Eles correspondem ao sujeito falante e ao sujeito receptor-interpretante do dispositivo geral da comunicação” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 184). No espaço intratextual, estão os sujeitos da narrativa: o narrador (enunciador) e o leitor-destinatário (destinatário). O objeto de troca entre eles é uma forma particular de texto. Trata-se de seres de papel, de identidade discursiva. Esses sujeitos do dispositivo da encenação narrativa estão ligados dois a dois, de forma não simétrica, mas, ligados, igualmente, entre si de um espaço a outro.

Tais sujeitos podem, ainda, ser classificados de acordo com as seguintes categorias: (I) o autor-indivíduo, o autor escritor, o leitor real e o leitor possível – trata-se de sujeitos da troca linguageira, que possuem, como objeto comum, o texto e se referem ao espaço extratextual; e (II) o narrador-historiador ou o contador e leitor destinatário, cujo objeto de troca é uma forma

particular de texto. São seres de papel, de identidade discursiva do espaço intratextual.

O autor-indivíduo possui “a identidade de um indivíduo que vive e age na vida social” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 185) com nome próprio e uma biografia pessoal. Ele pode ou não se tornar personagem da narrativa. Quando participa de maneira explícita na narrativa, ele se torna testemunha da história vivida, que está ancorada num determinado contexto sócio-histórico, e cujo ordenador, de acordo com Charaudeau (2008a, p. 185), “só pode ser a vida, o destino, o acaso, Deus, ou ele mesmo”. Nesse contexto, o leitor real é convocado a receber e a verificar a veracidade dos fatos em função de sua própria experiência.

A outra identidade do autor é a de autor-escritor, que desempenha o papel social de escritor, o qual tem um projeto de escritura, que se revela pela organização geral da narrativa, que é baseada em suas experiências no mundo. Possui um nome próprio de escritor – fictício ou não – e uma biografia pública de autor. O leitor real, aqui, é convocado a receber e a reconhecer seu ato de escritura. Nesse sentido, esse leitor é transformado por tais circunstâncias em leitor possível.

Com relação ao narrador-historiador ou contador e leitor destinatário, Charaudeau (2008a) propõe as seguintes especificações: o sujeito, que conta e assume a identidade de narrador-historiador, organiza a história de modo o mais objetivo possível, utilizando arquivos, documentos e testemunhos, que comprovam essa veracidade dos fatos. Esse narrador implica um leitor-destinatário, que é convocado a receber e, eventualmente, verificar a veracidade da história contada. Diferentemente, o narrador-contador “organiza a história contada como pertencente a um mundo inventado, criado por seu organizador, em relação com todos os outros mundos inventados” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 187). Trata-se, pois, de um universo ficcional. O leitor-destinatário é “convocado a receber e compartilhar a história contada como história inventada” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 187).

A respeito desses tipos de narrador, lembramos que Charaudeau (2008a) coloca que o ato de linguagem é perpassado por efeitos de ficção e efeitos de real. Relacionando esse fato da linguagem à escrita de si, podemos entender que ela evoca tanto efeitos de ficção quanto de real. Embora se trate de uma escrita sobre eventos factuais, que são as trajetórias de vida desses sujeitos, ela pode ser elaborada e reelaborada conforme os propósitos do(s) autor(es). Essa reelaboração pode ser empregada, por exemplo, para realçar os efeitos patêmicos e etóticos, ou para explorar melhor os efeitos de sentido relacionados à trajetória de sujeitos, que atravessam processos de transformação, física e/ou identitária, em uma sociedade, que, ainda, os “estranha” (aspas nossas). Assim, o(s) modo(s) como o narrador se coloca, inclusive, alternando-se como narrador-historiador e narrador-contador, também, pode(m) se constituir como ação estratégica

dos sujeitos nesse discurso.

Procedimentos de configuração da encenação narrativa

Os procedimentos da encenação narrativa são aqueles “pelos quais os componentes que integram o dispositivo da Encenação Narrativa se manifestam” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 188). Eles “dizem respeito à identidade, ao estatuto e aos pontos de vista do narrador textual” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 188). São procedimentos, que estão em estreita relação, pois todos dependem do narrador. Assim, mudanças em um desses aspectos, na narrativa, repercutirá nos demais.

Intervenções e Identidades do Narrador

Charaudeau (2008a) propõe quatro tipos de intervenções e identidades do narrador a seguir descritas:

I- Presença e intervenção de um autor-indivíduo: um procedimento que tende a produzir um efeito de verdade e/ou um apelo ao compartilhamento de um pensamento ou experiência vivida. Dessa forma, “esse autor indivíduo torna-se um personagem que se dirige ao leitor de maneira explícita...” (p. 189). Esse autor pode se apresentar como: cronista, observador testemunha de sua época; contador-testemunha de sua própria vida (autobiografia verdadeira ou não) ou, ainda, narrador em primeira pessoa de uma narrativa não autobiográfica.

II- Presença e intervenção de autor-escritor: quando a narrativa apresenta marcas discursivas que remetem ao projeto de escritura, justificando-o. Além do efeito de verdade, esse procedimento tende a produzir “um efeito de cumplicidade com o leitor ao qual ele propõe, de alguma maneira, um contrato de leitura” (p. 190).

III- Presença e intervenção do narrador-historiador: um procedimento “destinado a ‘dar cobertura’ ao narrador, a protegê-lo de todo subjetivismo, a fazer crer que ele se apaga por detrás dos fatos que se impõem por sua credibilidade histórica” (p. 192).

IV- Presença e intervenção de um narrador-contador: acontece quando o narrador conta a história de alguém diferente dele mesmo, ele fica apagado, embora sua presença esteja clara na forma como ele organiza a narrativa. Sua presença se dá pela forma como organiza os elementos e eventos dentro da narrativa. Mas, o narrador-contador pode

mostrar mais sua presença “em relação à gestão interna da história que é contada, como se quisesse ora confiar-se ao leitor, ora guiá-lo em sua leitura” (p. 192).

Além desses diferentes procedimentos, os narradores podem, ainda, se manifestar de acordo com o tipo de relação, que estabelecem com a história contada; em outras palavras: **o estatuto do narrador**.

A relação, que se estabelece entre o narrador e a narrativa, é complexa e depende da identidade do narrador (quem fala), de seu estatuto (quem conta a história de quem) e de seu ponto de vista sobre as personagens da história. Charaudeau (2008a) propõe três categorias nesse sentido: (I) o narrador conta a história de um outro; (II) o narrador conta a história da qual ele é a personagem central ou uma das personagens centrais; e (III) o narrador conta uma história onde existem muitos narradores:

I- O narrador conta a história de um outro: o narrador não é o personagem principal. Ele conta a história em terceira pessoa. Dentro desta categoria há, ainda, dois estatutos de narrador: a) totalmente exterior, ou seja, “ele conta uma história da qual é totalmente ausente enquanto personagem” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 194); b) o narrador se apresenta como testemunha dos fatos narrados, é um simples observador dos acontecimentos, que ocorrem com outros personagens, assumindo a função de figurante.

II- O narrador conta a própria história: narrador e personagem principal são uma só pessoa e a história é contada em primeira pessoa. Há três casos desse tipo de narrador: a) o narrador é o porta-voz do autor-indivíduo-escritor, como é o caso da autobiografia real; b) o narrador não é o porta-voz do autor-indivíduo-escritor. Embora o narrador conte sua história em primeira pessoa, ele narra a história de um outro indivíduo, o que significa que se trata de uma autobiografia fictícia; e c) o narrador-personagem, herói da história, é autor-indivíduo e indivíduo fictício ao mesmo tempo. O leitor pode supor que o herói da história coincide, em parte, com o autor indivíduo (quando recorrer a lembranças de sua vida) e que se refere, em alguma medida, à imaginação, à invenção do autor-escritor.

III- Existem muitos narradores: a narrativa compõe-se por um encaixamento de histórias, cada qual tendo seu próprio narrador. Nessa composição, há um “narrador primário que domina o conjunto do texto e corresponde então ao autor-escritor, e um (ou mais) narrador secundário [...] cuja história contada se integra

ou se encaixa na narrativa do narrador primário” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 196). Charaudeau (2008a) distingue duas situações dentro desta categoria: a) o narrador primário relata a narrativa de um outro narrador, que foi testemunha de uma história. O narrador primário intervém pouco ou nada na narrativa; e b) o narrador primário relata a narrativa de um outro narrador. Nesse caso, o narrador secundário é a personagem principal e o narrador primário intervém, explicitamente, na encenação narrativa. Importante atentarmos para o fato de que o narrador secundário não significa de menor importância.

Os pontos de vista do narrador

O ponto de vista do narrador “trata-se da relação que se estabelece entre o narrador e sua (ou suas) personagem(ns) quanto ao saber que possui sobre ela(s), saber que ele transcreve em sua narrativa e que, dessa maneira, ele comunica ao leitor” (CHARAUDEAU, 2008a, p.197).

O autor distingue dois tipos de pontos de vista: a) ponto de vista externo (objetivo): o saber do narrador sobre o personagem é obtido a partir de sua exterioridade, da simples observação de sua aparência física, de fatos e gestos visíveis, circunstâncias, que podem ser percebidas ou verificadas; b) ponto de vista interno (subjetivo): é o ponto de vista sobre o mundo interno da personagem, seus sentimentos, pensamentos e impulsos. Pode ser percebido através de julgamentos explícitos do narrador ou através de modalizadores. No primeiro caso, observa-se, nas narrativas analisadas, diversos momentos, em que os autores expõem pontos de vista externos, como quando João W. Nery (2017, p. 69) comenta sobre um amigo, que tinha na cidade de Santos (SP): “Sinésio era magrinho,baixinho, alourado, de olhos verdes e parecia uma menina acanhada”. Ou quando T. Brant (2017, p. 148) fala sobre uma festa, em que foi em um sábado à noite na casa de amigos: “Jovens, bebidas, casa vazia, diversão e aquela sensação de que nada poderia dar certo”. Com relação ao ponto de vista interno, são fartos os exemplos, já que os enunciadores fazem referências, ao longo de suas narrativas, aos seus próprios sentimentos e pensamentos, sobretudo em relação aos conflitos vivenciados em função de suas identidades de gênero. Márcia Rocha (2017, p. 116), por exemplo, revela: “Eu estava completamente feliz com minha nova identidade, finalmente tendo a certeza de que não precisava mais representar nenhum personagem para as pessoas ao meu redor [...]”. E, em tom de confiança, Amara (MOIRA, 2017, p. 28) conta: “Enquanto eu própria existia como homem para a sociedade, nunca consegui desenvolver uma relação afetiva mais séria com homens [...]”.

3.2.3 Modo Descritivo

A perspectiva de Charaudeau (2008a) para tratar do Modo Narrativo se alinha à Semiótica moderna, que considera tanto o Modo Descritivo quanto o Narrativo como procedimentos discursivos, que, juntos, contribuem para a construção de um relato, o primeiro relacionado às qualificações do relato e o segundo, às suas funções. O linguista explica, assim, sua abordagem:

[...] o termo descritivo é utilizado aqui para definir um procedimento discursivo (que chamamos de ‘Modo de organização do discurso’), e o termo descrição para definir um texto (ou um fragmento de texto) que se apresenta explicitamente como tal. A descrição é um resultado, o Descritivo é um processo – este detém, então, o mesmo estatuto que o Narrativo e o Argumentativo (CHARAUDEAU, 2008a, p. 111).

O autor explica, ainda, que o Descritivo pode combinar-se com os Modos Narrativo e Argumentativo em um mesmo texto e que um texto pode se organizar de maneira descritiva, seja em sua totalidade ou em partes.

De acordo com Charaudeau (2008a), o Modo Descritivo envolve três componentes: nomear, localizar/situar e qualificar. Nomear é conferir existência a um ser, mas não é um procedimento tão simples, pois o ato de nomear “é o resultado de uma operação que consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 112). Localizar/situar corresponde a determinar o espaço e o tempo em que o ser está situado – o que produz significação, já que esse ser, também, é definido por essa posição espaço-temporal. Por fim, qualificar está relacionado a classificar, o que é feito em função de semelhanças e diferenças: “qualificar, portanto, assim como nomear, é reduzir a infinidade do mundo, construindo classes e subclasses de seres” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 115).

Procópio-Xavier (2012, p. 219) afirma que todos esses procedimentos “são realizados a partir dos códigos sociais, das representações circulantes na sociedade e nas características da situação de comunicação na qual o procedimento de descrição se inscreve”. A autora acrescenta, ainda, que a descrição se realiza pela finalidade da situação comunicativa bem como pelas restrições, que a situação impõe ao sujeito, que descreve.

No Modo Descritivo, Charaudeau (2008a) distingue procedimentos de configuração da descrição, que podem ser discursivos e linguísticos. O autor destaca que tais procedimentos são usados de maneira não arbitrária e livre. No primeiro caso, por que toda descrição está sempre em relação com os outros Modos de organização e adquire sentido em função destes. No

segundo caso, por que se trata de um Modo não hermético; ou seja, não é fechado em uma lógica interna, como acontece como os outros Modos. Assim, ressalta Charaudeau (2008a, p. 117): “Não existe procedimento obrigatório para a construção do Descritivo”.

Entre os **procedimentos discursivos**, o linguista os define a partir dos componentes de nomear, localizar/situar e qualificar. Para nomear, o procedimento discursivo é de **identificação** dos seres e objetos do mundo através de nomes comuns (identificação genérica) ou próprios (identificação específica). Com relação a localizar/situar, são utilizados **procedimentos de construção objetiva do mundo**, o que consiste “em construir uma visão de verdade sobre o mundo, qualificando os seres com a ajuda de traços que possam ser verificados por qualquer outro sujeito além do sujeito falante” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 120). Por fim, para qualificar, podem ser utilizados tanto **procedimentos de construção objetiva** quanto **procedimentos de construção subjetiva**. Esses últimos são procedimentos, que permitem ao sujeito falante descrever os seres do mundo e seus comportamentos através de seu próprio ponto de vista. Portanto, não se trata de algo verificável, pois “o universo assim construído é relativo ao imaginário pessoal do sujeito (CHARAUDEAU, 2008a, p. 125).

Já os **procedimentos linguísticos** utilizam uma ou mais categorias de língua, que podem combinar entre si para servir aos componentes da organização descritiva. Para **nomear**, Charaudeau (2008) distingue os procedimentos de:

- denominação: uso de nomes comuns ou próprios;
- indeterminação: oposto à denominação. Procedimento, que inscreve o relato em uma atemporalidade (“em um dia de verão”) e em lugares não identificados (“próximo às montanhas”). Também, pode ser aplicado a personagens;
- atualização (ou concretização): uso de artigos produz efeitos discursivos de singularidade, de insólito ou efeitos de familiaridade, de evidência, ou de idealização;
- dependência: uso de possessivos produz efeitos discursivos de apreciação;
- designação: uso de demonstrativos produz efeitos discursivos de tipificação;
- quantificação: uso de quantificadores produz efeitos de subjetividade;
- enumeração: uso de dêiticos, de artigos ou de nomes no plural não precedidos de artigo produz efeitos discursivos de indefinição. Permite fazer listas de seres (humanos ou não), qualidades, lugares e ações, que produzem efeitos discursivos diversos.

Para **localizar/situar**, Charaudeau (2008a) aponta o uso de categorias de língua, que têm por efeito fornecer um enquadre espaço-temporal ao relato. São categorias, que marcam a precisão, o detalhe e a identificação de lugares e da época de um relato (“Na manhã de 20 de maio de 1996, estava no Rio de Janeiro”). Também, é possível utilizar categorias, que, ao

contrário, não deixam marcados os lugares e o tempo. A falta de identificação se justifica, “porque o relato não se ancora em uma realidade específica, mas coloca em cena destinos e arquétipos, que são intemporais (daí a utilização dos tempos do presente e do imperfeito)” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 137).

Para a **qualificação**, Charaudeau (2008a) distingue os procedimentos de **acumulação de detalhes e de precisões** e de **utilização da analogia**. No primeiro caso, são procedimentos do tipo factual sobre maneiras de ser e de fazer. Pode-se fazer uso de termos mais técnicos ou especializados com o objetivo de produzir um efeito realista. No segundo caso, trata-se de um procedimento, que consiste em colocar em correspondência os seres do universo e as qualidades, que pertencem a âmbitos diferentes. A analogia pode ser feita de forma explícita (pelo emprego de termos de comparação) ou de forma implícita através da transferência de sentido (emprego de metáforas, metonímias etc.).

3.3 *Ethos e Pathos*: breves considerações

Nesta seção, apresentaremos os conceitos de *ethos*, *pathos* e *logos*, destacando que estes são aspectos, que atravessam os discursos e estão interligados. Porém, em nosso percurso metodológico, percebemos que as duas primeiras categorias, além de serem maisevidentes nas narrativas analisadas, estão mais alinhadas com os dois Modos de Organização do Discurso prevalentes em textos autobiográficos e sobre os quais nos debruçamos no capítulo referente às análises: o Narrativo e o Descritivo. Portanto, detivemo-nos nestas duas “provas retóricas”, que passaram a integrar nossa perspectiva metodológica. Entretanto, de forma esquemática, podemos definir essas três noções de acordo com Maingueneau (2008, p. 14): “os ‘argumentos’ correspondem ao logos, as ‘paixões’ ao pathos, as ‘condutas’ ao ethos”.

Ao se analisarem discursos, sempre haverá dimensões, que os relacionam às categorias do *ethos*, do *pathos* e do *logos* – as três instâncias apontadas na *Retórica*, de Aristóteles (2015), que, juntas, operam no sentido de conferir credibilidade ao discurso. Conforme afirma Amossy (2005): “Privilegiando o emprego do enunciado em situação e a força da palavra, as diferentes correntes da Análise do Discurso e da Pragmática hoje reencontram a Retórica, definida como a arte de persuadir” (AMOSSY, 2005, p. 10). A autora destaca que tais correntes, à maneira de Aristóteles, buscam compreender como o discurso se torna eficaz.

Falar sobre *ethos*, *pathos* e *logos* é, portanto, proceder a um retorno a Aristóteles (2015). De acordo com o filósofo, retórica e dialética são as duas faces de uma mesma problemática, já que ambas se ocupam de questões ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a

nenhuma ciência em particular. Segundo o autor: “Todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar” (ARISTÓTELES, 2015, p.57). O estudo da retórica – que, para Aristóteles (2015), tratava-se de uma arte – envolvia compreender as razões, que tornam um discurso bem-sucedido, o que poderia acontecer ao acaso, mas, que também poderia ocorrer mediante uma prática mais sistemática. Sobre a imagem de si projetada no discurso, Amossy destaca (2005, p. 9): “A apresentação de si não se limita a uma técnica aprendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais”. Iniciando pela definição de *ethos*, Amossy (2004, p. 220) acentua que ele “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”. O autor destaca que a noção de *ethos* foi retomada na Análise do Discurso, para se referir às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal.

Amossy (2011b) nos lembra que a construção do *ethos* não decorre apenas da utilização estratégica da linguagem, nem só da posição institucional do sujeito. Assim sendo, é preciso reconhecer a existência de dois tipos de *ethos*: o prévio e o discursivo. O *ethos* prévio decorre de um saber, tido pelos interlocutores, sobre o sujeito, que enuncia. Esse *ethos* é, então, anterior à tomada da palavra, não sendo uma consequência do discurso, mas, ao contrário, pode influenciar a recepção deste. Nesse processo de projeção de imagens, atuam as representações sociais feitas sobre o sujeito (o que implica que é preciso considerar os imaginários discursivos sobre a categoria, na qual esse sujeito se enquadraria naquela situação de comunicação).

O *ethos* prévio, também, tem uma relação com os saberes hipotéticos sobre aquele sujeito, que enuncia. Muitas vezes, não se pergunta quem é aquele sujeito, nem se constrói uma imagem dele no ato de sua enunciação, mas parte-se de representações prévias sobre ele, as quais, geralmente, são partilhadas socialmente, por exemplo, na forma de estereótipos, ocasião em que se representa o sujeito do discurso através de imaginários partilhados, pelos quais ele é classificado através de esquemas preconstruídos (AMOSSY, 2011b), colocando-o dentro de respostas a questões, como, por exemplo: o que é ser trans? É fato, também, que o *ethos* é aceito quando é reconhecido pelos interlocutores de modo que um *ethos*, que não se vê reconhecido em qualquer representação social, tenderia ao estranhamento e/ou à não credibilidade.

Diferentemente, o *ethos* discursivo é percebido no e pelo discurso, no qual o sujeito projeta e negocia uma identidade, que deve ser reconhecida pelo interlocutor. Esse tipo de *ethos*, então, decorre do próprio dizer de modo que as estratégias de discurso colaboram, sobremaneira, para sua construção (AMOSSY, 2011b). Por outro lado, esse *ethos* não pode ser

separado do lugar institucional, que ajuda na construção do papel social a partir do qual o sujeito enuncia.

Ancorado nos estudos de Aristóteles, Eggs (2005) chama a atenção para o fato de que o *ethos* é a mais importante das três provas retóricas. O autor retoma os dois campos semânticos, que, embora opostos, relacionam-se ao termo *ethos*. O primeiro possui sentidomoral e engloba atitudes e virtudes, como honestidade e benevolência, por exemplo. O segundo tem um sentido objetivo e se relaciona ao caráter, modos e costumes. Ambas as perspectivas “não se excluem, mas constituem, ao contrário, as duas faces necessárias a qualquer atividade argumentativa” (EGGS, 2005, p. 30).

Maingueneau (2008) destaca algumas questões relacionadas ao *ethos*. A primeira diz respeito ao fato de que, embora essa prova retórica seja ligada essencialmente ao ato de enunciação, o público, também, constrói uma imagem do locutor; ou seja, constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele se enuncie. É o caso do *ethos* prediscursivo, construído quando o destinatário dispõe de representações prévias do *ethos* do locutor. O autor distingue, ainda, particularidades relacionadas aos textos escritos e às interações orais, que interferem na construção do *ethos*. No segundo caso, entram em cena aspectos como as roupas do orador e seus gestos, por exemplo, que compõem o conjunto do quadro de comunicação, como afirma o linguista: “O problema é por demais delicado, posto que o *ethos*, por natureza, é um comportamento que, como tal, articula verbal e não verbal, provocando nos destinatários efeitos multissensoriais” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16). Outro aspecto aponta para a instabilidade do conceito se considerarmos a relação entre locutor e destinatário. Isto é, o *ethos* visado na enunciação pode não coincidir com o *ethos* efetivamente produzido e interpretado ou inferido pelo interlocutor.

Apesar de não ser possível estabilizar definitivamente a noção de *ethos*, Maingueneau (2008) destaca alguns princípios mínimos relacionados à categoria: (I) *ethos* é discursivo. Ou seja, ele se configura na enunciação discursiva. Assim, não se trata de uma imagem do locutor desassociada de sua fala.; (II) *ethos* é, fundamentalmente, um processo interativo de influência sobre o outro; e (III) é, fundamentalmente, uma noção híbrida, sociodiscursiva. Ele é apreendido dentro de uma situação de comunicação, que está integrada em um contexto sócio-histórico (MAINGUENEAU, 2008).

Pathos é a segunda prova retórica. Segundo Aristóteles (2015), seria o elemento responsável pela benevolência do orador diante de seu auditório, um elemento com capacidade para afetar emocionalmente e, com isso, alterar os modos de julgamento do auditório. Como afirma Aristóteles (2015, p. 116): “As emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos

e introduzem mudanças nos seus juízos [...]”. Plantin e Charaudeau (2004) definem o *pathos* a partir da Análise do Discurso, assinalando que a noção é, por vezes, utilizada em discursivizações, que produzem efeitos emocionais com fins estratégicos. Charaudeau (2007) aborda essa noção em termos de “efeitos patêmicos do discurso”. O linguista destaca que há diversas maneiras de classificar as emoções, o que vai depender dos critérios de classificação escolhidos. Pode-se operar classificações de acordo com critérios diversos, como grau de generalidade (emoções, que comportariam um caráter mais universal), grau de racionalidade (indignação) ou emoções mais afetivas (alegria e tristeza) e informativas (aborrecimento/interesse) ou apreciativas (ódio, raiva) entre outras. Mas, conforme Charaudeau (CHARAUDEAU, 2007, s/p): “Se cruzarmos vários desses critérios, veremos que é bem difícil ter uma tipologia operacional”. O linguista dá como exemplo a indignação, que pode ser um sentimento com base racional, a partir da apreciação de uma dada situação, mas também pode se manifestar através de sentimentos mais irracionais, como a raiva.

Ao analisar efeitos patêmicos em discursos, Charaudeau (2007) considera importante observar três aspectos: a situação de comunicação, os universos de saber partilhado e a estratégia enunciativa. A partir desses aspectos, é possível perceber tanto a diversidade dos efeitos de um mesmo ato de enunciação quanto as especificidades culturais, já que “a organização do universo patêmico depende da situação social e sociocultural na qual se inscreve a troca comunicativa” (CHARAUDEAU, 2007, s/p). Outra questão a ser observada diz respeito ao fato de que o efeito patêmico pode ser obtido de forma explícita e direta ou, ao contrário, de forma implícita e indireta. No primeiro caso, quando as palavras remetem, de antemão, ao universo do *pathos*. No segundo, quando elas parecem neutras dentro desse universo, mas, em função do contexto e da situação de emprego, são suscetíveis de produzir efeitos patêmicos. Em síntese, a “patemização pode, então, ser tratada discursivamente como uma categoria de efeito que se opõe a outros efeitos como o efeito cognitivo, pragmático, axiológico etc. E como toda categoria de efeito, ela depende das circunstâncias nas quais ela surge” (CHARAUDEAU, 2007, s/p).

Tanto o *ethos* quanto o *pathos* são percebidos a partir dos traços das ações do sujeito no discurso. Embora Amossy (2011) traga a noção de *ethos* prévio, essas representações somente são percebidas através do discurso e/ou de sua recepção, já que não faz parte do escopo da AD verificar as expectativas em si de um auditório antes de elas se manifestarem discursivamente. Por outro lado, os efeitos patêmicos desse discurso, entendidos como sentidos possíveis, também são percebidos através de traços da ação do próprio sujeito, seus índices de subjetividade. O *ethos*, portanto, assim como o *pathos*, é um elemento, que depende da própria

subjetividade, sendo inferido, principalmente, a partir do Modo Enunciativo embora os outros Modos, também, possam trazer elementos, que sustentem essa inferência.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DAS NARRATIVAS

4.1 O livro *Vidas Trans* e o Contrato de Comunicação

No capítulo III, discorremos sobre os procedimentos de análise e citamos a noção de contrato de comunicação de acordo com Charaudeau (2008a), que o aborda a partir de três perspectivas de análise: comunicativa, representacional e cognitiva. Retomando e sintetizando sua compreensão a respeito dessas perspectivas, a problemática comunicativa se refere ao discurso em suas condições situacionais de produção. A representacional engloba os sistemas de valores representados no discurso e a problemática cognitiva diz respeito às aptidões dos envolvidos na interlocução para produzir e discernir as operações de articulação do discurso. O autor afirma, ainda, que “o ‘contrato de comunicação’ une os parceiros num tipo de aliança objetiva que lhes permite coconstruir sentido se autolegitimando” (CHARAUDEAU, 2012, p. 6). Assim, quando não há reconhecimento desse contrato, também não há pertinência do ato de comunicação.

A aliança proposta no livro pesquisado pelo EUC ao TUi consiste na apresentação dessas quatro *Vidas Trans*. Trata-se, portanto, de um contrato biográfico – ou seja, os possíveis leitores são informados de que o livro apresenta narrativas vivenciais de sujeitos transexuais (dois homens trans e duas mulheres trans), o que fica explícito a partir do próprio título. Importante mencionarmos que a obra é uma iniciativa da editora Astral Cultural que, de acordo com seus editores, sempre se preocupou em ter um catálogo plural e, por essa razão, tomou a iniciativa de convidar pessoas trans para compartilharem suas vivências.

Procópio-Xavier (2012, p. 144) destaca os componentes presentes na maioria das biografias, que contribuem para a “identificação do contrato biográfico e, por conseguinte, de determinados textos como pertencentes ao gênero, ainda que tais componentes não sejam exclusivos e nem fixos”. Tais componentes seriam: a situação de comunicação, o contrato comunicacional, as atividades languageiras e os dados paradiscursivos. A seguir, discorreremos sobre cada um desses aspectos e apontaremos as marcas apresentadas no livro, que o situam enquanto textos autobiográficos.

4.1.1 A Situação de Comunicação

De acordo com Charaudeau (2008a, p. 68), a situação de comunicação é constituída pelo enquadramento físico e mental, “no qual se acham os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma identidade (PSICOLÓGICA E SOCIAL) e ligados por um contrato de comunicação”. Essa noção envolve, assim, o quadro de referência a partir do qual o ato de linguagem se desenvolve: “Ela pode ser especificada em função da identidade dos envolvidos, da finalidade da troca comunicativa, do propósito da troca e do dispositivo” (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 144). Imprescindível considerarmos que, embora Procópio-Xavier (2012) tenha investigado especificamente textos biográficos, muitas das reflexões que essa pesquisadora realiza, também, podem ser aplicadas na análise do projeto de dizer autobiográfico. Como não é intenção desta tese uma análise especialmente voltada para o estudo do gênero biografia, discorreremos, brevemente, sobre esses aspectos mencionados anteriormente, relacionando-os ao livro *Vidas Trans*. Com relação à **identidade dos parceiros** da troca comunicativa, é primordial salientarmos que há particularidades relacionadas aos gêneros biográficos, como afirma Procópio-Xavier (2012, p. 144): “É evidente que cada biografia específica trará especificidades na representação do quadro comunicacional e, por conseguinte, na identidade dos parceiros envolvidos”. No livro *Vidas Trans*, é preciso que consideremos uma multiplicidade de sujeitos: na instância de produção da obra, há um EU composto, formado pelo editor e pela equipe editorial; por outro lado, temos os quatro sujeitos comunicantes, pessoas transgêneras com suas personalidades e identidades psicossociais próprias, que desenvolvem seus relatos a partir de suas vivências enquanto sujeitos transexuais. Ainda que esses enunciadores sejam personalidades públicas – alguns escreveram livros e há material midiático disponível sobre eles na *internet* – não podemos dizer que sejam celebridades amplamente conhecidas pelo público. De acordo com Procópio-Xavier (2012, p. 145), “Nesses casos, é por meio de alguns paratextos que conseguimos encontrar subsídios para a compreensão dessa identidade social”. Mais adiante, faremos a análise dos paratextos do livro e, de fato, como houve o cuidado de fazer a apresentação dos autores.

Com relação ao TUi, o leitor real da biografia é um ser de identidade empírica e variável; ou seja, depende de quem irá assumir essa função. Os leitores de *Vidas Trans*, por exemplo, podem ser outros sujeitos transexuais, familiares de pessoas trans ou pessoas cisgêneras, que tenham curiosidade sobre o tema, ou, ainda, pesquisadores – como é o nosso caso – desta temática entre outras possibilidades. Dessa forma, essa identidade varia conforme a posição do leitor. Como assevera Procópio-Xavier (2012), ela pode ou não coincidir com a imagem

projetada para o TUD, isto é, para o leitor ideal, para quem a mensagem é endereçada.

Quanto à projeção dos sujeitos destinatários, temos de levar em conta aqueles que foram idealizados pelo projeto editorial em consonância com os quatro sujeitos, cujas autobiografias foram reunidas na coletânea. De acordo com a informação da editora Astral, que procura incluir em seu catálogo títulos, que tratam da diversidade, essa referência nos leva a pensar que a editora buscou, a partir desse projeto, idealizar um sujeito destinatário, que vivencia ou queira compreender as relações de opressão e desigualdade, que são narradas na obra. É possível que tenha visado, igualmente, abarcar um público formado por estudiosos do assunto, de pessoas simpatizantes com a causa. Por outro lado, em consonância com o editor, os quatro sujeitos, ao falarem de si, inscreveram em seu dizer outros sujeitos destinatários trans, familiares, instâncias governamentais e estudiosos entre outros. O próprio fato de o projeto contemplar quatro pessoas transgêneras de orientação tanto feminina quanto masculina já revela, igualmente, uma preocupação com a diversidade de fato.

A **finalidade da troca discursiva** está relacionada à intencionalidade, que permeia todo ato de linguagem. Charaudeau (2004) propõe alguns tipos de visadas, que podem ser identificadas enquanto finalidades do ato discursivo. No capítulo III (seção 3.2.1), relacionamos e explicamos as visadas apontadas pelo autor: de “prescrição”, de “solicitação”, de “incitação”, de “informação”, de “instrução” e de “demonstração”. Segundo Procópio-Xavier (2012, p. 149):

No caso das biografias, podemos dizer que de modo geral esta situação de comunicação é marcada predominantemente por uma visada de informação, chegando por vezes a se configurar em uma visada de revelação. O biógrafo está em posição de legitimidade para a transmissão daquele saber (vida do personagem biografado): ele pesquisou, apurou informações, fez entrevistas etc. O leitor que optou pela leitura da obra encontra-se numa posição de ‘dever-saber’ ou, no mínimo, de ‘querer-saber’ sobre a vida daquele personagem.

Percebemos que, no livro analisado, é bastante flagrante a visada de informação, na qual “o ato de linguagem caracterizado por essa visada procura ‘fazer-saber’. A instância produtora encontra-se legitimada para o desempenho de tal função e a instância receptora encontra-se na posição de ‘dever saber’” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23). Um trecho do prefácio assinado por Jaqueline Gomes de Jesus (2017, n.p.) no livro, que também aparece na quarta capa, afirma: “Encontramos espaços como o deste livro para tomar conta de nossa própria representação, sem nos submeter aos filtros e rótulos de terceiros”. Ou seja, é a vivência transexual posta em narrativa pelos próprios sujeitos, que, enquanto EUE, estão em posição de “fazer-saber” o que

é essa vivência, o que é a experiência transexual.

Contudo, é preciso salientarmos que há uma dimensão argumentativa subjacente às narrativas em geral e, sobretudo, às de caráter testemunhal, como salienta Amossy (2005,2007). Por vezes, os sujeitos mobilizam todo um interdiscurso ligado aos estudos de gênero. Assim, emerge, nas narrativas, uma forte dimensão argumentativa a partir do agenciamento de estratégias ora calcadas nas projeções etóticas, ora nas paixões (o *pathos*), ora no *logos*. Há, também, um “fazer crer”, que surge implícita ou explicitamente em diversos momentos das narrativas. Afinal, é preciso destacarmos que alguns dos sujeitos assumem o ativismo político e buscam a adesão dos leitores com relação à causa trans.

O **propósito da troca comunicativa** está relacionado às tematizações do discurso. Conforme Charaudeau (2004), o contrato de comunicação permite aos parceiros da troca discursiva um reconhecimento mútuo, que os define como sujeitos do ato de linguagem (identidade) e, portanto, aptos a reconhecerem o objetivo desse ato (finalidade) e “entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito)” (CHARAUDEAU, 2004, p. 132). Como Procópio-Xavier (2012, p. 150) aponta, em textos biográficos, “o propósito pode ser identificado como a vida de um determinado personagem. Toda a organização discursiva está estruturada para tematizar os principais episódios da vida de alguém”. Mas, a autora, também, identifica que pode haver um propósito de transmissão de informações a respeito de determinado contexto histórico e social. Como indicamos anteriormente, a visada de informação é bastante presente nas quatro narrativas, que compõem o livro, como podemos perceber no trecho de Márcia Rocha (2017, p. 110):

A identidade de gênero, por sua vez, é a maneira como uma pessoa se identifica dentro de todo o espectro que vai do feminino ao masculino. Ela não precisa necessariamente fazer parte de uma ponta ou outra, podendo possuir características dos dois lados. Mas, quando não se identifica com características do sexo biológico com o qual nasceu, é chamada de transgênera.

As visadas de informação, muitas vezes, acontecem neste contexto de um letramento de gênero direcionado ao público leitor, mas também se percebem nos relatos sobre os conflitos e sentimentos de alegria com relação à própria condição transexual. No prefácio de Jaqueline Gomes de Jesus (2017, s/p), ela afirma: “Eu adoro ser uma mulher trans. O momento em que se reconhece como pessoa trans é maravilhoso. Quão difícil é explicar para as pessoas cis – que não são trans – o sentimento de plenitude que nos preenche”. Amaira Moira (2017, p. 24), também, explica: “‘cis’ é o contrário de ‘trans’, tudo o que não é trans; ‘passabilidade’ diz respeito à leitura social que fazem de você”.

O **dispositivo**, de acordo com Charaudeau (2006, p. 104), envolve “o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem”. No caso dos livros, os parceiros das trocas linguageiras não estão presentes fisicamente. Sendo assim, o canal de transmissão da mensagem pode ser oral ou gráfico (CHARAUDEAU, 2008a). Em *Vidas Trans*, temos, portanto, as narrativas transmitidas graficamente no suporte livro.

4.1.2 As Atividades Linguageiras

Essas atividades podem ser compreendidas enquanto um componente, que visa “à identificação da estruturação linguageira recorrente em textos pertencentes a um mesmogênero” (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 152). A autora salienta que se deve observar a organização discursiva a partir dos modos de organização do discurso e das categorias de língua mais presentes nos textos analisados.

Ao tratar dos gêneros textuais, Charaudeau (2004) chama a atenção para o aspecto da ancoragem social, fundadora dos gêneros e que os une às diferentes práticas sociais em uma sociedade. O autor considera essas práticas sociais enquanto um campo estruturado, onde se estabelecem relações de forças simbólicas entre os atores sociais. Estes campos de forças, Charaudeau (2004) os denomina de “domínios de prática linguageira” por considerar que é uma expressão, que remete mais à “experiência comunicativa”. São esses campos/domínios que determinam, *a priori*, a identidade dos atores envolvidos na troca comunicativa e os papéis, que devem representar, o que faz com que as significações do discurso sejam dependentes da posição de seus enunciadore. Dessa forma, parece-nos relevante, quando tratamos das atividades linguageiras, pensarmos nessa experiência comunicativa de que fala Charaudeau (2004), considerando essa ancoragem social de forma ampla: quem fala, como fala, quando fala e onde se fala. Observamos que, de modo geral, os eventos narrados pelos sujeitos se organizam, prioritariamente, no Modo Narrativo, privilegiando algumas temáticas, como o conflito de gênero já na infância ou o processo de transição de gênero, por exemplo. O projeto de fala em uma biografia, ou textos autobiográficos, revelam uma sucessão de acontecimentos da vida de alguém, que são relatados e identificados dentro da relação espaço-temporal. Assim, “as ações tendem a ser representadas a partir de suas relações causais bem como pela sua relevância no processo do fazer biográfico” (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 152).

É recorrente, nas narrativas dos sujeitos, o agenciamento do modo de organização descritivo, como processos de nomeação, localização e qualificação, de modo a detalhar melhor os acontecimentos narrados, como nos excertos a seguir:

A primeira vez que saí com um homem eu tinha 17 anos, *chat* de bate-papo, ele com mais de 30. Veio me buscar de carro perto de onde eu morava, e de lá fomos a um motel (acredito que usei meu RG autenticado falso para conseguir entrar, ou talvez nem tenham pedido, improvável) (MOIRA, 2017, p. 27).

Nasci Tereza Cristhina da Silva Borges em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 7 de fevereiro de 1993. Vim ao mundo após minha mãe passar dez anos em tratamento para engravidar, duas cirurgias que resultaram na retirada de um dos ovários e uma trompa e um aborto de gêmeos em 1989. Meu nascimento foi tido como um milagre pelos médicos (BRANT, 2017, p. 138-139).

Em ambos os casos, percebemos que os narradores se preocuparam em oferecer detalhes de uma determinada situação e não apenas contá-la. Amara Moira (2017) especifica asidades dos personagens envolvidos, as circunstâncias (foi a primeira vez que saía com umhomem, que conheceu em um *chat*) e o local do encontro. Por sua vez, T. Brant (2017) cita seu nome de batismo, a localização e adata de seu nascimento antes de narrar a situação, que antecedeu seu nascimento.

No que se refere às categorias de língua, observam-se marcas textuais, queapontam para os procedimentos de narração e descrição. No primeiro caso, emprego de verbos no passado, já que o EUe, muitas vezes, precisará se referenciar em suas memóriaspara contar algo relacionado ao vivido. Outras categorias usuais são advérbios de tempoe de lugar além da presença de locuções adverbiais e conjunções, que demonstram a sequência de acontecimentos na narrativa. A passagem narrada por João W. Nery (2017, p. 77-78), a seguir, reúne alguns exemplos dessas categorias:

Foi então que me lembrei da minha amiga ginecologista que fora testemunha do meu casamento. Ela me indicou um colega que tinha uma clínica no Méier e só me cobrou as despesas hospitalares e os remédios. Minha irmã mais velha e o marido assumiram os gastos. Semdúvida, foi a cirurgia mais dolorosa, já que na época se abria a barriga do paciente e, no meu caso, o corte foi vertical, a pedido do Dr. Farina.

Percebemos várias construções linguísticas típicas de textos de estruturação narrativa, que, também, mobilizam procedimentos descritivos. Os verbos no passado: lembrei, fora, indicou, tinha, cobrou, assumiram, foi etc... indicam a narração de um fatojá ocorrido e que está sendo reconstruído na instância de enunciação presente. Percebemos,também, a presença de adjuntos adverbiais de tempo, como “foi então” e “na época”, que ajudam o leitor a se situar perante os acontecimentos narrados, e o adjunto adverbial de afirmação: “sem dúvida”, que demonstra, além da presença, o julgamento do narrador. Asconjunções “e” e “que” indicam a

sequência narrativa: “e, no meu caso, o corte foi vertical, a pedido do Dr. Farina” e “Ela me indicou um colega **que** tinha uma clínica no Méier e só me cobrou as despesas hospitalares e os remédios”. Além do mais, há qualificações de personagens e eventos, que são bastante comuns em textos narrativos, como a amiga “ginecologista que fora testemunha do casamento”, a “irmã mais velha”, a “cirurgia mais dolorosa” e o “corte vertical”. A oração coordenada explicativa: “já que na época se abria a barriga do paciente”, também, é uma construção bastante típica de textos narrativos, uma vez que procura estabelecer uma relação de causa e efeito além de oferecer mais detalhes da narrativa para o leitor.

Com relação às categorias de língua, são notáveis os procedimentos descritivos nas narrativas, sobretudo o uso de adjetivos, como nos excertos a seguir:

O jeito era ir a festas grandes e tentar a sorte com mulheres lá, mulheres que não me conheciam antes, capazes de me achar uma pessoa bonita e que nem desconfiasse do loser que eu era (MOIRA, 2017, p. 29).

Sinésio era magrinho, baixinho, alourado, de olhos verdes e parecia uma menina acanhada (NERY, 2017, p. 69).

Passou a levar uma vida dupla, entre o menino exageradamente macho e briguento exposto ao mundo, [...] e a pessoa que era dentro das quatro paredes de seu quarto, que se sentia melhor usando maquiagem e salto alto, delicado, apaixonado e de bem com a vida (ROCHA, 2017, p. 103).

Estava no jardim da infância. Lembro-me de Luna, muito branca, seu cabelo longo, castanho-claro. Gostava de olhar para seus grandes olhos azuis (sempre gostei de olhar nos olhos quando converso com as pessoas), me sentia atraído por eles... me mostravam mais do que aquela menininha agitada e alegre (BRANT, 2017, p. 139).

Essas qualificações são usadas, principalmente, para descrever pessoas – que podem ser os próprios narradores ou sujeitos, que marcaram a vida desses narradores. Os adjetivos, nesses casos, são acionados como um recurso narrativo para auxiliar o leitor a construir a imagem do personagem.

Com relação às atividades linguageiras, portanto, destacam-se estruturas discursivas, nas quais predominam os Modos de Organização Narrativo e Descritivo. As narrativas são construídas de modo a apresentar o EUC, os eventos e personagens, que atravessam suas vivências naquele período escolhido para ser narrado.

4.1.3 Os Dados Paradiscursivos

De acordo com Procópio-Xavier (2012, p. 154), os dados paradiscursivos “são as

informações acessórias que nos auxiliam no reconhecimento de um texto como pertencente a determinado gênero”. A autora cita como exemplos para a identificação de um gênero as características relacionadas à forma, ou seja, os paratextos (como capas, contracapas, orelhas etc.) e elementos iconográficos (como imagens diversas e fotografias).

Os dados paradiscursivos são importantes no contexto de toda obra. Os paratextos ajudam na composição do produto final e são capazes de torná-lo mais receptivo para o leitor (MORAIS; RAMOS, 2017). Os elementos iconográficos podem ter a função de ilustrar determinado episódio, comprovar informações ou mesmo apresentar os personagens (PROCÓPIO-XAVIER, 2012). Em *Vidas Trans*, esses elementos aparecem somente na capa. Portanto, faremos sua análise a partir dos dados paradiscursivos.

O interesse por determinados livros pode ocorrer a partir da atração do leitor por alguns elementos paratextuais. Inicialmente, espera-se que haja um encantamento pela capa do livro, o que leva o possível leitor a analisar as orelhas, a quarta capa e o prefácio, até chegar a uma decisão pela leitura integral da obra (MORAIS; RAMOS, 2017). A seguir, apresentamos as imagens da capa, contracapa e orelhas.

Figura 3 – Capa e contracapa do livro *Vidas Trans*

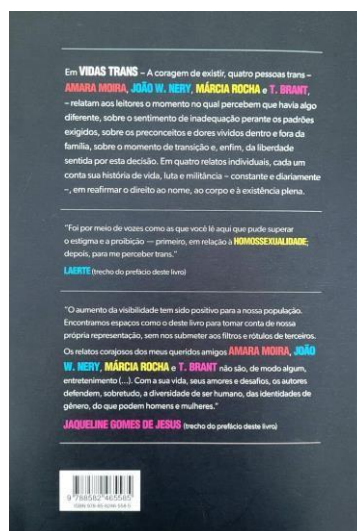
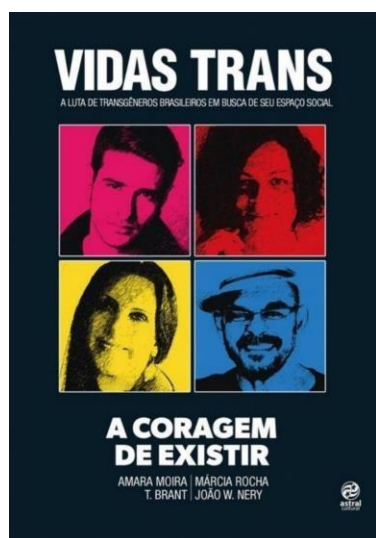


Figura 4 – Orelhas esquerda e direita do livro *Vidas Trans*



Primeiramente, analisaremos as categorias referentes à capa e contracapa, lombada e orelhas e, em seguida, procederemos à análise dos prefácios e da apresentação. Os elementos textuais contidos nesses paratextos se encontram na íntegra nos apêndices desta tese.

Conforme afirmam Moraes e Ramos (2017, p. 102), “a capa da obra é, comumente, o elemento que mais prende a atenção do leitor. Esse paratexto respeita a obrigatoriedade do nome do autor; o título da obra, com destaque; e o selo do editor”. Em *Vidas Trans*, encontramos esses elementos obrigatórios além de imagens referentes aos autores das narrativas. Lemos, na capa, em fontes maiores e em negrito, o título *VIDAS TRANS*, seguido pelo subtítulo em fonte menor: *A LUTA DE TRANSGÊNEROS BRASILEIROS EM BUSCA DE SEU ESPAÇO SOCIAL*. Salientamos que todos os elementos textuais da capa estão em fonte maiúscula e, por isso, optamos por apresentá-los aqui da mesma forma. Ocupando a parte central da capa, estão as imagens dos autores, apresentadas de forma estilizada. Ou seja, não é uma representação realista, como seria se fossem fotografias sem nenhum tipo de tratamento ou manipulação utilizando técnicas ou programas específicos. Tais imagens são apresentadas dentro de uma moldura quadrada em cores diferentes para cada sujeito: rosa, vermelho, amarelo e azul. Dentro de cada um dos quadros, encontram-se as faces dos autores em primeiro plano e em cor preta. A cor de fundo, também, é o preto, que se repete nos demais elementos paratextuais por ora analisados: lombada, capas e orelhas.

Abaixo das imagens dos sujeitos, aparece um segundo subtítulo – este, diferentemente do primeiro, em negrito e em fontes bem maiores, porém menores que as utilizadas no título: A

CORAGEM DE EXISTIR. A seguir, os nomes dos autores das narrativas: *AMARA MOIRA*; *MÁRCIA ROCHA*; *T. BRANT*; *JOÃO W. NERY*. Na parte inferior direita, aparece, ainda, a logomarca e o nome da editora: Astral Cultural. Na lombada do livro, encontra-se apenas o título *VIDAS TRANS* e a logomarca com o nome da editora. É comum aparecer, nesse paratexto, o nome do autor da obra. Inferimos que, como são quatro autores, a editora optou por salientar somente o título.

Ao comentar sobre os elementos paratextuais externos de um exemplar, Moraes e Ramos (2017, p. 105) destacam a importância desses dados para a obra em seu âmbito geral, “pois leitores curiosos não se contentam apenas com a observação da capa e partem para a leitura dos paratextos citados, a fim de obter mais dados sobre a proposta da obra. Esses elementos são primordiais para que o leitor sintam-se instigado e motivado à leitura”. Nesse sentido, as orelhas contribuem, de maneira, para uma tomada de decisão afirmativa ao livro, são como um convite reiterado à leitura integral da obra. Os autores citados afirmam que as orelhas, ou desdobros, contêm informações adicionais sobre a obra, o autor ou a editora. No caso de *Vidas Trans*, a opção foi por informações relativas aos autores. Conforme mencionado anteriormente, não se trata de pessoas famosas, muito conhecidas pelo público em geral. Portanto, a proposta foi uma breve apresentação, que aparece em ordem alfabética, com as fotos da capa replicadas nas orelhas, juntamente com os respectivos nomes (esses dados aparecem coloridos) com os dois primeiros na orelha esquerda e os dois outros na orelha direita:

Amara Moira é travesti, bissexual, feminista e está prestes a concluir o doutorado em Teoria e Crítica Literária pela Unicamp. Além disso, ela é autora do livro autobiográfico *E se eu fosse puta* (Hoo Editora, 2016) e colunista da Mídia Ninja em assuntos, que envolvam gênero, LGBTs e direitos de profissionais do sexo.

João W. Nery⁴³, 67 anos, psicólogo, consultor em gênero e sexualidade, autor de *Viagem Solitária – Memórias de um transexual 30 anos depois*, livro que inspirou a novela *A Força do Querer*, da Glória Perez, ativista dos direitos humanos e o primeiro homem trans a ser operado no Brasil em 1977, durante a ditadura militar.

Márcia Rocha, empresária, advogada integrante da Comissão da Diversidade Sexual da OAB seção São Paulo, com assento no Comitê de Direitos Sexuais da *World Association for Sexual Health*, pós-graduada em Educação Sexual pela UNISAL, e travesti.

T. Brant é homem trans e tem 24 anos. Modelo e estudante de interpretação direcionada para cinema e TV, é um eterno apaixonado pela essência das pessoas e das coisas, e gosta de traduzi-la em palavras.

⁴³ Vítima de câncer, João faleceu em outubro de 2018. Tinha, então, 68 anos.

Percebemos uma diversidade dos autores não só em relação às suas identidades de gênero, mas também com relação às idades, profissões e atuações relacionadas ao ativismo em relação à comunidade trans. Uma diversidade consonante com a temática do livro e com a proposta da editora mencionada: a do compromisso com um catálogo plural.

A contracapa, ou quarta capa, apresenta três textos independentes. No primeiro, é feita uma breve apresentação do livro:

Em VIDAS TRANS – A coragem de existir, quatro pessoas trans – Amara Moira, João W. Nery, Márcia Rocha e T. Brant – relatam aos leitores o momento no qual percebem que havia algo diferente, sobre o sentimento de inadequação perante os padrões exigidos, sobre os preconceitos e dores vividos dentro e fora da família, sobre o momento de transição e, enfim, da liberdade sentida por essa decisão. Em quatro relatos individuais, cada um conta sua história de vida, luta e militância – constante e diariamente – em reafirmar o direito ao nome, ao corpo e à existência plena

O segundo e o terceiro textos são excertos dos prefácios da cartunista Laerte e da pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus. O fragmento do texto da cartunista escolhido para a quarta capa ressalta a importância das narrativas trans: “Foi por meio de vozes como as que você lê aqui que pude superar o estigma e a proibição – primeiro em relação à homossexualidade, depois, para me perceber trans”. O excerto de Jaqueline destaca os “relatos corajosos” dos autores e, também, reconhece a importância da obra: “Encontramos espaços como o deste livro para tomar conta de nossa própria representação, sem nos submeter aos filtros e rótulos de terceiros”. Assim, o primeiro texto faz uma apresentação da obra e os seguintes, através das vozes das duas transexuais, ressaltam a sua relevância. Destacamos o uso das cores nos elementos paratextuais: capa, contracapa e orelhas. O livro possui o fundo preto e a maior parte dos textos, nesses dados paratextuais, estão na cor branca, com exceção de detalhes na quarta capa e nas orelhas. Essas mesmas cores, também, aparecem na capa, mas apenas nas imagens dos autores – vermelho, rosa, amarelo e azul. Na contracapa, as cores foram usadas para destacar algumas palavras, que, também, foram colocadas em caixa alta: além dos nomes dos autores das narrativas (que aparecem duas vezes) e dos autores de excertos do prefácio (Laerte e Jaqueline), encontra-se em cores a palavra homossexualidade.

Como explicamos, quando de nossas reflexões sobre as intencionalidades da obra, narrativas, de modo geral, apresentam uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2005, 2007). Assim sendo, chamamos atenção para o fato de que o agenciamento de cores assim como os demais elementos não são um recurso aleatório. O preto, cor predominante no livro, remete, entre outras coisas, ao luto. Podemos associá-la às dores, que atravessam a vivência trans,

representada pelos preconceitos, pela exclusão e pela transnecropolítica. A cor branca, presente na maior parte dos textos paradiscursivos externos, aparece como recurso de legibilidade, principalmente para contrastar com o fundo preto. Os elementos coloridos (rosa, vermelho, amarelo e azul) podem remeter às cores utilizadas nas bandeiras do movimento LGBTQIAPN+⁴⁴, sempre representadas em cores diversas.

Partimos, agora, para a análise dos elementos paratextuais no interior do livro. Antes de iniciarem as narrativas dos quatro sujeitos, há três textos preliminares: o primeiro, que “abre” o livro, é de Laerte e é apresentado como “Prefácio”; em seguida, outro texto assinado por Jaqueline Gomes de Jesus sob o título “Nascimentos em Livro”; e, por último, se encontra outro texto com o título “Apresentação”, que não é assinado, sugerindo que pode ser um texto de responsabilidade da editora.

Consideramos que, em conjunto, são textos importantes, que, além de introduzirem a temática do livro, foram escritos por pessoas de relevância⁴⁵ em relação ao fenômeno da transgeneridade. Ainda assim, são textos, que se apresentam como prefácios da obra, já que “o prefácio, também conhecido pelos nomes de apresentação, introdução, entre outros, antecede a narrativa de uma obra. Esse elemento não é obrigatório; contudo, a sua presença pode ser um diferencial para a leitura, uma vez que ambienta o interlocutor” (MORAIS; RAMOS, 2017, p. 105).

O texto da cartunista Laerte Coutinho (2017, s/p) ocupa uma página e meia e começa por relatar o período da década de 1970: “Ali por volta de 1972, eu com uns 21 anos, tinha decidido que era um heterossexual e que minhas transas com homens até então se constituíam numa fase superada”. O texto de Laerte segue fazendo referência à sua vida no Rio de Janeiro daquela década: “Eu estava na faculdade, mas, como muita gente, frequentava o Colégio Equipe, que se tornara centro cultural, promovendo shows, debates, festas [...]” (COUTINHO, 2017, s/p). Laerte descreve os encontros, que aconteciam no Colégio e que foi lá, pela primeira, que ele teve contato com um menino, que tomava hormônios, que chegou a abrir a camisa e lhe mostrar os peitos mais salientes: “Essa visão me encheu de perturbadoras inquietações”, escreveu a cartunista. Mas, ela destaca que não se recorda de “gente transgênera”, que se assumia enquanto tal: “A própria ideia de transgeneridade era estranha ao vocabulário e à compreensão da época” (COUTINHO, 2017, s/p). E complementa que havia as travestis, mas que elas constituíam um

⁴⁴ As bandeiras do movimento se diferem: há a bandeira para o movimento com um todo e as bandeiras relacionadas à cada letra da sigla: bandeira trans, bandeira lésbica etc.

⁴⁵ Laerte é cartunista e chargista brasileira, reconhecida pela criação de vários personagens, principalmente Muriel, personagem *crossdresser* (pessoa que se veste eventualmente com as roupas e acessórios do gênero oposto). Jaqueline Gomes de Jesus é psicóloga, professora universitária e ativista. Autora e organizadora do primeiro livro em língua portuguesa sobre transfeminismo: *Transfeminismo: Teorias e Práticas*, de 2014.

grupo à parte, não aceitável e que tinham suas imagens muito ligadas à prostituição e ao crime. É nesse ponto que o texto de Laerte constrói uma defesa da importância de projetos como o do livro *Vidas Trans*:

Fico pensando que, se é verdade que essa visão ainda predomina em muitas áreas da nossa cultura, já existem experiências relatadas – como as deste livro – que ajudam a criar uma rede de modelos positivos suficiente para que muitas pessoas trans se sintam amparadas em suas vivências – como foi o meu caso. Foi por meio de vozes como as que você lê aqui que pude superar o estigma e a proibição – primeiro em relação à homossexualidade; depois, para me perceber trans (COUTINHO, 2017, s/p).

Podemos concluir, a partir do prefácio de cunho autobiográfico de Laerte, a importância das narrativas para a comunidade trans, aspecto que se desdobrará na leitura dos textos autobiográficos dos quatro transgêneros, uma vez que eles comentam sobre como a falta de informação a respeito do que acontecia com eles impactou suas vidas.

Nessa mesma linha, insere-se o segundo prefácio assinado por Jaqueline Gomes de Jesus (2017), ocupando, aproximadamente, o mesmo espaço do texto produzido por Laerte, uma página e meia. A ativista inicia fala do quanto gosta de ser uma pessoa trans: “Eu adoro ser uma mulher trans. O momento em que se reconhece como pessoa trans é maravilhoso” (JESUS, 2017, s/p). Os parágrafos seguintes são dedicados a uma crítica da invisibilidade de pessoas transgêneras e, a exemplo de Laerte, a uma defesa do livro com a particularidade de ela citar diretamente os autores das narrativas. Sobre o preconceito com pessoas trans, ela escreve: “Somos tão estigmatizadas. Silenciadas. Ridicularizadas. Violentadas. Invisibilizadas. O machismo e a transfobia nos perseguem, ferem e causam sofrimento” (JESUS, 2017, s/p). Mas, Jaqueline destaca o quão positivo tem sido o aumento da visibilidade desse grupo e reconhece a relevância da iniciativa: “Encontramos espaços como o deste livro para tomar conta de nossa própria representação, sem nos submeter aos filtros e aos rótulos de terceiros” (JESUS, 2017, s/p). Após defender a importância do protagonismo de pessoas trans em suas autorrepresentações, a ativista ressalta e nomeia em seu texto os quatro autores:

Os relatos corajosos dos meus queridos amigos Amara Moira, João W. Nery, Márcia Rocha e T. Brant não são, de modo algum, entretenimento para os que, enganosamente, buscam nos tratar como figuras exóticas. Com a sua vida, seus amores e desafios, os autores defendem, sobretudo, a diversidade de ser humano, das identidades de gênero, do que podem homens e mulheres (JESUS, 2017, s/p).

A enunciativa termina enfatizando que suas narrativas são instrumentos potentes de

transformação social, de empoderamento de pessoas trans, e fecha seu texto com uma interessante provocação: “Que a delícia de ser quem somos lhe anime também a ser quem você pode ser, seja você trans ou cis” (JESUS, 2017, s/p). Essa interpelação direta ao(à) leitor(a) funciona, para além de outros possíveis interpretativos, como um estímulo a mais para se debruçar sobre as narrativas contadas em VIDAS TRANS. Sabe-se que o contar histórias, essa tradição tão longínqua entre os grupos humanos, tem inegáveis poderes: de inspirar, de ensinar, de fazer refletir e, certamente, de libertar. Ao comentar sobre o interesse crescente pelas narrativas vivenciais, Arfuch (2010, p. 16) diz que, entre as razões dessa adesão, se encontra “a necessária identificação com outros, os modelos sociais de realização pessoal, a curiosidade não isenta de voyeurismo, a aprendizagem do viver [...]”.

Por fim, o terceiro texto, sob o título de “Apresentação”, ocupa três páginas do livro e, conforme já mencionado, não é assinado. Assim, infere-se que é um texto, que pode ser creditado à editora. O texto possui, do início ao fim, um tom pedagógico. Em vários momentos, são dadas explicações sobre o universo transexual. Percebe-se um cuidado em disponibilizar informações preliminares, considerando que o livro poderia ser lido por alguém totalmente alheio aos conceitos e temáticas transexuais.

O texto começa por chamar a atenção para o fato de que sujeitos trans estão tendo maior visibilidade social e justifica, de certa forma, a iniciativa da obra: “O que elas [pessoas transexuais] têm a dizer faz diferença, muda a forma como enxergamos a vida”⁴⁶, e faz um questionamento em seguida: “Já imaginou você também poder aprender algo com travestis e transexuais, descobrindo o que só as palavras deles e delas sabem dizer?”. A fim de facilitar a identificação dos diversos conceitos e explicações dadas no texto, optamos por apresentá-los no Quadro 2.

Quadro 2 – Conceitos apresentados nos elementos paratextuais no interior do livro *Vidas Trans*

Conceitos	Excertos
Transexualidade	“A transexualidade não é um transtorno, uma doença ou um problema psiquiátrico, pelo contrário. Na teoria é algo mais simples: você não se identifica com o gênero que lhe designaram ao nascer”.

⁴⁶ Não há referências, porque o texto não está assinado, nem paginado.

O porquê da pressão social sobre pessoas trans	“E isso acontece porque, ao nascer com uma genitália x, a criança já é condicionada a ser colocada em determinada categoria: homem se nasceu com pênis, mulher se nasceu com vagina. Mas com o tempo – que pode ser durante a infância, a adolescência, a vida adulta ou até na velhice – algumas pessoas percebem que a vida não faz sentido no gênero com que foram obrigadas a viver”.
Identidade de gênero	“A forma como as pessoas se entendem, independentemente da genitália. É como se a genitália não dissesse mais quem a pessoa é, como ela deve viver sua vida, imaginar seu corpo”.
Ativismo trans	“Como é chamado o grupo que briga pelos direitos dessa população”.
Trangeneridade	“É uma espécie de termo guarda-chuva, ou seja, abriga em si as várias identidades trans, como travestis, transexuais e pessoas não binárias, por exemplo. Mas não é fácil traçar limites rígidos que separem essas várias identidades, pois isso pode acabar estabelecendo novas normas
	de como a pessoa deveria ser, o que volta a segregar quem não se encaixa, quem não quer se encaixar.”
A demanda do ativismo trans	“A luta é para que cada pessoa tenha o direito de experimentar, de ir atrás de descobrir quem é, e que possa viver da forma como se entende, como se sente, sem ser discriminada por isso, segregada, vendo seu direito à vida, à família, ao estudo e ao trabalho postos em risco”.
Identidade trans	“A pessoa não precisa de cirurgias, tratamento hormonal, laser, <i>binder</i> , <i>packer</i> , cabelo curto ou comprido, gostar do gênero oposto, odiar a genitália para ser trans ‘de verdade’. A verdade da pessoa trans não pode ser averiguada com base em um conjunto fechado de regrinhas, como a medicina insiste”.

Autoidentificação	“A questão central na definição trans reside na autoidentificação. Se em algum momento da vida a pessoa percebe que pertence a outro gênero que não o que lhe designaram ao nascer, a luta é para que ela possa ser respeitada quanto a isso, sendo tratada pelo nome e pelo gênero com que se entende, sem ser discriminada por isso”.
LGBT	“O termo LGBT refere-se às pessoas lésbicas, <i>gays</i> , bissexuais, travestis e transexuais. Aqui reside boa parte da confusão: como estão dentro da mesma sigla, muitas pessoas confundem orientação sexual (o gênero que o atrai) com identidade de gênero (o gênero em que se enxerga). Mas não se trata da mesma coisa.
Pessoas cisgêneras e sua dificuldade com pessoas trans	“Para as pessoas cisgêneras, ou seja, aquelas que se identificam com a genitália e o gênero com que nasceram, uma das maiores dificuldades é saber como tratar uma pessoa transexual. A dica é prestar atenção em como é a expressão de gênero

	dessa pessoa e, caso ainda reste dúvida, perguntar da forma mais tranquila e respeitosa como ela prefere ser tratada (qual é seu nome? Como devo lhe tratar?)”.
--	---

Mais uma vez, é possível identificarmos uma iniciativa no sentido de letramento de gênero ao compartilharmos informações, que se referem ao universo da transexualidade. É uma função pedagógica, que busca informar a sociedade sobre esses atores sociais, que, por não se adequarem ao gênero imposto no nascimento, mais do que chamarem a atenção, causam incômodo e até repulsa. Afinal, trata-se de um tipo de subversão radical, considerando que tudo o que envolve os usos do corpo na sociedade é envolto por um extenso e rígido código de condutas, uma verdadeira semiótica de conformação dessas condutas. O texto termina invocando a necessidade de respeito por essas pessoas: “Afinal, todo mundo merece ser feliz com o corpo, o estilo, a orientação sexual e a identidade de gênero que tem, seja quem for”.

4.2 As (Trans)narrativas: considerações iniciais

Neste capítulo, procederemos às análises das quatro narrativas dos transexuais e, para tanto, valemo-nos de um roteiro, que, embora tenha sido aplicado a todos os sujeitos, permitiu-nos um espaço, onde foi possível considerarmos e respeitarmos as subjetividades inscritas nas narrativas.

Nesse sentido, destacamos um aspecto primordial na elaboração desta pesquisa a partir do pensamento do sociólogo Charles Wright Mills (1969), quem defende que o pesquisador nas ciências sociais deve proceder a um artesanato intelectual, um processo, que entrelaça vida acadêmica, trabalho intelectual e a vida cotidiana do pesquisador. É, portanto, um fazer científico, que se opõe a uma atitude hermética e formalista, com vista a despertar o que o autor chama de imaginação sociológica, de modo a ampliar as possibilidades para novas questões e olhares nas pesquisas sociais. Para o sociólogo, “Quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma seu próprio eu à medida que se aproxima da perfeição de seu ofício; para realizar sua potencialidade, e as oportunidades que lhe surgem [...]” (MILLS, 1969, p. 212). Assim, Wright Mills (1969, p. 212) defende que o pesquisador “deve aprender a usar a experiência de vida no seu trabalho continuamente”.

Esta pesquisa, portanto, tem seu próprio artesanato intelectual, que envolveu desdeos processos inerentes ao fazer acadêmico quanto a aproximação do Movimento LGBTQIA+ em São João del-Rei, cidade natal da pesquisadora. Horas dedicadas a assistir documentários e filmes sobre o tema, além de ouvir e ler os quatro autores das narrativas em outros contextos, como as redes sociais. Para além disso, em meu círculo derelações, há duas pessoas trans e uma pessoa, que se identifica como não binária, e com asquais tive algumas oportunidades de conversar a respeito de suas experiências em seus processos de autodescoberta e transição. Neste percurso, durante os anos dedicados a esta pesquisa, todos esses processos contribuíram, sobremaneira, para as reflexões, para a escrita e para a escolha metodológica, que fizemos. Assim, combinamos uma metodologia,que se insere dentro dos Estudos de Linguagens, área de concentração deste Programa dePós-graduação, mas buscando não conformar ou reduzir as vivências dos autores das narrativas analisadas, uma vez que as consideramos muito complexas e plurais.

Dessa forma, fizemos algumas escolhas, que entendemos preservar as sutilezas e subjetividades das experiências discursivizadas. A primeira delas diz respeito à opção porum enfoque individual ao invés de tratarmos dos sujeitos em interseção nas análises. Ainda que interseções e recorrências estejam presentes em diversos momentos, buscamospreservar maior individualização e percepção dos autores ao nos debruçarmos, separadamente, sobre cada uma das narrativas, o que entendemos que confere, também, ao(à) leitor(a) uma imagem mais ampla de aspectos dessas subjetividades. A segunda orientação se refere ao fato de que, nas quatro narrativas, é possível observarmos que os autores e autorasprocuraram atribuir sentidos a três momentos de suas trajetórias, que parecem ter sido decisivos e significativos na (re)construção de suas memórias e em seus processos de transição de gênero: um antes, um durante e um depois da experiência de viverem segundo a orientação de gênero com a qual cada um e cada uma se identifica. Assim sendo, procedemos às análises focalizando quais sentidos e quais imaginários cada uma das pessoas mobilizou em relação a esses três momentos.

Certamente, não são etapas, que se dão em um *continuum*, mas que têm idas e vindas e que representam, para além da vivência trans, o próprio *modus operandi*, que envolve processos diversos de mudanças na vida de todo ser humano. Outro cuidado e que entendemos colaborar para a compreensão desses sujeitos foi citar, como epígrafes, poemas que os quatro autores publicaram em suas narrativas. Essa linguagem poética – que, por si só, enseja outras possibilidades de análises – foi utilizada com intuito de expandir os imaginários dos(as) leitores(as), já que as metodologias analíticas, normalmente, tendem a conferir bordas, molduras de inteligibilidade. Que essas poesias possam, ao contrário, contribuir para

TRANSbordar os olhares e percepções cisheteronormativas bem como a dimensão humana de cada um dos autores.

Por fim, seguimos um roteiro de análise, que, também, nos permitiu ampliar o olhar sob diversos ângulos, não para abarcar a completude dessas vivências – o que pensamos seja uma tarefa impossível –, mas para compreendermos o máximo possível da natureza da experiência da subjetividade transexual. Assim, ao tratarmos de cada narrativa, apresentamos, inicialmente, um perfil biográfico. Posteriormente, realizamos a análise a partir dos três Modos de Organização do Discurso, que são os mais recorrentes em narrativas autobiográficas: Enunciativo, Narrativo e Descritivo. Apresentamos excertos referentes a cada um desses Modos e procedemos às análises linguísticas, buscando fundamentá-las a partir de reflexões ancoradas na Teoria *Queer* e nas formulações foucaultianas acerca dos processos de objetivação e subjetivação além de apresentarmos nossas inferências, a partir da análise de signos-sintoma, acerca dos possíveis imaginários sociodiscursivos mobilizados pelos(as) autores(as), dos *ethé* projetados e das dimensões patêmicas. Apresentamos exemplos diversos em cada uma das análises a partir de categorias dos Modos de Organização, buscando recortes, que fossem, de fato, representativos dentro do contexto das narrativas.

4.3 Amara Moira

TRANS
olhar a alma de mulher
ou
a forma que lhe é ex
terna o pênis entre as pernas
os pelos
pelos
pelos pelo rosto
sinto ojeriza quando o vejo rijo
falo que me veio como falha
avalio o alívio que haveria
ao ver-me livre deste filho
ao ver a vulva no espelho
sem empecilho

quando ao rapaz apraz se olhar mulher
e o músculo que há lhe traz o asco
atroz seria opor-se ao próprio corpo
e ter, não mão alheia, mas o soco.
(Amara Moira, 2007)

4.3.1 Perfil Biográfico

Amara Moira nasceu em Campinas (SP) em 1985, é escritora, professora de Literatura e ativista da causa LGBTQIA+. É doutora em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Seu nome social é inspirado na obra *Odisseia*, de Homero, e significa destino amargo. Ela afirma: “Quase que uma continuação natural dos jogos que eu própria já vinha fazendo com o nome que me deram ao nascer, Omar > Amaromar > Humoromar > Amara Moira” (MOIRA, 2017, p. 37). A autora continua a explicação em relação ao sobrenome: “Moira, ‘destino’, mas quase *moria*, ‘loucura’, ‘propensão doentia a caçar dos outros’, palavras que sempre admirei. E ainda lembram Moreira, meu último sobrenome, ‘pé de amora’ (amora, hoje um dos meus apelidos)” (MOIRA, 2017, p. 37-38).

Amara, também, é defensora da regulamentação da prostituição, profissão que exerceu durante um período, em que estudava na Unicamp. A autora considera que a possibilidade dessa ação jurídica pode contribuir para a afirmação de um espaço de resistência para mulheres trans e travestis. Em suas palavras: “A prostituição é um lugar que não precisa de decreto para respeitar seu nome e gênero. Não à toa travestis e mulheres trans têm podido existir há décadas somente neste espaço” (UNIVERSA, 2018, *online*). A experiência vivida na prostituição não é comentada no livro *Vidas Trans* por Amara, mas há diversos vídeos no *YouTube*, em que ela faz comentários sobre esse período, além do livro em que narra essas experiências e do *blog*, ambos denominados *E se eu fosse puta?*

Seja lendo, seja ouvindo Amara, é muito perceptível a intersecção dos diferentes papéis e identidades sociais, que exerce. Por exemplo, quando enuncia a partir do lugar de professora, é possível percebermos que ela busca apresentar suas argumentações de forma didática. Por outro lado, quando a autora se posiciona como ativista, revela diversos índices de subjetividade, que sinalizam um tom de engajamento político forte. E, por fim, embora Amara não tenha trazido para o interior de sua narrativa sua experiência na prostituição, certamente, essa vivência lhe permitiu um maior aprofundamento de sua compreensão do universo trans, da sua visão da cosmologia transexual, considerando que a prostituição, ainda, é a profissão exercida pela grande maioria desse grupo, sobretudo pelas mulheres trans.

4.3.2 Modo de Organização Enunciativo

Conforme especificado no capítulo anterior, o Modo Enunciativo perpassa os outros Modos de Organização justamente por que é através da enunciação que o discurso se realiza. De acordo com Charaudeau (2008a, p. 81): “O Enunciativo é uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação”.

Por meio da enunciação, o sujeito se posiciona em uma inter-relação, que envolve seu interlocutor, o contexto em que está inserido e o que ele próprio diz e como diz (CHARAUDEAU, 2008a). Trata-se de um modo de organização, que está “relacionado à maneira pela qual os protagonistas de um ato de linguagem se instauram na cena enunciativa, evidenciando principalmente o seu ponto de vista enunciativo” (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 202). Charaudeau (2008a) distingue três funções, ou comportamentos, desse Modo: (I) *alocutivo*: quando há uma relação de influência entre locutor e interlocutor; (II) *elocutivo*: é um comportamento, que revela o ponto de vista do locutor; e (III) *delocutivo*: quando há uma retomada da fala de um terceiro e o sujeito se apaga, pelo menos aparentemente, do ato enunciativo.

No que se refere à (re)construção das memórias referentes aos períodos da vida em que Amara ainda não vivia segundo a identidade de gênero com a qual se identificava, percebemos a discursivização de algumas emoções relacionadas aos atos de autopoliciamento, que a autora se infligia. Os esforços para não parecer um homossexual e os subsequentes fracassos nesse sentido lhe causavam uma constante ansiedade além das reflexões rememoradas acerca de quem realmente era. No que se refere às narrativas da infância, da adolescência e de parte da vida adulta, Amara reflete sobre o impacto dos regimes de verdade e dos processos de objetivação na formação de sua subjetividade, buscando enfatizar, (in)conscientemente, o quanto esses aspectos lhe causaram sofrimentos.

Amara inicia sua narrativa vasculhando o que denomina “os porões da memória”; e, assim, podendo ir “[...] atrás de indícios de que já fosse o que sou” (MOIRA, 2017, p.17). O tom do texto é reflexivo e conta com algumas memórias soltas na narrativa sem uma preocupação com um encadeamento cronológico. Nesse sentido, esse introito não apresenta um formato que se refere exclusivamente a um antes, durante ou depois de sua transição. Amara está apenas refletindo algumas questões antes de começar a contar a sua história. Assim, é como se a autora iniciasse com essas reflexões preliminares, convidando o leitor a participar delas, a adentrar em seu universo, antes de ler/conhecer, efetivamente, aspectos de sua vida.

O excerto a seguir se insere nesse contexto, logo após Amara falar sobre o sentimento

de medo de ser quem era, que aprendeu a ter muito cedo. Desse modo, iniciamos, a seguir, as análises referentes ao comportamento **alocutivo**, que é marcado pela presença explícita do interlocutor no ato enunciativo. Assim, o locutor o implica em seu dizer ou lhe impõe algum comportamento ou ação. É uma função, que pode se realizar por meio de algumas categorias de língua, como a interrogação, a interpelação, a injunção, o aviso, a sugestão e a proposta.

- (1) No caso das pessoas trans, isso se torna um processo eficientíssimo de enlouquecimento, a criação para o medo junto a uma vida inteira ouvindo que a compreensão que você faz de si é equivocada, impossível, já que você tem o genital que tem. Mas, se era para ser impossível, por que no meu caso não foi? Por que vim a me entender dessa forma se isso não faz sentido? Devo ignorar o que sinto, me conformar com o destino que essa genitália decretou, abrir mão de tentar existir para o mundo da forma como existo para mim? (MOIRA, 2017, p. 18)

De acordo com Procópio-Xavier (2012, p. 206), atos alocutivos podem se realizar através de perguntas retóricas ou de questionamentos, “que não demandam uma resposta especificado leitor, mas servem para despertá-lo quanto a alguns temas e questões e ainda para mantê-lo atento e envolvido na narrativa”. A estratégia discursiva, nesse excerto, mobiliza essas perguntas retóricas e convida o leitor a participar desses questionamentos, a refletir sobre eles junto com a enunciativa: se a compreensão que Amara intimamente tem a seu respeito era para ser impossível, por que, então, ela se entende daquela forma? Percebemos que não há resposta fácil ou simples para essa questão, mas a autora parece, implicitamente, ter tido a intenção de fazer entender que o sujeito transexual não tem culpa; portanto, não deveria ser culpabilizado e, conseqüentemente punido, por se sentir da forma como se sente. Amara utiliza esse mecanismo retórico para sensibilizar, aproximar seu interlocutor de seu drama pessoal e, em seguida, faz a última pergunta da sequência com forte caráter patêmico: deveria ela ignorar o que sente, conformando-se ao seu (amargo) destino decretado pela sua genitália, abrir mão de tentar existir para o mundo da forma como existe para si?

Momentos antes de iniciar essa sequência de perguntas, Moira (2017, p. 18) afirma: “O medo de sofrer violência, primeira coisa que me ensinaram, primeira coisa que ensinam uma criança a temer, era muito maior do que a vontade de descobrir quem eu era”. Como podemos observar, nesse excerto, a enunciativa discursiviza a emoção do medo. Esta encontra-se presente em grande parte da progressão narrativa e, parece-nos, funciona como um catalisador para as inúmeras tentativas, que Amara fez para se adequar às normas de gênero. Ou seja, o medo atua no sentido de estimular a autora, ainda que forçosamente, a reproduzir as normatizações e performances de gênero.

Nesse cenário, o medo cumpre determinadas funções sociais e pode ser compreendido como um dispositivo disciplinar e de objetivação (FOUCAULT, 2013). Afinal, é o medo da punição que é capaz de manter a disciplina, fazer com que os sujeitos se conformem e reproduzam as normatizações. Como explica Foucault (2013, p. 164), o poder disciplinar tem como objetivo maior adestrar o sujeito: “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. O filósofo explica que não se trata de um “poder triunfante”, mas, ao contrário, funciona a partir de uma economia calculada, porém permanente e que se instaura a partir de procedimentos menores e, nesse sentido, é uma forma de micropoder. Ou seja, é exercido através das minúcias, dos detalhes; afinal “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2013, p. 134).

O autor explica que, nas instituições, como a escola e o exército, por exemplo, diversas penalidades funcionam como repressoras. Penalidades ligadas aos usos do corpo, como atitudes incorretas ou gestos não conformes e à sexualidade, como indecência, estão entre essas possibilidades. A disciplina, assim, enseja formas específicas de punição. Segundo Foucault (2013, p. 172): “O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não conforme [...]”. Partimos da compreensão de que o corpo social, uma vez atravessado e constituído pela rede dos micropoderes, também, atua no sentido de disciplinarização dos corpos e das condutas. As inúmeras punições, sejam simbólicas ou concretas, impostas às subjetividades desobedientes da norma de gênero, objetivam não somente a correção, mas, principalmente, a prevenção à desobediência. Dessa maneira, o medo de ser ridicularizado, de ser exposto, de ser excluído e, em último caso, de ser morto, funciona – em alguns casos, durante um determinado tempo e, em outros, durante toda a vida – como um forte dispositivo para a aceitação da norma, ou uma conformação, ainda que artificial, a ela. O medo, portanto, adquire caráter repressor e se constitui como dispositivo de objetivação.

No próximo excerto, em que identificamos o comportamento **alocutivo**, Amara resgata a figura de Roberta Close, lembrando o quanto a artista havia feito diferença em sua vida. Moira, que tomou conhecimento sobre a artista na adolescência (portanto, antes de seu processo de transição), fala sobre o quanto se tornou obcecada por Roberta, sobretudo pelo seu corpo, o corpo que até então lhe parecia impossível. Na passagem a seguir, o interlocutor é acionado no discurso de Amara:

(2) Eu já sabia o que esse nome significava, a transexual que em 1984 foi capa da Playboy e que tinha feito a tão comentada cirurgia de redesignação

sexual (*sim, hora de a gente aprender os nomes certinhos das coisas e parar de dizer ‘mudança de sexo’, né?*) (MOIRA, 2017, p. 20, adendo da autora).

O adendo, que a autora faz entre parênteses, é uma interpelação direta ao(à) leitor(a) no sentido de um “fazer saber”. Citamos, anteriormente, o quanto está presente nas narrativas esse esforço de letramento de gênero, sobretudo na de Amara, que, ao exercer o papel social de professora, cumpre essa função pedagógica em diversos momentos de sua enunciação. Nesse sentido, identificamos a emergência de um *ethos* de uma educadora sobre as questões de gênero. A seguir, outro exemplo de comportamento alocutivo, que se insere nesses momentos reflexivos da enunciatória e que pode ser observado quando ela rememora passagens de sua adolescência. O excerto se refere ao contexto de quando Amara interagiu pela primeira vez com uma pessoa trans em um *chat*, após a chegada da *internet* discada em sua casa, conforme ela conta: “Foi minha primeira experiência do gênero, eu ainda bastante jovem, e isso me marcou horrores” (MOIRA, 2017, p. 23).

- (3) Curioso pensar que usualmente **imaginamos** pessoas trans como aquelas que rompem com as regras e os padrões estabelecidos, e então, **quando vemos de perto**, percebe-se que são fruto da mesma sociedade e que apenas reproduzem essas normas de uma forma toda particular (MOIRA, 2017, p. 23-24, grifos nossos).

A enunciatória utiliza os verbos na primeira pessoa do plural como uma forma de integrar seu interlocutor na cena enunciativa, partindo de um imaginário sociodiscursivo compartilhado tanto por pessoas trans quanto cis: a de que transexuais rompem com regras e padrões. Ao aproximar os comportamentos de ambos – afinal, são frutos da mesma sociedade –, a autora busca desconstruir esse imaginário e estabelece uma conexão entre essas duas subjetividades. Importante destacarmos, aqui, a dimensão argumentativa (AMOSSY, 2007) dos excertos, principalmente (1) e (3), que constituem estratégias capazes de exercerem influência sobre o interlocutor, apontando para diferentes maneiras de perceber o mundo; ou, mais especialmente, o mundo transexual.

Outra função do Modo Enunciativo é o **elocutivo**, que é caracterizado pela presença explícita do locutor, que revela seu ponto de vista no enunciado. Diferentemente do alocutivo, o interlocutor não se encontra marcado na cena enunciativa. Tal posicionamento pode ser expresso pela indicação de modo de saber, de avaliação, de motivação, de engajamento ou de decisão (CHARAUDEAU, 2008a). Em termos de categorias de língua, o elocutivo se realiza através da constatação, da opinião, da declaração, do querer, da promessa, da aceitação ou da

recusa, da proclamação etc. A seguir, alguns exemplos:

- (4) *Não sei bem* se podia pensar em escolha, bloqueio *talvez*, travas, adestramento sistemático para você sequer perceber a máscara que puseram em seu rosto quando nasceu e, caso um dia perceba, não ousar jamais perguntar-se o que há por trás dela (AMARA, 2017, p. 18, grifos nossos).
- (5) Não à toa hoje é *tão difícil* a relação com meu genital. *Não sinto necessidade* da cirurgia de redesignação sexual (a famosa mudança de sexo'), *tenho medo* de cirurgias, de prejudicar para sempre a libido, a capacidade de viver prazer, mas olhar para ele, saber que ele me habita é me lembrar também do que me ensinaram a ver ali, prova irrefutável de que sou homem, de que era preciso euser homem, o que *desinfelizmente* nunca se concretizou (AMARA, 2017, p. 18-19, grifos nossos).
- (6) *O fato* de eu ter me convencido de que não era gay me ajudava a me sentir homem, e eu ia até mesmo vendo surgir em mim um nojinho, uma aversão à simples ideia de beijo e carinho entre duas figuras masculinas, sentimento que talvez fosse alimentado pelo fato de *eu perceber* que quanto mais eu me assumia fiscal do gênero alheio, menos eu precisava me preocupar com o que pensariam de mim (AMARA, 2017, p. 19-20, grifos nossos).

No exemplo (4), temos um comportamento elocutivo demonstrando uma **ignorância**, assumida pelo locutor. Ou seja, “A informação pressuposta não pode ser reconhecida em sua verdade pelo locutor” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 92). O enunciado, que se refere ao período da adolescência, está contextualizado em relação ao comentário de Amara sobre a vontade de descobrir quem era e a autora se pergunta se aquela poderia ser uma escolha naquele momento da sua vida. Em retrospectiva, ela expõe sua dúvida quanto à questão da escolha e evoca algumas possibilidades, que enumera a partir do advérbio “talvez”: “bloqueio, travas, adestramento sistemático para que não se perceba a máscara que a sociedade colocou em seu rosto”. De forma recorrente, na narrativa, a enunciativa discursiviza reflexões acerca do processo de objetivação vivido e sobre a força dos regimes de verdade durante a formação de seu ser sujeito. Por meio de tais reflexões, a enunciativa, (in)conscientemente, parece querer enfatizar como operam os mecanismos sociais de controle. Butler (2018) afirma que o gênero deve ser compreendido a partir da estilização do corpo, através da qual gestos, movimentos e encenações constituem, assim, o “eu” generificado. Dessa forma, ao comentar sobre a instituição do gênero, a autora assegura que se trata, então, de “uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença” (BUTLER, 2018, p. 3). Essa reflexão de Butler (2018) ajuda-nos a compreender a enunciação elocutiva de Amara, quando acentua: “Não sei bem se podia pensar em escolha”. Afinal, nesse contexto toda constituição social do gênero, a

escolha é pré-escolha e ela é feita sócio-historicamente à mercê do indivíduo. Isso significa dizer que, ao nascer, um sujeito se encontra atravessado pelo seu contexto sócio-histórico e por relações de poder e que, em função deles, escolhas já foram feitas por ele. O exemplo mais elucidativo dessa questão diz respeito ao próprio gênero: quando se nasce com genitália feminina, o sujeito é uma mulher e deve tornar-se uma mulher, como explica Beauvoir (1970), com tudo o que isso significa em mínimas e máximas expressões: de comportamento, de gestos, de roupas, de apresentação, de discurso e de posição na hierarquia social. A sua subjetividade inteira será construída a partir deste decreto: “Você é uma mulher”. Certamente, o mesmo se aplica no caso dos homens.

No excerto (5), associado ao momento atual, isto é, depois do processo de transição, os atos elocutivos estão expressos através da **apreciação** do locutor, “avaliam mais a verdade do propósito, mas seu valor, revelando seus próprios sentimentos” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 93). Como explica o linguista, trata-se de uma avaliação de ordem afetiva, através da qual o locutor expõe seu ponto de vista e o qualifica a partir de um julgamento, que se baseia no afeto, e não na razão. Amara fala sobre a “tão difícil” relação, que estabelece com seu genital, e sobre não sentir necessidade, mas medo da cirurgia de redesignação sexual. Assim, a presença e o ponto de vista do locutor estão claramente marcados no texto a partir dessas apreciações de caráter patêmico. Primeiro, quando Amara expõe sua dificuldade na relação com seu genital e seu medo de cirurgias. Depois, quando ela enuncia que olhar para esse genital é reviver o que lhe ensinaram a partir dele: que ela deveria ser, tornar-se um homem.

Chama a atenção o uso do advérbio “desinfelizmente” no contexto da associação entre sexo e gênero exposta por Amara: o genital masculino, como “prova irrefutável” do “ser homem”, o que, no caso dela, “desinfelizmente nunca aconteceu”. Desinfeliz significa infeliz. O prefixo “des”, nesse caso, não tem valor negativo, e, sim, reforçativo e assume a função de intensificar a avaliação realizada em relação ao que é dito. Por consequência, o “desinfelizmente” está associado à sociedade cis heteronormativa a partir da perspectiva de Amara. Tomada em associação com o excerto anterior (4), em que ela nomeia alguns mecanismos, que, compulsoriamente, funcionam de modo a conformar o gênero (“bloqueio, travas, adestramento sistemático para que não se perceba a máscara que puseram em seu rosto”) é de se esperar que essa subversão bem como outras sejam um acontecimento desinfeliz do ponto de vista da sociedade das normatizações. Como destaca Louro (2020, p. 16):

Apesar de tudo isso, a sequência é desobedecida e subvertida. Como não está garantida e resolvida de uma vez por todas, como não pode ser decidida e determinada num só golpe, a ordem precisará ser reiterada constantemente, com sutileza e com energia, de modo explícito ou dissimulado. Mesmo que

existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, há aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos.

“Apesar de tudo isso”, isto é, dos bloqueios, das travas e do adestramento sistemático, não é possível garantir a manutenção da “ordem”. A possibilidade da transgressão se torna o maior gerador da necessidade constante de se reiterar essa ordem naturalizada do estado de coisas. E mais: funciona como uma pressão constante para que aqueles que sentem ou pensam de forma contrária ao *status quo* não se aventurem a sair da rota planejada.

É o que fica claro no excerto (6), um enunciado elocutivo de constatação. Em suas tentativas de se ajustar, durante a adolescência e parte de sua vida adulta, Amara passa por diversos processos. O primeiro de não se reconhecer *gay*, o que, supostamente, atuava no sentido de fazer com que ela se sentisse, de fato, um homem. Percebemos, em seguida, que a enunciativa narra aspectos do processo de objetivação e da força dos regimes de verdade durante sua formação, quando ela observa surgir, em si mesma, sentimentos de aversão pela imagem de dois homens juntos. Ou seja, um sentimento de homofobia surge em função desses processos de objetivação. Nesse contexto, observamos uma emergência, naquele período, de um *ethos* de uma pessoa, que buscava se conformar e se adequar à norma. A autora constata que esses eram sentimentos alimentados pela percepção de que, “quanto mais eu me assumia fiscal do gênero alheio, menos eu precisava me preocupar com o que pensariam de mim”. Isto é, a constatação parece ter se dado a partir de uma necessidade de autopreservação frente a uma sociedade, que está prontamente armada para retaliações e represálias. Como afirma Louro (2020, p. 16), “A ordem precisará ser reiterada constantemente, com sutileza e com energia, de modo explícito ou dissimulado”.

Por fim, destacamos excertos, em que estão expressos comportamentos **delocutivos**, que são modalidades “desvinculadas do locutor e do interlocutor. O Propósito existe em si, e se impõe aos interlocutores em seu modo de dizer: ‘Asserção’ ou ‘Discurso relatado’” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 100). A seguir, um enunciado de asserção, quando Amara relembra percepções, que teve desde a infância:

- (7) Desde criança eu fui inconscientemente me dando conta de que a equação que fazia com que eu parecesse homem aos olhos dos outros envolvia tanto elementos como ‘não ser/parecer gay’ quanto reproduzir algum grau de discurso LGBTfóbico, sexista, tirando com isso os holofotes de cima de mim (MOIRA, 2017, p. 20).

Charaudeau (2008a, p. 100) esclarece que a asserção “concerne não à verdade do Propósito, mas à Enunciação, isto é, à maneira de apresentar a verdade do Propósito, o que pode

ser chamado de um ‘modo de dizer’”. Assim, de acordo com o linguista, essa é uma modalidade, que se desdobra em vários tipos, que correspondem, em grande parte, às modalidades do elocutivo.

No excerto (7), percebemos a modalidade de asserção em um modo peculiar no dizer de Amara, quando ela deduz (e aí a correspondência com o elocutivo na modalidade de constatação) a existência de uma equação. Uma percepção, que se deu quando ela ainda era criança, de forma inconsciente. Essa asserção de Amara está vinculada a diversos aspectos, inclusive a um imaginário sociodiscursivo, que, assim como todos os imaginários, são absorvidos de modo inconsciente, automática, obedecendo a uma lógica, que está dada. Miskolci (2016, p. 34) defende a existência de um terrorismo, que perpassa outro aspecto na enunciação de Amara: “O terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera socialmente o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória”. É esse terrorismo que fez com que ela entendesse que era preciso tirar os holofotes de si. Em outras palavras, naquele momento de sua trajetória de vida, ela parece ter tido a compreensão de que havia uma equação, termo apropriadamente usado por Amara, que deveria ser obedecida, para que ela não se tornasse um alvo social. E o medo da violência, que ela discursiviza no excerto (1), é absorvido muito precocemente pelas pessoas, que sentem que não se adequam às normas. Como explica Miskolci (2016, p. 34):

Em uma perspectiva sociológica, há uma lógica de imposição de normas por trás de uma forma de violência sempre à espreita, pois quando sabemos que ela pode acontecer, mas não quando nem de onde ela virá, aprendemos a nos comportar de forma ‘segura’, ou seja, de uma forma que nos coloque ao abrigo de suas manifestações.

A forma segura de agir que Amara constata, a equação à que ela se refere, envolve alguns elementos, que implicam seu comportamento naquela etapa de sua vida: não ser ou parecer *gay* e reproduzir os discursos vinculados à ordem heterossexista e machista. Trata-se das performances de gênero de que tanto fala Butler (2016), que são internalizadas naturalmente, porque já se encontram nos imaginários sociodiscursivos. Assim, Amara relata que teve que se posicionar ao lado da maioria, da sua lógica correspondente, obedecendo à equação e deixando de ser um alvo para as diversas violências. Nesse caso, é possível observarmos a atuação, nas interações sociais, da transnecropolítica, que, com seus mecanismos, faz-se perceber muito precocemente pelos sujeitos desviantes da norma de gênero, que convivem com uma ameaça sempre à espreita, mesmo antes de entenderem mais profundamente os motivos dessa ameaça.

A outra modalidade do elocutivo pode ser realizada através do Discurso Relatado,

como no excerto a seguir: (8) “Um dos meus melhores amigos certa vez me disse que a minha vida é oscilar entre fases de expansão e de contração, momentos em que peito o que vier pela frente e outros em que me escondo do mundo” (MOIRA, 2017, p. 36). Charadeau (2008a, p. 102) afirma que o discurso relatado é uma modalidade mais complexa, “que depende da posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso já enunciado e da descrição dos modos de enunciação de origem”. Aqui, o locutor-relator do discurso coincide com o interlocutor de origem. Ou seja, é Amara relatando um discurso do qual ela era uma das interlocutoras. Esse é um aspecto, que impacta no grau de fidelidade do enunciado, uma vez que foi ela própria quem ouviu essa enunciação em um determinado tempo. É possível, também, inferirmos a adesão de Amara ao discurso de origem, pois ela o traz para dentro da sua narrativa, expondo, em diversos momentos, as suas oscilações entre as fases de expansão e contração, que, como veremos, ao longo das análises, caracterizam, sobremaneira, o processo de se assumir.

Sobre as maneiras de relatar, percebemos que o excerto (8) é apresentado de forma “narrativizada”; isto é, quando “o discurso de origem é relatado de tal maneira que se integra totalmente, ou mesmo desaparece, no dizer daquele que relata. O locutor de origem torna-se o agente de um ato de dizer” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 105). A fala do amigo encontra-se totalmente integrada ao enunciado de Amara, mantendo o locutor de origem enquanto agente do ato de dizer.

Na narrativa de Amara, é possível observarmos que os principais regimes de enunciatividade são o alocutivo e o elocutivo embora haja momentos específicos do comportamento delocutivo. Percebemos a projeção de um *ethos* de educadora relacionado a um “fazer saber” por parte da enunciadora, que parece se importar com um letramento de gênero de seu leitor. Também, identificamos a discursivização de um *ethos* de alguém, que se esforçou bastante para se adequar às normas de gênero, um *ethos* de conformação/aceitação relacionado ao período anterior à transição de gênero e que se vincula a uma atitude de autopreservação. Ou seja, a percepção da violência iminente faz com que Amara desenvolva essa imagem de alguém, que busca internalizar e externalizar as normas. É nesse contexto que a enunciadora expõe os regimes de verdade e os processos de objetivação vinculados a eles.

Ressaltamos os índices de patemização expressos pela autora. Chama a atenção, em diversos momentos, a discursivização do medo, também vinculado à percepção da possibilidade de sofrer violências, o que produz uma necessidade de “tirar os holofotes” de si, como enuncia Amara. Ainda, há o relato de uma sequela relacionada às normas de sexo-gênero, que é vivenciada pela enunciadora na fase adulta e que é discursivizada dentro de um contexto patêmico: a dificuldade na relação com seu próprio genital, já que olhar para ele significa reviver

dores, conforme expressa a autora. As reflexões evivências rememoradas por Amara colaboram para uma enunciação elocutiva predominantemente. Por sua vez, os atos alocutivos estão vinculados às interpelações, diretas ou indiretas, que Amara faz ao seu leitor.

4.3.3 Modo de Organização Narrativo

Conforme explica Charaudeau (2008a), o ato de narrar não se trata apenas de descrever uma sequência de fatos e acontecimentos. Essa seria uma forma simplista de entender uma narrativa. O linguista relaciona algumas constantes em todo ato de narração: é necessária a figura do **narrador**, imbuído de uma determinada **intencionalidade**; isto é, tem a intenção de transmitir algo a um destinatário e o faz de uma **determinada maneira**. E Charaudeau (2008a, p. 153) acrescenta: “Não estão excluídas dessa intencionalidade todas as significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário”.

No capítulo anterior, descrevemos em detalhes o Modo de Organização Narrativo. Dentre os componentes da lógica narrativa, Charaudeau (2008a) distingue os **actantes**, os **processos** e as **sequências**, mas o autor destaca a importância dos primeiros, que desempenham papéis específicos na narrativa. Conforme afirma Procópio-Xavier (2012, p. 210), “É possível dizer que os actantes desempenham função primordial dentro da estrutura narrativa”. Nesse sentido, optamos por nos concentrar na identificação e na análise desses actantes nas narrativas, pois compreendemos que neles reside a chave principal para um exercício de interpretação e maior entendimento dessas vivências. Além disso, são eles “o componente fundamental de gêneros cuja narrativa se desenvolve em torno da vida de um personagem” (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 211).

Charaudeau (2008a) identifica alguns papéis actanciais, que são definidos a partir das relações estabelecidas entre os personagens da narrativa. Conforme explica Procópio-Xavier (2012, p. 211):

A diferenciação é feita em relação à postura do personagem frente à ação principal: ele sofre ou executa a ação? A partir daí, seguem os desdobramentos desta ação inicial: se o personagem executou a ação, isto é, se foi ele quem agiu, como realizou esta ação? Tendo essas respostas como base, pode-se diferenciar os personagens agentes (que executam a ação) e os personagens pacientes (que recebem a ação).

Os principais papéis actanciais estão relacionados no Quadro 3:

Quadro 3 – Papéis actanciais

AGENTE (age por)	PACIENTE (reage por)	
Agressor - realiza uma ação negativa, isto é, um malefício.	Vítima – é afetado negativamente pela ação de outro actante.	Fuga – evita o confronto.
Benfeitor - realiza uma ação positiva, isto é, um benefício.		Resposta – age contra seu agressor.
Aliado - atua na defesa ou ajuda de um actante, seja agindo diretamente sobre o oponente do actante ou atuando ao mesmo tempo em que seu protegido atua.		Negociação – tenta neutralizar a agressão.
Oponente - opõem-se aos projetos ou ações de um actante.	Beneficiário – é afetado positivamente pela ação de outro actante.	Retribuição – retribui de maneira benéfica o outro actante.
Retribuidor - oferece a outro actante uma recompensa ou punição.		Recusa – não aceita o benefício.

Fonte: Procópio e Toso (2010, p. 1479-1485).

Conforme destaca Charaudeau (2008a), todos os papéis podem ser desempenhados de diferentes formas na narrativa (de forma direta ou indireta, voluntária ou involuntária) e, também, serem dotados de diversas características (força, fraqueza, coragem e covardia). Um mesmo actante, também, pode assumir diferentes papéis ao longo da narrativa.

Com vistas a abarcarmos melhor os principais papéis desempenhados pelos actantes, optamos por elencar momentos vivenciados e reconstruídos, que parecem ter sido considerados centrais pelos autores em suas trajetórias. Nesse sentido, procedemos a esses recortes, como um recurso metodológico, com o objetivo de refletirmos melhor sobre as experiências narradas e os papéis actanciais. A seguir, apresentaremos excertos diversos, que tratam, principalmente, do processo relacionado ao antes, durante e depois da adequação ao gênero, e as respectivas análises.

- (9) Fracassei em todos esses cuidados desde muito cedo, a ponto de meu pai, querendo zombar de mim na frente dos amigos, se sentir à vontade para formular uma lista dos cantores de que eu mais gostava e dizer que, para eu admirar um artista, ele precisava ser *gay*. O homem e essa eterna necessidade de se afirmar homem por meio do ataque à masculinidade alheia: estratégia das mais previsíveis, mas tão eficaz, não? (MOIRA, 2017, p. 19)
- (10) Foi mais ou menos por ali que caminhos imprevistos começaram a ganhar contornos nítidos ante meus olhos. Foi mais ou menos ali que comecei a perceber a ousadia dessas pessoas que peitaram o decreto que os genitais lançam sobre nosso corpo, decreto que determina, antes mesmo de a pessoa nascer, as fronteiras até onde ela poderá ir. [...] Caminho sem volta. Roberta Close me mostrou de forma concreta que genitália não precisa ser destino, e, embora àquela altura eu ainda não fosse capaz de me perguntar quem eu era, coisas começaram a se fazer notar no meu próprio corpo que só fariam sentido anos e anos depois (MOIRA, 2017, p. 21-22).

- (11) Um dia, um amigo *gay* me perguntou o que significavam aquelas roupas, a peruca, os modos, e eu passei horas tentando explicar a bagunça em minha cabeça, as inseguranças, meu novo nome, e quase caí no choro quando ele se despediu me dizendo: ‘tchau gato’. Seria assim? Horas e horas negociando com cada indivíduo a minha identidade, para no fim ainda ter de descobrir se o convenciou não? (MOIRA, 2017, p. 51)

O excerto (9) aparece em uma sequência, na qual Amara conta que, desde muito cedo, foi-lhe mostrado o que era preciso fazer para ser o que a palavra “homem” significava, e “tudo com fartura de exemplos e exercícios práticos para eu ir treinando nodia a dia” (MOIRA, 2017, p. 19), acrescenta. Assim, ela mobiliza, em seu discurso, três actantes: ela própria, seu pai e “homem”. Ela aparece na narrativa como **paciente** de uma ação em curso. Nesse cenário, ela é uma **vítima**, que é afetada “negativamente pela ação de um outro actante” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 163). O fracasso de Amara é exemplificado pela ação do pai, o segundo actante, que “zomba dela na frente dos amigos”. Seu pai, nesse excerto, aparece projetado no papel de **agente agressor**, que realiza um malefício, uma ação negativa sobre ela, a partir da reprodução discursiva de regimes de verdade, que veiculam imaginários sociodiscursivos negativos acerca dos sujeitos não heteronormativos. Amara termina o enunciado generalizando esse comportamento masculino e evoca o actante “homem” com sua “eterna necessidade de se afirmar homem por meio do ataque à masculinidade alheia”. Aqui, esse actante, também, é discursivizado como um **agressor**.

Esse comportamento do “homem” a que a Amara se refere está vinculado aos processos de objetivação, que operam na lógica cisheteronormativa. É importante considerarmos ambos os processos, de subjetivação e de objetivação, como mecanismos imbricados, que perpassam a existência do sujeito. De acordo com Alves da Fonseca (2003), “Já se afirmou que tanto os processos de objetivação quanto os processos de subjetivação concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo, sendo que os primeiros o constituem enquanto objeto dócil e útil e o segundo enquanto sujeito”. O “homem”, assim, para ser reconhecido como tal, precisa estar em situação de docilidade e utilidade para aceitar e reproduzir discursos e comportamentos, que visam a manter a ordem hegemônica de sexo-gênero.

A ação do pai de Amara se inscreve em uma longa tradição comportamental, que visa a expor os sujeitos desviantes da norma com vistas a enquadrá-los por meio da exclusão, da ridicularização, enfim, dos diversos tipos de violência – simbólicas ou não – por intermédio das quais são expostos os “diferentes”. É uma forma de pedagogia da masculinidade, como diz Mikolci (2016, p. 35), que induz aos atos de violências: “Na verdade, ironias, piadas, injúrias e ameaças costumam preceder tapas, socos ou surras”.

Temos, também, no excerto (10), a projeção de três actantes: Amara, Roberta Close e “pessoas”. A primeira aparece no contexto como **beneficiária** de uma ação involuntária de Close e a essa ação ela reage por **retribuição**: exaltando e reconhecendo a importância de Roberta em sua vida. A segunda é colocada no papel de agente e o desempenha enquanto **benfeitora**; ou seja, assume papel positivo na narrativa. Entretanto, é um papel actancial, que acontece de forma **involuntária**; isto é, a benfeitoria na vida de Amara não foi realizada intencionalmente. Por fim, temos o actante “pessoas”, que se trata justamente de pessoas como Roberta Close; ou seja, pessoas, que, nas palavras de Amara, “peitaram o decreto que os genitais lançam sobre nosso corpo, decreto que determina, antes mesmo de a pessoa nascer, as fronteiras até onde ela poderá ir” (MOIRA, 2017, p. 21). Nessa perspectiva, o actante pessoas assume os mesmos papéis que Roberta Close, já que se trata de sujeitos-espelhos para aqueles, que se encontram em conflito com sua identidade de gênero.

Essas passagens da narrativa evidenciam a importância da representatividade para a população LGBTQIA+, que passaria pelo exercício dos sentidos: a enunciativa ressalta, assim, que, ao ver, ao ler e ao ouvir pessoas com as quais ela ou outro transexual se identificam, é possível desenvolver as potências de cura, de troca, de aprendizado e de ajuda. Há muitos relatos de transexuais nesse sentido, e a *internet* ampliou sem precedentes a escala no que diz respeito ao acesso à informação. Muitos transexuais tiveram, pela primeira vez, contato com outros transexuais e obtiveram informações sobre terapia hormonal dessa forma: pela *internet*. A própria Amara comenta: “Pouco tempo depois, chegou a *internet* discada em casa, e com ela o momento em que pude interagir pela primeira vez com uma pessoa trans” (MOIRA, 2017, p. 22).

Os actantes centrais do excerto (11) são Amara e seu “amigo *gay*”. O amigo aparece projetado como um **agente oponente**, que, conforme explica Charaudeau (2008a, p. 163), “contraria os projetos e as ações de um outro actante”. O amigo se interessa em saber sobre as mudanças de Amara, mas, ao final, recusa-se a aceitar sua identidade feminina. Nesse contexto, Amara projeta-se como um **actante vítima**, que, apesar da tentativa de explicar suas mudanças, é afetada, negativamente, pela recusa do amigo e reage por uma fuga, evitando o confronto. Assim, ela afirma ter caído no choro depois de ter sido chamada pelo gênero masculino.

A seguir, destacamos mais um exemplo, que evidencia o quanto as pessoas transgêneras têm que negociar a aceitação de suas identidades de gênero. Trata-se de um episódio, no qual Amara narra sobre a relação com sua psicóloga:

- (12) Minha psicóloga, lembram-se dela? Aquela que me apoiou horrores? Pois bem, ela acompanhava encantada essas novas histórias, a minha

transformação a olhos vistos, roupas, feições, gestos, linguagem, mas nada de conseguir me chamar de Amara. Eu contava de amigos que superaram preconceitos antigos e começaram a me tratar no feminino, pelo novo nome, e ela respondia: ‘Que lindo, Omar’. Eu queria a morte. Um dia lhe perguntei por mensagem de celular a razão, e ela não soube me responder, pediu paciência (MOIRA, 2017, p. 53).

O actante psicóloga assume no excerto dois papéis diferentes. Primeiro, ela é projetada na narrativa enquanto um **agente benfeitor**, que “apoiou horrores” Amara. Em seguida, assim como o amigo *gay*, ela se recusa a chamar sua paciente pelo seu novo nome, sendo construída, assim, no papel de **agente oponente**. Embora Amara afirme ter sido afetada de forma negativa, quando discursiviza uma emoção forte vivida naquele momento, “querendo a morte”, diferentemente do excerto (11), agora, ela, projetando-se no papel de **actante-vítima**, **reage por uma resposta** ao enviar a mensagem buscando uma explicação. Apesar do confronto, não podemos situar a psicóloga como vítima. Todavia, sua postura é de fuga desse confronto.

As dificuldades vivenciadas pelas pessoas transgêneras são múltiplas. A autoaceitação, por si só, é um processo muito delicado. Posteriormente, elas precisam enfrentar a família, os amigos e a sociedade como um todo. É notório, em suas narrativas, o quanto são necessárias as negociações e o tempo (muito tempo!) até que, finalmente, elas e eles possam ter suas identidades de gênero reconhecidas. Ainda assim, dificilmente, todos esses sujeitos ganharão um reconhecimento total. A própria Amara admite: “Hoje estou acostumada com esses olhares, encontrei estrutura para lidar com eles [...]” (MOIRA, 2017, p. 24). É essa força, essa “estrutura” para lidar com as questões, que envolvem o reconhecimento de sua identidade, que faz com que, aos poucos, emergja um *ethos* de resistência e de enfrentamento por parte de muitos sujeitos transexuais, a exemplo de Amara.

O excerto a seguir se refere ao momento em que Amara começa, efetivamente, a entrar em cena – deixando Omar no passado. Em (13), ela conta sobre a desistência de um namoro com uma mulher, que não aceitava sua identidade de gênero:

- (13) O grande amor da minha vida antes da transição, quem me fazia acreditar que valia a pena insistir, tentar me encaixar. Hoje é uma das pessoas que mais me apoia e dá forças, mas ali era o fim, não havia como. No dia seguinte, 29 de março, corri à farmácia e comprei um hormônio injetável mensal, Perlutan, e pedi ajuda para aplicar à minha outra ex, a mulher trans com quem eu tinha morado junto, a dos poemas (MOIRA, 2017, p. 53).

Os actantes acionados no discurso são “o grande amor da minha vida”, Amara e sua “outra ex”. O primeiro actante é projetado como alguém, que desempenhou dois papéis

diferentes: como alguém que, como namorada, estimulou Amara a permanecer homem e, posteriormente, fazendo o contrário em um momento em que o namoro já havia terminado. Em ambos os casos, ela é um agente, primeiro atuando como **oponente**, contrariando os desejos de transição de Amara, e, depois, como um **agente aliado**, dando-lhe forças e a apoiando em seu propósito.

Amara, também, desempenha dois papéis no excerto. Quando vai à farmácia e compra o hormônio, ela é um **agente benfeitor** – no sentido de realizar um benefício para si mesma em consonância com seu projeto. Nesse sentido, percebemos a emergência de um *ethos* de uma pessoa, que passa a ter agência⁴⁷ sobre seus desejos. A enunciativa, efetivamente, toma uma decisão em relação à sua identidade de gênero. Em um segundomomento, ela assume o papel de **beneficiária** da ação de sua outra ex-namorada. Essa última, por sua vez, é projetada como exercendo, naquele momento, o papel de **actante benfeitor** por ter ajudado Amara na aplicação do hormônio.

Percebemos, a partir do agenciamento do Modo de Organização Narrativo, que Amara enuncia a reprodução de imaginários sociodiscursivos, relacionados aos padrões de gênero e de sexualidade, por parte da sociedade. Em primeiro lugar, ela narra uma situação vivenciada com seu pai, que chegou a constrangê-la na frente dos amigos, “zombando” do fato de ela gostar de cantores *gays*. Ela, também, generaliza esse comportamento, que ela relaciona aos “homens” com sua necessidade de “atacar a masculinidade alheia”, para reafirmarem a própria masculinidade. São comportamentos vinculados aos processos de objetivação e que reproduzem os regimes de verdade hegemônicos.

Quanto aos papéis actanciais, os excertos apresentam Amara como beneficiária, em algumas situações, e como vítima, em outras. Ela, também, se projeta como agente benfeitora. Nesses momentos, percebemos a emergência dos *ethé* de resistência e de agência. No primeiro caso, quando ela “encontra estrutura” para lidar com as questões, que sua imagem provoca nas pessoas; e, no segundo, quando a enunciativa toma atitudes efetivas no sentido de consolidar sua verdadeira identidade de gênero.

4.3.4 Modo de Organização Descritivo

Conforme mencionado no item 3.2.3, a construção descritiva pode ser feita de forma

⁴⁷ Utilizamos “agência” no sentido abordado pelos autores Norman Long e Jan D. van der Ploeg (2011), que compreendem o termo como capacidade de agir de um ator individual. É a sua capacidade de processar a experiência social e delinear formas de enfrentar a vida mesmo sob variadas formas de coerção. Assim, os atores sociais são dotados de conhecimento e são capazes de agir.

objetiva ou subjetiva. A nomeação e a localização se relacionam a uma forma objetiva de referência, pois se ancoram em traços facilmente identificáveis por qualquer pessoa. A qualificação pode ser feita de ambas as formas: objetivamente, quando as informações podem ser reconhecidas por todos; e subjetivamente, quando se trata de informações feitas a partir de uma perspectiva particular de um sujeito.

Apresentamos, a seguir, excertos em que Amara se refere ao seu nome de batismoe, posteriormente, referências com relação ao seu nome social: (14) “Disseram-mehomem antes que eu me entendesse por gente, me deram nome de homem, Omar, nome do meu avô [...]”.

(15) E eu fui, dessa vez toda produzida, faixa de ‘MissUnderstood’ no peito, peruca espalhafatosa, botinha de salto alto que comprei aquele dia num brechó, foto nas redes sociaisme denominando Amara Moira (esse nome me obcecava, mexia comigo, parecia tão eu) [...]. (MOIRA, 2017, p. 45).

(16) Meus amigos próximos relutaram, não entendiam. Diziam estar acostumados demais aos anos me chamando de Omar, como diabos mudar isso? Pois deixei que escolhessem, mas, quando viram toda a universidade me chamar de Amara, acabaram se convencendo de que era melhor eles aprenderemtambém. E rápido (MOIRA, 2017, p. 52).

No excerto (14), quando Amara se refere ao seu nascimento, o processo de nomear, típico do Modo de Organização Descritivo, dá-se em interseção com uma modalidade delocutiva pelo discurso relatado – típica do Modo Enunciativo. Mas, como esclarecido anteriormente, o Modo Enunciativo participa de todos os demais descritos por Charaudeau (2008a). Amara conta: “Me deram nome de homem, Omar, nome do meuavô”. Percebemos, aqui, que o discurso relatado se manifesta fazendo uso do sujeito indeterminado, para marcar a força dos processos de objetivação e dos regimes de verdade, que atuam no sentido de disciplinarização do corpo segundo padrões heteronormativos. A questão do nome é de suma importância para qualquer sujeito. Afinal, é uma das primeiras identificações, que nos constitui, na maioria das vezes, antes mesmo de nascermos. Charaudeau (2008a, p. 112), ao expor os três componentes da construção descritiva, afirma que são eles “que constituem a base da identidade civil: nome e sobrenome, data e local de nascimento, sinais particulares e foto”. Entretanto, o nome para as pessoas transexuais é ponto nevrálgico, porque vai além de gostar ou não do próprio nome, envolve uma confirmação a mais do gênero com o qual não se identificam e grande parte dos transexuais relata experiências de humilhação e constrangimentos em situações, que precisaram mostrar o documento de identidade (RG).Conforme expusemos na seção “Transcidadania”, somente em 2018, através do Provimento 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pessoas transgêneras passaram a ter o direito de alterar prenome e gênero nos

registros civis diretamente nos cartórios sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou de decisão judicial. É interessante observarmos que os quatro autores preservaram, de alguma forma, uma relação com o nome de batismo, especificamente o prenome, já que o sobrenome não pode ser legalmente alterado. No caso de Amara, ela nos conta que “quase que uma continuação natural dos jogos que eu própria já vinha fazendo com o nome que me deram ao nascer, Omar [...]” (MOIRA, 2017, p. 37).

Em (15), quando estava usando hormônios, a enunciadora relata uma passagem, em que aproveitou o Carnaval para sair travestida. Mas, ela foi além, com as fotos nas redessociais, se autodenominando Amara Moira: “Esse nome me obcecava, mexia comigo, parecia tão eu”. Um nome em consonância com o verdadeiro gênero, um nome, em que apessoa transexual se reconhece e pelo qual quer ser reconhecida e que, via de regra, demanda-se muito tempo, energia e negociações para assumir esse nome e fazê-lo valer socialmente. Trata-se de um processo, que se difere muito dos consensos, que envolvem a escolha do nome de batismo de uma pessoa. Portanto, é compreensível o quanto ser chamado ou chamada pelo nome social é um ponto tão delicado e significativo para essas pessoas. Afinal, envolve um longo processo de aceitação pessoal. Trata-se de uma forma de consolidação da identidade, que não pode ser compreendida apenas como garantia de direitos, “e, sim, como forma de validar e consolidar o que a pessoa trans traz sobre si, de como se apresenta no mundo sem que suas escolhas sejam questionadas” (CERQUEIRA; DENEÇA; PADOVANI, 2020, p. 37).

Ainda nesse excerto, há qualificações, que são típicas do Modo Descritivo, quando Amara conta como estava “toda produzida”: com faixa no peito, que, na tradução para o português, pode ser lida como “Miss incompreendida”, peruca espalhafatosa e as botinhas de salto alto. Como esclarece Charaudeau (2008a), a qualificação atribui um sentido particular aos seres, de maneira mais ou menos objetiva, e, como tal, ela tem origem no olhar, que o sujeito falante lança sobre esses seres e sobre o mundo. As qualificações usadas por Amara, no contexto do Carnaval, são consoantes com o espírito jocoso e crítico, que as fantasias podem incorporar. A imagem, que ela descreve naquele momento, aponta para sentidos, que nos mostram que a enunciadora quis brincar com seus conflitos ao ter-se vestido com um feminino estilizado, exagerado – típico das representações de *drag queens* –, e com a faixa, que indicava consciência de seu entre-lugar, tendo, então, projetado-se como sujeito não compreendido socialmente em dissonância com as regras compulsórias de sexo-gênero.

No excerto (16), em que Amara narra um momento, ainda, pós-transição, ela nos conta sobre a dificuldade dos amigos próximos de chamá-la pelo nome social (assim como nos excertos 11 e 12). Aqui, a autora diz ter feito uma concessão ao deixar que escolhessem, mas,

comenta, na sequência, que, naquele momento, ela já era reconhecida como Amara no âmbito universitário e, assim, que deveriam se acostumar ao novo nome, “e rápido”, ela acrescenta. A nomeação aparece primeiro relacionada aos amigos que passaram anos a chamando de Omar e, por isso, a dificuldade de adaptação; e, em um segundo momento, a universidade incorporando a mudança e adotando o nome social Amara. Esses são exemplos do quanto o ato de nomear pode envolver processos de resistência e negociação. Desde um simples apelido, até a questão mais complexa do nome social, nomear envolve “fazer existir seres significantes no mundo”, conforme afirma Charaudeau (2008a). Por essa razão, sobretudo quando se trata de seres humanos, nomear está vinculado a respeitar e a reconhecer.

Nos excertos a seguir, encontramos procedimentos de nomeação, localização e, também, de qualificação:

- (17) Aquele era o ano de 2004, eu com 19 anos, dependendo financeiramente dos meus pais, mas pela primeira vez saindo de casa, caloura na universidade (Unesp – Franca/SP, Relações Internacionais, onde estudei apenas um semestre, quando abandonei o curso para voltar para Campinas, minha cidade natal, e cursar Letras na Unicamp) (MOIRA, 2017, p.25).
- (18) O armário, voltei a perceber seus limites estreitos, a falta de ar, de Sol, a necessidade de fazer movimentos cuidadosos para não ameaçar sua estrutura frágil (abrir aquelas portas enferrujadas, o ranger das portas, a dificuldade de fechá-las sem que ninguém se desse conta de que foram abertas, do que havia dentro), daí começo a me sentir ali, não mais contente, mas contida, e a segurança vai deixando de ser motivo capaz de me manter presa por livre e espontânea vontade. (MOIRA, 2017, p. 37).
- (19) Um mês depois, descobri uma mulher trans estudando na Unicamp e fazendo justamente Letras: Beatriz Pagliarini Bagagli. Essa menina chegou toda andrógina, tímida com seus 18 anos, então voltou das férias para o segundo ano da graduação se afirmando Bia, obrigando o movimento estudantil a se inteirar do debate trans, e com isso foi pavimentando caminho para todas as outras pessoas trans queviriam após ela, eu inclusive (MOIRA, 2017, p. 41).

Esses três excertos se referem a momentos anteriores à transição definitiva de gênero de Amara. O exemplo (17) é bastante típico do processo de localização/situação em narrativas biográficas. Amara situa o leitor ao precisar o ano e segue pontuando suas localizações naquele período: a saída da casa dos pais para a Unesp, em Franca, e, posteriormente, o retorno para Campinas, sua cidade natal. No excerto, a enunciatriz localiza o leitor no espaço e o situa no tempo, tornando seu relato objetivo quanto a esses aspectos (CHARAUDEAU, 2008a).

Em (18), temos uma qualificação subjetiva de um objeto a partir do uso de uma metáfora: o armário. A qualificação subjetiva se refere a apreciações e posicionamentos do

sujeito, que fala. Assim, “os atributos serão relacionados de acordo com crenças e opiniões daquele que realiza a descrição” (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 223). A partir de sua própria visão, Amara procede a uma qualificação do armário: os limites estreitos, a falta de ar e de Sol, a imposição que esse lugar lhe impõe (“a necessidade de fazer movimentos cuidadosos”), sua estrutura frágil e as portas enferrujadas. Partindo dessa metáfora, ela caracteriza esse espaço de uma forma, que busca fazer com que o leitor perceba o que é estar dentro desse armário, nessa condição de opressão.

A expressão “sair do armário”, que integra um imaginário sociodiscursivo, é associada, tradicionalmente, à homossexualidade, mas, com o tempo, seu significado se expandiu e, atualmente, é utilizada para se referir a um contexto maior de situações, mas significando sempre um posicionamento de se assumir publicamente. Em se tratando de sujeitos transgêneros, a “saída do armário” é uma exposição radical e tão imediata à medida que as transformações corporais começam a acontecer: as roupas femininas, os cabelos que começam a crescer e, por fim, as profundas alterações causadas pelos hormônios. Sendo assim, a exposição pública de seu processo de transição coloca essa decisão em outros patamares se comparada à exposição vivenciada por sujeitos homossexuais.

Em um artigo intitulado *A epistemologia do armário*, a pesquisadora Eve Sedgwick (2007) afirma que, a cada encontro, em diferentes âmbitos da vida social, são construídos novos armários, cujas leis exigem – por parte das pessoas homossexuais, mas não apenas elas – novos levantamentos, cálculos e demandas de sigilo ou de exposição. Assim, defende Sedgwick (2007, p. 22), pessoas que não se adequam ao padrão heteronormativo, em diversas situações sociais, nem sempre podem “escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário em algum ou em todos os segmentos de sua vida”. No caso de pessoas transgêneras, é praticamente inconcebível voltar para o armário – sobretudo após concretizado o processo de transição.

Entretanto, Amara reconstrói, em sua narrativa, diversas passagens, em que começou a iniciar alguns movimentos de transição e, em seguida, voltava para o armário, mas foram mudanças muito incipientes. Como, por exemplo, quando ela começou a tomar hormônios e, em duas semanas, “entrou em crise”: “Era desesperador o medo, o não conseguir nem imaginar a reação que as pessoas teriam ao descobrir quem de fato eu era. Entrei em pânico, joguei todos os comprimidos e roupas femininas no lixo [...]” (MOIRA, 2017, p. 40). Como afirma Sedgwick (2007, p. 22), com a ressalva de que o armário não está presente apenas nas vidas de homossexuais, ele, ainda, se apresenta como característica fundamental da vida social de muitas dessas pessoas, um aspecto vivencial significativo: “E há poucas pessoas *gays*,

por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por maisafortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não sejaainda uma presença formadora”. O mesmo se pode dizer depessoas transgêneras: o fato de terem permanecido no armário por qualquer que tenha sido esse tempo, é algo que atravessa e constitui suas subjetividades.

No excerto (19), temos, novamente, processos de localização, nomeação equalificação. Localização/situação: “um mês depois” (de Amara ter ido ao psicólogo e ao psiquiatra), “na Unicamp, voltou das férias, segundo ano da graduação”; nomeação: “Beatriz Pagliarini Bagagli”; e, finalmente, qualificações objetivas; ou seja, que poderiamser comprovadas por quem conhecesse Beatriz: “andrógina, 18 anos, se afirmando Bia”.

Na maior parte das narrativas transexuais, são relatados os discursos e as ações depessoas – como Beatriz Bagagli e Roberta Close – que, nas palavras de Amara, “pavimentam o caminho para outras que vêm posteriormente”. E, assim como Close, Bagagli teve papel importante na trajetória de Amara: “Foi da sua boca que ouvi a palavra ‘transfeminismo’ e foi ela quem me pôs em contato com militantes que estavam construindo essa vertente” (MOIRA, 2017, p. 41). São encontros como esses, que carregam potências de cura, de identificação e de maior compreensão acerca de si mesmopara pessoas, que possuem uma dor e demandas em comum: “Foi também esse o momentoem que eu e ela fomos ver uma apresentação da Banda Uó e pude ver pela primeira vez uma pessoa trans no palco, a cantora Candy Mel... Nunca gritei tanto, nunca me descabelei tanto igual naquele dia” (MOIRA, 2017, p. 41). Nesse excerto, está clara a dimensão patêmica discursivizada, Amara relata a alegria de se ver representada pela cantora trans no palco. A representatividade, assim, configura-se como possibilidade de resistência – contra a ordem hegemônica – e de existência, que caminham juntas, como podemos perceber na enunciação seguinte de Amara: “Havia lugar no mundo para mim, para gente como eu” (MOIRA, 2017, p. 41).

Destacamos, na narrativa de Amara, a predominância de comportamentos elocutivos, quando a enunciadora revela seus pontos de vista e sua visão de mundo. Nessas ocasiões, a narrativa expressa um tom reflexivo, em que a autora realiza leitura e interpretações das experiências vividas e dos seus processos de objetivação e subjetivação. Em sua retrospectiva, a enunciadora pondera, avalia e reconstrói significados acerca do vivido. É muito recorrente a discursivização dos regimes de verdade, que se impuseram sobre a autora, sobretudo no que tange à conformação ao sistema sexo-gênero. Emerge, a partir desses relatos, um efeito patêmico, que se destaca: o sentimento de medo de sofrer violência e o *ethos*, que se projeta nesse período, em que a enunciadora era fortemente objetivada pelo regime de verdade relacionado ao gênero, era de conformação, de adequação a esse regime. Também, observamos

a presença do que denominamos de um *ethos* de educadora, nos momentos em que a autora procede a um letramento de gênero em sua narrativa. Por fim, quando Amara decide, de fato, pela transição de gênero, destaca-se a projeção de um *ethos* de resistência em seu processo de tomada de decisão. As narrativas referentes a esse durante e depois da transição, também, revelam efeitos patêmicos sobre a enunciativa, especialmente sentimentos de alegria e de força são discursivizados.

Destacamos, ainda, os principais imaginários sociodiscursivos observados em sua narrativa. Durante o período anterior à sua transição de gênero, Amara discursiviza, em diversos momentos, a respeito dos imaginários, que envolvem as performances de gênero; isto é, como homens e mulheres devem se portar no ambiente social. É na observância dessa “equação”, como nos conta, que ela tentou tirar os holofotes de si. Ela, também, denuncia a reprodução desses imaginários por seu pai e pelos “homens” de forma geral. Por fim, ao falar do armário, Amara, também, faz um recorte importante para as minorias de sexo e gênero sobre o imaginário sociodiscursivo, que envolve a expressão sair-ficar no armário, e realiza, na sequência, uma qualificação subjetiva do que significa estar presa dentro dele mesmo. A enunciativa revela, através dessa metáfora, a angústia vivenciada por pessoas, que não podem se assumir.

4.4 João W. Nery

CORTE EM MIM

*Estes percorreres por aí à balda, nestes saudosos antigos eus,
Qual deles deixei no meio da estrada e em que sombra,
me perseguem até onde sou? Até que fundo somos? (fomos?)
Esse nós que no meu eu se alimenta
e que diante do espelho, volta a mim e não me encontra –
– essa própria alteridade comigo mesmo, como um possível outro, quem em
mim se emprenhou.
Agora não sei mais o sei o meio de mim: se o animal legítimo, que desde a
infância me dá,
se os estrangeirismos, de línguas-vossas. Só sei que não me atendo ao que
me assino. A identificação foi negada,
por este conhecimento que me fizeram, da pura solidão do conhecido.
(João W. Nery, 1975)*

4.4.1 Perfil Biográfico

João Nery nasceu no Rio de Janeiro em 1950 e faleceu em outubro de 2018, vítima de um câncer de pulmão. O autor é conhecido por ter sido o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil, em um período em que esse procedimento era ilegal. Nery assumiu sua identidade de gênero por volta dos 22 anos. Ele foi um ativista pela causa

LGBTQIA+, especialmente pelas pessoas trans, e, também, é autor de três livros: *Erro de pessoa* (1984), *Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois* (2012) e *Velhice transviada* (2019), além de ter participado como um dos autores no livro *Vidas Trans* (2017).

João é o mais velho do grupo de autores e foi o que mais sofreu com as interdições impostas pelo período histórico em que viveu sua transição. Esses aspectos aparecem em vários momentos de seu relato. Foi em função dessas interdições que ele precisou, por exemplo, abrir mão do diploma em Psicologia após conseguir documento de identidade como João de forma ilegal. Quase todas as cirurgias, que ele realizou, também, foram de forma clandestina, com exceção de uma primeira redução mamária, ocasião em que o autor não teve coragem de pedir a retirada total.

Outro ponto a ser ressaltado em sua narrativa é a dimensão coletiva da luta em favor de uma minoria, da qual ele fazia parte. João atuou de diversas formas em favor da causa trans: na escrita de livros; na participação em programas de TV – o primeiro deles em 1987, na extinta TV Manchete, quando ele concedeu uma entrevista sem revelar sua identidade⁴⁸, em função dos procedimentos ilegais, que havia feito; em palestras; em redes sociais, quando oferecia assistência e informações a outras pessoas trans e a seus familiares. Em 2013, o então deputado federal Jean Wyllys deu entrada no projeto de Lei nº 5.002/13, que foi denominado de Lei João W. Nery de Identidade de Gênero. O projeto, que nunca entrou em votação, encontra-se arquivado.

Em 2015, durante o 1º Encontro de Diversidade Sexual da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), João fez a palestra de abertura, quando teve a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente. Seu discurso foi contundente na defesa dos direitos da população trans e crítico em relação à negação desses direitos pela sociedade. Ele, também, falou sobre sua luta e contou detalhes de sua vida pessoal. Entre tantos momentos marcantes daquela palestra, um deles ficou registrado em minha memória. Naquele ano, ainda não havia acontecido a despatologização da transexualidade, o que só veio a ocorrer em 2018 pela OMS, e essa era uma das grandes lutas de João. Ao comentar sobre a questão, ele disse: “O que deveria ser patologizado na sociedade não é o transexualismo, e sim o machismo”.

4.4.2 Modo de Organização Enunciativo

Iniciamos com a apresentação de excertos, que se referem ao comportamento **alocutivo**, lembrando que a questão central desse componente se refere à relação de influência do locutor

⁴⁸ Disponível em: <https://vimeo.com/184585657>

sobre o interlocutor. Essa relação vincula locutor e interlocutor através do ato de linguagem, quando o primeiro visa a conduzir o segundo a apresentar determinada reação (CHARAUDEAU, 2008a). Nos dois excertos a seguir, João rememora e reconstrói, na instância de enunciação presente, dois diálogos, que manteve no hospital quando sofreu um infarto. Destacamos, aqui, como o autor relata a fala das pessoas com quem conversou naquele momento e como o enunciador lexicaliza os atos alocutivos tanto da médica quanto dele mesmo:

- (20) Exausto e quase sem forças, ressuscitei quando ouvi a médica ordenar aos dois enfermeiros:
— Tira a roupa dele!
Com esforço, levantei o braço. Fiz um sinal com a mão, pedindo que se aproximasse:
— Por favor, me poupe de humilhações, sou transexual — sussurrei no ouvido da médica.
Ela prontamente pediu um lençol e me cobriram (NERY, 2017, p.80).
- (21) Quero ir ao banheiro! Me ajude a levantar.
— O senhor não pode! São ordens expressas do médico. Desconfiando de que o enfermeiro era *gay*, resolvi então lhe contar a minha história. Foi então que ele trouxe a cadeira higiênica e começou a soltar as amarras do meu corpo, avisando:
— Ninguém pode saber, senão sou mandado embora (NERY, 2017, p. 80-81).

O comportamento alocutivo, em (20), na enunciação da médica, expressa-se em **posição de superioridade**, na modalidade de **injunção** quando ela ordena: “Tira a roupa dele!”. Por sua vez, João se enuncia em **posição de inferioridade** na modalidade de **petição**: “Por favor, me poupe de humilhações”.

O excerto se refere a uma ocasião, em que João teve um infarto e foi atendido no hospital, uma de tantas situações, nas quais pessoas transexuais se encontram em posição de vulnerabilidade ou, usando o termo de João, de humilhação. Ao reconstruir essa cena de enunciação passada, o enunciador parece ter visado denunciar o quanto a rede hospitalar do País, ainda, se encontra em situação de precariedade para atender às demandas da população trans e reivindica a importância da ampliação da rede para o atendimento no processo de transição. De acordo com ele, existem somente cinco hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) habilitados, onde são feitas apenas uma cirurgia por mês⁴⁹. Além destes, há, também,

⁴⁹ O País continua com apenas cinco centros de referência com atendimento ambulatorial e hospitalar habilitados para cirurgias de transgenitalização. Mas, houve aumento dos ambulatórios, que passaram a ser distribuídos entre as principais cidades de cada Estado. Entretanto, as cirurgias de adequação corporal não são consideradas eletivas pelo SUS; ou seja, não urgentes. Por esse motivo, a espera por uma cirurgia de redesignação sexual pode levar anos. Disponível em: <<https://portalhospitaisbrasil.com.br/pandemia-provoca-queda-de-86-no-atendimento-a-transgenero-pelo-sus/#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20s%C3%B3%20tem%20cinco,principais%20cidades%20de%20cada>>

“seis ambulatorios onde é dada assistência psicológica e hormonal. Nem todos os hospitais do SUS têm equipes multidisciplinares completas, como é exigido nas normas estabelecidas para o processo transexualizador” (NERY, 2017, p. 94). João comenta, ainda, sobre as filas, salientando que há pessoas que esperam por procedimentos há mais de dez anos e, ainda, na região Norte, não existe nenhum hospital credenciado para o atendimento aos transgêneros. O enunciatador, na progressão da narrativa, continua fazendo críticas e ressalta a necessidade de se questionar o protocolo do SUS, que impõe às pessoas trans testes, psicoterapias e questionários, que duram dois anos. A questão, segundo João, é que esses protocolos são realizados por pessoas cisgêneras, que acabam reproduzindo lógicas e discursos sexistas com relação ao que consideram feminino e masculino. Assim, “Os trans sabem de antemão o que deverão dizer e como se comportar para serem aceitos, visando atender às expectativas binaristas do que é ser um ‘transexual verdadeiro’” (NERY, 2017, p. 94).

Essas reflexões e críticas feitas por João levam-nos a dialogar com Foucault (1988), a fim de compreendermos melhor os regimes de verdade, que atuam no âmbito das práticas médicas, tais como aquela referida por Nery. Os protocolos médicos, com vistas ao controle da sexualidade, foram analisados por Foucault (1988) e continuam atuais para se pensar, também, a questão da transexualidade. O filósofo discorre sobre a multiplicação dos discursos sobre a sexualidade nos séculos XIX e XX e chama a atenção para o fato de que foi construído, em torno do sexo, um grande aparelho para produzir a verdade. Dessa forma, Foucault (1988, p. 65) diz que se deve considerar “a formação progressiva (e também as transformações) desse ‘jogo da verdade e do sexo’, que o século XIX nos legou, e do qual nada prova, mesmo que o tenhamos modificado, estarmos liberados”. Nesse período, foi criada uma “ciência sexual” pela civilização ocidental e, com ela, o desenvolvimento de “procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 65). A medicina, nesse sentido, se torna a instituição por excelência do poder-saber, que envolve as questões relacionadas à sexualidade e à “incongruência de gênero”, para citar o termo utilizado atualmente pela OMS após a despatologização da transexualidade pela entidade, em 2018. Conforme mencionado, a permanência da transexualidade no Catálogo Internacional de Doenças (CID) – ainda que despatologizada – refere-se à necessidade de tratamentos diversos de pessoas transgêneras, sobretudo no que tange à questão de saúde mental. Afinal, o estigma, o preconceito e a exclusão atuam, fortemente, nas subjetividades trans, comprometendo seu pleno desenvolvimento e autorrealização.

Em (21), João, após a cirurgia, é atendido por um enfermeiro. O autor relata enunciações

mantidas entre eles, que caracterizam posições de **inferioridade** e de **superioridade**. No primeiro caso, através da **petição** de João: “Me ajude a levantar”. Por sua vez, o enfermeiro, em posição de superioridade, nega o pedido do paciente através de uma **injunção**. Essa imposição estabelece entre os falantes uma relação de força, à qual João responde de forma a sensibilizar o enfermeiro, que ele desconfiava ser *gay*. Essa observação importa em sua narrativa, na medida em que ambos – de formas distintas – são sujeitos desviantes da norma e, como tais, reconhecem e compartilham dores semelhantes. Nesse sentido, ressaltam-se essa relação de influência entre locutor e interlocutor e a perspectiva de que “o ato de linguagem, do ponto de vista de sua produção, pode ser considerado como uma expedição e uma aventura” (CHARAUDEAU, 2008a, p.56).

O linguista explica que se trata de uma expedição justamente quanto ao aspecto intencional do discurso, já que o ato de linguagem participa de um projeto global de comunicação do sujeito comunicante (EUC). A partir da organização desse discurso, levando em conta o conjunto de competências e a margem de liberdade e de restrições – estabelecidas por uma ordem relacional –, o EUC fará uso de contratos e de estratégias. O contrato se refere à pressuposição de que indivíduos, que pertencem ao mesmo corpo de práticas sociais, estão aptos a chegarem a um acordo sobre as representações linguageiras, que compartilham. A noção de estratégia está alinhada ao fato de que o EUC “concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi) [...]” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 56).

O ato de linguagem, segundo a perspectiva de Charaudeau (2008a), também, é uma aventura, considerando sua imprevisibilidade. O autor explica que toda essa encenação intencional pode ser mal interpretada pelo sujeito interpretante, que recebe tais contratos e estratégias e os decodifica à sua própria maneira e, muitas vezes, pode frustrar as expectativas do sujeito comunicante. Considerando essa possibilidade, “Muitas vezes, o sujeito interpretante não está totalmente consciente do contexto sócio-histórico que deu origem ao ato de comunicação, o que pode alterar, consideravelmente, sua interpretação” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 57).

No caso de João e o enfermeiro, o ato de comunicação obteve sucesso: o EUC consegue persuadir o TUi precisamente por que este compartilhava do contexto sócio-histórico do EUC ainda que houvesse diferenças vivenciais. A adesão à petição de João é tamanha que o enfermeiro acaba por concordar mesmo sabendo que poderia ser demitido pela concessão feita ao paciente. É essa compreensão entre pares que faz com que se constitua o que pode ser chamado de comunidade LGBTQIA+. Ainda que haja fissuras consideráveis na história desses

movimentos, existe uma partilha, que acontece tanto no sentido do estigma quanto do acolhimento; um aspecto, que fez com que João, ao perceber a homossexualidade de seu interlocutor, se sentisse à vontade para compartilhar sua história, apostando na possibilidade de que pudesse ser compreendido e tivesse sua demanda atendida.

Elencamos, a seguir, excertos, que exemplificam o comportamento **elocutivo** na narrativa analisada:

- (22) Sofri um duplo golpe em 1964. O primeiro foi o militar, que afastou meu pai de mim e me obrigou a trabalhar aos 14 anos; o segundo atingiu meu físico por inteiro, com a vinda da ‘monstruação’ e dos terríveis hormônios, aumentando ainda mais a distância, entre o meu corpo feminino e o meu gênero masculino. Foi a fase mais difícil da minha vida, da qual só conseguiria me livrar aos 27 anos (NERY, 2017, p. 66).
- (23) Como contei em meu livro, não conhecia ninguém igual a mim. Não era hétero, não era homo, era trans. Mas eu também não sabia o que era ser trans. Eu só sabia que era diferente. Precisava me reinventar mais uma vez. Não havia *internet*, celulares ou academias (NERY, 2017, p. 67).
- (24) Adotei o uso de uma faixa larga de gaze presa por esparadrapo, que disfarçava as mamas. Era incômodo, quente, asfixiante e acabava afrouxando pela respiração e indo parar na barriga. Não ia mais à praia, nem à piscina. Botar um maiô, nem pensar. Com a vinda da moda unissex, fui aos poucos deixando de usar roupas femininas, o que me fortalecia levantando a autoestima. Como mulher, era meio desengonçada, estranha. Como homem, parecia um efebo, um ‘gatinho’ imberbe (NERY, 2017, p. 67).

Como mencionado anteriormente, o elocutivo não implica o interlocutor em seu dizer. É um comportamento, que expressa o posicionamento do locutor. Percebemos as marcas do comportamento elocutivo através do uso de verbos na primeira pessoa, expressões axiológicas e uso de advérbios, que demonstram o ponto de vista do locutor. Em (22), temos uma enunciação elocutiva de **avaliação**, expressa pela **opinião** de João acerca do que ele denomina de “monstruação” e dos “terríveis hormônios”, que vêm com ela. Notamos, na forma como o enunciador se refere a esse período, os índices de patemização. O neologismo utilizado por João elucida como a puberdade pode impactar na vida de transexuais masculinos e femininos. Além dos desconfortos usuais, sobretudo no caso de homens trans, que a puberdade implica – crescimento dos seios e menstruação, principalmente –, sua chegada significa, nas palavras de João, o aumento da distância “entre o meu corpo feminino e o meu gênero masculino”; ou seja, entre o corpobiologizado e o gênero reivindicado.

Em (23), o ponto de vista do locutor é expresso através do “**modo de saber**”, que, no citado excerto, evidencia-se por um estado de **ignorância** sobre o que era ser uma pessoa trans.

Novamente, reaparece a questão da falta da *internet* como um dos dificultadores de acesso à informação. Em artigo publicado na Revista *Estudos Feministas*, Amara – que assina Amara Moira Rodovalho – comenta sobre o surgimento dos termos cis e trans: “‘cis’ surge apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, ‘trans’, este na década de vinte, aquele quase que na virada para o século XXI [...]” (RODOVALHO, 2017, p. 365). Ela justifica esse apagamento da identidade trans, afirmando que são poucos os registros dessas pessoas no passado remoto. Segundo a pesquisadora, no contexto de uma sociedade extremamente cissexista, não haveria a possibilidade de uma existência concreta e material para pessoas trans: “Aqueles pessoas que ousassem afrontar essa lei seriam mortas ou teriam que voltar de imediato para o armário, dando a impressão falsa de que inexistiam ou de que desexistiram” (RODOVALHO, 2017, p. 366). Esse apagamento repercutiu, e de certa forma ainda repercute nos dias atuais, na vida de incontáveis pessoas, que não se adequavam ao gênero, que lhes foi imposto ao nascer. Como João, o não saber que é trans, porque não se sabe sequer a existência dessa palavra, é algo que fez com que pessoas transgêneras, antes da *internet*, vivenciassem suas transições Tateando no escuro, entre informações desencontradas aqui e ali, buscando uma compreensão acerca de si mesmas, na medida em que buscavam soluções para seus conflitos mais físicos e psicológicos. Afinal, como interromper e, ao mesmo tempo, dar início a um processo, que envolvia mudanças radicais em seus corpos? Depreendemos, assim, a importância da *internet*, e, com ela, a formação de comunidades afins, para tratar de questões que estavam fora da pauta da mídia hegemônica e da própria sociedade.

Em (24), João começa a encontrar algumas soluções temporárias para disfarçar aspectos do seu corpo feminino e evitar situações, que pudessem expor esse corpo. É por meio desses movimentos de (re)construção subjetiva que podemos observar a emergência de um *ethos* de resistência. O comportamento elocutivo se dá através de uma **motivação** manifesta por um **querer**; ou, mais apropriadamente, um não querer um corpo feminino mesmo que, para tanto, ele precisasse se autoinfligir uma ação incômoda e perigosa como o *binding* – prática de achatar os seios através de faixas, plástico filme ou outros. O uso de *binders* (o acessório escolhido para ocultar os seios) pode afetar a pele, os músculos e movimentos, principalmente se for utilizado por longos períodos de tempo, além de comprometer a respiração em função da constrição realizada. Muitos transexuais homens praticam o *binding* antes de poder/conseguir realizar a mastectomia ou mamoplastia masculinizadora. João, também, relata como foi deixando de usar roupas femininas e de que como isso afetou sua autoestima.

Os procedimentos de transição corporal das pessoas trans passam por várias etapas. No caso de homens trans, o processo de masculinização não é diferente, e um dos recursos iniciais

a que recorrem na busca de uma aparência menos feminina envolve a prática de atividades físicas, o que é possível percebermos nas duas narrativas escritas pelos homens transexuais. Na sequência de (24), João conta: “Anos antes tinha resolvido me dedicar ao esporte, para melhorar meu físico. Cheguei a obter um troféu do campeonato brasileiro de saltos ornamentais na categoria infanto-juvenil [...] aos treze anos” (NERY, 2017, p. 67).

A relação estabelecida com o copo é algo dramático para as pessoas trans e, conseqüentemente, a consciência desse corpo se dá muito precocemente, porque é uma parte dele – os genitais – que impede a expressão genuína de gênero, comprometendo o corpo trans por inteiro. Le Breton (2016) afirma que as representações do corpo são tributárias de um estatuto social, de uma visão de mundo e, por fim, de uma definição da pessoa. Assim, o corpo seria uma construção simbólica, e não uma realidade em si mesmo.

Nas sociedades ocidentais, o corpo seria o suporte ou a prova da individualidade. É essa estrutura individualista “que faz do corpo o recinto do sujeito, o lugar de seu limite e de sua liberdade, o objeto privilegiado de uma fabricação e de uma vontade de domínio (LE BRETON, 2016, p. 16). Para pessoas trans, o gênero precisa fazer o corpo e este o refazem uma relação dialética, buscando uma semântica capaz de convergir ambos em uma só estrutura inteligível e compatível com a percepção de si mesmas. Para tanto, essas pessoas se lançam em uma jornada, em que o corpo se torna flexível e manipulável, na exata medida de suas pretensões e audácias, modificando-o, remodelando-o e manipulando-o.

Elencamos, na sequência, alguns excertos, que demonstram o comportamento **delocutivo**. Conforme mencionado, o comportamento delocutivo apresenta um efeito de enunciação aparentemente objetiva, já que se refere ao texto, ao propósito de um terceiro. Entretanto, as marcas de subjetividade nas narrativas analisadas são bastante claras, sobretudo por que se tratam de narrativas autobiográficas, que dizem respeito à experiência transexual dos sujeitos.

De acordo com Benveniste (1989), a subjetividade é inerente à enunciação. Toda enunciação, também, é um ato referencial, já que, durante o processo de enunciar, a língua é mobilizada para a expressão de determinada relação com o mundo. Dessa forma, “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (BENVENISTE, 1989, p.84). Para o linguista, essa situação se manifesta através de um jogo de formas, cuja função é colocar o locutor em uma relação constante com sua enunciação. Conseqüentemente, fica evidente a subjetividade no ato de enunciação, que, por sua vez, implica uma intersubjetividade entre um “eu” e um “tu”.

A seguir, apresentamos os excertos:

(24) Aos seis anos de idade, começaram a me chamar de Maria-homem na pracinha em que brincava perto de casa. Quando me xingaram de ‘paraíba’ pela primeira vez na escola, eu já tinha 16 anos e não entendi. Alguém me explicou: é o mesmo que mulher-macho. A maldade do *bullying* ou da transfobia, que ainda não tinham esses nomes, expressava, na verdade, um discurso de ódio pela ambiguidade da minha figura, que não atendia às normas binárias de gênero (NERY, 2017, p.63-64).

(25) O ano era 1969. Em plena ditadura, as ‘transformistas’, travestis que geralmente trabalhavam em teatro, e os ‘entendidos’, como os homossexuais se tratavam na época, eram considerados pervertidos, criaturas perigosas e capazes de contaminar a juventude. Havia um submundo *gay* de bares e boates, frequentemente invadidos pela polícia (NERY, 2017, p. 74-75).

Em (25), o delocutivo aparece através do **discurso relatado**, o que evidencia como o outro fala (CHARAUDEAU, 2008a). Nesse excerto, o enunciador parece ter agenciado o discurso relatado, por meio do sujeito indeterminado, com vistas a marcar a força dos processos de objetivação, de inculcação de regimes de verdade, que atuaram no sentido de disciplinarização do corpo segundo padrões cisheteronormativos e imaginários sociodiscursivos vigentes. Como afirma a pesquisadora Leocádia Chaves (2021, p. 14-15): “Tal padrão de verdade é construído a partir da cisheteronormatividade, [...] uma vez que a heterossexualidade como norma é definida pela cisgeneridade, que a precede”. Ou seja, a perspectiva de que, se você tem uma genitália feminina, você deve, efetivamente, ser-mulher (cisgeneridade) e, portanto, desejar o sexo oposto (heterossexualidade), assim como acontece com o homem a partir da leitura da sua genitália. Esse é o padrão hegemônico e compulsório a ser reproduzido e reiterado.

O excerto de João se refere ao ambiente externo à família, aos amigos com quem brincava na pracinha e aos colegas da escola: “Começaram a me chamar de Maria-homem na pracinha [...] Quando me xingaram de ‘paraíba’ pela primeira vez na escola (NERY, 2017, p. 63-64). Ressaltamos o verbo axiológico ‘xingar’ indicando julgamento negativo por parte do enunciador Nery, que, por meio dessa estratégia, parece denunciar o ato de insulto proferido pelo seu interlocutor, quem vocalizou imaginários sociodiscursivos e pontos de vista pertencentes ao regime de verdade heteronormativo. O sintagma “paraíba” foi explicado por “alguém”, conforme relata João, e faz alusão à música *Paraíba*, de Luiz Gonzaga: “paraíba, masculina, muié macho, sim sinhô”. A letra se refere à figura da mulher paraibana, descrita, na música, como mulher forte e resistente, embora o compositor mobilize uma caracterização masculina, para definir este sentido – macho – como sendo o sinônimo, a significação do que é ser forte; portanto, com destacado viés machista, típico da sociedade patriarcal. Na cultura popular, porém, o sentido foi deslocado para se referir, como forma de insulto e ridicularização,

às meninas e mulheres, que expressam comportamentos identificados socialmente como masculinos.

A escola é mais uma instituição disciplinarizante, que atua com eficácia na conformação de padrões sexuais e de gênero. É o que Foucault (2013) chama de política das coerções, que se empenha no domínio sobre os corpos. São disciplinas que fabricam corpos submissos. O que podemos observar é que a política das coerções é tão eficiente que acaba por enquadrar crianças e adolescentes na reprodução de performances, que se deixam moldar “pelas demandas educacionais, cujo conteúdo normativo violento [...] não é reconhecido nem mesmo pelos educadores/as como algo a ser discutido e questionado” (MISKOLCI, 2016, p. 12). Essa reflexão acerca do conteúdo normativo das escolas, também, foi objeto de estudo de Louro (1997, p. 64), que propõe a adoção de uma perspectiva *queer* no ambiente escolar ao defender que “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe”. Assim, são procedimentos que constituem e são constituídos por processos normatizadores. Tais processos implicam em desdobramentos mais subjetivos – atuando individualmente, na percepção e na internalização das normas –, mas atuam também de forma coletiva de maneiras concretas, que o próprio João Nery identifica como a maldade do *bullying* ou da transfobia, que nem eram nomeados na época de sua infância. Ele se refere, ainda, ao ódio que a sua figura ambígua despertava justamente por romper com as expectativas e os padrões considerados normais.

O excerto (26) é um exemplo de comportamento delocutivo, que se realiza através de uma **asserção**. Ou seja, o locutor, em seu discurso, revela como o mundo existe (CHARAUDEAU, 2008a). João remete ao final dos anos 1960 no Brasil, período da ditadura, e reitera como travestis e homossexuais eram considerados na sociedade. Dois pontos merecem ser evidenciados: o primeiro sobre a questão da perseguição realizada contra os desviantes da sexualidade e das normas de gênero hegemônicas. Sabemos que, durante a ditadura, a repressão era endereçada, primordialmente, aos sujeitos considerados subversivos (que manifestavam contra o regime) e aos comunistas (que se aliaram contra os regimes ditatoriais). Contudo, os dispositivos repressivos, também, possuíam um caráter fortemente moral e tinham como alvo esses sujeitos, que, como ressalta João, “eram considerados pervertidos, criaturas perigosas e capazes de contaminar a juventude”. De acordo com o site da Ong *Memórias da Ditadura*, os militares montaram um aparato de controle moral, que perseguia os que expressavam comportamentos desviantes: “homossexuais, travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas ‘perversas’, ou ‘anormais’, foram alvo de perseguições, detenções arbitrárias, expurgos de cargos públicos,

censura e outras formas de violência”⁵⁰.

O segundo ponto a ser evidenciado, e que se relaciona com o primeiro, diz respeito justamente aos imaginários criados e mantidos em torno da figura desses “desviantes”. Um imaginário, que, se não foi gestado no seio mesmo da ditadura, no mínimo, foi reforçado, sobremaneira, naquele período. Isso fica claro por que foi a partir desse momento histórico que houve a necessidade de se iniciarem os movimentos de resistência, o que ficou conhecido como movimento LGBT. Dessa forma, como explica o site da Ong *Memórias da Ditadura*: “À forte repressão sofrida, a comunidade LGBTs respondeu com a criação e o fortalecimento de movimentos de resistência inspirados nas organizações de luta por direitos de homossexuais, surgidas no contexto internacional”.

Relembramos que os imaginários sociodiscursivos, na perspectiva de Charaudeau (2006), podem ser entendidos como formas de apreensão do mundo, que se configuram através das representações sociais. A análise do discurso, segundo o linguista, oferece a sua contribuição e classificação dos sistemas de pensamento no mundo através da organização dos saberes e, “à medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio de coerência, falaremos de imaginários” (CHARAUDEAU, 2006, p. 203). Isto é, são essas representações que constroem a significação do mundo. O imaginário se forma através de um processo de simbolização do mundo, por intermédio das relações de intersubjetividade, e se concretiza na memória coletiva. Assim, “um grupo é constituído pela soma das relações que os indivíduos estabelecem entre si, relações que, ao se autorregular, terminam por construir o universo de valor, portanto, imaginários comuns” (CHARAUDEAU, 2006, p. 204).

Os imaginários, que tangenciam as dissidências de sexo e gênero, continuam vigorando, mesmo consideradas as transformações sociais ao longo das décadas, e, de tempos em tempos, arrefecem-se ou são revigorados conforme o momento sócio-histórico. Na segunda metade da década de 1990, por exemplo, sacerdotes e teólogos iniciaram um discurso para rebater a perspectiva de gênero em resposta às ativistas e acadêmicas feministas, que conseguiram legitimar essa categoria com sua inserção em documentos das conferências sociais da ONU, de acordo com a pesquisadora Maria das Dores Machado (2018). Também, já citamos o movimento de resistência no Brasil, entre 2014 e 2015, com relação à inclusão dos termos gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação. Foi a partir desse momento que se intensificaram no País as discussões e as polêmicas sobre a pretensa ideologia de gênero. Foi um momento, que teve eco durante o governo Bolsonaro e seus reiterados ataques à

⁵⁰ Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

comunidade LGBTQUIAPN+, como, por exemplo, a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) através do Decreto nº 9.883/2019⁵¹. Na ocasião, o CNCD foi recriado em formato distinto sem mencionar a população LGBT como alvo de atuação.

Percebemos que o Modo Enunciativo, na narrativa de João, se organiza, prioritariamente, por comportamentos elocutivos, através da expressão do ponto de vista e das crenças do Eu comunicante em diversos momentos e sobre variados acontecimentos, o que se justifica por ser um relato autobiográfico. Também presentes, estão comportamentos alocutivos e delocutivos. No primeiro caso, esses atos apareceram somente nos discursos relatados pelo enunciador. Trata-se de interações de João com personagens, que marcaram sua vida e com os quais foram estabelecidas relações de influências diversas. O comportamento delocutivo, que revela a relação do locutor com um terceiro, surge em contextos, em que João relata a fala de um outro, ou através de asserções, pelas quais ele descreve como o mundo se impunha sobre ele. Ainda, percebemos a discursivização de imaginários sociodiscursivos relacionados à percepção social acerca de pessoas, que subvertem padrões de gênero.

4.4.3 Modo de Organização Narrativo

Passamos, agora, ao Modo Narrativo, elencando passagens da narrativa vinculadas a um antes, durante e depois da transição, conforme já explicado. A seguir, os excertos, que consideramos mais representativos e, em seguida, destacaremos os papéis actanciais.

(25) A casa da minha infância era a grande mãe que me protegia. Em cada cantinho eu criava uma história infantil. Ainda assim fui uma criança só e triste, não conseguia entender por que me tratavam como menina. Meu corpo mentia contra mim. Até que eu inventei a grande solução: nasciam Zé e Zeca. Solange embarcava nas minhas estrepolias. [...] Ela nem estranhou quando inventei nossos personagens de doisvívidos, com um monte de filhos, que precisavam trabalhar muito para sobreviver. Ela era o Zé e eu, o Zeca. Tratava-me no masculino e eu vivia essa fantasia praticamente o dia todo, feliz da vida. Até no diário dela, que eu lia escondido, corrigia o gênero quando falava sobre mim (NERY, 2017, p. 65).

(26) Eu e Vera decidimos morar juntos em 1972. Foi então que assumi de vez minha figura socialmente masculina. Passei a usar cuecas e calças Lee, os jeans da época. Íamos às lojas masculinas e comprava o que sempre desejei. Vera meio que segurava o vendedor para ele não entrar na cabine, enquanto eu experimentava as roupas. Inventamos um apelido neutro para

⁵¹ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9.883-de-27-de-junho-de-2019-179415322>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

mim. Ela só me tratava no masculino, menos na frente da família ou no meu local de trabalho (NERY, 2017, p. 72).

- (27) Pediu-me um laudo de um psiquiatra que me indicou em São Paulo. Este último, além de um encontro comigo, queria um com mamãe, que nesta época morava em Brasília. Escrevi-lhe uma carta, em tom de favor, pedindo que comparecesse à entrevista. Mamãe foi munida de várias fotos minhas de biquíni, mas não mentiu. Contou ao terapeuta que fui uma criança diferente e tinha me levado aos 9 anos a uma psicóloga, sem nenhum diagnóstico conclusivo. Já no Rio, depois de uma dramática conversa, quando ela dimensionou o conflito que eu vivia desde pequeno, escreveu uma carta declarando que era favorável à cirurgia. Após 15 dias, o psiquiatra enviou o laudo ao Dr. Farina, que aceitou me operar (NERY, 2017, p. 73-74).

No excerto (27), temos como actantes João, sua irmã Solange e “eles”, como sujeito indeterminado. João rememora a casa de sua infância, atribuindo a si, em primeiro lugar, um papel de **vítima**, era uma “criança só e triste”, justamente por não entender por que o tratavam como menina. O actante “eles” se insere em um contexto maior, podendo ser sua família e todas as outras pessoas com quem convivia naquela época de sua vida. “Eles”, no contexto da narrativa, configuram-se como **oponentes** de João. Ou seja, são personagens, que não o reconheciam da forma como gostaria de ser visto e tratado. Solange, por sua vez, assume o papel de **benfeitora** ao se integrar na narrativa inventada por João e participar da sua fantasia. Nesse momento, o autor, também, se atribuiu um papel de agente **benfeitor** ao buscar, ativamente, uma maneira de solucionar sua demanda interna.

Por meio de sua narrativa ficcional na infância, João age de forma instintiva, em um movimento, que pode ser compreendido como de subjetivação. Ainda que, como criança, não lhe fosse possível um pensamento crítico elaborado das formas de poder-saber, que enredam o sujeito e constituem os processos de objetivação e subjetivação, João sentia seus efeitos. Em um movimento de subjetivação ainda que (in)consciente, buscou, criativamente, uma saída através de uma brincadeira, como é peculiar das crianças; em suas palavras: “a grande solução”. A fantasia lhe permitia ser tratado no masculino e passar o dia feliz vivendo no mundo criado pela sua imaginação. Com os recursos de que dispunha naquele momento, ele subvertia as normas de gênero, experimentando assim, ainda que de forma rudimentar, o ser/sentir-se homem. Um exercício precoce do que seria experienciado no futuro. Destacamos, também, as dimensões patêmicas do excerto. João discursiviza seus sentimentos. Em um primeiro momento, ele relata que se sentia “só e triste” por não entender o porquê de ser tratado como menina. É através de sua “grande solução” que ele consegue criar um mundo à parte e viver sua identidade de gênero “feliz vida”.

E foi o que aconteceu quando o autor teve sua primeira namorada Vera, como ele narra

em (28), após decidirem morar juntos. Ambos desempenham papéis actanciais de **benfeitores** na narrativa. João, quando assume socialmente o gênero com o qual se identificava, por volta dos 22 anos, passa a usar roupas masculinas, frequentar lojas e comprar o que desejava usar. Vera é situada, também, como agente na narrativa, não só aceitando a transgeneridade do namorado, mas o apoiando, fosse nas compras ou o tratando no masculino.

No excerto (29), são projetados os actantes João, Dr. Farina, o psiquiatra e a mãe de João. Iniciamos por Dr. Roberto Farina, cirurgião em São Paulo, já falecido. João conta que, em 1971, ele operou uma transmulher e, por essa cirurgia, foi condenado por lesões corporais graves, um processo movido pelo Conselho Federal de Medicina⁵². João diz que sua sorte foi tê-lo conhecido antes do processo, em 1976. Foi a seu pedido, como um pré-requisito para a cirurgia, que o médico solicitou um laudo psiquiátrico e fez o encaminhamento. Tanto Dr. Farina quanto o psiquiatra e a mãe são **actantes benfeitores** em relação ao propósito de João. O primeiro acolhendo a demanda do paciente e o direcionando ao psiquiatra. Este, por sua vez, assegurando-se através de alguns procedimentos de atestar ou refutar a transgeneridade de João, o que terminou sendo umaval para a cirurgia. Por sua vez, a mãe de João acolhe o pedido do filho e comparece à entrevista, dando seu testemunho. Mas, ela foi além, como explica João. Posteriormente ao momento da entrevista, tendo a oportunidade de conversar com o filho e entender seu conflito, ela decidiu escrever uma carta favorável à cirurgia ao psiquiatra.

Algumas reflexões são pertinentes ao analisarmos os três excertos. O primeiro deles, quando ainda criança, João inventa para si um personagem masculino. Como observa Butler (2018, p. 4): “Os atos pelos quais o gênero é constituído têm semelhanças com atos performativos que se dão no contexto teatral”. A autora entende que os atos possuem significados semânticos, que podem ser associados às teorias da performance e da atuação. A brincadeira de João, na infância, reflete, precisamente, essa ideia. É interessante observarmos como é recorrente, nas narrativas, um aprendizado subjacente dos comportamentos gendrados; “ou seja, marcados por especificidades de gênero” para usar o termo de Teresa de Lauretis (1994, p. 206). Ainda que os sujeitos se identifiquem com o gênero incongruente ao corpo biologizado, há um aprendizado a ser corporificado. Um aprendizado, que ratifica a máxima de Beauvoir (1970) de que não se nasce mulher, mas que o sujeito mulher é constituído sócio-historicamente em processo e em intersubjetividade. O mesmo se aplica ao sujeito homem, assim, como afirma Butler (2018, p. 3) sobre o pensamento de Beauvoir (1970):

⁵² Somente em 1997, o Conselho Federal de Medicina, através da Resolução nº 1.482, autorizou a realização de cirurgias de transgenitalização e/ou procedimentos complementares sobre caracteres sexuais secundários em pacientes transexuais no País, alegando seu caráter terapêutico.

O gênero não é de modo algum uma identidade estável nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um ‘eu’ generificado permanente.

Essas reflexões da autora levam-nos a compreender o fato de que o sujeito é constituído e se constitui pelo gênero ainda que não somente por ele (LAURETIS, 1994). Assim, tanto a cisgeneridade quanto a transgeneridade se constituem a partir de um processo de tornar-se algo sempre em devir. As experimentações, como a brincadeira de João e de tantas outras crianças, são formas de um exercício gendrado – seja quando brincam com as roupas e acessórios da mãe, ou quando imitam o comportamento do pai. Nesse sentido, esses sujeitos, ainda, são pautados por padrões identitários previstos pela cisheteronormatividade; isto é, partem de um modelo preestabelecido, disponível no contexto dessas normativas, para se fazerem homens ou mulheres. Ou seja, são performances previstas e construídas a partir de imaginários sociodiscursivos. Desse modo, não há um rompimento radical com as normas de sexo-gênero, mas, antes, uma conformação derivada de uma inconformação inicial. Isto é, mesmo subvertendo inicialmente as normas, ao se adequarem às suas identidades de gênero, esses sujeitos se pautam pela busca do modelo cisheteronormativo, dos modelos disponíveis socialmente, que identificam o ser mulher e o ser homem. É um ponto a ser observado já que nenhum dos quatro autores se identificou nas narrativas como não binário ou sujeito de gênero fluido⁵³.

No excerto seguinte, (28), há uma certa continuidade com essa reflexão no sentido da afirmação de João: “Foi então que assumi de vez minha figura socialmente masculina”; em outras palavras: a figura **reconhecida socialmente** como masculina. Butler (2016, 2018) nos legou contribuições valiosas sobre as performances de gênero, que, aqui, cabem ser ressaltadas e que dialogam com a identidade gendrada de Teresa de Lauretis (1994). Tanto sujeitos cis quanto trans performam regras do sistema sexo-gênero, para se sentirem aceitos e/ou se protegerem das violências, simbólicas ou físicas. No caso de transgêneros, enquanto permaneceram no armário, muitos tentaram se adequar aos padrões normativos. A ideia da performatividade em Butler (2016), na verdade, não se circunscreve somente nesse aspecto, que acabamos de apontar. Ela constrói, de forma geral, o que a autora chama de corpos generificados.

⁵³ Identificações usualmente feitas por sujeitos, que não se identificam nem com o gênero masculino, nem com o feminino.

De acordo com a pesquisadora, as categorias de gênero são efeitos de instituições, práticas e discursos múltiplos. O corpo, nesse sentido, é construído a partir do discurso e engendra performances, atos discursivos, que atuam ratificando relações de poder e conformando identidades. Para Butler (2018, p. 3), nessa dinâmica, abre-se espaço para rupturas: “A chamada identidade de gênero é uma realização performativa compelida por sanções sociais e tabus. É precisamente no caráter performativo da identidade de gênero que reside a possibilidade de questionar sua condição reificada”. A autora entende que a própria performance normativa, por assim dizer, abre espaços para a existência de outras performances, que se constituíram como performances de resistência em relação à primeira.

A seguir, enumeramos excertos, que se referem a períodos posteriores à transição de João:

(28) Desde 2011, tenho percorrido o país atendendo a convites para participar de congressos, proferir palestras em universidades e conhecer diferentes trabalhos com pessoas ou grupos LGBTQ+. Ao longo dessas experiências, me emocionei diversas vezes ao ter contato com o drama de tantas pessoas, sozinhas em sua dor. Com frequência falam de seus problemas pela primeira vez comigo, em quem se veem como num espelho (NERY, 2017, p. 85).

(29) Como escritor e ativista sigo na perspectiva de que minha experiência e meu testemunho possam colaborar para a transformação da subjetividade das novas gerações, construindo uma sociedade mais aberta, democrática e respeitosa aos direitos da diversidade, em que cada um, enfim, poderá ter a liberdade de dizer: ‘Eu sou o que eu quiser’ (NERY, 2017, p.96).

No excerto (28), o enunciador projetou dois actantes: João e “pessoas”. O primeiro atua como agente **benfeitor** e o segundo, compreendido como pessoas transgêneras a partir do contexto da narrativa, é um **actante vítima**. O autor relata que são pessoas, que, por subverterem o padrão normativo compulsório do CISTema, estão “sozinhas em sua dor”. Destacamos a narrativização de um efeito patêmico expressado por João quando ele afirma: “Me emocionei diversas vezes ao ter contato com o drama de tantas pessoas, sozinhas em sua dor”. Aqui, é preciso mencionarmos a força das narrativas de vida, sobretudo no contexto de grupos subalternizados, que evidenciam uma luta contra a normatividade. Essas narrativas – faladas ou escritas – lançam luz sobre os sistemas de opressão e sobre as dimensões do sofrimento e da dor, que esses sistemas causam. Outro aspecto dessas narrativas é que elas se justapõem a tantas outras lutas, que insurgem contra as formas contemporâneas de controle biopolítico dos corpos e com a afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social. Como aponta Rago (2013, p. 52): “Trata-se, antes, de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita,

em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo”. Nos dois excertos, também, identificamos a projeção do ethos de ativista de João, essa imagem de si discursiva, que é projetada na enunciação e que se estabelece como uma imagem crível, a partir da própria história narrativizada pelo enunciador.

A escrita de si foucaultiana se insere no contexto da cultura de si, um tema antígono à cultura grega, quando são intensificadas as relações de si para consigo. É uma cultura caracterizada pela arte da existência, segundo a qual é preciso ter cuidados consigo. A escrita de si, nesse contexto, torna-se uma técnica do cuidado de si e, de acordo com Foucault (1985), uma das técnicas mais elaboradas:

Em torno dos cuidados consigo toda uma atividade de palavra e de escrita se desenvolveu, na qual se ligam o trabalho de si para consigo e a comunicação com outrem. Tem-se aí um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: ela não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social (FOUCAULT, 1985, p. 57).

Essa dimensão coletiva, em que se delineia o cuidado de si, era um aspecto previsto e desejado na Antiguidade, o que acontecia em vários sentidos. Como explica Foucault (1985, p. 58), ela não estava circunscrita somente nas escolas filosóficas, mas “encontrava, facilmente, seu apoio em todo o feixe das relações habituais de parentesco, de amizade ou de obrigação”. No exercício de si, o apelo a um outro com aptidão para o auxílio ou o aconselhamento era visto como um direito e um dever – um direito a receber, com gratidão, as lições de que se necessita, e um dever, quando se está apto a fornecer ajuda ao outro.

Nossa perspectiva, ao trazer as formulações foucaultianas sobre cuidado de si (*epiméleia heautoû* em grego) como um possível eixo de reflexão sobre as narrativas dos sujeitos da pesquisa, diz respeito ao fato de que é possível relacionarmos o conceito a uma *contraconduta*⁵⁴, a uma forma de resistência às práticas discursivas hegemônicas em vigor. Além disso, esses sujeitos, também, empregam um labor, empregam as suas próprias tecnologias de si para se ajustar ao gênero com o qual se identificam. É um cuidado de si voltado para se tornar o que se é essencialmente, uma intervenção prática sobre si com vistas à adequação de suas identidades de gênero.

O excerto (28) parece se apresentar como um exemplo de possibilidade do exercício do cuidado de si a partir da narrativização da vida. Através de suas palestras e de seus livros, a

⁵⁴ A partir de Foucault, compreendemos o termo *contraconduta* como estratégia de resistência ao poder. É uma forma de luta contra procedimentos, que visam a conduzir a população em determinada direção. A *contraconduta* se constitui como possibilidade de não somente escapar às condutas que nos são impostas, mas também de definir para si novas formas de nos conduzir na relação com o mundo e com outros seres.

palavra de João atuava, e continua atuando, como o mestre, que acolhia seu discípulo na Antiguidade. Depois de uma longa trajetória, ele se enuncia como porta-voz para sua comunidade, compartilhando suas experiências e atuando como alguém capaz de traduzir angústias e dores, mas também potências e afetos em uma semântica coletiva (HONNETH, 2003). É justamente a partir dessa articulação das próprias experiências, em um exercício de intersubjetividade visando ao coletivo, que se pode construir essa semântica, como defende Axel Honneth (2003, p. 258), quando afirma que o surgimento dos movimentos sociais “depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também o círculo de muitos outros sujeitos”. Como fica claro no excerto (29), em que João novamente se enuncia a partir do lugar de um agente **benfeitor**, em relação ao actante “novas gerações” que ocupa o lugar de **beneficiário** da ação do primeiro.

João se reconhece e se projeta no fio de seu dizer como escritor e ativista, usando sua experiência e testemunho em prol de seu grupo, mas buscando uma “trans-formação” maior: “uma sociedade mais aberta, democrática e respeitosa aos direitos da diversidade”. Interessante notarmos que, após considerar uma ampliação de sua voz em termos sociais, ele termina o excerto retornando ao individual: “em que cada um, enfim, poderá ter a liberdade de dizer: ‘Eu sou o que eu quiser’”. O pensamento de Honneth (2003) nos ajuda a refletir sobre esses excertos a partir da perspectiva do filósofo de que não se pode olhar para as lutas sociais como fenômenos localizados e pontuais, mas percebê-las em sua capacidade de transcender seus aspectos temporais e limitados. Essa transcendência residiria, afinal, na capacidade que as lutas sociais têm de transformar o mundo e a realidade social. “Trans-formando” a sociedade, abre-se espaço para a ampliação de direitos individuais, interpretada por João como uma possibilidade de liberdade para a autoconstituição do sujeito, quando ele termina o excerto e o livro com esta enunciação, que vislumbra um futuro possível: “Eu sou o que eu quiser”.

4.4.4 Modo de Organização Descritivo

A seguir, elencamos excertos, em que é possível observarmos os processos de nomeação, de localização-situação e de qualificação, que compõem o Modo Descritivo, de acordo com Charaudeau (2008a).

- (30) Declaro-me ‘transhomem’, enfatizando o aspecto trans como motivo de orgulho. Afirmo não querer ser um homem cisgênero, aquele cujo gênero está de acordo com o corpo com que nasceu, tal como definido por uma sociedade que considero biocontroladora, machista e misógina. Sou um

transfeminista e defendo a pluralidade de gêneros [...] (NERY, 2017, p. 61).

(31) Considero o machismo a grande patologia social. Minha luta é pelos direitos humanos abrangendo todas as minorias discriminadas, sejam elas de gênero, classe, raça, etnia ou de idade. Não se restringe à causa LGBT (NERY, 2017, p. 61).

(32) A história da vida de Jô parece com a de muitos outros garotos que conheci. Foi expulso de casa, morou na rua, foi para a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem, atualmente Fundação Casa), esteve internado em um manicômio para ser curado e sofreu ‘estupro corretivo’. Engravidou e ainda teve uma mãe que lhe tirou a guarda do filho, só retomando o contato com ele quando já era adulto. Um depoimento que vale a pena ler (NERY, 2017, p. 88).

Nos excertos (32) e (33), João opera algumas qualificações. No primeiro, ele inicia qualificando o substantivo “homem” pelo prefixo “trans” (devidamente enfatizado pelo autor), que assume a função de caracterizar o tipo de homem que ele é além de se declarar também um transfeminista. Em oposição, ele, também, deixa marcado, no texto, o que não é, um cisgênero, o prefixo “cis”, também, assume a forma de qualificar o gênero. Na sequência, ele opera qualificações sobre a sociedade, que ele avalia como sendo “biocontroladora, machista e misógina”. No excerto (33), há, também, uma caracterização sobre o machismo: “a grande patologia social”. Ressaltamos, em (32), a categoria do *pathos* mobilizada por Nery, que inicia o excerto “enfatizando o aspecto trans como motivo de ‘orgulho’”. Ou seja, naquele ponto de sua vida, quando muitas lutas foram travadas e barreiras foram ultrapassadas, João se enuncia a partir desse orgulho de, finalmente, autodenominar-se publicamente um “transhomem”.

Nesses fragmentos, João, ao projetar seu papel social de militante, assume seu lugar de fala e suas afiliações ideológicas. De acordo com Djamila Ribeiro (2020), não há uma epistemologia própria sobre o termo lugar de fala. Sua origem é imprecisa, mas a autora afirma que ele surge na confluência de algumas tradições teóricas, como o feminismo, pensamento decolonial, teoria racial e diversidade. São reflexões motivadas por essas perspectivas, que “foram sendo moldadas no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva” (RIBEIRO, 2020, p. 57). Assim, lugar de fala enseja um questionamento sobre “quem pode falar”, sobre os sujeitos legitimados socialmente, não somente a fazer uso da palavra, mas, principalmente, a ter essa palavra ouvida, considerada.

Jota Mombaça (2017) traz contribuições potentes sobre o tema e concorda com a perspectiva de que o conceito seja aplicado para pensar sobre a concessão ou negação de autoridade para a fala a partir das posições e marcas políticas, que os corpos ocupam em um

mundo, que é atravessado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. Mas, a autora chama a atenção para o fato de que normalmente não se reconhece que há uma política e uma polícia de autorização discursiva, que é anterior à quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Mombaça (2017, n. p.) deixa claro que não são esses ativismos que instauram o regime de autorização, mas, ao contrário, são os regimes de autorização discursiva, que foram instituídos contra os ativismos¹;

Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é por que ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistêmico; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta.

Como podemos observar, na visão do citado autor, não se trata apenas de apontar que essas posições não somente são desiguais, mas também que há uma hierarquia na concessão à fala. Mombaça (2017, s/p) pontua que os ativismos do lugar de fala desautorizam os posicionamentos privilegiados a partir dos quais se enunciam pretensas verdades ou “uma forma particularizada pelos privilégios epistêmicos da branquitude e da cisgeneridade de se comunicar e de estabelecer regimes de inteligibilidade, falabilidade e escuta política”.

Portanto, há que destacarmos a necessidade de vozes, que insistem em continuar questionando esses regimes de verdade a partir de perspectivas comprometidas com lugares de privilégios e com uma visão hegemônica de mundo excludente e violenta; uma visão, que opera, inclusive, mecanismos necropolíticos (MBEMBE, 2016; FRANCO, 2021) contra grupos humanos, que foram posicionados em uma cidadania precária (BENTO, 2014) em função de marcadores, como raça, gênero e etnia entre outros. Mombaça (2017) faz uma referência à noção de saberes situados e percebe que essa categoria, tanto na vida acadêmica quanto na dimensão política, refez os mecanismos de hipervisibilização da experiência subalterna, alcançando o feito de tornar essa experiência narrável como forma de conhecimento. Mas, o autor aponta uma limitação do conceito de saberes localizados, que, para ele, restringiu-se a reproduzir a hipervisibilização das posições de subalternidade enquanto objeto discursivo, mas não possibilitou a criação de “condições para que, ao situar-se, os sujeitos posicionados em relação de privilégio perante a cisnormatividade, a heterossexualidade e a supremacia branca fossem capazes de perceber densamente a própria posição” (MOMBAÇA, 2017, s/p).

A noção de saberes situados é associada a Donna Haraway (1995) quando a pesquisadora discorre sobre a objetividade na produção científica a partir da perspectiva feminista, que ela denomina de objetividade parcial e posicionada. A autora nomeia como saberes localizados a objetividade feminista na produção de conhecimento. Em suas palavras: “Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18). Com isso, ela defende que o conhecimento feminista – e todos os demais – não deveria negar seus respectivos posicionamentos na produção do conhecimento e que essas posições são estruturadas por gênero, sexo, raça, etnia, nacionalidade e classe.

O ensaio do pesquisador Dieison Marconi (2017) parte da perspectiva de Haraway (1995) para explicitar como a noção de saberes localizados foram norteadores da produção do conhecimento mesmo quando não havia quaisquer críticas nesse sentido:

E foi essa ciência posicionada, que sequer pôde colocar-se fora ou antes da cultura, que criou o homossexual a imagem e a semelhança das piores patologias em laudos médicos em fins do século XIX (Foucault, 1988) e que chegou a afirmar que as mulheres eram homens com anatomia mal desenvolvida (Laquer, 2001). É esse mesmo discurso científico, em sua pretensa imparcialidade, que elaborou seus ditames binários de compreensão da realidade e que, desde os anos 1990, vem sendo questionado, dentro dos estudos de gênero e sexualidade, pelas teorizações e ativismos *queer* (MARCONI, 2017, p. 57).

Quando, nos excertos (32) e (33), João enuncia seu lugar de fala, ele está justamente se posicionando em relação a um saber localizado a partir da sua experiência no mundo na condição de homem branco transgênero. No entanto, lugar de fala não significa que pessoas cis não possam falar de transfobia, por exemplo, mas que elas não podem falar como pessoas cis da experiência corporificada da transfobia. Por outro lado, não há como falar apagando as marcas, que produziram sua subjetividade, tanto aquelas relacionadas à conformidade com o gênero quanto outros tipos, a fim de agir como se os privilégios (sejam de raça, de gênero etc.) não fossem coextensivos aos sistemas de opressão, como explica Mombaça (2017).

No excerto (34), João se refere a João Lessa, um transhomem, que ele conheceu durante uma de suas palestras no Rio de Janeiro. Foi a partir do contato de Lessa com João que ele deu início ao seu processo de transição e, posteriormente, escreveu a própria

autobiografia⁵⁵ em homenagem a João. No excerto, temos exemplos de nomeação (“a história de vida de Jô”), de localização-situação (“morou na rua após ser expulso de casa, foi para a Febem, foi internado em um manicômio) e de qualificação (“o estupro corretivo”).

A violência sexual é tema recorrente nas histórias de pessoas trans, sobretudo nas de transhomens, como o próprio João Nery revela ao dizer que a história de Lessa era parecida com a de muitos outros garotos trans, que ele conhecera. Há uma correlação entre o sistema da cisheteronormatividade compulsória e o estupro corretivo, uma vez que ele é realizado sob o pretexto de controlar e corrigir corpos, que subvertem os padrões patriarcais da sociedade – sejam esses corpos de homens/meninos trans ou de mulheres homossexuais. Nesse sentido, o estupro se converte em instrumento de dominação e de garantia de manutenção da matriz cisheterossexual. Assim, embora esteja tipificado criminalmente e seja considerado crime hediondo, há não apenas uma tolerância em torno do delito, que se manifesta através das subnotificações – já que a vítima, muitas vezes, é culpabilizada e/ou estigmatizada socialmente –, mas também na manutenção do que se considera uma cultura do estupro. Ou seja, o estupro assim como o estupro corretivo endossam e reproduzem os valores machistas e patriarcais, beneficiando a manutenção de umahierarquia e de uma hegemonia fundadas no masculino na sociedade.

A narrativa de João W. Nery é atravessada igualmente pela sua vivência transexual e pelo ativismo com o qual foi comprometido até o fim. Como o autor mais velho da coletânea, é possível percebermos nuances de sua experiência, que revelam as mudanças sociais em torno da temática. Sua vida representa, também, um aspecto de resistência ao contrariar as estatísticas, que confirmam a transnecropolítica praticada no Brasil. Afinal, cada pessoa trans, que ultrapassa os 35 anos, é uma sobrevivente da política de morte endereçada a essa população.

Em quase sete décadas de vida, ele morreu aos 68, João pôde acompanhar e, também, deu a sua contribuição para que houvesse importantes avanços na pauta dos direitos das pessoas transexuais: a despatologização da transexualidade; a autorização para a realização de cirurgias e processos que envolvem a transição de gênero pelo Conselho Federal de Medicina; o direito à alteração do prenome e do gênero diretamente nos cartórios sem necessidade de decisão judicial; e a criminalização pelo Supremo Tribunal Federal da homofobia e da transfobia, enquadradas como racismo.

Os ativismos, nesse contexto, têm importante papel. Afinal, é através da pressão

⁵⁵ *Eu trans: a alça da bolsa – relatos de um transexual.*

sobre as estruturas sociais, que sempre visam à sua própria manutenção, que os direitos são ampliados no sentido de maior inclusão e equidade social. Reconhecer, assim, o quanto a noção de saberes situados fundamenta a vida social permite uma mudança de perspectiva no sentido de não apenas validar tais saberes, mas valer-se deles na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Isso, sem dúvida, representa um constante horizonte a ser alcançado, uma vez que as posições privilegiadas na estrutura cisheteronormativa tendem a resistir às fissuras provocadas por esses ativismos. Destacamos, na narrativa de João, alguns aspectos importantes. Um destes é a questão da denúncia à rede hospitalar, despreparada para lidar com as demandas da população trans, que é demonstrada pelo enunciador a partir do relato de cenas de enunciação passadas, nas quais podemos observar o comportamento alocutivo, marcando as relações de poder entre os interlocutores. Outra questão a ser destacada em sua enunciação é a potencialidade das narrativas de vida e das partilhas na constituição da história da comunidade LGBTQIAPN+. São essas partilhas que possibilitam a construção de uma semântica coletiva (HONNETH, 2003) para que haja uma efetiva pressão nas estruturas sociais pela ampliação de direitos. Por meio de atos elocutivos, João narra aspectos referentes às dificuldades em relação ao seu corpo: as mudanças e desconfortos gerados na puberdade bem como os esforços para adequar, minimamente, esse corpo à identidade de gênero experienciada. Também, é enunciada a dúvida com relação à própria subjetividade, a incompreensão acerca de quem, de fato, ele era – uma vez que João “não sabia o que era ser trans”. Nos atos delocutivos (menos frequentes assim como os atos alocutivos), o autor revela imaginários, que envolvem a percepção social de sujeitos desviantes da norma de gênero. No caso de homens trans, a narrativa manifesta os significantes usados para se referir a João na infância: “Maria-homem, paraíba, mulher macho”). Ainda, são rememorados os tempos da ditadura brasileira, quando travestis eram perseguidos e considerados “pervertidos, criaturas perigosas e capazes de contaminar a juventude”.

Nos excertos relacionados ao Modo Narrativo, percebemos movimentos desubjetivação do enunciador, nos momentos em que se coloca como benfeitor, no sentido de tomar iniciativas para viver a vida de acordo com sua identidade de gênero. Alguns actantes aparecem discursivizados (como a irmã, a namorada Vera, o Dr. Farina e a mãe de João) e são posicionados como benfeitores em relação ao propósito de João. Ainda, são narradas experiências como ativista da causa LGBTQIAPN+, quando identificamos o *ethos* de ativista do autor. João, também, revela aspectos coletivos de sua luta e de como ela

impactou outras subjetividades trans. Por fim, no Modo de Organização Descritivo, João enuncia seu lugar de fala como transhomem ao mesmo tempo em que qualifica negativamente a sociedade como “biocontroladora, machista e misógina”. Ao lado do *ethos* de ativista, vimos emergir, concomitantemente, o *ethos* de resistência, dois aspectos que não estão associados obrigatoriamente, mas que, no caso de João assim como no de Amara, elevam-se à medida que esses sujeitos tomaram consciência de suas identidades trans, enquanto vão percebendo os mecanismos de controle dos corpos e das expressões de gênero pelo CISTema.

4.5 Márcia Rocha

*Me olhe como quiseres,
que hoje não ligo mais.
Críticas que a tantos ferem,
há muito, só ferem os demais.*

*Sigo de cabeça erguida
ignorando os passantes,
suas feições ressentidas,
deboches, sorrisos infames.*

*Vivo na ilha segura
de minhas convicções,
onde o espelho é ternura,
verdade sem decepções.*

*Tu, que já não compreendes
minha maneira de agir,
deixo esquecido na mente,
já não me podes atingir.*

4.5.1 Perfil Biográfico

Márcia Rocha nasceu em 1966 em São Paulo. É advogada, empresária e uma das fundadoras do TransEmpregos, maior plataforma virtual de empregabilidade de pessoas trans no Brasil. Foi eleita a primeira Conselheira Seccional Trans da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo, na qual foi a primeira mulher trans reconhecida com nome social. Márcia, também, integra o Comitê de Direitos Sexuais da *World Association for Sexual Health* (Associação Mundial de Saúde Sexual) e tem pós-graduação em Educação Sexual.

A autora foi a pessoa que assumiu mais tardiamente a transição de gênero quando tinha 39 anos. Até então, vestia-se de mulher apenas ocasionalmente e em âmbito privado.

Percebemos, através de sua narrativa, que a origem mais abastada e o *status* social foram impeditivos para que a transição ocorresse mais cedo além do fato de que ela queria ser pai antes da transição. Assim, casou-se, teve uma filha e, ainda, precisou de um longo tempo antes de iniciar seu processo.

Nas eleições de 2022, Márcia se candidatou ao cargo de deputada federal, com propostas direcionadas a todas as minorias e ao enfrentamento do preconceito pela raiz⁵⁶, mas não conseguiu se eleger. O *ethos* empreendedor e ativista de Márcia é uma de suas marcas principais e algo que atravessa sua subjetividade trans. A plataforma TransEmpregos, por exemplo, da qual é idealizadora, reúne diversas empresas parceiras, que disponibilizam vagas para pessoas trans, uma iniciativa, que estimulou o mercado a valorizar e incluir a diversidade em seus quadros profissionais.

4.5.2 Modo Enunciativo

Com relação à Márcia Rocha, é preciso destacarmos que ela escreve em terceira pessoa quando se refere ao período anterior de sua transição. Ela inicia com o subtítulo “Nasceu Marcos César” seguido da primeira frase da sua narrativa: “O menino relutava, esperneava e reclamava da fantasia de palhacinho com que sua mãe o havia vestido, presente de sua avó” (ROCHA, 2017, p. 101). Consideramos que essa é uma estratégia discursiva, que se refere a uma encenação narrativa do sujeito falante, lembrando que o Modo de Organização Enunciativo revela a maneira pela qual o falante age na encenação do seu dizer.

Iniciamos com o comportamento **alocutivo** (que denota relação de influência entre locutor e interlocutor) através dos exemplos a seguir:

(33) Depois que me assumi Márcia, comecei a perceber que algumas cenas cotidianas que transcorreriam de maneira completamente comum se eu ainda fosse ele, Marcos, agora carregavam todo um outro significado por ter me assumido como travesti. Tudo se torna diferente quando isso acontece, das coisas mais simples até as mais complexas. Alguém reclamará se eu usar o banheiro? Como fingir que não percebo olhares e cochichos ao pisar no mesmo clube que sempre frequentei por toda a minha vida? Como reagir ao espanto das pessoas quando minha filha me chama de pai na loja de roupas? [...] (ROCHA, 2017, p. 117)

(34) Era sim bissexual, mas desde muito cedo percebeu que eram elas, e não eles, as grandes paixões da sua vida, o que lhe parecia uma contradição, muitas vezes confusa: como podia gostar de mulheres e querer ser igual a uma? (ROCHA, 2017, p. 103)

⁵⁶ Disponível em: <<https://gay.blog.br/politica/Marcia-rocha-candidata-a-deputada-federal-de-sp-enfrentar-o-preconceito-na-raiz/>>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Os atos alocutivos em questão parecem estar a serviço da produção de um efeito de confiança. Em (35), temos uma sequência de **interrogações**, que se configura como uma das categorias de língua através das quais se realiza o comportamento alocutivo. As perguntas, que Márcia, faz implicam o leitor, por meio de um exercício de intersubjetividade, na medida em que o leva a refletir sobre as situações, que ele apresenta. É uma estratégia discursiva para fazer com que seu interlocutor perceba o que é estar/vivenciar a realidade narrada. As situações relatadas pela enunciativa ilustram como o sistema cisheterossexual atua, compulsoriamente, sobre as subjetividades, constituindo-se, dessa forma, como uma rede de coerções, sutis ou mais vigorosas, através das quais somos socializados e ocupamos o espaço social.

Como defende Louro (2020), a partir da perspectiva *queer*, é necessária uma mudança epistemológica radical, que rompa com a lógica binária e, conseqüentemente, com seus efeitos, como a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Segundo a autora, uma abordagem desconstrutiva desses binarismos fundantes permitiria perceber homossexualidade/heterossexualidade, transgênero/cisgênero e demais pares opostos como interdependentes e integrantes de um mesmo quadro de referências. De acordo com ela, “Numa ótica desconstrutiva, seria demonstrada a implicação/constituição dos opostos se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma [...]” (LOURO, 2020, p. 42-43). A reflexão da autora, voltada para a questão da heterossexualidade, também pode ser aplicada em relação à expressão de gênero ou outros marcadores. Ou seja, a desconstrução abriria caminhos para questionamentos, que evidenciassem por que determinadas categorias (homem, cisgênero, branco e heterossexual) se impõem sobre as demais e criam hierarquias a partir delas. Evidenciar esses mecanismos e apontar como eles engendram diversas formas de violência é compreender, também, como se opera a necropolítica ao precarizar determinadas subjetividades.

No excerto (36), temos, também, uma **interrogação** e, embora a pergunta tenha sido dirigida, em um primeiro momento, para o próprio Marcos, ela, também, implica o leitor. É bastante comum essa confusão, que Márcia aponta, entre orientação sexual e identidade de gênero, até mesmo em função da correspondência cultural, que há em todas as duas instâncias. A língua, inclusive, contribui para essa percepção, já que as flexões de gênero – masculino e feminino –, também, correspondem ao ramo da biologia, e o gênero é visto em continuidade com a matriz biológica. Quando se evoca a questão da expressão ou identidade de gênero, evidencia-se que gênero é performance, construído culturalmente (BUTLER, 2016).

Dissociar gênero de orientação sexual continua sendo, para muitas pessoas, sobretudo

cisgêneras, algo difícil de compreender e de aceitar. O caso de transgêneros como Márcia são ainda mais complexos para o senso comum, já que, por se identificar com o gênero feminino, cria-se uma expectativa de que seu desejo fosse direcionado aos homens, o que, para ela, também, foi confuso. O problema se estendeu por um bom tempo. A primeira pista que a autora teve sobre sexualidade e gênero serem instâncias distintas foi quando conheceu, pela *internet*, o *Brazilian Crossdressers Club* (BCC), um espaço virtual de encontro entre pessoas, que gostam de se travestir. Como Márcia explica, foi impressionante para ela perceber que a maioria das pessoas que encontrou no BCC eram heterossexuais e casados com mulheres. Ela conta: “Aquilo parecia uma incoerência enorme, pois os filmes, os textos e o senso comum determinavam inequivocamente que se vestir como mulher era uma atitude de homossexuais” (ROCHA, 2017, p. 109). A incógnita, entretanto, só foi definitivamente resolvida no consultório, onde fazia terapia. Foi o psicólogo que começaria a lhe explicar a questão, que impactaria sua maneira de olhar os outros e a si mesma: a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, como explica a enunciativa: “Pasmo diante das explicações do psicólogo, ele perguntou quase para si mesmo: ‘Então, eu posso me sentir mulher e gostar de mulheres? Então, eu posso, afinal, ser eu?’” (ROCHA, 2017, p. 110). Constituir-se fora dos padrões binários parece, assim, algo impossível, uma distopia em relação à sociedade cisheteronormatizadora, que define limites rígidos de inteligibilidade acerca do feminino e do masculino.

Letícia Nascimento (2021) apresenta uma perspectiva, que não só questiona padrões binários, mas também defende a importância de se perceber a pluralidade do que ela chama de mulheridades e feminilidades, uma vez que não há uma única forma de vivenciá-las. Ela começa questionando o que ficou conhecido como o sujeito do feminismo. De acordo com a autora, ao revisitar as origens do conceito de gênero, é possível perceber que ele se restringiu por um tempo à experiência da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra; isto é, uma posição de privilégio e ideal a ser alcançado. Esta seria a mulher original do feminismo, uma espécie de mito de origem ou mito fundador do feminismo. Mas, Nascimento (2021, p. 20-21) questiona a impossibilidade de se afirmar uma identidade no singular como sujeita do feminismo. Inspirada em diversas autoras, ela ressalta:

[...] entendo que o feminismo e a sociedade, em geral, precisam aprender a ouvir as experiências das mulheridades e feminilidades levando em conta sua pluralidade. Falo a partir de minha experiência como mulher travesti, negra, gorda, subalternizada pelo racismo, pelo cissexismo e pela gordofobia. Escrevo a partir da minha própria carne, fabricada em meio a gritos diversos de dores, alegrias, esperanças, saudades, sonhos e esquecimentos. Escrevo me reconhecendo como transfeminista, reivindicando espaço no feminismo,

fazendo clivagens teóricas e políticas no arcabouço feminista para pensar nossos corpos em aliança.

A perspectiva de Nascimento (2021) de se pensarem os corpos e, claro, as subjetividades em aliança vem ao encontro do desconstrutivismo de que trata Louro (2020) e sua visada dese considerarem as interseções e continuidades entre as subjetividades enquanto integrantes de um mesmo referencial. É a partir desse quadro de referências em comum, no qual são gestadas as normatizações, que, ao final, terminam por enquadrar e objetivar – na visão foucaultiana – todos os sujeitos. A mudança epistemológica radical, de que trata Louro (2020), seria a possibilidade de ampliar o direito a existir de formas diversas, que não aquelas tidas como referências normativas de se subjetivar – ainda que a partir dessas referências – resguardando o direito à singularidade dentro da pluralidade.

Na sequência, apresentamos excertos, que evidenciam exemplos de comportamentos **elocutivos**, os quais apresentam claramente os pontos de vista da enunciadora:

(34) Afinal, ele nasceu travesti, ainda que por décadas não tivesse consciência disso. Tudo o que era feminino o atraía sempre, tanto que ainda muito novinho olhava as roupas da mãe com curiosidade, reparando no movimento bonito e cheio de meandros que os vestidos faziam. No guarda-roupas, era uma sensação gostosa deslizar as mãos pelos tecidos e atentar-se aos detalhes das peças, percebendo que havia ali uma atração que ele mesmo não sabia dizer qual era. Na verdade, não eram as roupas, os sapatos nem as maquiagens que o atraíam, mas todo o universo feminino que representavam. Tudo o que revestia as mulheres e que ele via no dia a dia, assim como trejeitos, o andar, o falar, o jeito de ser, refletiam algo que havia dentro de si. Nunca foram os objetos que o atraíram, mas aquilo que revestiam em um simbólico que só podia ser plenamente satisfeito se revestissem e fossem expressos em seu próprio corpo (ROCHA, 2017, p. 102, grifos nossos).

(35) Já aos 12 anos, ‘montava-se’ inteiro. Escondido no quarto, olhava-se no espelho e simplesmente sentia que aquela imagem representava o que havia de mais íntimo em sua alma. Saia, salto alto, maquiagem? Claro! Tudo estava no pacote. Gostava especialmente de olhar outras mulheres e prestar atenção aos pequenos detalhes, porque eram essas observações, esses gestos, essas sutilezas que para ele representavam algo que havia lá dentro. Algo ainda sem nomeou explicação, algo de que não se falava, que não se mencionava senão em maldosas piadinhas que ele escutava na boca de todos, fazendo com que soubesse que precisava se esconder completamente do mundo à sua volta. Ele levava dentro de si algo proibido, ele era algo proibido, mortalmente proibido! (ROCHA, 2017, p. 103, grifos nossos)

(36) Passou a levar uma ‘vida dupla’, entre o menino exageradamente macho e briguento exposto ao mundo, que frequentava escola e clubes caros, praticante de jiu-jitsu e capoeira, sempre com outros garotos por perto, e a pessoa que era dentro das quatro paredes do seu quarto, que se sentia melhor usando maquiagem e salto alto, delicado, apaixonado e de bom

coração. Lá ele podia simplesmente ‘ser’ quem erasem precisar fingir ou performar um masculino que não o atraía absolutamente, ainda que não soubesse o que isso realmente significava (ROCHA, 2017, p. 103, grifos nossos).

No excerto (37), o elocutivo está expresso pela revelação, que Márcia faz a respeito de como se sentia com relação ao universo feminino. Sua subjetividade, sua relação com esse universo está exposta em seu discurso, evidenciando não apenas o seu ponto de vista, mas a própria implicação do universo narrado sobre o seu eu. Fica evidente o caráter patêmico nos excertos: em (37), quando discorre a respeito das emoções, que sentia em suas incursões pelo guarda-roupas da mãe, e em (38), há uma especificidade, já que o excerto, também, poderia ser usado como exemplo de um ato delocutivo. Afinal, a enunciativa relata o fluxo de consciência de um “eu-lá-antigamente”, que, também, demonstra sua relação com o universo feminino. No excerto, a enunciativa faz menção às “maldosas piadinhas” e a pensamentos/percepções, que revelam a vivência de emoções ligadas ao medo no trecho, em que ela afirma que havia “algo” sem nome ou explicação, algo do qual não se falava, “fazendo com que soubesse que precisava se esconder completamente do mundo à sua volta. Ele levava dentro de si algo proibido, ele era algo proibido, mortalmente proibido!”. “Maldosas piadinhas” é um grupo nominal, que faz referência a atos de fala proferidos no passado. Na passagem em que a enunciativa relata que precisava se esconder, percebemos o uso do discurso indireto livre. Foram palavras que disse a si mesma naquela época.

Em (39), o efeito patêmico está evidenciado quando Márcia enuncia sua subjetividade “dentro das quatro paredes de seu quarto”, onde ela se sentia melhor e podia ser quem realmente era “sem precisar fingir ou performar um masculino que não o atraía absolutamente”. Cabe ressaltarmos que os excertos (38) e (39) estão em sequência na narrativa. Neles, Márcia revela a solução encontrada para viver sua feminilidade e, ao mesmo tempo, proteger-se por trás de uma masculinidade, que ela reiterava artificialmente para si com base no que a sociedade espera do comportamento dos homens.

Como temos evidenciado ao longo das análises, Butler (2010) relaciona sua noção de performatividade com a materialidade ou materialização do corpo. Segundo ela, a categoria do sexo não funciona apenas como uma norma, mas integra um conjunto de práticas regulatórias, que produzem os corpos, que governa. É como um poder produtivo, que demarca, controla, diferencia e, assim, produz os corpos que controla. Dessa forma, o sexo se apresenta como um ideal regulatório, cuja materialização é imposta. Por sua vez, essa materialização ocorre ou deixa de ocorrer através de práticas altamente reguladas. O sexo, compreendido a partir dessa perspectiva, seria um constructo ideal, um processo através do qual as normas regulatórias o

materializam por meio de uma reiteração forçada dessas normas. Conforme defende a filósofa: “O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 2010, p. 151). A pesquisadora parte da noção de sexo, que confere a primeira inteligibilidade sobre o sujeito, para evidenciar que essa inteligibilidade deve se materializar a partir da matriz sexual, a fim de produzir corpos conformados ao padrão hegemônico vigente: o da cis heterossexualidade. Mas, como continua expondo, é necessária a reiteração constante, já que a materialização está sempre em porvir.

O excerto (37) é um exemplo da instabilidade dessa materialização imposta, e os sujeitos desviantes da norma, seguindo o pensamento de Butler (2010), revelam as instabilidades do processo e as possibilidades de rematerialização, como descreve Márcia em seu enunciado. O encantamento descrito pelo universo feminino, tanto dos aspectos objetivos (“roupas, sapatos, maquiagem”), quanto dos subjetivos (“trejeitos, o andar, o falar, o jeito de ser”) tinham um significado simbólico para ela e, ao mesmo tempo, representavam o desejo de reproduzi-los em seu próprio corpo, rematerializando, assim, o oposto da norma regulatória ainda que, para o mundo externo, ela seguisse materializando no corpo e na expressão de gênero o que se espera de alguém, que nasceu com a genitália masculina, conforme ela conta no excerto (39). Desse modo, naquele momento, ela expressava comportamentos, que integram o imaginário sociodiscursivo sobre como o homem deve se portar; ou seja, sendo “o menino exageradamente macho e briguento exposto ao mundo, que frequentava escola e clubes caros, praticante de jiu-jitsu e capoeira, sempre com outros garotos por perto”.

Cumpramos, também, a forma como Márcia se autodefine: travesti⁵⁷. Não há definições estritas a respeito dos significantes utilizados para se referir às pessoas trans, por isso consideramos mais profícua a forma como Nascimento (2021) aborda a questão. A autora mobiliza termos, como mulheridades, feminilidades e travestigeneridades, que ampliam a compreensão sobre essas identidades. Com relação às mulheridades, é importante percebermos que não há uma só forma de ser mulher. Isto é, a experiência de ser mulher negra, branca ou ser uma mulher lésbica, por exemplo, são vivências distintas, que não podem ser enquadradas em uma forma única de expressão. Diferentemente, a feminilidade não teria, necessariamente, uma correlação direta com o ser mulher biologizado – o que fica claro quando se fala de mulheres

⁵⁷ ⁵⁷ Márcia já concedeu entrevista e se enunciou uma travesti lésbica. Em suas palavras: “Eu achava que era bi, saí com alguns rapazes, mas nunca me apaixonei por homens. Meus relacionamentos sempre foram com mulheres, então, me considero uma travesti lésbica”. Assim, travesti é um significante, que a situa em termos de identidade de gênero e lésbica se refere à sua orientação sexual. Disponível em: <https://revistaviag.com.br/poderosa-Marcia-rocha-fala-da-sua-identidade-e-quebra-estereotipos/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

trans. Ou seja, a expressão do feminino não se circunscreve apenas na categoria mulher assim compreendida pelos parâmetros da biologia. Ainda sobre feminilidades, Nascimento (2021, p. 56) comenta que inclui nesse grupo

[...] as pessoas não binárias que rejeitam a ideia de mulheridades, mas percebem que suas performances dialogam com as múltiplas expressões das feminilidades. Entendo que as mulheres podem performar feminilidades, mas nem todas as performances femininas se reivindicam dentro das mulheridades.

A orientação não binária diz respeito às pessoas, que não se identificam como mulheres ou homens; isto é, não se identificam a partir do binarismo de gênero. É nesse sentido que Nascimento (2021) situa as travestigeneridades como gênero originário “no sentido de ser um gênero próprio, um gênero em si, para além do binarismo homem e mulher – as travestigeneridades apresentam-se como mais um gênero, ou um terceiro gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 53).

Passamos, agora, ao comportamento **delocutivo** por meio do qual o enunciador produz efeitos de apagamento de seu ponto de vista, expressando sua relação com um terceiro. Ao adotar a estratégia de narrar em terceira pessoa, Rocha (2017) parece ter visado marcar uma distância entre a identidade e a orientação assumidas no presente da enunciação e o menino que ela foi um dia. Nesse cenário, seu relato ilustra o processo de desdobramento do sujeito da enunciação típico, que ocorre em narrativas de si, processo que pode ser expresso na proposição de Rimbaud: *Je est un autre*, “o eu é um outro”⁵⁸. É nesse contexto que Márcia Rocha (2017, p. 101-102) mobiliza, em diversos momentos, o discurso relatado.

(37) Aos quatro anos, nos primeiros dias do jardim de infância, ficava com as meninas. Brincava com elas, conversava com elas, simplesmente ali era o seu lugar. [...] Após um tempo, um coleguinha disse a ele que tinha de ficar com os meninos.[...] e o tal coleguinha reclamou com a professora: ‘Ele é menino, tem que ficar com a gente!’ A professora, que nunca fizera caso da questão, acabou então por orientar o menino a estar com os outros.

Como mencionado anteriormente, o comportamento delocutivo apresenta um efeito de enunciação aparentemente objetiva, já que se refere ao texto, ao propósito de um terceiro. Entretanto, as marcas de subjetividade nas narrativas analisadas são bastante claras, sobretudo por que se trata de narrativas autobiográficas, que dizem respeito à experiência transexual dos sujeitos. Conforme defende Benveniste (1989), a subjetividade é inerente à enunciação.

Embora Márcia Rocha tenha utilizado outra estratégia de enunciação em relação aos

⁵⁸ Proposição do poeta Rimbaud em carta ao amigo Georges Izambard em 13 de maio de 1871.

demais transexuais, os processos de formação de subjetividade pelos quais passou não se diferem, em muitos aspectos, daqueles vividos pelas outras pessoas trans. Por exemplo, a enunciativa discursiviza experiências relacionadas a uma instituição, que age de forma a disciplinarizar os corpos, no caso, a escola. Rocha localiza com precisão a sua idade: “aos quatro anos, nos primeiros dias do jardim de infância”. Com base nessa memória da transexual, destacamos como, desde muito cedo, as crianças são levadas a performar o gênero, a atuar de acordo com ele, mas também a vigiar o comportamento de seus pares, agindo de forma a retificar e ratificar os comportamentos alheios, como fez o “coleguinha” da enunciativa no jardim de infância. Miskolci (2016) defende a importância de se construir uma educação, que não seja normalizadora, a partir da compreensão do ato de educar como atividade dialógica, em que as experiências invisibilizadas e violentadas fossem incorporadas ao cotidiano escolar. Seria uma educação, que não impusesse modelos preestabelecidos e, assim, deixasse “de ser um dos braços de normalização biopolítica para o Estado e passasse a ser um veículo social de desconstrução de uma ordem histórica de desigualdades e injustiças” (MISKOLCI, 2016, p. 55). Embora o autor reconheça os desafios nesse sentido, ele compreende que o primeiro passo nessa direção seria identificar e desconstruir os pressupostos de neutralidade no processo educativo e no espaço escolar, que atuam como engrenagens na produção biopolítica de sujeitos considerados normais.

O próximo excerto está inserido em um contexto, que se refere à pré-adolescência de Márcia, quando descobre, através de uma travesti, que precisaria tomar hormônios para conseguir o corpo que desejava. O então menino Marcos começou a tomar hormônios, e as primeiras mudanças começaram a ser notadas a ponto de seu pai o questionar. Sem conseguir uma explicação razoável, o pai o leva a um médico da família, como conta Márcia: “Foram os dois que, conversando com o garoto, conseguiram fazer com que ele contasse o que estava acontecendo” (ROCHA, 2017, p. 104). De acordo com a enunciativa, o assunto foi tratado com seriedade, mas ela destaca que se assumir publicamente não era uma opção; primeiro, por que, ainda, estavam em período de ditadura militar; e, segundo, pela situação da importância da família: “Era muito mais seguro e esperado que o menino se mantivesse ‘no armário’” (ROCHA, 2017, p. 105), conforme conta Márcia. Na sequência, apresentamos o excerto (38):

- (38) O pai chegou até mesmo a explicar ao menino que, se tivesse peitos, ele teria de usar sutiã, sem nem imaginar que aquilo era uma das coisas que o menino mais queria. Ele não conseguia entender por que o filho queria mudar. ‘Mas você não gosta de mulher?’, perguntou, ao que o menino respondeu que sim, mas que também queria ser uma delas. Por fim, o modo encontrado para convencê-lo a parar de tomar os remédios foi o argumento de que ficaria estéril se continuasse com os hormônios. E isso,

definitivamente, ele não poderia suportar (ROCHA, 2017, p. 101-102).

Nesse fragmento, reaparece a questão da confusão entre identidade de gênero e orientação sexual, o que, como já destacamos, ainda continua gerando um embaralhamento, sobretudo por pessoas cisgêneras. Há uma tendência em associar ambas instâncias em uma lógica cisheterossexual e binária de modo que – a exemplo da própria Márcia no excerto (36) e de seu pai – não seria possível um homem querer ser uma mulher e, também, querer se relacionar afetiva e sexualmente com elas. Podemos perceber, por esse contexto, como essa ordem do sexo-gênero atua no sentido de conformar e controlar as visões de mundo e instituir regimes de verdade, fazendo com que qualquer subjetividade, que escape a esse controle, passe a ser vista com algo impossível, inviável.

Butler (2016) chama a atenção para a importância de não se discutir identidade de forma anterior à identidade de gênero pelo fato de que as pessoas só se tornam inteligíveis se o seu gênero estiver em conformidade com os padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero. Para a autora, “Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2016, p. 43). Assim, as discontinuidades e incoerências nesse campo são percebidas como falhas ou impossibilidades lógicas justamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural. Mas, é a partir da persistência e proliferação dessas discontinuidades que são criadas oportunidades críticas para expor os limites e os objetivos reguladores de tais normas “e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” (BUTLER, 2016, p. 44).

Salientamos, também, no excerto (41), a atitude do pai de Márcia. Mesmo atuando como alguém que insiste na adequação de gênero, ele não adota uma medida severa contra o filho e opta pelo diálogo na tentativa de convencê-lo a parar com os hormônios. Apesar dos conflitos gerados pela travestigeneridade, usando o termo de Nascimento (2021), notamos que o contexto de Márcia foi determinante para minimizar as dificuldades e dores inerentes ao processo de autodescoberta e transição comuns às pessoas transgêneras. Além do pai, como ela contará mais adiante, a situação de se assumir perante a filha igualmente não foi um momento gerador de grandes dificuldades. Juntamente com o suporte familiar, a situação econômica, também, foi um facilitador em seu processo.

4.5.3 Modo Narrativo

A seguir, apresentamos excertos, que se referem a momentos marcantes na vida de

Márcia após a decisão de iniciar seu processo de transição de gênero. São excertos, que mostram o impacto dessa decisão nas relações de Márcia. Em (42), a autora comenta sobre um período de sua vida, em que já havia buscado muitas informações sobre a transexualidade e começou uma mudança gradativa na retomada do processo de hormonização. As mudanças foram percebidas e questionadas pela sua então segunda esposa⁵⁹. O excerto (43) se refere à reação de sua filha quanto a essa decisão:

- (39) A primeira vez que isso aconteceu foi durante uma viagem docasal, quando ela percebeu o tamanho das transformações que estavam acontecendo com ele. Naquele momento, chegou até mesmo a comentar sobre quanto ele estava cada vez mais parecido com uma mulher, o que – embora para ele soasse como um elogio – para ela era uma triste constatação. Como ela mesma explicaria mais tarde, precisava de um homem ao seu lado, e naquele momento não conseguia mais enxergá-lo dessa maneira (ROCHA, 2017, p. 111-112).
- (40) Além disso, outro choque estava por vir: sua filha, mesmo sabendo que ele gostava de se vestir de mulher escondido e acompanhando de longe boa parte das suas pesquisas e suas transformações, ficou bastante assustada quando o pai contou que se assumiria publicamente. Há anos ela já morava com ele por vontade própria e, quando soube dessa decisão do pai, ficou especialmente preocupada com a reação que as outras pessoas poderiam ter. ‘Pai, não é justo comigo. Todo mundo vai saber’ (ROCHA, 2017, p. 112).

Nesses excertos, observamos que a enunciativa projeta a personagem Marcos no papel actancial de **benfeitor** na trama narrativa, que, a partir da sua perspectiva, realiza uma ação positiva no sentido de se autoaceitar e viver integralmente a sua identidade de gênero. No entanto, apesar desse papel actancial desempenhado, ele tem desdobramentos, que colocam os outros actantes, tanto a esposa quanto a filha, em posição de **vítimas**, que são afetadas negativamente pela decisão de Marcos. Cabe destacarmos que, anteriormente a esse momento, a filha atua como **aliada** do pai. Com relação à esposa, a enunciativa relata que houve uma “triste constatação” de que, no processo de transição, ela não teria mais o homem de que precisava ao seu lado. No caso da filha, a enunciativa atribui a ela um possível sentimento de vergonha ou de constrangimento em ter que dar explicações aos amigos sobre a transição de gênero do pai. Na reconstrução de ambas as cenas enunciativas passadas, salientamos a discursivização do *pathos*, revelando o quanto as vivências relacionadas a essa transição mobiliza emoções nas pessoas transgêneras, mas também em seus familiares.

⁵⁹ Márcia deixa claro que o primeiro casamento foi realizado em função do desejo de se tornar pai. Dessa forma, foi um casamento de conveniência. Já o segundo casamento, de acordo com sua narrativa, envolveu sentimento e um desejo genuíno de estar com aquela pessoa.

No primeiro caso, a enunciativa comenta que a relação “ficou estremecida” e acrescentou que, “por mais doída que fosse essa decisão, ela já estava tomada” (ROCHA, 2017, p. 112). O casamento acabou terminando. Com relação à filha, Márcia lhe deu alternativas para que não precisasse dar explicações aos amigos, mas se manteve firme na decisão tomada, conforme conta: “Ela poderia ir morar com a mãe, poderia não levar pessoas para casa, poderia até esconder que ele era seu pai... A única coisa que não poderia fazer para ajudá-la seria deixar de se assumir” (ROCHA, 2017, p. 112). Por sua vez, a filha termina por aceitar a decisão:

(41) Em pouco tempo, a questão de minha filha foi se encaixando. Com 17 anos, Giulia decidiu continuar morando comigo, e a aceitação foi tanta que logo começou a trazer as amigas para casa. Elas achavam minha história incrível, e muitas chegaram até a criar uma relação de proximidade e amizade com nós duas. O namorado da menina também conseguiu compreender e aceitar as mudanças, e nossa relação de pai e filha voltou rapidamente a estar em plena sintonia (ROCHA, 2017, p. 116-117).

Nesse ponto da narrativa, a enunciativa atribui à filha, naquele momento de vivência de transição pelo qual passava, o papel de **actante aliado** do pai e os actantes “amigas e namorado” são projetados no discurso como **benfeitores** por terem se posicionado de forma a aceitar e acolher a transição de gênero de Marcos. Destacamos que a enunciativa percorreu uma trajetória, que foi decisiva para que pudesse “se assumir”, ainda que tenha levado um tempo maior para sair definitivamente do armário. Todavia, como ela mesma reconhece:

Pude me assumir porque possuía uma estrutura financeira e social adequadas para isso, porque tinha condições de enfrentar o que estava por vir e porque aquele era o momento certo para tal. Fui privilegiada de poder fazer essa escolha porque sei que nem todas, infelizmente, podem (ROCHA, 2017, p. 131).

Conforme destaca Sedgwick (2007, p. 22), em diversas situações, para muitas pessoas, não existe a opção de escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário, como, por exemplo, “alguém que queira um emprego, a guarda dos filhos ou direitos de visita, proteção contra violência, contra ‘terapia’, contra estereótipos distorcidos, contra o escrutínio insultuoso, contra a interpretação forçada de seu produto corporal”. Embora não se possa negar a situação privilegiada de Márcia, o *status* social, também, representou, paradoxalmente, um fator, que contribuiu para a manutenção por mais tempo de uma vida dupla, como ela conta no excerto (39); uma vida que começaria a ser questionada a partir do conhecimento, que foi buscando, como ela admite: “Não demorou muito para que todo esse conhecimento adquirido começasse a fazê-lo questionar-se sobre sua própria vida. Ele podia negar um desejo tão forte como o que

sentia? Perpetuar esse fingimento não era o mesmo que negar o seu verdadeiro eu?” (ROCHA, 2017, p. 111). A partir desses questionamentos, Márcia decidiu iniciar, gradativamente, seu processo de transição – como notado pela sua então esposa – até o momento de recorrer às cirurgias, como ela revela no próximo excerto:

(42) Dentre as modificações cirúrgicas que decidi fazer estavam a lipoescultura, a operação no nariz e também a prótese de silicone, que finalmente lhe proporcionou os seios que havia desejado por tantos anos. Uma maratona intensa de transformações que, ao fim, lhe rendera o melhor presente de todos: olhar-se no espelho e enxergar-se completo, enxergar-se da forma como ele desejava se ver desde a infância. Era um sonho realizado e mais um passo para uma nova vida que finalmente parecia ganhar contornos mais reais. O mundo lhe impedira de ser com ignorância, mas agora ele decidira vencer o mundo com conhecimento. Pagaria o preço e estava disposto a isso. Assumidamente e com cabeça erguida, passou a assinar Márcia Rocha, travesti com muito orgulho!

Esse excerto se configura, de forma geral, no Modo Narrativo, ainda que haja traços do Modo Descritivo, uma vez que os Modos de Organização se imbricam na construção discursiva. Assim, foi preciso que a enunciativa utilizasse nomeações, designações e qualificações para detalhar as cirurgias às quais se submeteu. Também, há índices do delocutivo no excerto, através do discurso indireto livre, muito significativo no processo de reconstrução da vivência, no trecho: “O mundo lhe impedira de ser com ignorância, mas agora ele decidira vencer o mundo com conhecimento. Pagaria o preço e estava disposto a isso. Assumidamente e com cabeça erguida, passou a assinar Márcia Rocha, travesti com muito orgulho!”

Em (45), Márcia reconstrói esse momento de sua vida e atribui pontos de vista, que teve, na época, que tomou a decisão de enfrentar “o mundo”, ou, em outras palavras, de enfrentar os regimes de verdade e os mecanismos de objetivação, que condicionam uma visão cisheteronormativa desse mesmo mundo. A autora narra pensamentos e opiniões, muitas vezes, indiciadores de efeitos patêmicos, que teve naquele momento de sua trajetória de vida. Como actante protagonista, percebe-se muita agentividade ao enfrentar esse mundo, que está posicionado no discurso como seu adversário⁶⁰. Identificamos, assim, o *leitmotiv*, que perpassa todas essas narrativas de sujeitos desviantes da norma, uma contraposição e o enfrentamento à visão de mundo dominada pela cisheteronormatividade e seus regimes de verdade considerada como grande adversário desses sujeitos.

Outro aspecto, que merece ser evidenciado, é que é possível percebermos uma potência

⁶⁰ Lembramos, aqui, a teoria de Greimas, na qual Charaudeau se baseia, que postula que há objetos, estados físicos ou eventos, que integram o discurso e podem se configurar como antagonistas ou mesmo agressores dos actantes.

de vida no discurso de Márcia, uma potência, que vem à tona, sincronicamente, ao processo de transição, que culmina com a realização das cirurgias. Para pensarmos sobre essa potência de vida, referimo-nos ao texto de Pelbart (2003), no qual o autor reflete sobre as relações entre capitalismo e subjetividade, que, em um certo sentido, pode ser aplicada ao contexto dos grupos transexuais. Pelbart (2003) aponta a expropriação das redes de vida ocasionadas pelo capitalismo, a ponto de penetrar e colonizar até mesmo o inconsciente do sujeito, e, assim, questiona como é possível a reversão do jogo entre a valorização de ativos intangíveis como inteligência, criatividade e afetividade, e a manipulação crescente e violenta da esfera subjetiva. O autor indaga: “Como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais [...]”? (PELBART, 2003, p. 22) O filósofo se vale do conceito foucaultiano de biopolítica e comenta sobre uma inversão conceitual e política do termo realizada por alguns teóricos italianos. A biopolítica, nessa perspectiva, deixa de se referir ao exercício do poder sobre o corpo da população, e a noção de vida é desvinculada dos processos biológicos. Dessa maneira, “Vida inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. Vida significa inteligência, afeto, cooperação, desejo” (PELBART, 2003, p. 25). Ao se distanciar de uma acepção biológica, a biopolítica adquire maior amplitude e passa a ser definida como o poder de afetar e ser afetado, conforme explica o autor: “Biopolítica não mais como poder sobre a vida, mas como a potência da vida” (PELBART, 2003, p. 25). Pelbart (2003, p. 25) destaca que Foucault intuiu que era justamente aquilo que o poder investia – a vida – que ancoraria a resistência a ele, mas que foi Deleuze quem explicitou que “ao poder sobre a vida deveria responder o poder da vida, a potência política da vida na medida em que ela faz variar suas formas e, acrescentaria Guattari, reinventa suas coordenadas de enunciação”.

É a partir dessa dimensão do poder ou dessa potência da vida que nos interessa pensar a insurgência dessas subjetividades e dos grupos ativistas transexuais; uma potência, que sobressalta nessas narrativas e revela a força de sujeitos, que subvertem expectativas e normatizações e constituem suas subjetividades a partir dos próprios termos. São essas potências de vida que sinalizam outras redes de sentido, outros modos de ver, de pensar e de estar no mundo e que, justamente por isso, representam uma ameaça ao CISTema, provocam fissuras e apontam as contradições e descontinuidades desse mundo, conforme ele se apresenta, como enuncia Márcia Rocha.

Percebemos, nos excertos apresentados, o afloramento, em Márcia, de um *ethos* de uma pessoa disposta a enfrentar as adversidades, que surgiriam a partir da sua decisão de transicionar,

o que a posiciona em um papel actancial de agência sobre sua realidade; em outras palavras, um *ethos* de resistência. E ela “pagou o preço” por isso, como ela comentava em um excerto (45).

Com a transição, além do fim do casamento, Márcia conviveu, por um tempo, com a expectativa de que não conseguiria mais um relacionamento afetivo, como conta:

No entanto, essas transformações me faziam pensar que jamais teria um relacionamento novamente. Minha esposa se foi, e as mulheres já não me olhavam mais com interesse. Afinal, uma mulher se interessaria por uma travesti? Ela me apresentaria aos pais como sua namorada? Acreditava que não, isso seria impossível! (ROCHA, 2017, p. 115)

Esse sentimento de solidão da mulher trans é comumente discursivizado por elas. Sobretudo as que se interessam por homens, evidenciam o fato de que a maioria dos que sentem atração por mulheres trans relaciona-se com elas em segredo. A psicanalista Adriana Batista (2022, s/p) questiona: “Será o amor um privilégio cisgênero?” A autora levanta essa questão e denuncia o quanto mulheres trans e travestis são fetichizadas e hiperssexualizadas pelos homens cis héteros, que as objetificam e não estão dispostos a assumir seu desejo. Batista (2022) aponta questões, que perpassam a possibilidade de um homem assumir um relacionamento amoroso com uma mulher trans que esbarram na transfobia social. Em primeiro lugar, o homem, que se relaciona com essas mulheres, é lido como *gay* na sociedade. Batista (2022) explica que esse homem poderia ser ridicularizado pelos amigos e sofrer preconceitos na família e na sociedade como um todo. Assim, vítimas, também, de uma masculinidade tóxica e frágil, optam pelos relacionamentos sigilosos com mulheres trans: “Com o cunho puramente sexual, insistem em manter relacionamentos rasos com mulheres trans, e o amor, o afeto, o relacionamento amoroso em si, ficaria restrito somente a mulheres cisgênero” (BATISTA, 2022, s/p). Para outros homens, a casualidade dos encontros com mulheres trans, com vistas a satisfazer um fetiche ou “dar uma variada”, não os caracterizaria como *gays* em função da ausência do vínculo amoroso.

O receio de Márcia Rocha (2017), no entanto, não se concretizou. Interessada em se relacionar com mulheres, ela terminou por descobrir algo no momento, em que mais se dedicava ao ativismo pela causa trans: “Foi nessa época que descobri que eu podia, sim, chamar a atenção e ser bastante desejada por mulheres lésbicas” (ROCHA, 2017, p. 124). Foi justamente em uma palestra, que ela proferiu em um evento organizado pela Comissão da Diversidade Sexual da OAB de Bauru (SP), que Márcia viria a conhecer a sua futura esposa. Entretanto, o “final feliz” de Márcia Rocha é uma exceção e está na contramão da realidade da maioria das mulheres trans e travestis, como denuncia Adriana Batista (2022, s/p):

Somos mortas em vida, quando nos é negado direitos básicos, condenadas ao isolamento e solidão, desafiadas a nos amarmos, independentemente do ódio social propagado. A solidão da mulher transe travesti é responsabilidade de todos nós enquanto sociedade, e cabe a nós desconstruir a ideia de hiperssexualização de corpos trans.

Batista (2022) revela, assim, mais uma dimensão da transnecropolítica: o campo dos afetos e do amor, que é negado a determinadas subjetividades. Condenadas à solidão e à percepção de que não são dignas de amor, mulheres trans seguem lidando com as consequências perversas de não se adequarem às normas de gênero, como bem destacou Batista (2022, s/p): “desafiadas a praticarem o autoamor, mesmo quando tudo à sua volta é ódio social”.

4.5.4 Modo Descritivo

A seguir, selecionamos três excertos, que demonstram o Modo Descritivo, lembrando que os textos podem conter a combinação de vários dos Modos de Organização, “o que não impede que, às vezes, um texto se caracterize pela predominância de um desses modos” (CHARAUDEAU, 2004, p. 338).

(43) Em 1990, graduou-se na PUC. Um canudo na mão e muitas ideias na cabeça! Morou nos Estados Unidos e depois retornou para trabalhar no ramo imobiliário. A partir dali, surgiria o lado empresário do rapaz, que criou a sua primeira empresa (hoje com 27 anos de existência). Aliás, o trabalho e seu lado empreendedor se tornariam, já na vida adulta, muito mais do que seu ganha-pão, seriam ferramentas fundamentais em sua luta para ajudar aqueles e aquelas que também buscavam traçar o próprio caminho (ROCHA, 2017, p. 106-107).

(44) Quantas vezes ele não perdera a noção do tempo olhando-se em frente ao espelho e imaginando como seria se seu corpo fosse diferente daquele? Quantas vezes ele não colocou enchimentos nos seios imaginando seios que não existiam? Quantas vezes não desejou nádegas mais salientes, curvas mais pronunciadas, uma sensação completamente diferente da que sentia quando deslizava seus dedos sobre a pele? Marcos sabia que, ainda que por dentro já se enxergasse como uma mulher em muitos aspectos, a questão física ainda o incomodava muito. Ele queria se ver mulher, sentir completamente um feminino que sempre existiu profundamente guardado dentro de si. Seu pênis, no entanto, nunca foi algo que o incomodou (ROCHA, 2017, p. 113).

(45) É maravilhosa a sensação de poder tocar meus seios e ser vaidosa quanto quiser com meus cabelos. Andar pelas ruas me sentindo sexy, reparando nas minhas longas pernas e nas minhas unhas recém-feitas, celebrando cada centímetro do meu corpo. Apreciar as pequenas sutilezas da minha transformação, a sensação de paz que às vezes parece transbordar. Externar assim as expressões do gênero feminino, ou

simplesmente deitar na cama, nua e toda desarrumada, mas ainda assim sentindo a feminilidade que sempre existiu por dentro, uma sensação de pertencimento que ultrapassa qualquer objeto material tido como feminino. Não se trata apenas de ter, de ver ou de externar, mas, acima de tudo, se trata de sentir, de ser (ROCHA, 2017, p. 118).

No excerto (46), verificamos processos de localização/situação quando Márcia identifica o ano e o local de sua graduação, a viagem para os Estados Unidos e, posteriormente, o trabalho no ramo imobiliário. Há, também, um processo de qualificação quando ela afirma que o trabalho e seu lado empreendedor seriam ferramentas **fundamentais** em sua luta.

Os excertos (47) e (49) tratam, respectivamente, do desejo de Márcia mudar aspectos físicos do seu corpo. Após as mudanças, ela descreve a “maravilhosa sensação” de ter incorporado essas intervenções. Em ambos os excertos, os processos descritivos relacionados ao corpo são detalhados pela enunciativa, revelando o quanto a adequação corporal importava para ela assim como para os demais autores na medida em que é insuficiente para pessoas trans apenas sentirem que pertencem ao gênero oposto. Como Márcia mesma salienta: “Ainda que por dentro já se enxergasse como uma mulher em muitos aspectos, a questão física ainda o incomodava muito”. Nesse sentido, a enunciativa parece ressaltar o quanto, no processo de transição vivenciado e narrativizado, é necessário, para a pessoa trans, ter um corpo, que materialize a extensão do que é sentido. É essa a questão, que enseja e justifica todo o processo de transição. Resta destacarmos que, apesar de ser um processo complexo, que envolve desde procedimentos mais simples, como deixar crescer ou cortar cabelos, usar determinadas roupas até os mais arriscados como as cirurgias de redesignação de gênero, a transição continua sendo fator importante para a qualidade de vida e a autoimagem dessas pessoas. O corpo, assim, constitui-se um plano, uma superfície, na qual se inscreve a aparência, que melhor define o sujeito, como afirma Nascimento (2021, p. 124): “As performances corporais trans ocupam grande preocupação no modo como constituímos nossas subjetividades”.

Retomamos, na sequência, alguns pontos a serem destacados na narrativa de Márcia. O Modo Enunciativo, nos exemplos apresentados, é encenado em terceira pessoa com presença marcante de atos elocutivos, modalizando, subjetivamente, a enunciação em vários momentos. Também, é possível percebermos como a enunciativa relata de que maneira os regimes de verdade se impuseram sobre ela desde a infância – aspecto recorrente nas demais narrativas. Nesse sentido, ela, ainda, relata a reprodução de imaginários sociodiscursivos relacionados às performances de gênero como estratégia para se proteger socialmente. Ainda que se rendesse aos processos de objetivação, é perceptível como ela vai encontrando caminhos de subjetivação em sua jornada de autoaceitação. Márcia opera negociações consigo ao se adequar, até certo

ponto, aos comportamentos, que lhe eram impostos como homem, mas vivendo em sua intimidade o feminino, que havia dentro de si, até o momento em que ela iniciaria, efetivamente, seu processo de transição. Nesse contexto, ela projeta um *ethos* ora de alguém que se conforma, que se adequa às normas, ora de subversão da ordem, que lhe era imposta, aspecto similar ao ocorrido com Amara.

Destacam-se, no Modo Narrativo, excertos, que se referem ao processo de transição da enunciadora ao período quando ela, finalmente, decide pela transição de gênero. A autora expõe os confrontos, que foram necessários durante esse percurso, ocasiões em que percebemos os aspectos patêmicos relacionados à sua enunciação. A transição de gênero mobiliza emoções diversas tanto na pessoa trans como nas pessoas com quem ela convive. Entretanto, a tomada de decisão e os respectivos movimentos nesse sentido, também, colaboram para fazer emergir um *ethos*, que identificamos como de potência ou, nos termos de Pelbart (2003), de uma “potência de vida”. Por fim, no Modo Descritivo, observamos excertos, que tratam de aspectos relacionados ao corpo trans em dois momentos distintos: o quanto é sonhada a adaptação desse corpo à identidade de gênero e, após realizada a TRANSformação, o quanto ela engendra sentimentos positivos na subjetividade trans.

4.6 T. Brant

*Ei, doce menina!
Não quero que se vá assim, tão repentina.
Também não quero ser rude em despejá-la em
qualquer esquina.
Você merece carinho e compreensão, como toda
boa menina no colo de seu irmão.
Não quero que fique triste por pensar que de
mim não faz mais parte.
Você sempre vai estar guardada de onde
ninguém vai te tirar.
No fundo do meu mais puro olhar.*

4.6.1 Perfil Biográfico

T. Brant, que atualmente assina Tarso Brant, nasceu em 1993, em Belo Horizonte. É ator e modelo e se tornou conhecido através de suas redes sociais, depois de compartilhar sua transição de gênero. Em 2017, Brant teve uma participação especial na novela *A força do querer*, escrita por Glória Perez, que contava com uma protagonista transgênero. E, em 2021, participou da sétima temporada do *reality De férias com o ex*, da MTV, sendo o primeiro participante transgênero do programa.

Dos quatro autores de *Vidas Trans*, T. Brant é o mais jovem. Na época da publicação do livro, ele tinha 24 anos. Esse detalhe marca uma diferença no tom de sua narrativa se comparada às dos demais. O sujeito comunicante emprega um registro mais informal, revelando algumas nuances de conflitos, que, para além das questões de gênero, relacionam-se, também, com temáticas próprias do universo juvenil. Em dado momento, por exemplo, ele afirma que sua vida se resumia apenas em basquete e computador e queo perfil de “mentiroso cibernético”, que ele mantinha no *Messenger* (MSN), o serviço *online* de bate-papo, para poder conversar com garotas usando uma identidade falsa de menino, já estava lhe incomodando, como ele conta: “Usei aquela imaginação toda para socializar com pessoas, fiz amigos (meninas e meninos) e aí sabem o que aconteceu? Sepensarem na alternativa ‘bagunça total’, acertaram” (BRANT, 2017, p. 155). Diferentemente dos outros três autores, T. Brant não assume um posicionamento concretamente ativista em relação à causa trans, pelo menos naqueles momentos da sua vida – tanto o rememorado quanto o momento de sua escrita.

O processo de se tornar famoso em função da exposição de sua transição é algo que marca sua biografia. A relação com a mídia é tensa em alguns momentos, como ele narra. Um aspecto interessante é que o nome de batismo de T. é Tereza Cristhina da SilvaBorges e, em sua narrativa, percebemos que ele associa Cristhina ao seu lado feminino e Tereza parece carregar a porção masculina. Durante o tempo em que ele preferia não definir seu gênero, ele se autodenominava T. Brant. Somente depois de se reconhecer umhomens trans é que ele passa a assinar Tarso Brant.

4.6.2 Modo Enunciativo

Identificamos, na análise, a predominância do comportamento elocutivo na narrativa de Brant. Em segundo lugar, passagens, que remetiam ao delocutivo e, com menos ocorrências, identificamos o comportamento alocutivo. Isso demonstra uma organização discursiva, que se construiu com base na enunciação do ponto de vista da visão de mundo do narrador. Há diversos momentos em que ele relata suas relações com terceiros embora estas não remetam, particularmente, a relações de influência, quemarcam o comportamento alocutivo. A seguir, destacamos os excertos, que se referem à infância e à pré-adolescência e denotam o comportamento **alocutivo**: (48) “E o dia em que meus pais resolveram me matricular no balé? Mesmo comigo dizendo que preferia futebol, a vontade deles foi feita” (BRANT, 2017, p. 140).

(46) Outra passagem marcante aconteceu logo em seguida, na pré-escola em Belo Horizonte. Meu pai, na intenção de me agradar, comprou e arrecadou

a maioria dos votos para me eleger a Rainha da Pipoca na festa junina na escolinha. Ganhei título por dois anos seguidos. Ele se realizava me vendo lindamente vestida a caráter a seu lado, posando para as fotos. Mas aquilo era uma verdadeira tortura para mim! Em uma dessas sessões de fotos, chutei o balde: ‘Pai, você pensa que eu estou gostando!? Eu não gosto disso’ (BRANT, 2017, p. 140).

(47) Eu odiava ter de colocar roupas femininas para me apresentar aos meninos, para as pessoas ou simplesmente para que me achassem bonita. E pensava: ‘Por que não posso me vestir como me visto em casa?’ Sem resposta e confusa, minha prima sempre me fazia aceitar. Então, deixava que ela me maquiasse. Nem que fosse um pouquinho. E, hoje, tenho certeza: eu odiava aquilo! (BRANT, 2017, p. 146)

Em todos esses excertos, notamos como determinados discursos e regimes de verdade agiam sobre Brant, impondo-lhe determinados comportamentos. Em (46) e (47), identificamos os pais, que se configuram em **posição de superioridade** em relação à filha; ou seja, desempenhando papéis, que demandavam dela a execução de uma ação conforme o regime da heteronormatividade. Em (50), a prima convenceu, através de uma **relação de petição**, T. Brant a deixar que ela o maquiasse.

Esses comportamentos são recorrentes nas narrativas dos quatro autores e revelam como as normas de gênero incidem sobre os sujeitos desde a infância. Os pais de Brant atuaram de forma incisiva sobre atitudes e comportamentos, que, certamente, não eram condizentes com o que a filha deveria manter, considerando as expectativas sociais, fosse lhe comprando um vestido ou matriculando-o no balé ao invés do futebol. Nas palavras de Brant (2017, p. 140): “Meus pais faziam de tudo para me enfeitar e me empurrar para o universo das meninas”.

Importante destacarmos que, de um lado, há as crianças, que demonstram comportamentos contrários às normas. e, de outro, há instâncias, que atuam, fortemente, com vistas à conformação dessas crianças. Sejam os pais, sejam outras crianças, a escola ou a sociedade como um todo, eles operam como vigilantes e disciplinadores do comportamento. Miskolci (2016, p. 18) defende: “Na perspectiva *queer*, as identidades socialmente prescritas são uma forma de disciplinamento social, de controle, de normalização”. Mais uma vez, o pensamento de Foucault se mostra atual no que se refere aos padrões cisheteronormativos, que, ainda, vigoram na atualidade, operacionalizando micro e macro poderes, que atuam, violentamente, sobre corpos e condutas insubordinados. É o corpo arrevesado, submetido às forças dos poderes-saberes, que se articulam estrategicamente, e que segue sendo construído discursivamente edisciplinado/docilizado pelas instituições.

Nessas passagens, fica claro o quanto esse poder fez com que Brant agisse de formas, que não desejava, mas, como criança, ele estava ainda mais suscetível às coerções, que visavam

à sua conformação de gênero. Nesse sentido, percebemos a projeção de um *ethos* de submissão para caracterizar os traços de caráter do eu da infância ou da adolescência nos momentos, em que o enunciador cedia às investidas de adequação de gênero de seus interlocutores. Mas, na sequência da narrativa do excerto (48), há uma reação, que delineia a construção de um *ethos* de resistência, que, progressivamente, vai emergindo. Conforme conta, depois da aula de balé, chegou furiosa em casa e afirmou: “Abri a porta da sala, acompanhada da minha mãe, já à noite, e gritei para o meu pai: ‘Pai, não quero mais voltar nessa porcaria de aula’” (BRANT, 2017, p. 140). A reação teve o efeito desejado. Aquela acabou sendo a primeira e última aula de balé, que teve.

A seguir, elencamos excertos, que constituem exemplos do **elocutivo**. Depois de identificadas as passagens, selecionamos as mais significativas, considerando a temática trans e a subjetividade do enunciador:

(49) Filha única de uma família de classe média, eu era, portanto, a princesa da casa. Meus pais trabalhavam como bancários, ea vida não tinha grandes dificuldades. Mas o que eles não sabiam é que, diferentemente do meu estado físico de menina, eu nasci menino. E não estamos falando somente da aparência, mas, sim, de essência (alma). Um sentimento de estar em um corpo com o qual você não se identifica. [...] Sabia que era diferente das outras meninas, mas em quê? Meninas são vistas como frágeis, indefesas, doces, dengosas... Olhava-me no espelho e não me via dessa forma. Eu era diferente, e a cada dia crescia em mim um sentimento muito forte de liberdade. Liberdade para ser o que eu quisesse. Porém, ainda não sabia como nem por que (BRANT, 2017, p. 139).

(50) As pessoas me chamavam de ‘lindo’, ‘gatinho’, ‘rapazinho bonito’. Mas, ao chegar em casa, todos os elogios se desfaziam na frente do espelho. Cara a cara com ele, não era isso que refletia. Afinal, elas tinham essa opinião até saber minha real condição. Quando me ‘revelava’ Tereza, eu ia delindo a ‘coisa’, ‘aberração’, ‘esquisito’! (BRANT, 2017, p. 157-158)

(51) Para não entrar em colapso, apenas prosseguia com o que era possível criar no momento para diminuir meu ‘incômodo’ em relação a minhas formas femininas. No entanto, não assumia para ninguém minha real intenção com toda essa malhação e treinos intensos (BRANT, 2017, p. 158).

Em (51), temos um comportamento elocutivo, que se realiza por meio de uma **constatação** feita por T. Brant quando ele reconstrói o momento em que reconheceu a sua diferença em relação às meninas e o fato de que nasceu menino a despeito de seu sexo biológico. O autor fala, ainda, sobre um sentimento de liberdade, que percebia surgir dentro de si, para ser o que ele quisesse. Em seguida, o elocutivo, também, é expresso na modalidade de **ignorância** quando Brant assume que, com relação a esse sentimento de liberdade, havia uma dúvida: “Não

sabia como nem por que”.

O filósofo Paul Preciado (2022), que, também, passou pela mesma transição de Brant, levanta algumas questões sobre liberdade, que estão relacionadas ao processo de transição. O autor, que se reconhecia enredado pelas normas de gênero e pelas categorias binarizantes do CISTema, afirma que buscava encontrar uma saída. Foi nesse processo de busca que começou a se injetar hormônio com a ajuda de amigos, conforme conta: “Estava procurando uma saída. [...] Evito com isso a palavra liberdade, preferindo falar de encontrar uma saída ao regime da diferença sexual, o que não significa tornar-se imediatamente livre” (PRECIADO, 2022, p. 15). O autor realiza uma crítica contundente aos “clichês da libertação” e explica que a sociedade é rápida em afirmar um avanço em direção à igualdade dos sexos quando um homem assume responsabilidades domésticas, por exemplo. Todavia, como ressalta:

A liberdade de gênero e sexual não pode ser de forma alguma uma distribuição mais equitativa da violência, nem uma aceitação mais *pop* da opressão. A liberdade é um túnel que se cava com as mãos. A liberdade é uma porta de saída. A liberdade – como esse novo nome pelo qual vocês me chamam, ou esse rosto vagamente hirsuto que veem diante de si – é algo que se fabrica (PRECIADO, 2022, p. 16).

O filósofo ressalta que sua porta de saída foi, entre outras coisas, a testosterona, que ele considera não um fim em si mesma, e sim uma aliada na tarefa de se reinventar. Ele salienta, também, que foi na posição de um transexual que ele encontrou mais **liberdade** do que havia tido como mulher supostamente livre e define, assim, o que entende pelo termo: “Vislumbrar um horizonte, construir um projeto, ter a oportunidade [...] de experimentar um senso radical de comunidade com tudo que é vivo, com toda a energia, toda a matéria, para além das taxonomias hierárquicas que a história humana inventou” (PRECIADO, 2022, p. 18). Do ponto de vista de sujeitos trans, esse senso de liberdade pode ser vinculado, então, a uma ideia de evasão das normas de sexo-gênero ou, como diz Preciado (2022), da domesticação, da rede política da diferença sexual e da aniquilação de potências. É o que parece ter acontecido na experiência relatada por Brant no excerto (51).

Em seu enunciado, Brant, também, destaca alguns imaginários sociodiscursivos acerca da visão compartilhada socialmente a respeito das meninas: “Meninas são vistas como frágeis, indefesas, doces, dengosas... Olhava-me no espelho e não me via dessa forma”. São imaginários, que correspondem às expectativas normativas, que envolvem o universo feminino assim como o masculino, os quais o próprio Brant reproduz. Destacamos que, mesmo entre meninas e/ou mulheres cis, esses imaginários podem não corresponder às suas vivências subjetivas do feminino. Da perspectiva do feminismo interseccional, por exemplo, é importante

considerarmos que existe um sistema de opressão interligado, que atravessa e diferencia as formas de experienciar o feminino, como reflete Akotirene (2020).

O excerto (52) se refere a um momento, em que Brant havia adotado uma aparência mais masculina embora não tivesse iniciado o processo de transição propriamente dito, que ele começaria aos 20 anos. As roupas e o cabelo curto faziam com que fosse confundido com um menino. O elocutivo, novamente, se realiza através de uma **constatação**, que produz um efeito de confiança junto ao leitor.

Destacamos os significantes que Brant usa quando conta o que acontecia depois que se revelava Tereza. Após ser confundido com um menino, ele era designado e qualificado pelas pessoas como “coisa, aberração, esquisito”. Evocamos, aqui, a categorizada monstruosidade para refletirmos sobre o impacto da subjetividade trans no meio social. De acordo com Junior (2012), o monstro ocupa outra ordem do real e representa, muitas vezes, um aviso, que alerta para os possíveis desvios. Compreendida como transgressão das leis, a monstruosidade inspira temores e enseja punições. O autor recupera a etimologia da palavra e destaca que seus significados giram em torno das ideias de revelar, mostrar, advertir.

Monstro então é aquele que mostra algo: uma revelação divina, a ira de Deus, as infinitas e misteriosas possibilidades da natureza, aquilo que o homem pode vir a ser, as bordas entre o humano e o inumano. É, portanto, a manifestação de algo fora do comum ou esperado. Antes de tudo, o monstro representa uma categoria de pensamento, uma tentativa inteligível de classificar e orientar condutas em relação àqueles seres e pessoas que a princípio escapam da inteligibilidade cultural do período (JUNIOR, 2012, p. 562).

O autor destaca que o monstro opera no limite das categorias, entre a categorização e a não categorização, mas, ainda assim, constitui-se como uma categoria de reconhecimento social. E as respostas a ela, como o medo, a violência, o sarcasmo ou o nojo, por exemplo, não devem ser analisadas somente como reações ao desconhecido ou receio de perda de uma suposta estabilidade psicológica ou social. São respostas, que se configuram como “atitudes cultural e historicamente legitimadas para se relacionar com quem não é compreendido como humano (no pior dos casos) ou é compreendido como sub-humano ou quase humano (no melhor dos casos)” (JUNIOR, 2012, p. 562). Paul Preciado (2022), também, recorreu a essa categoria em seu discurso, em 2019, durante as jornadas internacionais de *l'École de la Cause freudienne* em Paris, intitulado *Eu sou o monstro que vos fala*. No início de seu pronunciamento, direcionado a psicanalistas, ele se enuncia a partir da posição de doente mental, como um macaco-humano⁶¹ da

⁶¹ O autor usa o termo macaco-humano em referência ao texto de Franz Kafka: *Um relatório para uma academia*. O texto é narrado por um macaco, que, após aprender a linguagem dos humanos, se apresenta diante de autoridades

nova era: “Eu sou o monstro que vos fala. O monstro que foi construído pelos seus discursos e práticas clínicas. Eu sou o monstro que se levanta do divã e toma a palavra, não tanto como paciente, mas como cidadão, como um igual monstruoso” (PRECIADO, 2022, p. 9).

Preciado (2022) questiona a relevância do evento, que tinha como mote as mulheres na psicanálise, e diz que, com isso, parecia mais próximo da época de Kafka, 1917, do que 2019. Sua crítica recai sobre o fato de que as mulheres continuam sendo consideradas como apêndices ou notas de rodapé, criaturas estranhas sobre as quais seria necessário refletir eventualmente, e não como sujeitas políticas de pleno reconhecimento. Em seguida, faz uma provocação e afirma que, antes, seria preciso organizar um encontro sobre homens brancos heterossexuais e burgueses na psicanálise, já que grande parte dos textos e práticas da área gira em torno do poder discursivo e político desse “tipo de animal”, nas palavras do autor. Conforme o filósofo: “Um animal necropolítico que vocês tendem a confundir com o ‘humano universal’, e que permanece, até o presente, o sujeito da enunciação central nos discursos e nas instituições [...]” (PRECIADO, 2012, p. 10). Uma perspectiva, que, também, é apontada nas reflexões de Jota Mombaça (2021, p. 22), quem afirma que é esse “nós universal” – humano branco, cisgênero, heteronormativo – que formula e concebe um determinado projeto de sujeito e identidade”.

Nessa perspectiva, é o poder discursivo e político desse grupo privilegiado, que estabelece os padrões hegemônicos, que inscrevem os “anormais”, entre eles as pessoas trans, fora da categoria humana, uma rede potente de micropoderes, que atua e se alastrano sentido de rechaçar essas subjetividades. Como bem destaca Junior (2012), esse poder engendra uma série de represálias legitimadas socialmente contra essas populações. Percebidas como anomalias monstruosas, são consideradas vidas, que podem ser subtraídas do convívio social, das quais se lhes retiram a dignidade e a cidadania. Ressaltamos, na seção 1.5, o *status* de construção social da cidadania, que está vinculado a um contexto social e político, que envolve instituições e grupos sociais (COSTA; IANNI, 2018). Reiteramos a relação entre negação de cidadania ou cidadania precária, usando o termo de Bento (2014), com as práticas necropolíticas. A morte em contagotas (FRANCO, 2021) se pratica através dessa negação e se propaga pela totalidade da vida, dificultando o acesso à educação, disseminando o estigma, inviabilizando oportunidades diversas, provocando a exclusão dos diferentes, até culminar na morte *in facto* – seja pelo suicídio⁶² ou pelo homicídio.

Em (53), temos um ato elocutivo, que se realiza através de uma **decisão**. Antes da transição, T. Brant adotava algumas estratégias para diminuir seu incômodo em relação ao

científicas, para explicar o que a evolução humana representou para ele.

⁶² De acordo com Benevides, 42% da população trans já tentaram suicídio. Disponível em: <http://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acesso em: DATA???

corpo. Entre elas, o uso do *top* de academia para disfarçar os seios, como explica: “[...]me conformava em apenas escondê-los de todas as maneiras que podia! Felizmente erampequenos. [...] Assim eu conseguia a estética mais ‘reta’ possível” (BRANT, 2017, p. 158). Além disso, o enunciatador relata que passava por treinos físicos intensos. Essa parte é bastante evidenciada por Brant, para conseguir dar uma forma mais forte e masculina ao corpo, o que, também, foi uma saída utilizada por João Nery.

As atividades físicas para homens trans representam a possibilidade de construir características como força e rigidez no processo de masculinização. Conforme destacam Sousa e Iriart (2018), essas mudanças, comumente, relacionam-se ao padrão de corpo cisgênero masculino e, muitas vezes, constituem estratégias de (re)produção do gênero, que possibilitam o reconhecimento e a aceitação em determinados contextos para homens cis. Mas, os autores pontuam que não se trata de demandas universais e não são igualmente compartilhadas entre os homens trans. Os efeitos das modificações corporais estão para além do reconhecimento e da aceitação, já que construir um corpo masculino, que apaga os vestígios femininos, significa evitar diversas formas de violência. Assim, “destinar todos os homens trans à construção de corpos lidos socialmente como masculinos (baseados, obrigatoriamente, na cisnormatividade) determina o tipo de autorização que têm para existir” (SOUSA; IRIART, 2018, p. 5). Em outras palavras, essa questão se refere ao que pessoas trans denominam de “passabilidade”, que se relaciona à medida que conseguem “passar”, convencer socialmente a respeito de suas identidades de gênero. Ou seja, a passabilidade é uma categoria, que está relacionada aos padrões do sistema binário cisgênero. Ele implica reproduzir uma “coerência”, que regula as normas de gênero e, portanto, possibilita leituras socialmente corporificadas/generificadas dos sujeitos.

Pontes e Silva (2018) concordam que a noção de passabilidade se traduz no desenvolvimento de traços corporais, os quais garantam que uma pessoa trans possa ser reconhecida – ou confundida – como cisgênera. Nesse sentido, a produção dessas corporalidades é atravessada por conflitos gerados pelas expectativas normativas e, ao fixar “como objetivo último da transição a capacidade de “passar por cis”, a experienciada passabilidade como horizonte normativo acaba por definir e aplicar valores aos corpos e, por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia” (PONTES; SILVA, 2018, p. 403-404). Nesse contexto, as autoras salientam que o uso de hormônios intensifica competições e atualiza relações de poder. Isto é, mesmo entre pessoas que subvertem expectativas, essas relações de poder podem ser atualizadas e engendrar novas armadilhas, que terminam por enquadrar, novamente, as subjetividades. Esse jogo de objetivação-subjetivação se mostra, dessa maneira,

sempre à espreita e apresentando novas possibilidades, seja para escapar em alguma medida do poder ou cair em sua rede novamente.

A seguir, destacamos três excertos, que exemplificam o comportamento **delocutivo** por meio do discurso relatado. A sequência se refere a um relacionamento afetivo, que Brant manteve com uma menina durante um tempo, a quem ele chama de L., e como esse relacionamento impactou a mãe da menina, com quem Brant teve alguns conflitos:

(52) Comecei aos poucos a me aproximar de L., ela tinha acabado de completar 14 anos, e eu estava com 17 anos. Eu já havia frequentado sua casa algumas vezes, conhecia os pais dela. Sua mãe, apesar de me tratar muito bem, sempre vinha com as perguntas indiscretas: ‘Por que você gosta de se vestir assim? Não curte roupas mais femininas? Te acho tão linda, por que não deixa o cabelo crescer de novo?’ (BRANT, 2017, p. 159)

(53) ‘Eu sabia que essa demora depois da aula tinha um motivo: ‘L.! Já pra casa! Sai de perto dessa coisa horrível!’’, ela gritou de longe. A menina gelou, depois virou e foi ao encontro da mãe. Fiquei olhando ela se afastar, queria tentar falar algo. Fiquei indignado com aquilo tudo, mas não tive reação. ‘Não vem, não! Você fica aí senão acabo com você! Olha isso, ainda cortou o cabelo só pra tentar parecer mais homem! Que coisa mais feia! Você não tem vergonha, não!?’ (BRANT, 2017, p. 160)

(54) Como castigo, os pais iam mandá-la morar com os avós. Foi quando tomei uma decisão: ligar para a casa dela. A mãe atendeu o telefone: ‘Ah! Mas é você!? Não acha muita cara de pau sua ligar para a minha casa, não, sua aberração!? Falalogo! O que você quer!?’ ‘Quero deixar bem claro pra você que ela não tem nada a ver comigo, nós somos amigas, mas, como você não aprova nossa amizade, vou me afastar dela’. ‘Você vinha aqui em casa, como teve coragem de fazer essas coisas debaixo do meu nariz!? Eu espero que você não tenha encostado essas suas mãos imundas na minha filha, senão eute pego, hein, sua coisa esquisita! Pra mim, você precisa é de um peão com o ‘pau’ bem grande, assim você cai logo desse muro e vira mulher de uma vez!’ ‘Ok, se essa é a sua opinião, eu respeito, senhora, mas não precisa dirigir ofensas a mim, te liguei para garantir que vou me afastar da sua filha, te dou minha palavra’ (BRANT, 2017, p. 161).

Esses discursos relatados pelo enunciador podem ser analisados sob alguns aspectos. Chamamos a atenção, em um primeiro momento, para a reprodução de imaginários sociodiscursivos pela mãe de L. No excerto (52), a partir de uma referência compartilhada socialmente sobre como deve ser a aparência de uma menina, a mãe insiste em fazer perguntas e sugerir que Brant reproduzisse esses imaginários. Essa investida, também, pode ser compreendida como um aspecto dos processos de objetivação, já que, socialmente, há expectativas e coerções, em diferentes níveis, para que os sujeitos reiterem performances de gênero. Outra nuance de um imaginário aparece em (54), quando o enunciador relata a fala em que a mãe afirma que ele precisava “de um peão com o pau bem grande”, para que ele virasse

mulher de uma vez. Esse aspecto, particularmente, evoca, além do preconceito, a violência, uma vez que sugere o estupro corretivo já comentado no excerto (34), como uma solução para “corrigir” o comportamento de Brant. Chama a atenção a reprodução desse discurso por uma mulher, uma vez que as maiores vítimas de estupro na sociedade são justamente as mulheres. Nesse sentido, apontamos a força dos imaginários sociodiscursivos, que são assimilados, muitas vezes, sem uma postura reflexiva por parte dos sujeitos e grupos sociais, até mesmo por aqueles, que estão posicionados socialmente como vítimas desses imaginários.

Outro aspecto a ser evidenciado nos excertos são as reações da mãe de L. após ela desconfiar que a relação de Brant com sua filha não era apenas de amizade. Replicamos, aqui, os significantes remorados no discurso relatado: “coisa horrível”, aberração”, “coisa esquisita”. A mãe, ainda, critica o fato de ela ter cortado o cabelo “pra tentar parecer mais homem” e ameaça Brant caso ela soubesse que ele teria encostado “suas mãos imundas” em sua filha. Voltamos a refletir sobre a categoria do monstro, evidenciando que é esse olhar – assim como as palavras direcionadas a Brant –, que retira a humanidade daquele que é diferente, que busca isolá-lo, excluí-lo e, não raras as vezes, exterminá-lo do convívio social.

Há, por detrás dessas reações, um aspecto, que relaciona essas ofensas, para usar o termo de Brant, a uma percepção de algo ruim, maligno. A relação ou a influência de Brant sobre L. foi considerada temerária a partir da visão de sua mãe. Junior (2012) explica esse imaginário do monstro como algo relacionado ao que é maligno. De acordo com o autor, da Antiguidade até o século XVI, os monstros no Ocidente estavam entre as maravilhas do mundo e podiam evocar o medo, mas também a simpatia e a risada pelas suas formas exageradas ou ridículas. Em dado momento, esse aspecto é subtraído e, em seu lugar, o monstro ressurge como algo essencialmente maléfico e perigoso. Essa transição é operacionalizada pelo cristianismo, que “já possuía a tendência de associar as deformidades e a feiura ao diabo” (JUNIOR, 2012, p. 562). A partir do final da Idade Média, com a associação do monstro com a figura do demônio, ele passa a ser percebido apenas como a encarnação de algo destrutivo, algo que carrega o ódio ao gênero humano. E, portanto, com a disseminação da ideologia cristã na Europa, o sentimento de estranhado bizarro vai ser substituído pelo medo do maligno e da ameaça, que esse bizarro representa. Assim, de acordo com Junior (2012), esse temor, historicamente criado pela figura do monstro, justifica o tratamento, que lhe é dado socialmente: de um lado, o ódio e a violência, e, do outro, o desprezo e a humilhação. Nesse sentido:

Nossa cultura criou uma forma específica de tratar com as pessoas que se encaixam na categoria de monstros: ao encará-las como o equivalente ao Mal e ao caos, a única ação ou reação socialmente inteligível é a destruição ou o anulamento (literais ou simbólicos) dessas pessoas (JUNIOR, 2012, p. 263).

O “monstro disfórico de gênero”, como podemos perceber no discurso relatado da mãe deL., é definido como “aquele que vive em transição. Aquele cujo rosto, corpo e práticas não podem ainda ser considerados verdadeiros em um regime de saber e poder determinados” (PRECIADO, 2022, p. 26).

Os excertos utilizados como demonstração do comportamento delocutivo apontam para as violências praticadas contra as populações trans e evidenciam como essas populações são subtraídas de vivências comuns entre pessoas cisgêneras. Apontam, também, para os obstáculos enfrentados por pessoas, que subvertem as normas de gênero, que têm suas vidas ameaçadas pela transnecropolítica em vigor. É preciso compreendermos que a cisgeneridade, entre outros marcadores, atua como blindagem para o livre trânsito e aceitação do indivíduo na sociedade.

No campo afetivo, é curioso observarmos uma facilidade para se encontrar mais referências, inclusive no espaço acadêmico, com relação ao tema da solidão das mulheres trans. Isso não se nota quando se pesquisa a respeito da solidão dos homens trans. Em uma busca pelo *Google* e pelo *Google Acadêmico*, encontramos apenas um trabalho, mesmo assim, voltado para as dificuldades dos serviços de saúde. Uma hipótese seria a de que homens trans, quando heterossexuais, podem encontrar menos obstáculos para estabelecer relacionamentos afetivos sexuais com as mulheres. Primeiro, por que as mulheres não teriam sua feminilidade questionada, como acontece com homens, que se relacionam com transexuais e travestis. Segundo, por que, enquanto minorias de gênero, as mulheres poderiam apresentar menos barreiras internas para se relacionar com esse “outro do outro”. Como explica Nascimento (2021), a mulher seria o outro do homem, percebido socialmente como o polo positivo central. Em relação a ele, ela ocupa um lugar inferior. A autora fala, assim, sobre os modos de experienciar essa outreridade, que não seriam iguais em essência. Cada mulher – a branca, a negra, a lésbica, a heterossexual – teria modos diversos e específicos de vivê-la. Com relação às pessoas trans, Nascimento (2021, p. 52) afirma: “Nossas outreridades estão além; somos, de certa maneira, o Outro do Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher”. Essas são algumas hipóteses que nos levam a crer que, em relação às mulheres trans, os homens trans estariam em vantagem no campo afetivo sexual.

4.6.3 Modo Narrativo

A seguir, destacamos os principais excertos e respectivos actantes. Apresentamos

inicialmente, três excertos, que aparecem em sequência na narrativa e dialogam em torno da mesma temática:

- (57) Conheci o grupo FTM (Feminino Trans Masculino) por indicação de um amigo. Ele tinha a mesma condição que eu (nasceu menina, mas era menino). Resolvi acompanhar o grupo pelas redes sociais e me reconheci naquelas pessoas que participavam das discussões. ‘Caramba! Não sou o único, isso é uma coisa que é reversível, dá pra eu mudar a minha aparência!’ (BRANT, 2017, p. 163)
- (58) Perto de fazer 20 anos, finalmente decidi e tomei uma atitude independente: vou começar o tratamento, mesmo sem acompanhamento médico! Consultei um amigo *personal trainer* sobre os riscos e os efeitos de um hormônio bastante comentado e usado entre os participantes do grupo de FTM. Ele conhecia e me deu uma força. Consegui ter acesso à ‘ampola milagrosa’ e a apliquei como se estivesse retomando a vida nas mãos (BRANT, 2017, p. 163).
- (59) Foi então que, antes que as mudanças físicas comessem a ficar visíveis, resolvi abrir o jogo com meus pais, mas do meu jeito, ainda sem a total aceitação da minha identidade: ‘Eu quero falar uma coisa pra vocês. Eu estou tomando um estimulante, vou ganhar músculos, minha aparência vai mudar um pouquinho, mas tá tudo bem. Já pesquisei tudo, vou adequar minha alimentação e viver uma rotina diferente’. Eles me ouviram calados e aceitaram minha decisão com aquela expressão de que já esperavam uma atitude minha desse tipo mais cedo ou mais tarde. Eu não podia mais parar, não queria mais parar. Não tinha mais volta. Eu estava em transição. Virei só Tereza, Tereza Brant, e dei adeus à minha porção Cristhina. Gostava do que via, meu novo corpo, mas não queria ser rotulado de nada: nem de homem nem de mulher (BRANT, 2017, p. 164).

Em (57), temos Brant e seu amigo como actantes. Em um primeiro momento, Brant desempenha papel de **beneficiário** da ação do amigo ao ser apresentado ao grupo FTM. Esse último é situado como agente **benfeitor** por essa ação. Posteriormente, o enunciador assume uma agência na narrativa quando decide acompanhar o grupo pelas redes sociais. Novamente, destacamos o papel da *internet* na disseminação de informações e formação de comunidades relacionadas a grupos e pautas, que, até então, não contavam com a cobertura das mídias tradicionais. Ainda hoje, contam com espaços restritos, quando não abordados de formas, que reforcem imaginários distorcidos e preconceitos. A reação de se reconhecer no grupo FTM é evidenciada por Brant quando ele percebe não ser “o único” naquela situação e que lhe seria possível mudar sua aparência.

Em (58), Brant desempenha papel de agente **benfeitor**, agindo de acordo com seu propósito, e o amigo *personal trainer* atua como actante **aliado** ao ajudá-lo com informações sobre o hormônio. Na narrativa, Brant não explica o porquê de não ter buscado acompanhamento médico assim como não há explicações quanto ao fato de os pais terem

aceitado a decisão sem buscar tal acompanhamento. Em estudo realizado sobre o uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de transgêneros, Silva *et al.* (2022) enumeram algumas questões, que contribuem para a automedicação hormonal, entre elas: barreiras no acesso aos serviços de saúde; falta de insumos no âmbito da saúde pública; despreparo dos profissionais na prescrição dos medicamentos; e baixa condição socioeconômica para o acesso a profissionais especializados entre outras. Conforme João Nery denunciou, a rede hospitalar no País, ainda, se encontra despreparada e insuficiente para atender às demandas da população trans, lembrando que há apenas cinco hospitais do SUS habilitados para realizar cirurgias. Esse contexto, certamente, colabora para que muitos transexuais iniciem e levem adiante o processo de transição contando com informações e ajuda, que obtêm pelas redes sociais e amigos.

Destacamos o efeito patêmico no excerto (58) quando Brant fala da “ampola milagrosa”, como ele denomina o hormônio, e o quanto o seu uso representava uma retomada da própria vida. Entre outros procedimentos a que se submetem durante a transição, os transexuais costumam evidenciar a importância do hormônio no processo de fabricação da corporalidade desejada. Preciado (2022 p. 27) o compreende como uma forma de descolonização do corpo, uma rebelião molecular. Em sua concepção, transitar de gênero seria “estabelecer uma comunicação transversal com o hormônio, que apaga – o melhor, eclipsa – isso que vocês chamam de fenótipo feminino e que permite o despertar de outra genealogia. Esse despertar é uma revolução”.

Em (59), Brant ocupa, novamente, uma posição de agente **benfeitor** em conformidade com seu propósito, e os pais, também, são situados como agentes **benfeitores** ao aceitarem a decisão do filho.

Apresentamos uma possibilidade para se pensar o processo de Brant em alinhamento com sua afirmação de que, naquele momento de sua transição, não queria ser rotulado de nada, nem de homem, nem de mulher. Partindo do pensamento de Butler, Nascimento (2021) reflete sobre a constituição do sujeito e a produção do corpo. Em primeiro lugar, ela ecoa o pensamento de Butler de que não somos corpos, fazemos corpos. Esse processo de fabricação deve ser pensado como constante reiteração das normas regulatórias assim como a possibilidade de rompimento com elas. Se as normas precisam ser reiteradas constantemente, é justamente por que elas são insuficientes, é por que não existem “homens” ou “mulheres” *per se*, ou seja, “não existem corpos generificados/sexuados de modo essencial e imutável” (NASCIMENTO, 2021, p. 126).

Também caucionada na máxima de Beauvoir de que não se nasce mulher, Nascimento

(2021, p. 126-127) estende seu alcance e afirma que não se nasce homem, *gay*, lésbica, travesti ou transexual. A partir daí, defende sua perspectiva sobre a constituição do sujeito:

[...] não nascemos essencialmente com nenhum sexo, gênero ou orientação sexual, tampouco nos tornamos, já que não há uma perspectiva de que seríamos algo anterior ao próprio processo de nos fazermos. Isto é, não existe sujeito anterior ao processo de produção do gênero, nem sujeito que guiaria esse processo. O sujeito é um efeito dessa produção, o sujeito generificado é efeito das relações de poder.

Como buscamos refletir no capítulo II, o poder, também, é central no pensamento de Foucault (2009). para se pensar a constituição do sujeito. Em seus estudos, o filósofo ressalta que seu objetivo foi criar uma história dos diferentes modos através dos quais o homem se torna sujeito. Nesse perspectiva, focou em três modos de objetivação, que atuam nesse sentido. O primeiro seriam os mecanismos, que atravessam modos de investigação, que constituem *status* de ciência e que terminam por ter a legitimação da ciência. O segundo foi o estudo da objetivação do sujeito através das práticas divisórias, que dividem o sujeito em seu interior e em relação aos outros, às quais abordamos na seção Objetivação e Subjetivação. E o terceiro se relaciona ao modo pelo qual um ser humano se torna sujeito por meio de algum domínio específico – no caso de Foucault (2009, p. 1), o domínio da sexualidade, ou seja, “como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos dessexualidade”.

É claro, portanto, como as redes do poder, nesses três modos de objetivação, participam na constituição do sujeito, mais especificamente na constituição do sujeito generificado. No primeiro modo de objetivação, a ciência, através do discurso da biologia, classifica, sexualmente, os seres. A diferença biológica – como destacamos ao longo desta pesquisa – é usada para instaurar e justificar diferenças culturais. No segundo modo de objetivação, as práticas divisórias partem do “humano universal” (PRECIADO, 2022; MOMBAÇA, 2021) como modelo e referência para operar divisões e hierarquias: branco/negro, homem/mulher, heterossexual/homossexual e cisgênero/transgênero dentre outras. Há que destacarmos, também, o discurso da medicina nesse contexto, como, por exemplo, na psiquiatria, que sempre operou classificações e procedimentos e produziu discursos relacionados às populações trans. No terceiro modo de objetivação, Foucault (2009, p. 29) reconhece a importância e o lugar da sexualidade na constituição do sujeito social, um lugar que é atravessado “por mecanismos de poder para cujo funcionamento o discurso sobre o sexo [...] passou a ser essencial”. Juntos, esses três modos se combinam e se distribuem em redes de micro e macropoderes de modo a exercer controle sobre corpos e condutas, a fim de reiterar a ordem hegemônica do sistema sexo-gênero.

No excerto a seguir, Brant conta um aspecto da dificuldade no relacionamento com a mídia, em um momento, em que sua história atraía fãs e repórteres, como ele mesmo afirma: “Com minha exposição na mídia, houve uma avalanche de repórteres me perguntando todo tipo de coisa” (BRANT, 2017, p. 165).

(60) Aquilo tudo era novidade pra mim, principalmente o fato de ter fãs, pessoas que se inspiravam em mim e me viam como exemplo. Procurei lidar da melhor maneira possível, tentandolevar uma mensagem positiva sobre o que era o processo de transição em si. No entanto, a mídia manipulou muito meus discursos, deixando a Tereza que ainda estava passando por um processo de descobertas de lado e fazendo sobressair o produto comercial que ela tinha se tornado. ‘Eu não vim pra explicar, vim pra confundir’. O bordão inconveniente acabou me marcando. Foram palavras colocadas na minha boca pelos jornalistas sensacionalistas que impactaram negativamente o meu público e só me deixaram, sim, mais confuso (BRANT, 2017, p. 165).

Temos, então, dois actantes: a mídia, posicionada na narrativa como um agente **agressor**, que realiza uma ação negativa em relação a Brant; e este, encenado como um paciente da ação, é um actante **vítima**. Brant reconhece e aponta a manipulação midiática de seu discurso, dizendo que o aspecto da sua subjetividade foi tomado pelo “produto comercial” da sua imagem.

A abordagem das mídias tradicionais na temática transexual costuma ser, em grande parte, realizada por um viés sensacionalista, que amplia a desinformação e reforça imaginários sociodiscursivos carregados de preconceitos. Carvalho (2021, p. 362) destaca o papel fundamental dos meios de comunicação de massa na formação de opinião acerca da transexualidade: “A representação, em muitos casos, está marcada na massificação do espetáculo e sensacionalismo centralizado na ‘mudança de sexo’”. Outros enfoques passam pela hiperssexualização dos corpos trans, transformando essas subjetividades em “fantoques sexuais”, e pela construção da feminilidade e masculinidade trans a partir de parâmetros de uma pretensa transexualidade verdadeira, sempre pautada na correspondência com o ideal cisgênero. A presença dos transexuais nas páginas policiais, também, é comum, como vítimas de agressões e dos assassinatos contabilizados pelas ONG, que atuam em defesa dessas populações. Essa associação como mundo do crime, também, contribui para a manutenção de um imaginário do lugar marginal e estigmatizado ocupado pelas pessoas trans na sociedade. Sobre a mídia, Butler (2011, p. 28) reflete:

O processo de esvaziamento do humano feito pela mídia por meio da imagem deve ser entendido, no entanto, nos termos do problema mais amplo de que esquemas normativos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de

ser lamentada. Esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos. [...].

Contudo, é preciso considerarmos iniciativas, mesmo que esparsas, que promovem a reflexão e a humanização de sujeitos e grupos sociais ainda invisibilizados. A própria novela *A força do querer*, na qual Brant teve participação, é um exemplo de que é possível levar ao grande público temáticas polêmicas sob um viés, que respeite e esteja em consonância com as pautas ativistas, além de operar representações mais humanizadas desses sujeitos. Entretanto, é preciso destacarmos que as redes sociais, ainda, estão em vantagem nesse sentido, já que é um espaço de democratização de vozes, no qual é possível construir narrativas autênticas de “vidas reais”, compartilhar vivências e memórias, desmistificar preconceitos e reconstruir percursos. Em outras palavras, os sujeitos constroem suas narrativas de si e ensinam outras, amplificando as possibilidades desde autorrepresentação, de compartilhamento de ideias e de outros modos de ser. Trata-se de uma democratização das narrativas, de uma pluralidade de vozes, identidades, sujeitos e subjetividades (ARFUCH, 2010, p. 19).

O próximo excerto é representativo dessa dimensão filosófica da narrativa de si, que, como explica Arfuch (2010), tem o poder de alargar a voz interior e de fazer com que os sujeitos vivam em conformidade com essa voz.

(61) Descrever minhas vivências passadas me fez perceber algo que ainda permanece no meu inconsciente: o receio de ser rejeitado. Hoje, reconheço que a Tereza não só fez parte de mim como veio para me ensinar a ser um homem melhor. Já não me incomoda mais e percebo que a única forma de deixá-la ir é compreendendo-a totalmente, sentindo o que antes ela sentia como parte ‘desconhecida’ e que agora já conhecia. Até o ano passado eu dizia que seria sempre Tereza e não deixaria de ser na minha essência. Mas a vejo como um ciclo. Ela iniciou, eu terminei. Ela me encontrou, agora está na hora de partir... (BRANT, 2017, p. 166-167)

Essa dimensão filosófica da narrativa está explícita nesse excerto a partir de uma reflexão, que traz à tona as diferentes subjetividades envolvidas no processo de transição do enunciador. Foucault (1992), também, destacou o papel da escrita na cultura filosófica de si na época anterior ao cristianismo. Arfuch (2010) discorre sobre o conceito de valor biográfico, que é o que permite pensar os processos de subjetivação envolvidos nas formas narrativas. Em todas essas formas, segundo a autora, é possível encontrar o cronotopo⁶³ da vida: seja na autobiografia, na história de vida ou na entrevista biográfica. É no registro do “isso aconteceu”,

⁶³ Termo de Bakhtin, que denota como as configurações de tempo e de espaço são representadas na linguagem e no discurso.

que se manifesta a busca da plenitude da presença, da singularidade do eu: “É essa busca, essa proteção em tempos de incertezas, um dos fatores que impulsionam, segundo minha hipótese, o desdobramento sem pausa do biográfico” (ARFUCH, 2010, p. 74-75).

4.6.4 Modo Descritivo

A seguir, relacionamos os excertos, que ilustram o Modo de Organização Descritivo:

- (62) A primeira dose da hormonização já mostrou algum efeito satisfatório. Sentia-me mais forte para fazer o treino físico na academia. Tinha mais impulso. O esforço nos aparelhos estava sendo compensado com uma musculatura mais firme. O segundo mês já foi crítico. O remédio teve efeitos colaterais. Ficava irritado com tudo, inquieto, meu rosto inchou, e a voz começou a mudar. Mas nada disso pareceu um problema que me fizesse parar. Segui com as doses por mais três meses, sem acompanhamento médico. Buscava dicas com um nutricionista e as orientações da instrutora da academia (BRANT, 2017, p. 163-164).
- (63) Tive de mudar meus horários, ter uma postura diferente, não tinha tempo nem para respirar! Virei reportagem na revista Época. O texto dizia que eu era um ‘Sansão às avessas’, uma menina que só conseguiu encontrar a ‘força’ depois de cortar o cabelo. Eu adorava ser aquela Tereza com voz, corpo e rosto de menino. Chamaram-me de encantador e de sexy, e era de novo ‘sucesso’ entre adolescentes nas redes sociais. E, o melhor de tudo, lá estavam meus pais, me apoiando como sempre, dispostos a passar por cima de tudo e até se expor para me ver feliz comigo mesma (BRANT, 2017, p. 165).
- (64) O bom disso tudo foi redescobrir meus gostos do lado artístico, aproveitei a brecha para começar a explorá-los novamente. Tornei-me modelo fotográfico, fiz curso de teatro e criei um canal no *YouTube* (o *blog* Ela ou Ele). Inicialmente com uma amiga, a modelo e atriz Celina Barbi, com quem participei também da curta-metragem *A Soberba de Indaiatuba*, com a direção de Ramon Navarro (BRANT, 2017, p. 166).

O excerto (62) tem um componente de localização – “na academia” – e vários de qualificação, os quais Brant usa para descrever os efeitos do hormônio: ele relata que se sentia mais forte, tinha mais impulso, estava com a musculatura mais firme. Continuando com sua descrição, o enunciador afirma que o segundo mês foi crítico, e o hormônio apresentou efeitos colaterais: estava irritado, inquieto, rosto inchado e a voz começou a mudar. Brant, também, faz uso de um procedimento de situação quando se refere ao uso do hormônio por mais três meses, sem acompanhamento médico, buscando dicas com nutricionista e orientações com a instrutora física.

Preciado (2022, p. 15), também, faz algumas referências às mudanças provocadas pelo

hormônio e diz que foi através deles que viu sua condição feminina escapar de si “a uma velocidade alucinante, levando-me mais longe do que eu jamais poderia imaginar”. O filósofo conta que, à medida que a testosterona agia sobre seu corpo, sua voz e seus músculos, ficava cada dia mais difícil manter sua identidade administrativa de mulher. E foi nesse momento que ele começou a perceber a necessidade de superar barreiras, já que vivemos imersos na rede política da diferença social. Segundo o autor, não se trata apenas de barreiras administrativas, mas de uma série de poderes microscópicos, que atua sobre corpos e modela comportamentos. Assim, Preciado (2022, p. 17) descobriu que “deixar o regime da diferença sexual significaria deixar a esfera do humano entrar em um espaço subalterno, de violência e de controle”. Vimos, nos excertos (54), (55) e (56), os discursos relatados por Brant a respeito da reação da mãe de L. carregados de preconceitos e violências. A androginia ou um embaralhamento na percepção de gênero apresenta diversos riscos para os grupos trans, independentemente de terem ou não iniciado ou finalizado a transição. O preconceito, as sanções sociais e a transnecropolítica são ameaças iminentes, que atingem, sobretudo, pessoas trans vulnerabilizadas pelas condições socioeconômicas. Nesse sentido, destaca-se o ideal da passabilidade, sobre o qual já refletimos, e como ele se apresenta como uma promessa de uma vida mais segura, a possibilidade de “se misturar” a partir do reconhecimento social dos elementos da cisgneridade.

Em (63), Brant descreve detalhes do momento, em que começou a ter uma projeção na mídia e de que forma essa projeção mudou a sua vida. Há processos de nomeação – a revista *Época* e o nome da matéria “Sansão às avessas”. O enunciador, também, usa o nome de Tereza, ainda se reconhecendo enquanto tal, mesmo “com voz, corpo e rosto de menino”. Nesse contexto, encontramos processos de qualificação: “encantador e sexy”. Ele, também, descreve o apoio recebido dos pais naquele momento. No excerto (64), há descrições, que envolvem iniciativas, que tomou redescobrimdo seu lado artístico. Para tanto, usa processos de nomeação: o canal no *YouTube* chamado “Blog Ela ou Ele”, a amiga Celina Barbi, o curta-metragem “A Soberba de Indaiatuba” e o diretor Ramon Navarro.

Brant reconstrói cenas enunciativas relativas ao momento quando conquistou fama tão logo ele iniciou a exposição do seu processo de transição. Também, aponta a própria espetacularização da mídia com uma cobertura, que evidenciava e explorava o aspecto, senão do grotesco, do inusitado e do exótico que as mudanças corporais de Brant representavam. Amara Moira (2022) comenta sobre esse aspecto da espetacularização em um relato concedido à *Folha de São Paulo*. Ela pontua que, quando começou sua transição, em 2014, ainda havia a necessidade de lutar para que a mídia hegemônica respeitasse o gênero e o nome de pessoas transexuais. Moira dá como exemplo a ocasião do lançamento do seu livro *E seu eu fosse puta* e

conta que imaginou que haveria resenhas e leituras aprofundadas do texto e afirma: “Eu vi uma espetacularização do fato de eu ser uma travesti lançando um livro sobre minhas experiências como prostituta” (MOIRA, 2022, *online*). A escritora denuncia, ainda, o fato de pessoas trans serem tratadas “como se a gente fosse um bicho exótico num zoológico” (MOIRA, 2022, *online*). Moira reconhece que há uma crescente presença trans nos meios de comunicação e uma pluralização das abordagens. Mas, diz que, ainda, é possível encontrar vieses preconceituosos. Ela relembra um caso, em 2018, de uma pessoa, que era conhecida como Lourival Bezerra e que, após sua morte, o Instituto Médico Legal divulgou que ele tinha vagina: Teve um monte de matérias alucinadas sobre ‘a mulher que se passou por homem por 50 anos e enganou todo mundo’” (MOIRA, 2021, *online*).

Nesse sentido, é possível correlacionarmos esse tipo de exposição midiática às exposições nos chamados circos de horrores, que faziam a exibição de humanos e animais dotados de alguma anomalia⁶⁴. O intuito, em ambos os casos, envolve, além do entretenimento, a mercantilização, que esses fatos podem gerar. Os *freak shows*, como eram conhecidas essas exposições circenses, em muito se aproximam da categoria, que mencionamos anteriormente da monstruosidade. Conforme Mendes *et al.* (2016, p. 334), “os indivíduos eram expostos como ‘monstros’ e ‘aberrações’, de forma que essas estigmatizações eram altamente rentáveis para os que os apresentavam”.

Situamos, aqui, a “anomalia” desses sujeitos transgressores das normas de gênero com o aspecto da sexualidade, o que os posicionaria como indivíduos potenciais para a exibição nos *freak shows* da pós-modernidade. Junior (2012) ressalta que a mais antiga associação da monstruosidade é justamente com o aspecto erótico/sexual, uma associação anterior à do mal. E, embora essa relação remeta à Antiguidade, o autor salienta que seria apenas no século XIX, com o surgimento da ciência sexual, que ela seria patologizada, através do discurso científico.

Não por acaso, a associação entre a monstruosidade, as sexualidades e os sexos/gêneros ininteligíveis (chamados de perversos, pervertidos, parafilicos ou anormais) é uma constante nos escritos médicos ou jurídicos sobre o tema, desde principalmente a segunda parte do século XIX até o final da primeira metade do XX (JUNIOR, 2012, p. 563)

O tratamento midiático das subjetividades trans como “fantoques sexuais”, como apontou Carvalho (2021), recoloca essas pessoas no espaço da estigmatização e da objetificação de seus corpos, mas, principalmente, subtrai-lhes o papel de agência política. Esvazia suas

⁶⁴ As mulheres barbadas eram figuras comuns em apresentações desse tipo, o que remete justamente ao quanto essa mistura de elementos de gênero sempre despertou fascínio e curiosidade dentre outras reações.

potências enquanto atores sociais, que estão questionando e provocando fissuras na ordem hegemônica. Esse, também, é um mecanismo de objetivação, já que não confere espaços legitimados socialmente – sejam espaços para a fala ou para a escuta, considerando que esses processos estão integrados no modo como a sociedade organiza os espaços discursivos (MOMBAÇA, 2017).

Conforme mencionado em relação à narrativa de T. Brant, ressaltamos uma enunciação construída a partir de atos elocutivos em sua maioria. Assim, o ponto de vistado enunciador sobre seu universo interno e sobre aspectos do mundo são priorizados na narrativa. Também, são discursivizados, em diversos momentos, os regimes de verdade, que participam no processo de objetivação do autor, que o pressionaram a se adequar às normas de gênero. A discursivização de emoções, também, foram observadas ao longo da enunciação, em especial relacionadas às memórias de infância, às violências e aos preconceitos sofridos e durante o processo de transição.

A exemplo das demais narrativas, também, identificamos aspectos do *ethos* relacionados ao processo de construção da identidade de gênero. Se, em determinado período, houve uma conformação, a fim de atender às expectativas de gênero, um *ethos* de resistência vai emergindo à medida que Brant vai tendo conhecimento sobre sua subjetividade e identidade trans e, assim, assumindo seu processo de transição.

Algumas particularidades de sua história se destacam. A fama, que obteve ao tornar pública sua transição de gênero, despertando atenção do público e da mídia, e a subsequente espetacularização midiática de seu processo. Um aspecto, que remete aos *freak shows*, nos quais eram exibidas pessoas diversas, que chamavam a atenção por alguma anomalia, entre elas as que misturavam características de gênero, como as mulheres barbadas. Ainda, destacamos as memórias do enunciador relacionadas às ofensas, que sofreu e como elas reproduziram imaginários acerca do transexual como uma aberração, uma monstruosidade, conforme abordamos a categoria.

4.7 Pontuações Relacionadas às Narrativas

Nesta seção final, objetivamos refletir sobre as narrativas analisadas a partir de um ponto de vista transversal, buscando ressaltar pontos comuns e recorrências entre elas. Entendemos que são questões, que se sobrepõem a partir das vivências discursivizadas e apontam para um horizonte a ser considerado, com vistas a uma compreensão maior de como se dá a construção das subjetividades trans, o objetivo principal, que norteou esta pesquisa.

Iniciamos destacando os possíveis pontos em comum no que se refere à gestão dos modos de organização do discurso. No que se refere ao **Modo Enunciativo**, salientamos a predominância do uso de atos elocutivos pelos quais sujeitas e sujeitos enunciadoras(es) modalizaram, subjetivamente, a enunciação e apresentaram aos leitores seus pontos de vista, suas percepções e visões de mundo.

As diversas categorias linguístico-discursivas para realizar os atos enunciativos sinalizam como os(as) enunciadores(as) se posicionaram frente aos regimes de verdade, que constituíram e constituem suas subjetividades. Também, percebemos que, em função desses regimes e de seus respectivos processos de objetivação, os quatro enunciadores apresentaram comportamentos semelhantes. Em um primeiro momento, sobretudo na infância e na adolescência, houve tentativas de adequação às normatizações do sistema cisheterossexual, o que fazia com que os quatro autores reproduzissem imaginários sociodiscursivos relacionados às performances de gênero como estratégia para se protegerem socialmente. São momentos em que identificamos a emergência de um *ethos* de adequação, de pessoas, que, a despeito de seus conflitos internos, tentavam reproduzir as normas. Na enunciação dessas tentativas de adequação, também, observamos diversos efeitos patêmicos, sobretudo o do medo, discursivizado em momentos diversos. Amara, no comportamento elocutivo, revela a necessidade, que sentia de “tirar os holofotes” de si. No Modo Descritivo, ela, também, descreve um dos momentos, em que havia voltado para o armário justamente pelo medo da reação das pessoas se descobrissem quem ela era de fato.

Amara, no comportamento elocutivo, narra sobre uma sequela, que emergiu em função dos regimes de verdade, que atuaram sobre sua subjetividade: a “tão difícil” relação com seu genital. João W. Nery, no comportamento elocutivo, relata sobre os inconvenientes da “monstruação” e dos “terríveis hormônios”. Márcia Rocha, utilizando o mesmo tipo de ato, revela o medo de uma ameaça, que percebia a sua volta e que fazia com que ela entendesse que precisava se esconder. T. Brant, por sua vez, enuncia, por meio do comportamento alocutivo, o sofrimento, que era performar o feminino durante a infância.

Entretanto, mesmo cedendo, ainda que parcialmente, ao CISTema, é notável como os(as) autores(as) vão construindo estratégias de subjetivação durante o percurso, que culminará na autoaceitação e na transição de gênero definitiva. Márcia Rocha, por exemplo, aceita performar socialmente os imaginários relacionados à figura do homem, mas se permitia vivenciar a sua feminilidade em âmbito privado. Neste percurso de autodescoberta e de compreensão acerca de suas subjetividades, os sujeitos comunicantes projetam, em suas narrativas, um *ethos*, que vai se construindo a partir de atos e de discursos de resistência aos

padrões de gênero. Parafraseando Paul Preciado (2022, p. 16), é nesse percurso que eles irão “cavar com as próprias mãos” o túnel da liberdade de suas identidades de gênero. Afinal, como o autor observou, essa liberdade é “algo que se fabrica” (PRECIADO, 2022, p. 16).

Com relação a esse mundo interno dos enunciadores, observamos o quanto eles seguiram tateando suas subjetividades em busca de compreenderem a si mesmos. Ora aceitando as investidas de seus interlocutores, ora reagindo contra elas e, em muitos momentos, fazendo experiências no sentido de adequarem, em alguma medida, suas aparências às suas identidades de gênero, como quando T. Brant corta os cabelos ou quando João Nery sai com a namorada para comprar roupas masculinas. Os conflitos internos são evidenciados e percebemos que a transição é um processo, que se inicia muito antes das mudanças físicas. Ela se configura no olhar (como no olhar de Amara Moira para Roberta Close), que se desloca dialética e continuamente de dentro para fora, vai se constituindo nessa forma de se perceber e perceber o mundo à volta ou o mundo como um trauma, como reflete Mombaça (2021, p. 31): “[...] e o mundo é meu trauma. Eu sou maior que o meu trauma. Porque se o mundo é meu trauma, não para nunca de fazer seu trabalho, então ser maior que o mundo é meu contratrabalho”.

Quanto à gestão do **Modo Narrativo**, observamos que os papéis actanciais dos enunciadores são diversos. Trata-se de papéis, que variam de acordo com posições, que ocupam em determinados momentos de suas vidas em relação aos seus conflitos de gênero. Primeiro, como vítimas, de ações, de discursos, de pessoas e de instituições, que atuam gerando pressões diversas, para que haja a conformação, a aceitação da cisheteronormatividade, incorporando *ethé* de conformação ou, pelo menos, de tentativas de conformação social. Em muitos momentos, também são beneficiários de ações de actantes, que os apoiam, e quando, finalmente, iniciam a transição, eles passam a desempenhar um papel de agentes beneficiários de suas próprias causas, quando emerge, em cada um dos autores, o que identificamos como um *ethos* de resistência. Por mais que possam contar com a ajuda, direta ou indireta, de amigos ou de outras pessoas trans, esse passo só pode ser dado por eles. Um passo, que envolve riscos, demanda coragem e carrega um potencial fortemente político, como defende a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2020, p. 23): “O que eles ousam ensaiar repercute não apenas em suas próprias vidas, mas nas vidas de seus contemporâneos. Esses sujeitos sugerem uma ampliação nas possibilidades de ser e de viver”.

Diversos imaginários sociodiscursivos foram enunciados pelos autores. Amara aponta as investidas do pai, que a constrangia perante seus amigos e que revelavam a reprodução de imaginários, que regulam comportamentos previstos pelas normatizações, uma forma de “pedagogia da masculinidade”, como aponta Miskolci (2016). No caso de João, identificamos

imaginários sociodiscursivos a respeito das performances de gênero, que são replicadas pelo enunciator desde a infância, quando ele inventou uma brincadeira para poder representar o papel de homem. Nesse sentido, observamos que, mesmo subvertendo os padrões de gênero, muitos sujeitos transexuais, ainda, se pautam pelo horizonte normativo dos modelos femininos e masculinos disponíveis socialmente. T. Brant, ao apontar o caráter sensacionalista da cobertura midiática sobre sua transição, também, revelou a reprodução de imaginários sociodiscursivos, que reforçavam o preconceito contra pessoas trans.

Com relação aos efeitos patêmicos, observados no **Modo Narrativo**, Amara narra as dificuldades e o sofrimento relacionados à resistência de pessoas próximas em se referir a ela no feminino e chamá-la pelo nome social. Nery rememora sua infância e a solução encontrada para viver “feliz da vida” o personagem masculino, que criou para si. Márcia revela dimensões patêmicas diversas relacionadas ao processo de transição tanto em si quanto em seus familiares. T. Brant, por sua vez, compartilha diversos aspectos relacionados às emoções vivenciadas quando iniciou a transição e observou os efeitos em seu corpo provocados pela “ampola milagrosa”.

Em relação ao **Modo Descritivo**, também, há a discursivização de emoções diversas. Amara volta a mencionar o medo de se revelar publicamente. João se enuncia como transhomem e destaca o quanto isso representa motivo de orgulho para ele. Márcia Rocha fala sobre as emoções vinculadas ao processo de transformação corporal e de como a transição repercute na autoestima do transexual. T. Brant discorre sobre a alegria de contar com o apoio dos pais durante sua transição e de como “adorava” ser “aquela Tereza com voz, corpo e rosto de menino”.

Alguns imaginários sociodiscursivos, também, são percebidos/depreendidos a partir do agenciamento do **Modo Descritivo**. Amara faz uma descrição do que é estar dentro do armário. Com isso, ela evoca essa metáfora, que já integra um imaginário sociodiscursivo, que, inicialmente, era usado para se referir ao contexto homossexual e, com o tempo, passa a significar um universo maior de situações. João mobiliza o Descritivo para falar da própria subjetividade e denunciar aspectos da sociedade cisheteronormativa. Na sequência, ele apresenta a história de vida de outro transhomem e descreve as situações de violência pelas quais passou. Com isso, Nery parece ter a intenção de desvelar como operam os regimes de verdade, que são abalizados por imaginários sociodiscursivos na sociedade. Márcia Rocha usa o Descritivo para narrar diferentes momentos de sua vida, mas, sobretudo, para compartilhar com o leitor, em tom de confiança, como era se imaginar no corpo de uma mulher e, posteriormente, o que era, finalmente, habitar esse corpo. Por fim, T. Brant, ao comentar sobre

a cobertura midiática, termina por evidenciar imaginários sociodiscursivos veiculados durante a cobertura. A abordagem da revista *Época*, que relaciona a força da “menina” somente depois de ela cortar os cabelos, com o título *Sansão às avessas*, de forte caráter de espetacularização, revela um imaginário, que associa a força ao gênero masculino.

No que se refere à gestão das paixões e à discursivização das emoções, salientamos o caráter patêmico, que atravessa essas memórias, e refletimos como os(as) narradores(as), na instância de enunciação presente, reconstroem as memórias do tempo em que eram crianças. Ainda que tenha havido diferenças de reações com relação às normatizações que lhes eram impostas, sem dúvida, foram crianças, que viveram suas infâncias com uma dose a mais, e grande, de sofrimento. Suas não conformações ao gênero performado e normatizado socialmente deixaram marcas, que estão para além das narrativas inscritas no papel. Confundiram-se com seus próprios corpos, a materialidade e origem desse sofrimento, e atingiram suas psiques. A trajetória, que se delineou na vida de cada uma delas, teve seus próprios contornos e particularidades, mas permanece o que há de comum, a luta compartilhada para escapar do poder, que, nas palavras de Foucault (2003, p. 216), seria fácil de dismantelar “se ele não fizesse senão vigiar, espreitar, surpreender, interditar e punir; mas ele incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho; ele faz agir e falar”.

Reiteramos, também, como os processos de objetivação (FOUCAULT, 2013) atuam, com obstinação, na constituição dos sujeitos desde muito cedo. E, aqui, retomamos uma questão recorrente em todas as quatro narrativas: como os discursos normatizadores atuaram no sentido de conformar suas identidades de gênero. Amara relata que lhe foi ensinado o que deveria ou não deveria fazer para, efetivamente, ser um homem: “tudo com fartura de exemplos e exercícios práticos para eu ir treinando no dia a dia” (MOIRA, 2017, p. 19). João Nery (2017), por sua vez, conta sobre agressões verbais ao ser chamado de “Maria homem” e de “paraíba” na infância, termos usados para se referir a um comportamento julgado não apropriado para uma menina de acordo com o regime de verdade baseado no binarismo de gênero. Márcia Rocha (2017), que no jardim de infância sempre escolhia ficar junto com as meninas, era, constantemente, lembrada por um coleguinha de que o seu lugar não era ali. E, por fim, T. Brant ganhava vestidos em uma insistente tentativa para enquadrá-lo no universo feminino, até que foi matriculado, contra sua vontade, na aula de balé – expressão máxima desse universo materializado pelos adereços, símbolos e gestuais. Os quatro autores são exemplos de corpos desobedientes e rebeldes, vistos aos olhos de uma sociedade, em que as normas de gênero se encontram fortemente arraigadas. Em todos os casos, percebemos as constantes tentativas para docilizar esses corpos e conformá-los às regras de inteligibilidade, que norteiam a sociedade cisheteronormativa.

Refletindo sobre a questão dos corpos em sua relação com gênero e sexualidade, Bagagli (2017) ressalta que não há um cálculo lógico relacionando a sexualidade sobre o gênero inscrito nos corpos e propõe perspectivas contra-hegemônicas para se pensar uma articulação interseccional entre identidade de gênero e orientação sexual. A autora conclui que as heterossexualidades e homossexualidades não são as mesmas, o que implica que “nem toda sexualidade é cisgênera, ou seja, nem toda sexualidade centra-se em parceiros e cônjuges cisgêneros e suas respectivas corporeidades para ‘fazer sentido’ ou simplesmente para existir” (BAGAGLI, 2017, p. 2). Em outras palavras, não é possível pensar a relação corpo-sexualidade-gênero em um esquema matemático de correlações, uma vez que as interseções podem ser múltiplas, resultando em múltiplas subjetividades.

Por seu turno, Butler (2019) entende que é preciso repensar a noção de construção, quando defende que o corpo é construído. Embora a autora reconheça que há aspectos relacionados ao corpo, que não dizem respeito a essa noção de construção, como o fato de que “corpos vivem e morrem, comem e dormem, sentem dor e prazer, suportam doença e violência; e esses ‘fatos’ [...], não podem ser rejeitados como mera construção” (BUTLER, 2019, p. 16). Entretanto, tais fatos não comprometem a possibilidade de contextualizá-los ou pensá-los por meios discursivos. Com relação a esse aspecto, Nascimento (2021, p. 125) defende a importância da crítica à cisgeneridade como modelo único, “pois ela retira a condição de naturalidade à materialidade dos corpos, propondo, de outra maneira, pensar que esses processos de materialização dos corpos trazem as marcas das práticas discursivas”.

A noção de construção, de acordo com Butler (2019), precisa ser ampliada. A autora argumenta que há, em muitos níveis, “construções sem as quais não seríamos capazes de pensar, de viver, de dar sentido a tudo [...]” (BUTLER, 2019, p. 16). Assim, certas construções seriam constitutivas socialmente. Os corpos, nesse sentido, surgem e perduram dentro de restrições produtivas de esquemas de gênero altamente regulatórios. Partindo, então, do entendimento da construção como restrição constitutiva, tais restrições não apenas produziriam o domínio de corpos inteligíveis, mas também o seu oposto, um domínio de corpos impensáveis e abjetos. E a pesquisadora sintetiza sua tese: “Este último domínio não é oposto ao primeiro domínio, pois oposições são, afinal, partida inteligibilidade; o último é o domínio excluído e ilegível que assombra o domínio antecedente [...]” (BUTLER, 2019, p. 17).

Evidenciarmos esses esquemas de construção cultural, que conferem bordas e limites de inteligibilidade em vários níveis na vida social, permite-nos refletir sobre as subjetividades, que se inscrevem fora desses limites e o quanto ficam sujeitas às pressões, aos estigmas e aos preconceitos, que, frequentemente, colocam em risco suas próprias vidas. As teorias, as

militâncias que se debruçam com vistas a compreender e desvelar os esquemas de gênero e os próprios sujeitos, que subvertem essas normas, denunciam as lógicas binarizantes e colonizadoras do sistema sexo-gênero, que buscam conformar, compulsória e violentamente, as identidades. As ofensivas, que se instauram, buscando manter o controle desses corpos, são reveladoras do caráter político dessa disputa. Quando discutimos o direito à liberdade dos corpos, estamos propondo discutir muito mais do que um direito individual. Além disso, queremos contribuir para colocar em questão todo um esquema de poder e hierarquias sob o qual se instalou a civilização ocidental.

Nesse contexto, destacamos que a importância da escrita de si e a discursivização da subjetividade no âmbito de grupos subalternizados são experiências, que engendram uma construção ética e estética, que envolve o sujeito, o grupo e a sociedade. A partir disso, essas pessoas apresentam uma outra proposta e visão de mundo. Nesse cenário, suas existências – e suas escritas – são instrumentos políticos. Na visão de Rago (2013, p. 195), esses atores sociais vislumbram outros modos de fazer política não apenas ampliando esse conceito, “mas mostrando que é indispensável a introdução das discussões da subjetividade, do corpo, da sexualidade e da ética nesse campo, que, aliás, deve se constituir no cotidiano da vida social”. Em sua análise das narrativas de si, Rago (2013) percebeu como elas refletiam os processos de invenção da subjetividade e, através deles, as possibilidades de afirmação de novos modos de resistência e existência.

Destacamos, na seção dedicada à escrita de si foucaultiana, que o filósofo reconhecia seu papel central na subjetivação. Na Antiguidade, esse exercício era mais que um ato mecânico; era uma tecnologia de si, que assumia uma função etopoiética, conforme mencionado na seção citada. De acordo com Foucault (1992), essa escrita etopoiética se estabelece através de duas formas: o *hypomnemata* e a correspondência. O primeiro, que antes era associado a um uso mais técnico, foi ampliado para seu uso como livro de vida. Era uma compilação, que constituía uma memória material do que era lido, ouvido ou pensado e que deveria estar à mão para releitura e meditação posterior, mas também para ser utilizada na ação. Nessa perspectiva, Foucault (1992) explica que eles não estavam destinados a serem guardados em um armário de recordações, mas deveriam ser “profundamente implantados na alma”; assim, “a escrita dos *hypomnemata* é um veículo importante desta subjectivação do discurso” (FOUCAULT, 1992, p. 137).

A correspondência, por sua vez, aproxima-se dos *hypomnemata* em um duplo sentido. Como explica Foucault (1992), a carta enviada atua sobre aquele que a envia em virtude do gesto da escrita (quando escrevemos, lemos o que estamos escrevendo) e, também, atua sobre quem a recebe em função da leitura e possível releitura.

Ainda que ambos instrumentos não possam ser reconhecidos como uma autêntica escrita de si, eles se configuram como importantes mecanismos na constituição do sujeito e ajudam a refletir sobre os atuais processos de subjetivação engendrados nas narrativas de si estudadas no *corpus* desta pesquisa. Certamente, são narrativas, que apresentam uma “potência de vida” (PELBART, 2003), as quais se constituem no processo de suas construções de gênero e apontam para novas possibilidades de ser sujeito, de estar no mundo e de “cavar liberdades” possíveis através do discurso. Liberdades possíveis e passíveis de serem encontradas e compreendidas por meio dessas análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a esse momento da pesquisa aqui apresentada significa repensar o trajeto; significa, como disse Cíntia Guedes, no posfácio do livro *Não vão nos matar agora*, de Jota Mombaça (2021, p. 133): “deixar que cada texto faça o que ele deve fazer, abraçar a transformação a que convocam, sem se prolongar mais do que o necessário. Não se trate de adesão total, mas de pregnância e movimento”. É essa a convocação ou, ainda, a interpelação, que esta tese propõe. A partir dos conceitos de pregnância e movimento, tecemos estas considerações finais, que, paradoxalmente, fazem um convite à continuidade e ao devir das reflexões, que envolvem a posição política e social, que pessoas transgêneras assumem na sociedade contemporânea.

Retornamos, então, em direção à mesma questão com que iniciamos esta pesquisa: a tragédia, que representa o fato de o Brasil ser o país, que mais mata populações trans. Após as últimas pesquisas divulgadas pela Antra referentes aos números de 2022, pelo 14º ano consecutivo continuamos sendo o país número um na prática da transnecropolítica. A violência contra esse grupo social revela muito sobre a nação, sobre o povo brasileiro e sobre como lidamos com a diferença de gênero. Compreender, portanto, o que nos leva a esse cenário de extrema hostilidade contra esse grupo social é compreender, também, como a intolerância é capaz de nos conduzir à barbárie. Nesse sentido, destacamos que a Análise do Discurso apresenta contribuições, que não dizem respeito somente ao estudo de materialidades discursivas, mas também ao conhecimento mais profundo de problemáticas sociais.

Assim, partindo de nosso objetivo geral nesta pesquisa, analisamos e propusemos reflexões a partir da escrita de si dos quatro autores do livro *Vidas Trans*. Para tanto, caucionamo-nos na Análise de Discurso charaudeauiana em interseção com teóricos e teóricas do feminismo, do transfeminismo e da Teoria *Queer* além do embasamento nas reflexões de Foucault. Recuperamos nossos objetivos específicos para (re)pensarmos em que medida nossas escolhas metodológicas nos permitiu atingi-los. Nosso primeiro objetivo era analisar recorrências nas narrativas, que nos permitissem compreender os sentidos, que pessoas trans atribuem ao processo de transição. Percebemos que os fluxos nesse processo apresentaram semelhanças substanciais, que envolveram um percurso de autodescoberta e de autoaceitação em um movimento de avanços e retrocessos até culminar na decisão definitiva de seguir em frente com a transição de gênero. Durante essa (re)construção identitária é que os enunciadores vão operando negociações, gerenciando suas emoções e encontrando saídas para os processos de objetivação a que foram expostos. É nesse ponto que o primeiro objetivo se encontra com o segundo a que nos propusemos: investigar como a escrita de si se configura como parte

importante do processo de subjetivação desses sujeitos, observando projeções de *ethé* e dimensões patêmicas, que são encenadas nas narrativas.

Destacamos, ao longo da pesquisa, a importância da escrita de si no processo de subjetivação, uma vez que ela mobiliza processos reflexivos, que permitem aos sujeitos a ressignificação do vivido. Nesse contexto, o processo da escrita de si, também, é um movimento de agentividade sobre a própria vida; uma materialidade discursiva, que, também, nos permitiu observar as projeções de *ethé* e dimensões patêmicas mobilizadas no ato de (se) dizer. Apontamos a projeção de dois momentos, em que percebemos uma reconfiguração do *ethos* nas narrativas: durante o tempo em que os autores cedem aos processos de objetivação com vistas à adequação de gênero, identificamos a emergência de um *ethos*, que denominamos de conformação. Esse último, após um longo processo, cederá espaço para o seu oposto: o *ethos* de resistência e de enfrentamento aos padrões cisheteronormativos. Nesse ínterim, diversas dimensões patêmicas foram observadas. Salientamos o sentimento de medo, que foi experienciado muito precocemente pelos autores ao perceberem uma ameaça, sempre iminente, que se relacionava ao jeito de ser de cada um deles e que se diferenciava da maioria. É esse sentimento, que está ligado diretamente à projeção do *ethos* de conformação. Todavia, à medida que esses sujeitos convocam para si o enfrentamento da sociedade e dos regimes de verdade do sistema sexo-gênero, percebemos o registro de outras dimensões patêmicas. Sentimentos de alegria, de potência de vida e de liberdade foram discursivizados nas narrativas.

Em nosso terceiro objetivo, investigamos as formas de resistência no processo de ressignificação das identidades de gênero e, também, percebemos algumas recorrências nas narrativas. Apontamos a importância da representatividade e das trocas, que acontecem entre sujeitos, que pertencem a um mesmo grupo. Amara cita Roberta Close e Beatriz Bagagli, como pessoas, que foram referências em seu processo de autodescoberta. Tanto Amara quanto T. Brant, os autores mais jovens, apontam a importância da *internet* dos encontros proporcionados nesse ambiente com outros transgêneros. Na maturidade, João W. Nery mantinha uma página no *Facebook*, na qual acolhia pessoas em conflito com suas identidades de gênero, além das palestras que o autor era convidado a proferir e que, também, lhe permitia outros contatos. Márcia Rocha, por sua vez, promoveu encontro e o acolhimento de pessoas trans no *site* Transempregos. E tanto ela quanto Amara narram a importância da experiência da terapia durante seus processos de transição. Ou seja, as trocas, que esses sujeitos vão tecendo ao longo de suas vidas com pessoas em condições de lhes ajudar e o encontro com semelhantes são fundamentais em seus processos de subjetivação e na decisão pela transição de gênero. É nessa intersubjetividade que eles vão construindo a própria subjetividade.

Outros objetivos desta pesquisa se relacionam à análise dos preconceitos e violências reproduzidos pela sociedade com vistas à conformação de sujeitos desviantes das normas de gênero, evidenciando os regimes de verdade, que (re)produzem o sistema sexo-gênero na sociedade. Observamos como que, nas quatro narrativas, há a discursivização intensa de como se operam as objetivações na sociedade com o objetivo de manter as lógicas cisheteronormativas. As investidas são várias e acontecem muito precocemente na vida social. Violências verbais, humilhações e ridicularizações estão entre elas e se constituem como processos disciplinares das condutas. São formas de terrorismo cultural, como apontou Miskolci (2016). Essas violências têm a chancela dos regimes de verdade, que reproduzem o sistema sexo-gênero. São regimes construídos a partir de uma lógica binária das identidades e sexualidades, que buscam enquadrar as condutas. Mas, como bem apontou Louro (2020), essa lógica é constantemente desobedecida e subvertida e, justamente por não estar garantida, precisa ser reiterada continuamente. É por meio dos processos de reiteração das normas que as violências são produzidas a tal ponto que se instaura a transnecropolítica no País.

Abordar a questão da identidade de gênero é, portanto, uma pauta urgente e ainda muito incipiente em nossa sociedade. Nesse sentido, importa pensarmos os efeitos sociais dos quatro anos de governo ultraconservador no País. Ainda que esse governo não tenha tido êxito nas últimas eleições, em 2022, abriu-se um precedente na atualidade para as condutas não democráticas, para as *fake news* e para as práticas e discursos de ódio homofóbicos, transfóbicos e sexistas entre outros. Somado a isso, persiste no Congresso uma bancada fortemente conservadora, que, ainda, representa um entrave para a discussão das pautas progressistas além dos ecos sociais entre os grupos, que se identificam com essa bancada, ensejando violências múltiplas. Todas essas questões continuam impactando a vida de milhares de pessoas e, aqui ressaltamos as populações, que não se enquadram no sistema da cisheteronormatividade.

Este trabalho representou uma imersão nessas subjetividades. Por meio das “narrativas de si”, expostas no livro *Vidas Trans*, objetivávamos acessar a dimensão humana dessas pessoas, compreender seus dramas e suas potências, enxergar as feridas abertas pelo CISTema e, também, compartilhar a dor dessas feridas. Afinal, partimos de uma perspectiva afetiva no fazer científico, considerando que não há produção de conhecimento integralmente isenta e imparcial. Mas, ousamos mais. Assim como defende Mombaça (2021), intencionávamos politizar a ferida. E a dimensão política construída neste trabalho reside na possibilidade de o quanto essas vozes podem nos afetar e até nos(in)comodar, porque confundem e questionam as bases da nossa própria constituição como sujeitos de sexo e gênero. Reside no convite insidioso para observarmos, pelo buraco da fechadura dessas narrativas, as vidas transgêneras

em sua profundidade e em sua intimidade. Olhar mais de perto esses monstros contemporâneos em seus próprios *freak shows* e, por essa razão, sob seus próprios termos, porque eles falam por si mesmos contra toda a hierarquia dos lugares de fala e de escuta discursiva. Resta-nos ouvir, porque suas vozes são um chamamento ao que Honneth (2003) denomina de progresso moral da sociedade. Se eles assim como tantas outras minorias expõem, vergonhosamente, a proporção abissal da violência humana contra os diferentes e contra as outriedades (NASCIMENTO, 2021), por outro lado, também, apontam para a potência de vida na resistência. Apontam para a capacidade humana de reinvenção e de agentividade sobre a própria vida. E incomodam justamente por que, como afirma Preciado (2022), questionamo poder do ego heteropatriarcal e assumem um projeto de descolonização da identidade e do corpo. É nesse sentido que o autor diz preferir sua nova condição de monstro à de homem ou de mulher, já que é uma posição, que avança em direção a um outro mundo. Nessa posição, o corpo é mais que um objeto anatômico. Ele se constitui, nos termos de Preciado (2022, p. 22), como “sodateca”, um arquivo político vivo. Ao resistir ao “mundo ordenado e supostamente feliz da norma” (PRECIADO, 2022, p. 22), o autor afirma que conseguiu escapar da jaula da diferença sexual e se desbinarizar, evitando, assim, a destruição de sua potência vital.

Cada ser ou grupo humano, que resiste às objetivações do sistema e que ousa questionar os regimes de verdade hegemônicos, aponta em direção a esse outro mundo. Novamente, Preciado (2022) vem nos dizer que, por trás das máscaras da feminilidade e da masculinidade dominantes, e da cisheteronormatividade, estão escondidas múltiplas formas de resistência e de desvio; ou seja, múltiplas formas de subjetivação. A possibilidade da mudança e da (re)construção de um outro e novo mundo não prescinde dos saberes situados (HARAWAY, 1995). São esses saberes, que se constituem como substrato para a reinvenção de novos modos de coletividade, refeitos, agora, sob a égide do afeto a partir de uma epistemologia da generosidade em contraponto e resistência à violência necropolítica.

Esperamos que os leitores desta pesquisa possam observar essas subjetividades trans no ponto em que elas se aproximam dos sujeitos cisgêneros. Notamos, em seus percursos, o movimento para tornar-se o que se é, uma posição na qual nos localizamos todos, visto que não há sujeito pronto, mas sempre em devir. O tornar-se no processo de transição não pertence somente à experiência transexual. O ser humano em sua pulsão devida está continuamente em processo de transição, cada qual à sua maneira. E sempre há que se ter uma dose de coragem e ousadia para enunciar “eu sou o que eu quiser”, como João Nery finalizou a sua narrativa. Uma enunciação proferida em tom de conjuração em nome de uma liberdade a ser cavada com as próprias mãos, como nos lembra Preciado (2022). Para algumas subjetividades, no entanto, “ser

o que quiser” envolve mais riscos e consideráveis obstáculos, porque tudo concorre para sermos, ao contrário, o que o sistema quer. É nessa perspectiva que a defesa da liberdade se encontra e se apresenta como bandeira comum a todas as lutas, mas que impacta cada sujeito no tecido social. Capaz, também, de gerar dinâmicas de identificação entre grupos distintos são a vivência e o compartilhamento da dor, esse ponto em comum entre todos os indivíduos.

A escrita de si amplia essa possibilidade ao socializar vivências e potências de vidas, mas também vulnerabilidades e sofrimentos.

Julgamos relevante considerarmos alguns desafios, que envolvem a emergência social de sujeitos transexuais, que se configuram como possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras ou, ainda, para o desdobramento desta pesquisa em outras perspectivas. O constante movimento, a insistência humana em não se deixar enjaular, esse sentimento de liberdade que insiste em emergir, inventando novos modos de ser, mobiliza outras problemáticas, que a normatividade subtrai. Chamamos atenção para duas dessas problemáticas recentes envolvendo a temática da transexualidade.

A primeira delas diz respeito a atletas transgêneros, uma questão que vem ocupando espaço na arena pública. Em 2021, a nadadora transgênero Lia Thomas, da Universidade da Pensilvânia (EUA), quebrou uma série de recordes na natação feminina após competir como homem durante três anos. Sem se identificar, colegas de Lia manifestaram na imprensa seu descontentamento, dizendo que, se a atleta trans voltar a atingir os melhores tempos que fazia quando era homem, seus números serão recordes mundiais femininos⁶⁵. Em 2022, a Federação Mundial de Natação restringiu a participação de mulheres trans nas competições, estabelecendo que somente competidoras trans, que concluíram a transição de gênero até os 12 anos, podem participar das competições na modalidade feminina. Em uma entrevista à CNN Brasil, o endocrinologista Leonardo Alvares afirmou que as pesquisas relacionadas à fisiologia do esporte ainda estão engatinhando no que se refere a indivíduos transgêneros⁶⁶. Segundo o médico, dados atualizados confirmam que a massa muscular de mulheres trans, que chegaram a desenvolver a puberdade masculina e depois iniciaram a hormonioterapia apresentaram uma queda, mas não eram comparáveis aos níveis de uma mulher cis. Fica claro, portanto, que as novas demandas dos grupos trans convocam à construção de novos saberes, mas também de negociações. No caso de atletas trans, Leonardo Alvares diz que a orientação da Federação mostra a importância de individualizar os esportes em função das especificidades e aspectos físicos de competidores, a

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/atleta-trans-quebra-recordes-na-natacao-feminina-e-deixa-colegas-de-equipe-frustradas/>>. Acesso em: DATA???

⁶⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/entenda-a-nova-regra-que-restringe-mulheres-trans-das-competicoes-de-natacao/>>. Acesso em: DATA???

exemplo das próprias paraolimpíadas.

No final de 2022, uma nova questão gerou controversas no País. A filósofa Djamila Ribeiro publicou, na *Folha de São Paulo*, um artigo intitulado *Nós, mulheres, não somos apenas ‘pessoas que menstruam’*⁶⁷. O texto foi uma crítica ao fato de grupos transutilizarem a expressão citada para incluir homens transexuais. Ribeiro (2022) se mostrou contrária ao termo “pessoas que menstruam”, pois ele criaria um novo universal, que apagaria demandas específicas das mulheres cisgêneras, além de restringi-las a questões biológicas. Na sequência, diversas respostas ao artigo acusavam Djamila de ter sido transfóbica. Entre eles, um artigo publicado pelas pesquisadoras Bruna Benevides e YunaVitória⁶⁸ defendia que o uso de novos termos e expressões com vistas a incluir pessoas trans deixa uma lacuna sobre a produção de conhecimento, que envolve o tema, e sobre as dinâmicas de cuidado, que disputam a inclusão social, e que esses novos termos não representariam ameaças aos acessos já adquiridos.

Tais exemplos sinalizam o quanto ainda serão necessários debates e deliberações públicas sobre a emergência dos grupos transgêneros na sociedade e sobre as formas de corrigir injustiças e promover a inclusão – e que não seja como estratégia de novas exclusões, como perceberam Bento (2014) e Mombaça (2021). Tais exemplos mostram, também, que esta, ainda, é uma pesquisa trans, porque se encontra em trânsito, em uma transição de conhecimentos, que se divide entre o encontrado e o ainda a encontrar, entre o construído e o ainda a construir, entre o descoberto e o horizonte prenhe de descobertas. É, portanto, uma pesquisa, que não se encontra no rótulo de “concluída”, “fechada” ou “finalizada” posto que se encontra em diálogo intenso com temas, questões, teorias e possibilidades em devir iminente.

O que nos convida a esse estado trans em nosso “cronograma” de perspectivas é, justamente, a trajetória desses sujeitos/dessas sujeitas pesquisadas, sujeitos e sujeitas transpor que “trans”itam entre direitos conquistados e preconceitos orquestrados politicamente, que transitam entre alegrias de pequenos avanços sociais e entre ameaças pseudomoralizantes. Se a subjetividade desses sujeitos se encontra concluída de forma plena e cidadã, é necessário que eles deixem de ser identidades, que, obrigatória e/ou normativamente, transitam entre situações de medo e ameaça. Para tanto, a Análise do Discurso oferece seus meios para ajudar a esclarecer a identidade trans a uma sociedade, que, muitas vezes, se nega o próprio conhecimento, que procura, optando pelo preconceito, pelos estereótipos e pelo ódio. E, assim, encerramos esta etapa de nossa jornada falando, a partir de uma pesquisa para todos, de uma Análise do Discurso

⁶⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2022/12/nos-mulheres-nao-somos- apenas-pessoas-que-menstruam.shtml>>. Acesso em: DATA???

⁶⁸ Disponível em: <<https://midianinja.org/planetafoda/por-que-estamos-usando-o-termo-pessoas-que-menstruam/>>. Acesso em: DATA???

sobre vidas trans para todas as formas de gênero.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **Travestis e Transexuais e os Outros: Identidade e Experiências de Vida**. Niterói: UFF, 2003.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. **Transexuais**: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Rev. Direito GV*, São Paulo, v. 14, n.2, p. 303-333, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMOSSY, Ruth. Ethos. *In*: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 220-221.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. *In*: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-25.

AMOSSY, Ruth. O lugar da Argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n.9, p. 121-146, 2007.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011a.

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. *In*: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 119-144.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, . Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7600/1/2012-TESE-LNANDRADE.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

ANTRA. Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018. pdf. 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em 14 set. 2022.

ANTRA. Dossiê dos assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. pdf. 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2022.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de

Janeiro: EdUERJ, 2010

ARISTÓTELES. Retórica. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 1)

AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de. **O docente do Ensino Superior e o cuidado(de si):** entre os modos de objetivação e de subjetivação na modernidade. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2018.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A intersecção entre orientação sexual e identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias em discursos transfeministas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503603741_ARQUIVO_ba_gaglimundodemulheres.pdf>. Acesso em 13 fev. 2013.

BATISTA, Adriana Beatriz. A solidão da mulher trans. **Portal Geledés**, 2022. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-solidao-da-mulher-trans/>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BATTISTI, César Augusto. O método de análise cartesiano e seu fundamento. **Scientiae Studia**, v. 8, n. 4, p. 571-96, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ss/a/M55ygswpqcz3djz4cQyNCdn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 mar. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENEVIDES, Bruna G. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). **Revista Híbrida**, 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

BENITES, Flávio Roberto Gomes. Práticas de Subjetivação/Objetivação em Michel Foucault. **DLCV (UFPB)**, v. 4, p. 113-127, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/7492>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiênciatransexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>>. Acesso em: 27 set. 2022.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989.

BERTAUX, Daniel. **Le récit de vie**. Paris: Nathan, 1997.

BERTAUX, Daniel. O relato de vida como método das ciências sociais: entrevista com Daniel Bertaux. [Entrevista concedida a] Luciano Rodrigues Costa e Yumi Garcia dos Santos no ano

de 2018. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 32, n. 1, p. 319-346, jan./abr. 2020.

BIROLI, Flávia. Justiça e Família. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 47-61.

BIROLI, Flávia. A ideologia de gênero e as ameaças à democracia. **Blog da Boitempo**, 26 jun. 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

BOLSONARO defende família tradicional e chama ideologia de gênero de coisa do capeta. **Correio do Povo**, Brasília, 10 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/bolsonaro-defende-fam%C3%ADlia-tradicional-e-chama-ideologia-de-g%C3%AAnero-de-coisa-do-capeta-1.357773>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANT, T. Eterno aprendiz. *In*: **Vidas Trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. *In*: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida (org.). **Sexualidades transgressoras**: uma antologia de estudos queer. Barcelona, Icaria, 2002, p. 55-79.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos: , UFSCar/Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. Atos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In*: **Caderno de leituras**. Trad. Jamille Pinheiro Dias, nº 78, 2018, p. 2-16. Disponível em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alono; PADILHA, Maria Itayra. **Necropolítica Trans**: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/TYJ397gFMBrfCcdch9JZdtf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alono; PADILHA, Maria Itayra. A realidade transexual desde a perspectiva histórica e cisheteronormativa. **História da Enfermagem Revista Eletrônica**,

online, 2015. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1029033>>. Acesso em: 14 set. 2022.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001.

CARVALHO, Deivid Nascimento de. Representatividade no relato de si e reconhecimento do outro: Transativismo e humanização multimídia transmasculina. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 7, n. 3, p. 352-374, jul. 2021

CERQUEIRA, Ticiania D.; DENEGA, Alessa Montalvão O.; PADOVANI, Andréa Sandoval. A importância do nome social para autoaceitação e aceitação social do público “trans”. **Revista Feminismos**, Bahia, v. 8, n. 2, maio/ago. 2020, p. 26-39.

CHARAUDEAU, Patrick. Une Analyse Sémiolinguistique du discours. **Langage**, Paris, n. 117, p. 96-111, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida. Lúcia.; MELLO, Renato de. (Org.). **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE UFMG, 2004, p. 13-41.

CHARAUDEAU, Patrick. Quand l’argumentation n’est que visée persuasive. L’exemple du discours politique. In: BURGER Marcel.; MARTEL, Guylaine. **Argumentation et communication dans les médias**. Quebec: Éditions Nota Bene, 2005. p. 23-43.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. (Org.). **As emoções no discurso**. Campinas/SP: Mercado Letras, 2007. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>>. Acesso em: 5 abr. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008a.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. (Org.). **Análises do Discurso Hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna. 2008b. v. 1, p. 11-31.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu *corpus*, eu te direi qual é a tua problemática. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-23, dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3932>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas ciências humanas e sociais. In: MACHADO, Ida; COURA-SOBRINHO, Jerônimo; MENDES, Emília (Org.). **A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem**. Belo Horizonte: NETII FALE/UFMG, 2013. p. 17-51.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857/433>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAVES, Leocádia Aparecida. **A escrita autobiográfica trans como estratégia de resistência e organização**: vaga-lumes na escuridão de nosso tempo. 2021. 154 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-graduação em Literatura, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <file:///F:/G%C3%AAnero%20e%20T%20Queer/2021_LeocadiaAparecidaChaves.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. In: CONCILIO, Isabela Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena (Org.). **Transcidadania**: práticas e trajetórias de um programa transformador. São Paulo: Koinonia, 2017.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. O conceito de cidadania. In: COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Ed. da UFABC, 2018. p. 43-73. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953-03.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

COUTINHO, Laerte. Prefácio. In: **Vidas Trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Bauru, São Paulo: Astral Cultural, 2017.

COUTO, Júlia Cristina Guerra de Carvalho do. **Transexualidade**: passado, presente e futuro. 2013. 263 p. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2013. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70771>>. Acesso em: 27 jul. 2021

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens desi no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-56

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, maio/ago. 2009, p. 35-56.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3** – o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa:

Passagens. 1992. p.129-160.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: HUBER, L. Dreyfus; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Disponível em: <<https://faccasoficticia.noblogs.org/files/2015/08/O-Sujeito-e-o-Poder-Foucault.cleaned.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRANCO, Fábio Luis Ferreira Nóbrega. Necropolítica: entenda o que é a política da morte. **YouTube**, 8 out. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w5Ebmeh2Nk>>. Acesso em: 13 set. 2022.

FRANCO, Fábio Luis Ferreira Nóbrega. **Governar os mortos**: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu, 2021.

HADDAD, Fernando. Prefácio da 1ª edição. *In*: CONCILIO, Isabela Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena (Org.). **Transcidadania**: práticas e trajetórias de um programa transformador. São Paulo: Koinonia, 2017, p. 5.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas: Ed. da Unicamp, v. 5, p. 7-41, 1995.

HONNETH, Axel. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade. *In*: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 155-211.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *In*: MARANHÃO Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JÚNIOR, Jorge Leite. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, maio/ago 2012.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências**

e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242

LE BRETON, David. Antropologia do Corpo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LESSA, Cláudio Humberto. A discursivização da memória em relatos autobiográficos de alunos da Eja. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2015.

LESSA, Cláudio Humberto. Mediatização e Dimensão Argumentativa em Narrativas de Vida em um Jornal Eletrônico. In: MACHADO, Ida Lúcia; LARA, Gláucia Muniz Proença; EMEDIATO, Wander. **Análise do Discurso:** Situações de argumentação. Coimbra: Grácio Editor, 2018.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 21-48.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Ida Lúcia. A narrativa de vida como materialidade discursiva. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 95-108, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1258/1181>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

MACHADO, Ida Lúcia. A *mise en scene* argumentativa de um discurso de Victor Hugo: estudo de caso. In: MACHADO, Ida Lúcia; LARA, Gláucia Muniz Proença; EMEDIATO, Wander. **Análise do Discurso:** Situações de argumentação. Coimbra: Grácio Editor, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre ideologia de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MAIA, Rousiley. C. Maia.; GARCÊZ, Regiane. L. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf peoples's storytelling on the internet. **European Political Science Review**, vol. 6, issue 3, 2014, p. 359-382.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONI, Dieison. Bichas intelectuais: um manifesto pelos saberes localizados. **Revista Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 21, n. 3, art. 3, p. 53-63, set/dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/29247/pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios, Revista do PPGAV**, UFRJ: EBA, n. 32, dez. 2016, p.123-151.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa, Portugal: Antígona Editores, 2017.

MENDES, Raíssa A. Borborema; CUNHA, Gabriel Veloso; AZENHA, Ettore Mendes; COSTA, Verônica C. Rodrigues; MENDES, Byannkah A. Ferreira; SCHROFF, Bárbara Elisabeth; POGUE, Robert. Show de horrores: a ciência por trás das aberrações. **Revista de Medicina e Saúde**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 333-358, 2016. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/7348>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-29.

MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. In: MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 211-243.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MOIRA, Amara. **O estupro nosso de cada dia**. E se eu fosse puta. 2016. Disponível em: <<https://www.eseeufosseputa.com.br/o-estupro-nosso-de-cada-dia/>>. Acesso em: 5 maio 2022.

ROCHA, Márcia. A luta pela aceitação. In: **Vidas Trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

MOIRA, Amara. Nos tratam como se a gente fosse um bicho exótico, diz escritora trans. **Folha de São Paulo**, 23 fev. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/nos-tratam-como-se-a-gente-fosse-um-bicho-exotico-diz-escritora-trans.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. **Buala**, 2017. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Palestra proferida no Ciclo de Conferências “Vozes do Sul: lugar de fala. **Post de Facebook**. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jeferson.isaac/videos/1565383996857643>>. Acesso em 12 fev. 2023.

MORAIS, Caroline de; RAMOS, Flávia Brocchetto. Paratextos em Antologias de Crônicas. **Revista do GEL**, v. 15, n. 1, p. 100-114, 2017. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1838>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor. Comportamento Organizacional frente a diversidade: a inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: **In Anais do XIV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2017.

NASCIMENTO, Francisco Rivelino Oliveira; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. Transnecropolítica e abjeção: contestação dos direitos da população trans no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 284-307, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João W. A viagem solidária. In: **Vidas Trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

NORTH, Gary. Marxismo cultural é um paradoxo. **Site do Instituto Mises Brasil**. 2014. Disponível em <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1896>>. Acesso em 03dez. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, Potência de vida. In: PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 19-27.

PLANTIN, Christian; CHARAUDEU, Patrick. Pathos. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da Silva. Cisnormatividade e Passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periódicos – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, Salvador**, v. 1, n. 8, nov. 2017/abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/23211>>. Acesso em: 7 mar. 2023, p. 396-417.

PRECIADO, Beatriz. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PROCÓPIO-XAVIER, Mariana Ramalho. A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-96TEX7>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho; TOSO, Bruna. Herói X Vilão - as relações de poder e os diferentes *ethé* do (ex) traficante João Guilherme Estrella no filme *Meu nome não é Johnny*. In: **I Coloquio Nacional de Retórica e I Jornadas Latinoamericanas de Investigación en Estudios Retóricos**, 2010, Buenos Aires - Argentina. Actas del I Coloquio Nacional de Retórica e I Jornadas Latinoamericanas de Investigación en Estudios Retóricos. Buenos Aires - Argentina, 2010. p. 1479-1485.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

ROCHA, Jorge Alberto da Costa; ROCHA, Aline Santana dos Santos. Objetivação e Poder: das “Práticas Divisórias” do Sujeito à “Crítica” em Michel Foucault. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 31-60, abr. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/22030/21828>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ROCHA, Márcia. A luta pela aceitação. In: **Vidas Trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521/33682>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

RUIZ, Melissa Salinas. Aspectos multidisciplinares da violência transfóbica no Brasil. **Revista LEVS/UNESP**, Marília, ed. 23, maio 2019. ISSN1983-2192.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero patriarcado violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 95-114.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2018.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018/11212>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 28, p. 19-54, jun. 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SILVA, Ricardo Araújo da; SILVA, Luís Augusto V. da; SOARES, Fabiane; DOURADO, Inês. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, fev. 2022, p. 503-514. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/bGkQXkhxV9b5gVZv5kgq6Rz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 10, e00036318, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/Lp4wHx4dhrMnZdqw76mn7MM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

TRANSEMPREGOS. **Histórico**. s/d. Disponível em: <<https://www.transempregos.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 25 set. 2022.